

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

**HUGO HRUBY**

***OBREIROS DILIGENTES E ZELOSOS AUXILIANDO***  
***NO PREPARO DA GRANDE OBRA: A HISTÓRIA DO BRASIL NO***  
**INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO (1889-1912)**

Porto Alegre  
2007

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

HUGO HRUBY

***OBREIROS DILIGENTES E ZELOSOS AUXILIANDO***  
***NO PREPARO DA GRANDE OBRA: A HISTÓRIA DO BRASIL***  
**NO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO (1889-1912)**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Orientador: Dr. Charles Monteiro

Porto Alegre  
2007

### **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

H873o Hruby, Hugo

Obreiros diligentes e zelosos auxiliando no preparo da grande obra: a História do Brasil no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1912). / Hugo Hruby. – Porto Alegre, 2007.

233 f.

Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS.

Orientação: Prof. Dr. Charles Monteiro.

1. História. 2. Historiografia - Brasil.  
3. Brasil – História. 4. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - Bibliografia. I. Título.

**CDD 981.00072**  
**900.5**

HUGO HRUBY

***OBREIROS DILIGENTES E ZELOSOS AUXILIANDO***  
***NO PREPARO DA GRANDE OBRA: A HISTÓRIA DO BRASIL***  
**NO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO (1889-1912)**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Aprovada em 29 de março de 2007.

**BANCA EXAMINADORA**

Prof. Dr. Charles Monteiro – PUCRS (*orientador*)  
Prof. Dr. Temístocles Cezar – UFRGS  
Prof. Dr. Astor Antônio Diehl – UPF

*Aos meus filhos, para que os  
estudos sejam vistos antes pelo  
prazer do que pela obrigação.*

## AGRADECIMENTOS

Ao professor Charles Monteiro pela confiança em aceitar-me como seu orientando, pela seriedade e profissionalismo em nossas conversas, pelo incentivo, serenidade, autonomia e críticas construtivas à minha pesquisa. Ao invés de conduzir-me pela mão, apontou-me a direção.

Aos professores do curso de Pós-graduação da PUC, em especial a Sandra Brancato, pela motivação, apoio, leitura e discussão do meu projeto de pesquisa e possibilidades de orientação; a Margarete Bakos, pela paciência em escutar seus alunos e pelas instigantes reflexões teóricas; e ao professor René Gertz pela preocupação de que os alunos compartilhassem as pesquisas, pela leitura de parte deste trabalho e indicações bibliográficas.

Aos funcionários desta Universidade pela maneira sempre respeitosa e prestativa como fui tratado em seus mais diferentes setores.

Aos funcionários dos Institutos Históricos e Geográficos Brasileiro e do Rio Grande do Sul pela presteza no atendimento às solicitações que fiz de publicações imprescindíveis à consecução da pesquisa.

Ao amigo Renato Ferraz pela companhia nas empreitadas ecoturísticas para respirar, refletir e reconsiderar; pelo “fundo musical” nas horas de trabalho e pela disposição em ler o trabalho, mesmo sob a ótica das “exatas”.

Aos meus pais e irmãos pela comodidade, tranquilidade e segurança proporcionadas a mim e minha família durante meu redirecionamento profissional.

Às diferentes instituições do saber pelas quais passei por suas contribuições, intenções, limitações e frustrações.

A um país que, em meio a tantas dificuldades, propiciou-me uma educação superior gratuita e de qualidade e que concedeu-me, através do CNPq, uma bolsa integral de pós-graduação.

E, principalmente, à Ana pelo privilégio de, além de me permitir fazer o que gosto, poder ser pai e esposo, pois nenhum sucesso profissional compensa o malogro familiar.

*Encontrei hoje em ruas, separadamente,  
dois amigos meus que se haviam zangado  
um com o outro. Cada um me contou a  
narrativa de por que se haviam zangado.  
Cada um me disse a verdade. Cada um me  
contou as suas razões. Ambos tinham  
razão. Não era que um via uma coisa e  
outro outra, ou que um via um lado das  
coisas e outro um outro lado diferente.  
Não: cada um via as coisas exatamente  
como se haviam passado, cada um via  
uma coisa diferente, e cada um, portanto,  
tinha razão. Fiquei confuso desta dupla  
existência da verdade.*

**Fernando Pessoa**



## RESUMO

A transição da Monarquia para a República, ao final do século XIX no Brasil, foi objeto de uma ampla atividade intelectual, refletindo as opiniões díspares dos partidários de várias correntes, trazendo consigo profundos reflexos na produção historiográfica. Conflitos de ordem política, como também o confronto entre distintas interpretações sobre o passado do país, marcaram o advento do regime republicano. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, na cidade do Rio de Janeiro, em razão das relações mantidas, desde 1838, entre os seus sócios e o Estado monárquico e por atuar, até então, como centro autorizado para a produção de um discurso sobre o Brasil, envolveu-se, igualmente, nestes debates. As concepções dos membros do IHGB sobre a História e o papel do historiador encontravam-se intimamente ligadas a um projeto que fora extinto com a instauração do novo regime de governo. Esta dissertação analisa de que maneira aquela instituição, entre os anos de 1889 e 1912, portou-se diante da ruptura política e quais foram as suas implicações na escrita da História do Brasil. Para tanto, analisou-se a *Revista do Instituto* onde há a reprodução de documentos históricos, artigos, biografias e resenhas de obras, como também, a transcrição das atas das sessões que contemplam discursos, pareceres e leituras de trabalhos, relatórios de atividades, discussões e propostas sobre a História, Geografia, Arqueologia e Etnografia do Brasil. Nesta dissertação concebe-se a História como uma *operação*, compreendendo-se o *fazer história* na relação entre um lugar, as práticas e a construção de um texto.

Palavras-chave: Historiografia. IHGB. Brasil República.

## RÉSUMÉ

La transition de la Monarchie à la République au Brésil, à la fin du XIX<sup>e</sup> siècle, a fait l'objet d'une large activité intellectuelle traduisant les avis inégaux des partisans de plusieurs tendances, entraînant de profondes conséquences sur la production historiographique. Des conflits d'ordre politique, ainsi que la confrontation de différentes interprétations en ce qui concerne le passé du pays, ont signalé l'événement du régime républicain. L'Institut Historique et Géographique Brésilien, dans la ville de Rio de Janeiro, en fonction des rapports maintenus depuis 1838 entre ses associés et l'État monarchique, et du fait qu'il agisse dès lors tel que centre autorisé à produire un discours sur le Brésil, s'est également engagé à ces débats. Les conceptions des membres de l'IHGB sur l'Histoire et le rôle de l'historien étaient fortement liées à un projet qui avait été aboli lors de l'instauration du nouveau régime de gouvernement. Cette dissertation analyse la façon selon laquelle cette institution, entre les années 1889 et 1912, s'est conduite face à la rupture politique et révèle quelles en ont été les implications pour l'écriture de l'Histoire du Brésil. Pour ce faire, on a analysé la *Revue de l'Institut* où l'on trouve la reproduction de documents historiques, des articles, des biographies et des comptes rendus d'ouvrages, ainsi que la transcription des actes des séances qui rendent compte des discours, des avis et lectures de travaux, des rapports d'activités, des débats et des propositions sur l'Histoire, la Géographie, l'Archéologie et l'Ethnographie du Brésil. Dans cette dissertation, l'Histoire est conçue telle qu'une *opération*, en comprenant le *faire histoire* dans la relation d'un lieu, des pratiques et de la construction d'un texte.

Mots-clés: Historiographie. IHGB. Brésil République.

## SUMÁRIO

---

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>Capítulo 1 O Instituto Histórico entre a coroa e o barrete frígio .....</b>	<b>31</b>
1.1 Reaproximando-se do novo regime	35
1.2 Deveres para com o passado	53
1.3 Críticas aos governos republicanos	67
<b>Capítulo 2 Os estudos históricos no Instituto, qual História? .....</b>	<b>84</b>
2.1 A História do Brasil por fazer	86
2.2 A História em meio às ciências	109
2.3 A História sob a cientificidade da fé	127
<b>Capítulo 3 As histórias para a História do Brasil .....</b>	<b>142</b>
3.1 O passado distante dos Mascates ao início do Segundo Reinado	143
3.2 O reinado não tão distante do protetor do Instituto	165
3.3 Os tempos tão próximos da República	184
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>209</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>219</b>

---

## INTRODUÇÃO

*Não é gratuitamente que cada vez mais ela [a História] se interessa por si própria e concede um lugar cada vez mais importante e privilegiado à história da história. Produto, ela se pergunta igualmente a respeito de seu produtor, o historiador.*

Jacques Le Goff e Pierre Nora<sup>1</sup>

Antoine Prost na introdução ao seu trabalho *Douze leçons sur l'histoire* (1996) destacava que, mesmo com este recrudescimento apontado por Le Goff e Nora na década de 1970, na França, até o final dos anos 80, poucos historiadores se interessavam em refletir sobre o seu *métier*. Porém, Prost apontava que “afortunadamente” esta atitude estava mudando: as interrogações teóricas e metodológicas estavam se tornando mais frequentes.<sup>2</sup> No Brasil, na década de 1970, José Roberto do Amaral Lapa afirmava que “o historiador brasileiro no geral foi quase sempre avesso aos estudos teóricos”.<sup>3</sup> Carlos Fico e Ronald Polito reiteraram tal característica nos historiadores do país nos anos 80 em razão de que não foi muito intensa a preocupação com “reflexão teórica sistemática”.<sup>4</sup> Ao final da década de 1990, “afortunadamente”, as discussões teóricas e metodológicas ampliaram-se, das quais cito três obras importantes: *Domínios da História* (1997) organizada por Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas,<sup>5</sup> *Historiografia brasileira em perspectiva* (1998), por Marcos Cezar de Freitas<sup>6</sup> e *Questões de Teoria e Metodologia da História* (2000) organizada por um grupo de professores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.<sup>7</sup> Entretanto, alguns historiadores,

<sup>1</sup> LE GOFF, J.; NORA, P. Apresentação. In: \_\_\_\_\_. (Dir.). **História: novos problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995. p. 14.

<sup>2</sup> PROST, A. Introducción. In: \_\_\_\_\_. **Doce lecciones sobre la historia**. Madrid: Ediciones Cátedra, 2001. p. 19-21. Outra importante obra publicada na França neste período, traduzida e editada no Brasil em 1998, foi BOUTIER, J.; JULIA, D. (Org.). **Passados recompostos: campos e canteiros da história**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

<sup>3</sup> LAPA, J. R. do A. **A história em questão**, historiografia brasileira contemporânea. Petrópolis: Vozes, 1976. p. 77.

<sup>4</sup> FICO, C.; POLITO, R. **A história no Brasil (1980-1989)**, elementos para uma avaliação historiográfica. Ouro Preto: Editora UFOP, 1992. v. 1, p. 157.

<sup>5</sup> CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (Org.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

<sup>6</sup> FREITAS, M. C. de (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

<sup>7</sup> GUAZZELLI, C. A. B. et al. **Questões de teoria e metodologia da história**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2000.

como Fernando Novais, ainda teimam em acreditar que o historiador não deve discutir teoria em razão de não ter formação teórica.<sup>8</sup>

O reaparecimento da historiografia como um domínio próprio à reflexão dos historiadores sobre o seu ofício continua a caracterizar o momento pelo qual estamos passando no Brasil, como bem podemos observar nos programas de pós-graduação das Universidades<sup>9</sup> e, para citar dois exemplos próximos, no Grupo de Trabalho (GT) de Teoria e Historiografia da ANPUH/RS e no planejamento do XXIV Simpósio Nacional de História previsto para julho de 2007.<sup>10</sup> Os estudos historiográficos davam-se, geralmente, sob duas grandes tendências. Uma se caracterizava pela confecção de exaustivas listagens de autores e suas obras, porém, apesar do catálogo ser um passo importante para a pesquisa, a investigação historiográfica não pode se restringir a um conjunto de informações biográficas que adicionadas a esse catálogo explicam a obra, sua emergência e as questões abordadas. Em outra tendência, de caráter mais externalista, autores e obras eram remetidos a um contexto social compreendido como *locus* de explicação e inteligibilidade das obras históricas.

Atualmente, há uma nova possibilidade de se constituir a historiografia como uma história da História a partir da escolha de autores e obras como “momentos privilegiados para se interrogar acerca de suas condições de emergência, refazendo o campo de tensões e conflitos em que o texto emerge”.<sup>11</sup> A historiografia passa então a ter uma postura mais crítica, problematizando os modos de se *fazer história*, por isso, ao investigar a historiografia brasileira é necessário “flagrar a pesquisa e a escrita no seu fazer-se”.<sup>12</sup> Assim, se as reflexões sobre a História estão intrinsecamente ligadas ao ofício do historiador, não há como deixar de nos questionarmos sobre a nossa própria formação profissional. Um rápido ensaio de *ego-história* serve para situar este autor e sua pesquisa nesta história.

<sup>8</sup> NOVAIS, F. Entrevista. In: MORAES, J. G. V. de; REGO, J. M. (Org.). **Conversas com historiadores brasileiros**. São Paulo: Editora 34, 2002. p. 123.

<sup>9</sup> Destaco as linhas de pesquisa de *Teoria da História e Historiografia* nos programas de pós-graduação em História na UFRGS e PUCRJ; *Historiografia e História das idéias* no programa de pós-graduação em História na UNB; o Laboratório de *Teoria, Historiografia e História da Cultura* (PROCULT) e o projeto de pesquisa coordenado por Manoel Luís Salgado Guimarães intitulado *Reinventando a tradição: a cultura historiográfica no Brasil oitocentista* na UFRJ; *Historiografia e Documentação* no pós-graduação em História Social na USP.

<sup>10</sup> Para o XXIV Simpósio Nacional de História estão programados dois Simpósios Temáticos – *História e Historiografia: teoria e prática contemporânea* proposto pelo Prof. Estevão de Rezende Martins (UNB); e *Historiografia e Escrita da História: multidisciplinaridade* proposto por Manoel Luís Salgado Guimarães (UFRJ).

<sup>11</sup> GUIMARÃES, M. L. S. Apresentação. In: HARTOG, F. **O século XIX e a História**, o caso Fustel de Coulanges. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003. p. 13-14. Outras possibilidades que vão ao encontro ou de encontro à proposta de Manoel Salgado Guimarães vemos nas recentes publicações: MALERBA, J. (Org.). **A história escrita: teoria e história da historiografia**. São Paulo: Contexto, 2006; ARRUDA, J. J.; TENGARRINHA, J. M. **Historiografia luso-brasileira contemporânea**. Bauru: EDUSC, 1999; SILVA, R. F. da. **História da historiografia**, capítulos para uma história das histórias da historiografia. Bauru: EDUSC, 2001.

Ao concluir, no final de 2003, a graduação em História (Licenciatura), após cinco anos de leituras e reflexões, cheguei a um impasse sobre a minha atuação como profissional (o que faz o historiador?) e no que constituía minha área de formação (o que é a História?). Não bastassem tais incertezas, via-me impossibilitado de explicar, seja para os alunos em minha curta experiência docente, seja para aqueles com quem convivo, no que consistia a área na qual estava formado. As contribuições destas reflexões para a prática docente foram reforçadas pelas palavras do Prof. Fernando Seffner, na disciplina de Prática de Ensino, de que as disciplinas mais importantes para os professores de História eram as de Teoria da História. Ao buscar uma resposta expressa em uma frase de impacto, deparei-me com a historicidade<sup>13</sup> do conceito, das práticas e da função dos que a ela se dedicam. Não há uma, mas várias respostas sobre o que é, por que, como e para que deve ser feita a História.

A insuficiência dos programas das disciplinas de Teoria e Metodologia da História na graduação não permitia que eu visualizasse a dinâmica e a complexidade daquele campo de conhecimento que viria a se transformar na disciplina de História tal como a conhecemos hoje. Não bastasse a equivocada didática de enquadramento do conhecimento histórico em “escolas”, adstritas a tempos, lugares, autores e obras de maior repercussão, a História do modo como era pensada e feita no passado ainda é apresentada sob um viés preconceituoso como portadora de concepções e práticas limitadas e ultrapassadas.

Para mim, a História do e no Brasil começava com a tríade Caio Prado-Gilberto Freyre-Sérgio Buarque de Holanda na década de 1930. Apresentaram-me o passado do país a partir deles. As reflexões sobre o conhecimento histórico, recuado até o século XIX nas aulas de teoria, ficavam restritas ao continente Europeu, mais precisamente à Alemanha e França. Às dúvidas pessoais no curso de graduação somava-se a necessidade de um tema de pesquisa para um futuro e indefinido projeto. Sem objeto de pesquisa, acreditei que um Curso de Especialização em História do Brasil poderia direcionar minhas problematizações. Ao lado do tarimbado modelo das escolas teóricas de História, o curso de pós-graduação *lato sensu* propiciou-me uma primeira aproximação da produção histórica no Brasil oitocentista.

Pela grande ênfase no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado em 1838, com sede na cidade do Rio de Janeiro, intrinsecamente ligado ao Imperador D. Pedro II e à Monarquia, apresentado pelo Prof. Temístocles Cezar, indagava-me sobre o papel da

---

<sup>12</sup> FREITAS, M. C. de. Para uma história da historiografia brasileira. In: \_\_\_\_\_, 2001, p. 12.

<sup>13</sup> *Historicidade* é um conceito surgido, na França, em 1872, que, conforme Le Goff, desligou-se das origens históricas, ligadas ao historicismo do século XIX, para desempenhar um papel de primeiro plano na renovação epistemológica da segunda metade do século XX. A historicidade obriga a inserir a própria história numa

instituição ao perder este vínculo. As concepções dos membros do IHGB sobre a História e o papel do historiador encontravam-se intimamente ligadas a um projeto que fora extinto com a instauração do novo regime de governo. Assim, entre o mecenato do Império e o advento incerto da República, como ficaria o projeto de escrita de uma História do país? As minhas leituras sobre o IHGB, desde a sua fundação, iniciaram-se, concomitantemente, à leitura da sua Revista, facilitada pela consulta na Biblioteca Central da Pontifícia Universidade Católica em Porto Alegre.

Recém-formado, eu buscava unir uma incipiente reflexão teórica com a supressão de uma lacuna temporal sobre a produção historiográfica do e no Brasil antes do novecentos. Estava aí um tema que me instigava, rendendo o artigo para aquela disciplina ministrada pelo Prof. Temístocles, a monografia de conclusão daquele curso de especialização, um projeto de mestrado bem recebido em dois programas de pós-graduação, a monografia de Bacharelado e, agora, esta dissertação de mestrado. A cada passo, o espaço temporal foi sendo alargado, as problematizações se complexando e as relações contextuais mais costuradas. O resultado está sendo agora apresentado.

As referências ao Instituto Histórico são extremamente difusas na bibliografia publicada. Elas me permitem, inicialmente, distinguir dois grandes conjuntos de obras: aquelas que têm como foco analisar a produção historiográfica de alguns de seus sócios mais proeminentes (seja individual ou coletivamente) e as que se detêm na produção da instituição como um todo. Esse primeiro grupo é amplo, abrangendo estudos, como por exemplo, sobre os sócios Francisco Adolfo de Varnhagen, João Francisco Lisboa, Karl Friedrich von Martius, Joaquim Manuel de Macedo, Capistrano de Abreu, Manuel de Oliveira Lima, Euclides da Cunha, João Manuel Pereira da Silva, Joaquim Aurélio Nabuco de Araújo, Eduardo Prado, Barão de Rio Branco, José Vieira Couto de Magalhães, Conde de Afonso Celso, Visconde de Taunay, João Ribeiro, entre outros.

Num segundo grupo, há os trabalhos sobre a instituição que podem ser subdivididos conforme a origem de suas produções. Temos aqueles produzidos pelos próprios sócios e funcionários do Instituto, como os de José Vieira Fazenda,<sup>14</sup> Max Fleiuss<sup>15</sup> e Virgílio Correia

---

perspectiva histórica. LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003. p. 19.

<sup>14</sup> FAZENDA, J. V. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, subsídios para a sua história (1838-1911). **RIHGB**, t. 74, parte 2, p. 277-439, 1911.

<sup>15</sup> FLEIUSS, M. Instituto histórico e geográfico brasileiro. In: \_\_\_\_\_. **Anais do Terceiro Congresso de História Nacional, outubro de 1938**. Rio de Janeiro: IHGB, 1942. v. 7, p. 205-222 e Id. **O Instituto Histórico através de sua revista**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.

Filho.<sup>16</sup> No centenário e sesquicentenário do Instituto muitos materiais foram publicados, dos quais cabe destacar o idealizado por Isa Adonias e coordenado por Cyrene Albuquerque em 1990.<sup>17</sup> Todos estes trabalhos “oficiais” são estritamente descritivos em tons apologéticos, porém necessários. Outro conjunto de obras, de cunho mais analítico, foi e está sendo produzido fora do Instituto, principalmente nos meios acadêmicos. Destes trabalhos cito, inicialmente, os “clássicos” como o do brasilianista Rollie Poppino,<sup>18</sup> Pedro Moacir Campos,<sup>19</sup> José Honório Rodrigues,<sup>20</sup> Nanci Leonzo,<sup>21</sup> Arno Wehling,<sup>22</sup> Francisco Iglésias,<sup>23</sup> Manuel Luís Salgado Guimarães,<sup>24</sup> Lilia Schwarcz,<sup>25</sup> Astor Diehl<sup>26</sup> e Lúcia Maria Paschoal Guimarães.<sup>27</sup>

<sup>16</sup> CORREA FILHO, V. O Instituto Histórico e a princesa regente. **RIHGB**, v. 192, p. 235-240, 1946; Id. Arquivo do Instituto Histórico. **RIHGB**, v. 215, p. 238-244, 1952; Id. Histórico e Geográfico Brasileiro. **RIHGB**, v. 257, p. 3-5, 1962 e Id. Como se fundou o Instituto Histórico. **RIHGB**, v. 255, p. 3-56, 1962.

<sup>17</sup> ALBUQUERQUE, C. C. de (Coord.). **Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, 150 anos. Rio de Janeiro: Studio HMF, 1990.

<sup>18</sup> POPPINO, R. E. Um século da revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. **RIHGB**, v. 314, p. 285-305, 1977. Este texto foi originalmente publicado pelo autor em A century of the Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. **The Hispanic American Review**, Durham, n. 33, v. 2, p. 307-232, may 1953.

<sup>19</sup> CAMPOS, P. M. Esboço da historiografia brasileira nos séculos XIX e XX. In: GLENISSON, J. **Iniciação aos estudos históricos**. Rio de Janeiro: DIFEL, 1977. p. 250-293.

<sup>20</sup> RODRIGUES, J. H. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. In: \_\_\_\_\_. **A pesquisa histórica no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978a. p. 37-41; Id. **Teoria da História do Brasil**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1978b; Id. História e Ideologia, a década de 1870 a 1880. In: \_\_\_\_\_. **História, corpo do tempo**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1976. p. 133-162 e Id. **Histórias e historiadores do Brasil**. São Paulo: Fulgor, 1965.

<sup>21</sup> LEONZO, N. Um reduto intelectual na sua intimidade: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. **Relações Humanas**, São Bernardo do Campo, n. 8, p. 41-51, 1987.

<sup>22</sup> WEHLING, A. As origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. **RIHGB**, v. 338, p. 7-16, 1983; Id. Historicismo e concepção de história nas origens do IHGB. In: \_\_\_\_\_. (Coord.). **Origens do IHGB: idéias filosóficas e sociais e estrutura de poder no segundo reinado**. Rio de Janeiro: IHGB, 1989 e Id. O Historicismo e as origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. In: \_\_\_\_\_. **A invenção da história: estudos sobre historicismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: EUGF/EUFF, 2001. p. 127-140.

<sup>23</sup> IGLÉSIAS, F. **Os historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

<sup>24</sup> GUIMARÃES, M. L. S. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988; Id. História e natureza em von Martius: esquadrihando o Brasil para construir a nação. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 389-410, jul./out. 2000 e Id. Para escrever o passado como história: o IHGB e a Sociedade dos Antiquários do Norte. In: HEIZER, A.; VIDEIRA, A. A. P. (Org.). **Ciência, civilização e império nos trópicos**. Rio de Janeiro: Editora Access, 2001. p. 1-28. A sua tese de doutorado defendida na Universidade Livre de Berlim e intitulada *A escrita da História e a questão nacional do Brasil, 1838-1857*, que enfoca o IHGB, não foi publicada.

<sup>25</sup> SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças, cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

<sup>26</sup> DIEHL, A. A. **A cultura historiográfica brasileira**, do IHGB aos anos 1930. Passo Fundo: EDIUPF, 1998.

<sup>27</sup> GUIMARÃES, L. M. P. Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). **RIHGB**, n. 388, p. 459-613, jul./set. 1995 e Id. A percepção dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. In: LIMA, I. M. de; IOKOI, Z. M. G.; SÁ, R. P. de (Org.). **História e Cidadania**. São Paulo: Humanitas, 1998. v. 1, p. 471-485.



Constituem-se em obras de referência, com os quais dialogam os novos trabalhos. De produção mais recente, destaco os de Paula Fernandes,<sup>28</sup> Temístocles Cezar,<sup>29</sup> Kaori Kodama,<sup>30</sup> Renata William Santos do Vale,<sup>31</sup> Neuma Brilhante Rodrigues,<sup>32</sup> Heloísa Domingues,<sup>33</sup> Thanira Chayb de Pillar<sup>34</sup> e Edney Sanchez.<sup>35</sup> Afora as distintas abordagens, tais trabalhos restringem-se, preferencialmente, aos primeiros cinqüenta anos do Instituto, ou seja, quando ele ainda se encontrava “sob a sombra do trono”. Os momentos iniciais do Instituto sob o regime republicano, isto é, a partir de 15 de novembro de 1889, são citados por Vilma Trindade,<sup>36</sup> Geraldo Coelho,<sup>37</sup> Cláudia Callari,<sup>38</sup> Ângela de Castro Gomes<sup>39</sup> e Maria de Lourdes Janotti.<sup>40</sup> Lúcia Paschoal Guimarães foi quem mais estudou o IHGB sob os novos

<sup>28</sup> FERNANDES, P. P. S. **Elites dirigentes e projeto nacional**: a formação de um corpo de funcionários do Estado no Brasil. 2000. 260 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2000.

<sup>29</sup> CEZAR, T. Como deveria ser escrita a história do Brasil no século XIX. Ensaio de história intelectual. In: PESAVENTO, S. J. et al. (Org.). **História cultural**: experiências de pesquisa. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2003. p. 173-208; Id. Presentismo, memória e poesia. Noções da escrita da História no Brasil oitocentista. In: PESAVENTO, S. J. (Org.). **Escrita, linguagem, objetos**: leituras de história cultural. Bauru: EDUSC, 2004b. p. 43-80; Id. Lição sobre a escrita da história, historiografia e nação no Brasil do século XIX. **Diálogos**, Maringá, v. 8, n. 1, p. 11-29, 2004a e Id. A geografia servia, antes de tudo, para unificar o Império. Escrita da história e saber geográfico no Brasil oitocentista. **Ágora**, Santa Cruz do Sul, v. 11, n. 1, p. 79-99, jan./jun. 2005.

<sup>30</sup> KODAMA, K. **Martius e o IHGB**: um naturalista e os letrados na construção de uma história. 1999. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Sociais, PUCRJ, Rio de Janeiro, 1999 e Id. **Os filhos das brechas e o Império do Brasil**: a etnografia no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (1840-1860). 2005. 295 f. Tese (Doutorado em História Social da Cultura) – Centro de Ciências Sociais, PUCRJ, Rio de Janeiro, 2005.

<sup>31</sup> VALE, R. W. S. do. **Lições da história**: as concepções de História dos fundadores do IHGB. 2003. 147 f. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura) – Centro de Ciências Sociais, PUCRJ, Rio de Janeiro, 2003.

<sup>32</sup> RODRIGUES, N. B. **O amor da pátria, o amor das letras**: as origens da nação na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1839-1889). 2001. 149 f. Dissertação (Mestrado em História Social e das Idéias) – Instituto de Ciências Humanas, UNB, Brasília, 2001.

<sup>33</sup> DOMINGUES, H. M. B. **A noção de civilização na visão dos construtores do Império**: a revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1860). 205 f. 1989. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, UFF, Niterói, 1989.

<sup>34</sup> PILLAR, T. C. de. A Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: uma descrição. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 37, n. 2, p. 339-344, jun. 2001 e Id. A literatura na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro de 1839 a 1869. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 31, n. 4, p. 37-40, dez. 1996.

<sup>35</sup> SANCHEZ, E. C. T. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**: um periódico na cidade letrada brasileira do século XIX. 2003. 221 f. Dissertação (Mestrado em Linguagem) – Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP, Campinas, 2003.

<sup>36</sup> TRINDADE, V. E. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no Estado Novo: templo guardião das tradições nacionais. **RIHGB**, v. 410, p. 83-100, jan./mar. 2001.

<sup>37</sup> COELHO, G. M. **História e ideologia**: o IHGB e a República. Belém: UFPA, 1981. Cito-o, mas não consegui consultar este trabalho, apesar das tentativas de solicitação via COMUT para a biblioteca da UFPA e, via e-mail, diretamente ao autor.

<sup>38</sup> CALLARI, C. R. Os Institutos Históricos: do patronato de D. Pedro II à construção do Tiradentes. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 21, n. 40, p. 59-83, 2001.

<sup>39</sup> GOMES, A. de C. **História e historiadores**, a política cultural do Estado Novo. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

<sup>40</sup> JANOTTI, M. de L. M. **João Francisco Lisboa**: jornalista e historiador. São Paulo: Ática, 1977; Id. **Os subversivos da República**. São Paulo: Brasiliense, 1986 e Id. O diálogo convergente: políticos e historiadores no início da República. In: FREITAS, M. C. (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2001. p. 119-143.

tempos da República. Além de trabalhos mais sucintos,<sup>41</sup> sua tese apresentada ao concurso público de professor titular do Departamento de História na UERJ, em 1999, intitulava-se *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: da Escola Palatina ao Silogeu (1889-1938)*. Das informações obtidas sobre este trabalho, destaco a sua ênfase a partir da gestão do Barão do Rio Branco, em 1907, à frente da direção do IHGB.<sup>42</sup>

Diante deste levantamento bibliográfico realizado, seja das produções “oficiais” até as acadêmicas, é recorrente o destaque para importância do IHGB na produção do conhecimento histórico sobre o Brasil e na contribuição para a afirmação da História como disciplina. Contudo, observo que grande parte dos estudos se concentram sobre o período de 1838 a 1888, ou seja, nos tempos monárquicos. Aqueles que avançam na fase da República dão ênfase a partir da assunção do Barão de Rio Branco na presidência do IHGB em 1907. Em razão disso, as atividades do Instituto nos primeiros anos da República não mereceram, até o momento, nenhuma pesquisa específica. Tendo em vista esta lacuna na bibliografia sobre o Instituto Histórico, estabeleci o recorte temporal para esta dissertação entre os anos de 1889 e 1912.

Neste período, a instituição esteve sob quatro presidências: Joaquim Norberto da Souza e Silva (1820-1891) que havia assumido em 1886 e presidiu-a até 1891, Olegário Herculano de Aquino e Castro (1820-1906), entre 1891 e 1906, João Lustosa da Cunha Paranaguá, 2º Marquês de Paranaguá (1821-1912), em 1906 e 1907, e José Maria da Silva Paranhos Júnior, Barão do Rio Branco (1845-1912), de 1907 a 1912. Com exceção de Paranaguá, os demais mantiveram-se no cargo até falecerem. Todos integraram a burocracia do Estado Imperial, dos cargos mais simples como o de Joaquim Norberto na função de arquivista do Ministério do Império<sup>43</sup> e o do Barão de Rio Branco como iniciante de diplomata,<sup>44</sup> aos mais altos, onde

<sup>41</sup> GUIMARÃES, L. M. P. Um olhar sobre o continente: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Congresso Internacional da América. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 20, p. 217-229, 1997; Id. A presença do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no campo da educação superior: o projeto da Academia de Altos Estudos-Faculdade de Filosofia e Letras (1916-1921). **Revista de História**, São Paulo, n. 141, p. 91-100, 1999 e Id. Primeiro Congresso de História Nacional: breve balanço da atividade historiográfica no alvorecer do século XX. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 18, p. 147-170, jan./jun. 2005.

<sup>42</sup> Este trabalho não foi publicado nem há cópia na biblioteca da Universidade na qual foi prestada a seleção docente. Em contato com a autora, disse-me que eu aguardasse a publicação que será feita em breve. Entre os anos de 1998 e 2002, ela dirigiu o projeto de pesquisa intitulado *Sob os auspícios das autoridades republicanas: a trajetória...*. Tais informações se encontram disponíveis no seu currículo na Plataforma Lattes do CNPq.

<sup>43</sup> Após trabalhar como caixeiro, ingressou na burocracia, fazendo uma longa e pacata carreira; era um qualificado servidor público que trabalhava no arquivo do Ministério do Império. Estava na presidência no momento da proclamação da República. Desconheço suas atividades fora do Instituto após novembro de 1889.

<sup>44</sup> Filho do destacado político Visconde de Rio Branco, foi secretário particular na missão de paz com o Paraguai (1870-1871), Cônsul-Geral em Liverpool (1876) e Delegado à Exposição Internacional de São Petesburgo (1884).

temos o Conselheiro Olegário Herculano, que fora Veador<sup>45</sup> da Imperatriz, chefe de Polícia, Presidente de Província e Ministro do Supremo Tribunal de Justiça, e o Conselheiro João Lustosa, que além de Veador da Imperatriz e Presidente de Província, foi várias vezes Ministro de Estado e Chefe de Gabinete. Todos eles ingressaram no Instituto antes de 1889. Entretanto, como mostrei, suas relações com o novo regime foram distintas.

Além de se constituir em um momento de ruptura política no país, o final do século XIX apresenta-nos uma riqueza de questões que estão sendo pensadas, debatidas e colocadas em prática. Tal efervescência conduz inevitavelmente ao embate de concepções, não só nas tribunas, nas ruas, jornais e panfletos, mas chegando, inclusive, à luta armada. José Murilo de Carvalho aponta que, neste período, apesar dos avanços da “modernidade”, predominava fortemente a tradição, o mundo agrário, aristocrático, pré-industrial e pré-burguês.<sup>46</sup> Uma época, segundo Roberto Ventura, em que, apesar da tendência à especialização dos saberes (que se pressupõe a uniformidade e homogeneidade), o intelectual passou a perceber o conflito não só entre a sua geração e a precedente, como no interior de sua época entre concepções estéticas, políticas, científicas e filosóficas opostas.<sup>47</sup>

Nicolau Sevcenko diz que as décadas situadas em torno da transição dos séculos XIX e XX assinalaram mudanças drásticas em todos os setores da vida brasileira. Era uma época de indefinição e transição, caracterizada pelo confronto entre energias tão díspares e voltadas para referências temporais completamente antagônicas.<sup>48</sup> Gilberto Freyre ressalta que, raramente, no passado do Brasil, se encontraram tão diversos futuros com a partir de 15 de novembro de 1889. O repentino triunfo republicano pôs os brasileiros em face do problema do seu futuro nacional, ao mesmo tempo que obrigou-lhes a considerarem, no seu passado, singularidades que vinham sendo mal estudadas. Nestes primeiros anos da República, os desafios do futuro se impunham a um presente ainda muito sobrecarregado de passado: as *recordações* estavam lado a lado com as *esperanças*.<sup>49</sup> Especificamente sobre os estudos

---

<sup>45</sup> *Veador* ou *vedor* – 2º cargo em preeminências na Casa Real, depois do mordomo. Seu ofício é examinar as iguarias que chegam à mesa real.

<sup>46</sup> CARVALHO, J. M. de. Brasil 1870-1914: a força da tradição. In: \_\_\_\_\_. **Pontos e bordados**: escritos de história e política. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998c. p. 125.

<sup>47</sup> VENTURA, R. **Estilo Tropical**, história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 160. Outro trabalho em que o autor analisa este assunto: Id. Um Brasil Mestiço: raça e cultura na passagem da Monarquia à República. In: MOTA, C. G. (Org.). **Viagem incompleta**: a experiência brasileira (1500-2000). Formação: histórias. São Paulo: Editora SENAC, 2000. p. 329-359.

<sup>48</sup> SEVCENKO, N. **Literatura como missão**, tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 2. ed. rev. ampl. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 248, 286.

<sup>49</sup> FREYRE, G. **Ordem e Progresso**. Processo de desintegração das sociedades patriarcal e semipatriarcal no Brasil sob regime de trabalho livre: aspectos de um quase meio século de transição do trabalho escravo para o

históricos, Manuel Salgado Guimarães destaca que o passado se constituiu em objeto de disputa mobilizando interesses políticos e de conhecimento numa rede complexa em que, se o saber pode significar poder, foi também do lugar do poder que se teceram saberes a respeito dos tempos pretéritos.<sup>50</sup>

Desta forma, a cidade do Rio de Janeiro, sede da Corte transformada em Capital Federal, constitui-se num espaço privilegiado para assistirmos esses conflitos, indefinições, transições e apropriações. Ela serviu de palco e arena entre o antigo e o moderno, a tradição e o progresso, o sagrado e o laico, o nacional e o universal, o monárquico e o republicano, o agrário e o industrial, o nativo e o estrangeiro, o povo e as elites, o intelectual e o poder político. Especificamente sobre este último, a relação bastante tensa que se estabelece entre os intelectuais e o novo poder instaurado em 1889 nessa cidade é trabalhada, além dos já citados trabalhos de Roberto Ventura, Nicolau Sevckenko, Gilberto Freyre e Ângela de Castro Gomes, também por Alceu Amoroso Lima,<sup>51</sup> Fernando de Azevedo,<sup>52</sup> Wilson Martins,<sup>53</sup> Brito Broca,<sup>54</sup> Antonio Luís Machado Neto,<sup>55</sup> Roque Spencer Maciel Barros,<sup>56</sup> Lúcia Lippi Oliveira,<sup>57</sup> Suely Queiroz,<sup>58</sup> Jeffrey Needel,<sup>59</sup> e Mônica Veloso.<sup>60</sup> Adicionam-se a esses as pesquisas mais recentes de Eliana Dutra,<sup>61</sup> Angela Alonso<sup>62</sup> e João Paulo Rodrigues.<sup>63</sup> Muitos dos *homens de letras* pertencentes ao Instituto Histórico foram merecedores de referências por esses autores. Entretanto, estas obras diferem entre si quanto à distância entre os literatos e a

---

trabalho livre; e da Monarquia para a República. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1962. t. 1, p. 32, p. 127, p. 142. t. 2, p. 609.

<sup>50</sup> GUIMARÃES, M. L. S. Entre amadorismo e profissionalismo, as tensões da prática histórica no século XIX. **Topoi**, Rio de Janeiro, n. 5, p. 184-200, dez. 2002. p. 184.

<sup>51</sup> ATAHYDE, T. de. A. Política e Letras. In: CARDOSO V. L. (Org.). **À margem da História da República**. Recife: Massangana, 1990. p. 209-255.

<sup>52</sup> AZEVEDO, F. de. A vida literária. In: \_\_\_\_\_. **A cultura brasileira**. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Brasília: Editora UNB, 1996. p. 309-359.

<sup>53</sup> MARTINS, W. **História da inteligência brasileira** (1877-1896). São Paulo: Cultrix, 1977-1978. v. 4 e 5.

<sup>54</sup> BROCA, B. **A vida literária no Brasil - 1900**. 2. ed. rev. aum. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1960.

<sup>55</sup> MACHADO NETO, A. L. **Estrutura social da república das letras**, sociologia da vida intelectual brasileira, 1870-1930. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1973.

<sup>56</sup> BARROS, R. S. M. **A ilustração brasileira e a idéia de universidade**. São Paulo: EDUSP, 1986.

<sup>57</sup> OLIVEIRA, L. L. **A questão nacional na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

<sup>58</sup> QUEIROZ, S. R. R. de. **Os radicais da República**: jacobinismo, ideologia e ação, 1893-1897. São Paulo: Brasiliense, 1986.

<sup>59</sup> NEEDELL, J. A belle époque literária no Rio, o fim do século XIX brasileiro. In: \_\_\_\_\_. **Belle époque tropical**, sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 209-269.

<sup>60</sup> VELLOSO, M. P. **Modernismo no Rio de Janeiro**: turunas e quixotes. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

<sup>61</sup> DUTRA, E. de F. **Rebeldes literários da República**: história e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

<sup>62</sup> ALONSO, A. **Idéias em movimento**, a geração 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

<sup>63</sup> SOUZA RODRIGUES, J. P. C. de. **A dança das cadeiras**, literatura e política na Academia Brasileira de Letras (1896-1913). Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

ação política. Ângela de Castro Gomes, por exemplo, diz que, após a Abolição e a República, o campo intelectual foi rearticulado em novas bases, mais afastadas dos engajamentos políticos. Postulava-se um maior distanciamento dos intelectuais do campo do poder. Tratava-se de afirmar “profissionalmente” o intelectual, afastando-o da política e propiciando a valorização de um ponto de vista mais neutro.<sup>64</sup>

Concebermos *a priori* tal distanciamento, cerceia-nos a possibilidade de enxergarmos o largo uso das letras como instrumento político e do vínculo dos historiadores com a estrutura governativa do país, em suas mais diversas instâncias. Angela Alonso chega a afirmar que a autonomia do “campo intelectual” é de validade duvidosa para o país em toda a segunda metade do século XIX. Para ela, é impossível distinguir intelectuais de políticos. No Brasil, neste período, não havia um grupo social cuja atividade exclusiva fosse a produção intelectual: “A existência de uma única carreira pública centralizada no Estado, incluindo desde empregos no ensino até candidaturas ao parlamento, fazia da sobreposição de elites política e intelectual a regra antes que a exceção.”<sup>65</sup>

Através das obras de Euclides da Cunha e Lima Barreto, Sevcenko justamente defende o apagamento da diferença entre o homem de letras e o homem de ação. Esses literatos foram metamorfoseados em *escritores-cidadãos*. Somente a atitude crítica<sup>66</sup> e combatente conferia aos escritores validade intelectual. Reagiam através da literatura, fazendo suas obras instrumentos de pressão e de transformação social e política.<sup>67</sup> Nem mesmo a Academia Brasileira de Letras, criada em 1897 com o intuito de permanecer longe das agitadas paixões do momento, conseguiu manter um distanciamento dos conflitos políticos como mostra Souza Rodrigues em seu referido trabalho.<sup>68</sup>

---

<sup>64</sup> GOMES, 1996, p. 48-49.

<sup>65</sup> ALONSO, 2002, p. 30.

<sup>66</sup> O termo *crítica* aqui utilizado difere de *crítica histórica* que será usado posteriormente. Aqui significa o não afastamento político do intelectual e a sua emissão de opinião, censura e condenação dos acontecimentos contemporâneos.

<sup>67</sup> SEVCENKO, 2003, p. 151, 263.

<sup>68</sup> Angela de Castro Gomes em outro trabalho além do já citado estudou a atuação dos intelectuais brasileiros nas primeiras décadas do século XX. No entanto, deteve-se nos anos 1920, 30 e 40. GOMES, A. de C. **Essa gente do Rio...** modernismo e nacionalismo. Rio de Janeiro: FGV, 1999. Dois autores que estudaram os intelectuais na denominada República Velha (1889-1930) deixaram de ser propositadamente utilizados nesta dissertação. O livro de Daniel Pécault *Os intelectuais e a política no Brasil* propõe-se a estudá-los a partir da geração dos anos 1920 que, de semelhante maneira como ocorrera no século XIX, se colocaram a serviço do Estado nacional. As referências que o autor fez ao início da República baseiam-se nos estudos já aludidos de Nicolau Sevcenko. PÉCAULT, D. **Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação**. São Paulo: Ática, 1990. Sérgio Miceli em dois trabalhos *Poder, sexo e letras na República Velha* e *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*, de igual forma que Pécault, tratou da relação dos intelectuais e a classe dirigente num período posterior àquele aqui estudado. Estes e outros trabalhos do autor, inclusive com considerações à obra de Pécault, estão reunidos em MICELI, S. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

Como aponte, a bibliografia sobre o IHGB e sobre a produção intelectual ao final do século XIX e início do XX é ampla. Ao invés de fazer uma revisão bibliográfica mais detalhada sobre o IHGB, restrinjo-me a citar, agrupar e constatar as lacunas temporais nas obras sobre ele. Não há como falar de História, Geografia, Literatura, Etnografia, Arqueologia e Educação nesse período, mesmo fora da cidade do Rio de Janeiro, sem abordar a produção dos sócios do Instituto. Em razão disso, procurei, ao invés de montar um capítulo de contextualização sobre o ambiente intelectual da época, dissolver tal leque bibliográfico aos longo dos três capítulos, dialogando com tais trabalhos quando contemplam questões de meu interesse sobre o material empírico. Desta forma, algumas obras desta bibliografia aparecerão com mais frequência, enquanto outras, esporadicamente. Nessa introdução, restrinjo-me somente a ressaltar a não unanimidade desta bibliografia publicada sobre a distância entre a intelectualidade e sua ação política na época.

Delimitados os recortes temporais e espaciais da pesquisa, ou seja, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro com sede na cidade do Rio de Janeiro entre os anos de 1889 e 1912, e destacada a riqueza de ambos, local e período, estabeleci uma problematização mestra que guiou-me, inicialmente, na leitura das fontes: de que maneira o IHGB viu-se afetado pela efervescência política que grassava pela Capital Federal nos primeiros anos da República? Apesar de ser uma indagação bastante ampla, foi a partir dela que levantei as possibilidades e concebi um *corpus documental* fechado: a Revista da instituição que vinha sendo publicada, periodicamente, desde 1839. A riqueza deste periódico, como via de acesso aos trabalhos do Instituto, era reforçada pelas palavras de um de seus presidentes:

A Revista do Instituto, pela acurada atenção com que é redigida, pela utilidade que oferece, no presente e no futuro, como fonte abundante de notícias exatas e documentos precisos para a formação da nossa historia é o testemunho vivo da atividade e préstimo desta Associação, bem podendo dizer-se que o Instituto é a Revista.<sup>69</sup>

Num contexto mais amplo, produzidas a partir de instituições criadas para fomentar os estudos sobre o passado das Nações, seja em Academias literárias ou Universidades, as *revistas históricas* preencheram uma função decisiva na elaboração e na manutenção de paradigmas, modelos e padrões. O nascimento da História científica no século XIX, como aponta Olivier Dumoulin, foi indissociável da publicação das primeiras revistas que fixaram as regras e os métodos dos estudos históricos. A criação de revistas, tais como a *Historische*

---

<sup>69</sup> Discurso do Presidente. Sessão Aniversária em 15 de dezembro de 1903. **RIHGB**, t. 66, parte 2, p. 309, 1905.

*Zeitschrift* (1856), *Revue Historique* (1876), *Boletín de la Real Academia Española de la Historia* (1877), *English historical review* (1886), *Rivista storica italiana* (1888) e *American Historical Review* (1895), mostra a relação entre o surgimento de uma História científica e o aparecimento das grandes revistas históricas nacionais.<sup>70</sup>

Na bibliografia apontada anteriormente sobre o Instituto, majoritariamente, o material publicado na sua Revista representa a fonte principal das pesquisas daqueles autores apresentados. Das várias referências a ela, cito o destaque dado por Rollie Poppino ao dizer que consistia na principal publicação científica no Brasil e, como tal, “fixou os padrões intelectuais do país”. O que havia de mais fundamental e melhor no pensamento brasileiro em matéria de Ciências Sociais no século XIX, de acordo com Poppino, apareceu primeiro nas páginas da Revista.<sup>71</sup> Para Alice Canabrava, a Revista do Instituto tornou-se órgão divulgador de peças documentais, qualificando-a como instrumento de investigação imprescindível para a História do Brasil. Os escritos ali divulgados constituem “testemunho precioso” de como se concebia a reflexão histórica, ou seja, o trabalho do historiador.<sup>72</sup> Ana Luiza Martins classifica a Revista do Instituto como “periodismo institucional” por vir ao encontro da racionalização e do progresso da ordem republicana. Tais periódicos enriqueceram o panorama cultural contribuindo em várias instâncias pragmáticas do conhecimento científico e técnico. Segundo Martins, eles acabaram por legitimar o aparelhamento técnico-científico do Estado, dando-lhe consistência e visibilidade.<sup>73</sup>

A *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, no seu início, era publicada trimestralmente até 1864 quando se tornou semestral. Publicavam-se, também, volumes especiais para comemorarem eventos de interesse da instituição. Devido a sua periodicidade ininterrupta, ela recebeu o prêmio internacional no Congresso de História de Veneza em 1881. Pela organização de seu conteúdo, a Revista é composta de duas partes. Na primeira, há os documentos históricos e os artigos (estudos) e, na segunda, as atas das sessões periódicas. Os documentos reproduzidos possuem, geralmente, a apresentação de um sócio ou notas da Comissão de Redação. Nestas introduções e notas, há alusões sobre a origem, o período em que foram redigidos, bem como, observações sobre a tradução daqueles oriundos de língua estrangeira.

<sup>70</sup> DUMOULIN, O. Revistas históricas. In: BURGUIERE, A. (Org.). **Dicionário de Ciências Históricas**. Rio de Janeiro: Imago, 1993. p. 675-676. As considerações sobre a *cientificidade* da História serão trabalhadas no capítulo segundo.

<sup>71</sup> POPPINO, 1977, p. 305.

<sup>72</sup> CANABRAVA, A. P. Apontamentos sobre Varnhagen e Capistrano de Abreu. **Revista de História**, São Paulo, v. 43, n. 88, p. 417-424, out./dez. 1971. p. 418.

Os artigos publicados pertencem, em sua grande maioria, aos sócios do Instituto. Neles estão inseridos, igualmente, observações da Comissão de Redação. Muitos dos trabalhos publicados eram anteriormente lidos e discutidos nas sessões. Em ambos, nos documentos e nos artigos, não é incomum observar a inexistência de autoria e remissões às fontes citadas. Se alguns incorriam na falta de referências, em outros, porém, há a preocupação na utilização de notas de rodapé e anexos bibliográficos. Sobre o ineditismo dos trabalhos, cabe ressaltar que alguns provinham da transcrição (parcial, integral e/ou modificada) de outros publicados em jornais da época. O uso da iconografia (mapas, esboços, desenhos) pôde ser de igual forma observado, sendo mais constante o uso específico de fotografias a partir da primeira década do século XX.

Importantes discussões sobre a produção do conhecimento histórico estão presentes, também, nas atas das sessões do Instituto, ao transcreverem os discursos e propostas da diretoria e dos sócios, os pareceres das comissões de trabalho, os documentos e obras enviadas e recebidas, e as leituras realizadas que não foram publicadas. Na apreciação destas fontes, faço duas observações. Apesar da abordagem institucional, procuro destacar a ação dos sujeitos que fazem parte do seu quadro social e as diferenças nas suas concepções políticas e historiográficas. O Instituto não é tratado por mim como uma esfera homogênea que produz um discurso único, apesar do controle e regramento das atividades por um grupo diretor. Estarei me referindo e apresentando vários discursos que se justapõem e se contradizem. Apesar da minha consulta a relatórios governamentais e livros publicados na época, a pesquisa se detêm, principalmente, no material publicado na Revista, com seus *ditos* e *não ditos*. Desta forma, acredito que pesquisas futuras no grande acervo na sede do IHGB poderão contribuir para a formulação de novas questões e permitir discussões mais aprofundadas sobre temas expostos ou silenciados na Revista neste período.

Dos exemplares utilizados, destaco que todo o conteúdo dos tomos 52 a 74 foi analisado, incluindo as quatro edições especiais sobre o Brasil e Chile (1889), a Sessão Extraordinária pelo falecimento do Imperador (1892), em memória de D. Pedro II (1894) e o Quarto centenário do descobrimento do Brasil (1900). Em razão disso, muito tempo foi destinado à leitura das fontes, ou seja, os 430 artigos e documentos e as 458 atas de sessões exigiram uma leitura atenta e um amplo fichamento. O volume dos artigos/documentos e a extensão das atas em cada tomo variaram ao longo de mais de 20 mil páginas dependendo da presidência do Instituto, do contexto político e do “calor” das discussões. O texto aqui

---

<sup>73</sup> MARTINS, A. L. **Revista em revista**, imprensa e práticas culturais em tempos de República, São Paulo (1890-1922). São Paulo: Imprensa Oficial, 2001.



estruturado em nove subcapítulos, apesar de as notas de rodapé denunciarem, acaba por esconder todo um esforço de sintetizar, em blocos, amplas discussões fragmentadas que permearam as falas e os escritos dos sócios do IHGB ao longo de 23 anos.

Também procurei contextualizar essas falas e escritos, não dispensando o rigor da ordem cronológica, a fim de tornarem profícuas as relações diacrônicas e sincrônicas. Apesar de ater-me até 1912, a Revista deste ano deixou de merecer maior atenção porque a nova presidência do Conde de Afonso Celso iniciou-se em fevereiro e a publicação do periódico já atendeu às diretrizes da nova gestão. Houve a necessidade de retornar ao material publicado na Revista do IHGB entre os anos de 1839 e 1888 a fim de analisar *in locu* alguns textos e discursos para evitar o erro de afirmar o ineditismo de algo (depois de 1889) já observável anteriormente. Contudo, essa dissertação não se constitui em um estudo comparativo sobre o IHGB e sua produção antes e após 1889. Tal estudo exigiria uma leitura mais atenta da Revista a partir de 1839, demandando um tempo que não dispunha.

O acesso às publicações do IHGB deu-se, principalmente, pelo acervo da Biblioteca Central da PUCRS. Os volumes danificados ou faltantes foram consultados nas bibliotecas da Universidade de Passo Fundo, Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e do próprio IHGB, através da possibilidade de aquisição e envio via empresa de correios. As informações disponíveis na internet pelas instituições governamentais e acadêmicas foram de grande valia. O levantamento e a leitura da bibliografia consultada foram possíveis graças às bibliotecas da PUCRS, UFRGS (BSCSH), FAPA, UNISINOS e a Pública do Estado do RS. Os poucos livros necessários não constantes no acervo daquelas instituições e os trabalhos acadêmicos de instituições em outros Estados, que ainda não estão disponíveis na *web*, foram consultados através do prático sistema de comutação (COMUT). Da bibliografia que não encontrava-se publicada no Brasil, nem disponível nos acervos das bibliotecas a que tive acesso, pude contar com a comodidade da importação de livros.

Devido à possível dificuldade de entendimento na leitura deste trabalho, fui obrigado a atualizar, gramaticalmente, parte dos discursos e artigos transcritos ao longo dos capítulos. Nas citações diretas, alterei a ortografia das palavras. Quando nas frases apresentavam-se termos antigos que não são contemplados pelos dicionários atuais, recorri à consulta de dicionários de época, apresentando-os traduzidos em paráfrases. Tal recurso também foi usado para deixar inteligíveis, principalmente, os discursos que, por serem pronunciados em eventos festivos, caracterizavam-se pelo empolamento.

A fim de evitar que a pesquisa ficasse restrita aos intelectuais mais “famosos”, construí uma planilha com os, aproximadamente, 405 sócios que fizeram parte do quadro social do

Instituto entre 1889 e 1912. Da produção historiográfica no Brasil, a postura “moderna” de Capistrano de Abreu, tão propagada pela bibliografia, acabava por obliterar os “outros” historiadores. Através deste levantamento prosopográfico foi possível fazer relações com os quase desaparecidos nomes citados na bibliografia sobre os intelectuais e a produção historiográfica ao final do século XIX. Sempre que possível, procurei através das notas de rodapé apresentar uma biobibliografia sucinta de alguns sócios para situá-los no tumultuado período político, a relevância de seus trabalhos, seu ingresso e atuação no IHGB. Entretanto, em alguns casos específicos nos capítulos primeiros e segundo, dispensei esse pequeno levantamento citando somente seus nomes no corpo do texto inseridos em grupos mais amplos de intelectuais. Procurei também estabelecer ligações entre os comportamentos, ditos e escritos de alguns membros, individualmente, “dentro” e “fora” do Instituto, a fim de apurar semelhanças e diferenças em suas posturas.

Frente aos poucos estudos sobre as atividades do IHGB a partir de 1889, deparo-me com duas inquietações: de motivação sobre a possibilidade de estudar um tema pouco explorado e de insegurança por abordar um conjunto de questões não perdendo de vista o que foi feito no Instituto antes de 1889 e o que estava sendo discutido e escrito fora da instituição, no Brasil e no exterior, sobre o conhecimento histórico. A maneira como a História estava sendo pensada e escrita na Europa Ocidental representava uma armadilha da qual procurei fugir, apesar de acreditar, inicialmente, que facilmente poderia estabelecer ligações diretas através do Atlântico. Pensava eu em encontrar na historiografia brasileira fortes semelhanças com o ambiente pré-Annales ou pré-escola metódica fartamente descrito na bibliografia produzida por lá. Não tão delimitado academicamente como na Europa, o conhecimento histórico achava-se, no Brasil, mesclado com outros campos do saber num momento de grande efervescência intelectual. Diferentes “Brasis” estavam sendo pensados, discutidos e registrados por incipientes campos de conhecimento que procuravam se legitimar. Tal intuito consistia em uma via de “mão dupla” pois a História, a Geografia, a Etnografia, a Sociologia, entre outras, buscavam legitimação dando legitimidade ao poder político.

Nestas considerações iniciais, cabe esclarecer algumas questões conceituais que nortearam a composição da minha pesquisa. Primeiramente, quem eram os historiadores que labutavam em prol do conhecimento histórico naquela época? Francisco Falcon ajuda-me nesta questão ao refletir sobre a *identidade do historiador*. Historiador será considerado todo aquele que tem autoconsciência de ter produzido ou tentado produzir um texto de História, bem como aquele que é reconhecido por tê-lo produzido. Daqui surgem duas perspectivas, uma com o foco no sujeito e outra no texto. A primeira parte da premissa da existência de um

certo tipo de profissional especializado praticante de um ofício intelectual que consiste em saber produzir um tipo específico de conhecimento, no caso, conhecimento histórico, que se materializará em um texto reconhecido como de História pelos demais praticantes do ofício.

Na segunda perspectiva há a questão de existir ou não características capazes de conferir o caráter de História a um determinado texto, sendo irrelevante o fato de que quem o produziu ser considerado ou não um historiador.<sup>74</sup> Se tais ressalvas são importantes atualmente, também são para o período pesquisado, pois espaços acadêmicos para cursos de História no Brasil surgiram somente com a fundação das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras de São Paulo, em 1934, e do Rio de Janeiro em 1935. Foram estes espaços que formaram as primeiras turmas de historiadores no país. Francisco Iglésias aponta que, anteriormente, o ofício do historiador era executado por uma categoria mais abrangente de intelectuais: a dos “homens de letras”. Não sendo profissionais da História, diplomatas, professores, médicos, advogados, párocos, militares, comerciantes dedicavam-se a esse campo do conhecimento de forma sistemática e apaixonada, acumulando um grande saber cuja principal fonte de legitimidade era o trabalho de pesquisa documental: o trabalho de consultar, reunir, criticar e copiar documentos manuscritos.

Os intelectuais que produziram estudos tidos como históricos nesse período anterior às Faculdades de História estavam convivendo, segundo Iglésias, com duas situações: uma era de crise profunda no campo do poder, cuja marca era a incerteza política e a outra era o processo de aprimoramento dos trabalhos históricos através das relações com outros campos do saber. Surgia daí uma tensão entre o historiador e o político. Somente com o surgimento dos citados cursos de História na década de 1930 que o trabalho do historiador deixou de ser amador para se tornar profissão.<sup>75</sup> Por isso, ao me referir aos sócios-historiadores no IHGB parto do princípio de que as suas disposições intelectuais eram amplas. Os sócios se referiam a si mesmos e aos demais autores de trabalhos históricos como *historiadores*, *historiógrafos* e *cronistas*. A diferença entre eles era estabelecida nos pareceres de cada comissão de trabalho, conforme o posicionamento do escritor diante do que fora relatado e a extensão do conteúdo abordado. As divergências entre o *historiador* e o *cronista* propostas por José Honório Rodrigues são pertinentes pois se assemelham, em alguns pontos, aos critérios utilizados pelos sócios na época. Os escritos dos cronistas pertencem a um gênero menor, sem pretensão de obra acabada, limitada a uma missão, a um episódio. Já o historiador generaliza os

---

<sup>74</sup> FALCON, F. J. C. A identidade do historiador. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 17, p. 7-30, 1996.

<sup>75</sup> IGLÉSIAS, F. José Honório Rodrigues e a historiografia brasileira. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 55-78, 1988. p. 61.

motivos, as ligações com outros fatos e as conseqüências. Enquanto os primeiros redigem trabalhos conjecturais (baseadas em presunções, evidências incompletas, pressentimentos, suposições), os historiadores apresentariam obras estruturais (consideradas dentro de um conjunto organizado).<sup>76</sup>

A diferença entre o *historiador* e o *historiógrafo* não foi motivo de explicações pelos sócios nos discursos e nos textos pesquisados. No entanto, os dicionários no século XIX faziam a distinção entre estes dois literatos. Historiador e historiógrafo escreviam histórias, mas de diferente modo e por diversas circunstâncias. Historiógrafo era um literato pensionado do Estado ou de um príncipe para escrever a sua história e corresponde quase sempre ao que se chamava cronista. O historiador, por sua vez, era um literato que compunha uma história sem ser pensionado e quase sempre “não contemporânea”. O historiógrafo constituía-se num simples analista, que referia acontecimentos, reunia materiais, ao passo que o historiador escolhia-os, colocava-os em ordem, examinava os fatos, julgava os homens e as coisas; costumava ser “menos adulator e mais imparcial” que o historiógrafo.<sup>77</sup> Já nos dicionários no início do século XX, o termo *historiador* passa a englobar estas duas acepções.<sup>78</sup> Em razão disto, utilizo indistintamente os termos *intelectuais*, *homens de letras*, *literatos*, *historiadores* para aqueles sócios do Instituto que se dedicaram aos estudos históricos e que eram reconhecidos pelos seus pares ou assim o foram posteriormente.

Outro termo que deve ser aclarado é *História*. Os estudos de história conceitual, *Begriffsgeschichte*, desenvolvidos por Reinhardt Koselleck apontam as longas e importantes modificações no que hoje conhecemos como História. Como um singular plural ou coletivo, a História, segundo Koselleck, passa a designar, a partir do século XVIII, em seu sentido moderno, numa só palavra, os fatos, o relato destes e o conhecimento científico.<sup>79</sup> Abstenho-

<sup>76</sup> RODRIGUES, J., 1979, p. XVII-XVIII.

<sup>77</sup> SILVA, A. de M. **Dicionário da língua portuguesa**. 6. ed. aum. por Agostinho de Mendonça Falcão. Lisboa: A. José da Rocha, 1858. v. 2, p. 144. Semelhante descrição há em FARIA, E. de. **Novo Dicionário da língua portuguesa**: para uso dos portugueses e brasileiros. 2. ed. Lisboa: Tipografia Lisboense de José Carlos D'Aguiar Vianna, 1850. v. 3, p. 678-679.

<sup>78</sup> “Que escreve história ou escreve sobre a vida da humanidade. O que conta ou narra um acontecimento, um fato ou sucesso. Historiógrafo, escritor de história. Cronista, cronógrafo; o que é encarregado oficialmente pelo Estado ou por um príncipe de escrever a história de uma época.” VALENTE, A. L. dos S. (Dir.). **Dicionário contemporâneo da Língua Portuguesa**: feito sobre um plano inteiramente novo. Lisboa: Tipografia da Parceria Antonio Maria Pereira, 1911. v. 1, p. 901-902. Em dicionário posterior, o *historiador* era: “Aquele que escreve sobre história; o que escreve história; narrador. Historiógrafo, aquele que escreve a história de uma época; cronista; historiador.” MORENO, A. **Dicionário complementar da língua portuguesa**: ortoépico, ortográfico e etimológico, com um glossário de arcaísmos. Porto: Educação Nacional, 1936. p. 705.

<sup>79</sup> KOSELLECK, R. **historia/Historia**. Madrid: Editorial Trotta, 2004 e Id. **Los estratos del tiempo**: estudios sobre la historia. Barcelona: Ediciones Paidós, 2001. As contestações sobre o período da assunção deste sentido moderno da História apresentado por Koselleck são feitas por: YILMAZ, L. Como a História deveria ser escrita; ou deve mesmo ser escrita? **Ágora**, Santa Cruz do Sul, v. 11, n. 1, p. 21-29, jan./jun. 2005.

me em aceitar este sentido “moderno”, por não conseguir visualizá-lo nas palavras dos sócios do Instituto Histórico. Evito tal apriorismo. Não há uma preocupação dos literatos do IHGB em distinguir *História* ou *história* pela grafia da inicial com letra maiúscula ou minúscula. Na grande maioria das vezes, ela foi grafada com inicial minúscula. Para o sócio Tristão de Alencar Araripe, defensor de uma grafia da língua portuguesa com base fonética, ela era escrita sem a letra “h”. Entretanto, pelo uso que fazem nos discursos e nos textos, estabeleci a existência de quatro acepções pelos intelectuais ali reunidos: *história* como passado, algo acontecido, vivido (*res gestae*); *história* como exposição escrita do acontecido, um relato, uma narração (*rerum gestarum*); *História* como campo do saber, área do conhecimento; e *História* do Brasil ou *História* Universal como a grande obra que será escrita, reunindo as várias histórias e documentos. Desta forma, a ortografia adotada nesta dissertação seguirá tal diferenciação.

As discussões atuais sobre as aproximações e afastamentos entre *História* e *Memória* propiciariam uma outra abordagem teórica sobre o riquíssimo material publicado pelo IHGB.<sup>80</sup> Entretanto, neste trabalho me limitarei a definir o uso da palavra *memória* a duas significações, conforme o uso pelos próprios sócios do Instituto: como ato de lembrar, recordar, perpetuar a imagem de alguém (memória do Imperador) ou de algo (memória nacional); e como registro escrito de um fato presenciado pelo autor, como sinônimo de histórias, notícias, informações, reminiscências. Outro termo que em razão das fontes primárias deve ser delimitado é *discurso*. Apesar de serem utilizados como sinônimos pelos que estudam a produção do conhecimento histórico, utilizo a palavra *discurso* para designar as falas dos sócios pronunciadas nas sessões do Instituto e transcritas nas atas, referindo-me, entretanto, ao material escrito e publicado por eles como *texto* ou *artigo*.

As minhas pesquisas sobre o Instituto Histórico e a sua produção foram enriquecidas com as teorizações do historiador francês Michel De Certeau que, publicadas, inicialmente, de forma parcial em 1974,<sup>81</sup> tiveram continuidade quando do lançamento de *A escrita da história* em 1976.<sup>82</sup> Ao conceber a História como uma *operação historiográfica*, De Certeau destaca que o *fazer história* deve ser compreendido na relação entre um lugar, os procedimentos de análise (as técnicas, as práticas) e a construção de um texto.<sup>83</sup> Quais são as relações que se

<sup>80</sup> Principalmente pelos estudos de Maurice Halbwachs, Marc Bloch, Pierre Nora, Paul Ricoeur e, atualmente, Fernando Catroga, entre outros.

<sup>81</sup> DE CERTEAU, M. A operação histórica. In: LE GOFF, J.; NORA, P. (Org.). **História**: novos problemas. 4. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

<sup>82</sup> Id. **A escrita da história**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2000.

<sup>83</sup> Paul Ricoeur retoma, posteriormente, estas considerações na trilogia *Tempo e Narrativa* apesar de acreditar que “algumas fórmulas” de Michel De Certeau terem ido muito longe no sentido do marxismo clássico ao

podem estabelecer entre lugares determinados e textos/discursos neles produzidos? Baseado neste tripé estruturei a dissertação em três capítulos, a fim de verificar de que forma esta operação historiográfica era realizada no Instituto Histórico.

Outro trabalho cuja leitura instrumentalizou-me com interessantes problematizações foi o livro *Futuro passado* de Reinhart Koselleck publicado em 1979. De maneira geral, nessa obra o autor pretendeu investigar a forma pela qual, em um determinado tempo presente, o passado entra em relação de reciprocidade com o futuro. Para isso, ele utiliza os termos *experiência* e *expectativa* para fundamentar a possibilidade de uma história, seja como vivido ou seu relato. Para Koselleck, não existe nenhuma história que não tenha sido constituída pelas experiências e expectativas de pessoas que atuam ou sofrem. Não há expectativa sem experiência, assim como não há experiência sem expectativa. Através delas, passado e futuro se entrecruzam. As experiências liberam os prognósticos e os orientam. O que se espera para o futuro está limitado pelo que se sabe do passado.

Estes dois termos compõe as categorias metahistóricas *espaço de experiência* e *horizonte de expectativa* que fazem mais do que se oporem polarmente, elas se condicionam mutuamente. Entretanto, sempre pode suceder algo distinto do esperado. O espaço de experiência nunca é suficiente para determinar um horizonte de expectativa. O futuro não deriva por completo do passado. O espaço de experiência possui várias possibilidades cumpridas, como também projetos derrotados. No passado projetou-se um futuro ou futuros que não necessariamente se realizaram. Novas experiências abrem novas perspectivas, enquanto experiências podem ser modificadas por expectativas retroativas.<sup>84</sup> Justamente esta tensão entre espaço de experiência e horizonte de expectativa, seja num projeto de governo

---

sugerirem uma relação linear e mecânica entre a produção histórica e a organização social. RICOEUR, P. **Tempo e narrativa**. Campinas: Papirus, 1997. tomo III, p. 267, nota 27. A estrutura triádica de De Certeau é adotada por Ricoeur em RICOEUR, P. *Historia/Epistemologia*. In: \_\_\_\_\_. **La memoria, la historia, el olvido**. Madrid: Editorial Trotta, 2003. p. 179. François Dosse destaca esta postura cautelosa de Ricoeur ao atribuir a prevalência de uma consubstancialidade entre o enunciado teórico e o seu meio social de origem, a fim de evitar qualquer forma de sociologismo ou de explicação em termos de reflexo, o que não significa que De Certeau tenha caído nesta “armadilha reducionista”. DOSSE, F. Michel De Certeau e a História: entre o dizer e o fazer. In: \_\_\_\_\_. **História e Ciências Sociais**. Bauru: EDUSC, 2004. p. 200. Roger Chartier situa o trabalho de Michel De Certeau na década de 1970 pelo diálogo crítico travado com o livro de Paul Veyne lançado em 1971 intitulado *Como se escreve a história* e o de Hayden White, *Metahistória*, de 1973. CHARTIER, R. Estratégias e táticas, De Certeau e ‘as artes de fazer’. In: \_\_\_\_\_. **À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietudes**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2002. p. 151-161.

<sup>84</sup> A obra foi publicada inicialmente em alemão. Utilizei-me, inicialmente, da tradução para a língua espanhola, contudo, em razão das críticas a ela, passei a usar a recente edição em língua portuguesa. KOSELLECK, R. ‘Espaço de experiência’ e ‘horizonte de expectativa’, duas categorias históricas. In: \_\_\_\_\_. **Futuro passado**, contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006. p. 305-327. Paul Ricoeur retoma tais reflexões de Koselleck enfatizando a questão do presente neste entrecruzamento do passado com o futuro. Como a experiência, a expectativa relativa ao futuro está inscrita no presente, “é o futuro-tornado-presente voltado para o não ainda”. RICOEUR, P. Rumo a uma hermenêutica da consciência histórica. In: \_\_\_\_\_. **Tempo e narrativa**. Campinas: Papirus, 1997. t. III, p. 360-373.

monárquico ou republicano, seja num projeto de escrita da História nacional em ambos os regimes, é o que me proponho a analisar neste trabalho. Daquele objetivo mais geral com que parti no início desta pesquisa em 2004, cheguei a um mais específico para esta dissertação: analisar a operação historiográfica no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1912) diante da tensão entre espaço de experiência e horizonte de expectativa num momento de profundas e amplas transformações na sociedade brasileira. A fim de atingir este objetivo, estruturei meu texto da seguinte forma:

No capítulo primeiro, intitulado *O Instituto Histórico entre a coroa e o barrete frígio*, procuro mostrar que *lugar* era este, quem compunha seus quadros, de que maneira procurou dar continuidade a suas atividades, que tensionamentos ocorreram em razão de seu passado intrinsecamente ligado ao regime derrubado e de um presente que, inicialmente, apresentava-se como novo, negando este pretérito. Para isto, analiso as ações de reaproximação do Instituto com o novo regime; o peso dos deveres para com o passado, representado principalmente no sentimento de devoção e gratidão ao Imperador D. Pedro II; e as críticas aos projetos propostos e impostos pelos distintos governos republicanos apesar dos reiterados discursos de neutralidade dos sócios. Nesta primeira parte, as fontes privilegiadas foram as atas das sessões.

Em *Os estudos históricos no Instituto, qual História?* detenho-me no conjunto de concepções e práticas defendidas e executadas pelos sócios em prol do conhecimento histórico. Apesar de não previsto inicialmente como capítulo, as distintas percepções sobre a História e o papel do historiador obrigaram-me a expor e analisá-las em três blocos. No primeiro abordo o entendimento da História, envolvendo passado, presente e futuro, os sujeitos, a imparcialidade e o patriotismo, a impossibilidade de uma História contemporânea e as atividades do Instituto para a História do Brasil. Posteriormente, ao invés de conceber, como geralmente a bibliografia nos conduz a acreditar, a História como uma *ciência*, busco averiguar qual o entendimento que os membros do Instituto tinham sobre as Ciências e as discussões sobre a coerência ou não de designar a História como tal. Desta forma, é possível fazer ligações com os outros campos do saber que almejavam tal status. Se a consideração *a priori* da História como ciência leva-nos a uma simplificação do debate que ocorria, um deles seria justamente cegar-nos quanto à força e recorrência da religiosidade naquele período. Se, ao final do século XIX, os estudos históricos principiam na busca de uma “cientificidade”, não menos importante, também envolvem-se em polêmicas sobre a fé e os dogmas. Nesse capítulo segundo, como fontes, além das atas das sessões, recorri a alguns artigos publicados, apesar de em menor número.

No capítulo final, *As histórias para a História do Brasil*, analiso quais os temas mais recorrentes e os que mais suscitaram polêmicas no material publicado. Parto da premissa de que as localizações políticas mobilizaram o interesse e o tipo de pesquisa realizado se sobrepondo às intenções pessoais de cada um dos membros do IHGB. A (re)leitura do passado do país feita pelos sócios, por mais controlada que tenha sido pela análise dos documentos, foi dirigida por uma leitura do presente. Com efeito, as (re)interpretações sobre este(s) passado(s) fizeram-se em função de questões impostas pela situação que o país passava após a queda do trono. Tendo como foco a atuação dos sócios, seja na esfera política, como intelectual de maneira geral, subdividi este capítulo de acordo com a participação ou não deles nos acontecimentos que relatavam. Assim, inicialmente, analiso de que forma eles debateram e narraram temas que envolviam sujeitos e acontecimentos do período colonial até o início do reinado de D. Pedro II. Num segundo momento, averiguo de que maneira esses sócios, outrora partícipes dos acontecimentos que relatavam, procuraram deixar registradas as histórias sobre o governo do falecido monarca. Apesar de propalarem o perigo de se reportarem a acontecimentos recentes, os tempos tão próximos da República estiveram, também, entre os temas polêmicos debatidos entre os literatos. Nesse capítulo terceiro, o uso das fontes foi mais amplo ao servir-me tanto das atas das sessões, como dos documentos transcritos e dos artigos publicados na Revista.

Após um longo caminho para sistematizar o material pesquisado consegui dirimir muitas daquelas inquietações de recém-egresso da graduação sobre a História e o ofício do historiador, porém tantas outras acabaram por surgir, principalmente por tratar-se de um riquíssimo período de estudos ao final do século XIX e início do XX. Intriga-me que várias daquelas questões discutidas entre os historiadores brasileiros entre 1889 e 1912, ainda hoje, em pleno século XXI, causam inquietações e desafiam os intelectuais das Ciências Humanas. Por isso, as minhas pesquisas sobre esse assunto continuam. Independente da recepção que essa pesquisa irá ter no meio acadêmico, encontro-me satisfeito pela significativa adição de conhecimentos à minha incipiente bagagem de historiador. Esta dissertação de mestrado é ponto fulcral por onde entrecruzam minhas experiências e expectativas.

Ao falar da História e dos historiadores através do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro pude compreender um pouco mais sobre a complexidade, falibilidade e incompletude permanente desta profissão a que escolhi me dedicar. Como bem nos recorda Henri Marrou:



[...] quase sempre a História pecou por húbri, por esse descomedimento que a fazia esquecer o sentido dos seus limites, o peso das suas servidões, a humildade da condição humana: ah! soberba, ambiciosa, icária Clio! Confiando demais em tuas asas, quantas vezes te esmagaste contra o solo por teres pretendido voar acima do teu poder...<sup>85</sup>

Reconhecer tais limitações ajuda-me a refletir com mais proficuidade sobre a História, os historiadores e sobre o meu próprio trabalho.

---

<sup>85</sup> MARROU, H. I. **Do conhecimento histórico**. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1978. p. 188.

# 1

## O INSTITUTO HISTÓRICO ENTRE A COROA E O BARRETE FRÍGIO

As incertezas dos brasileiros, em especial dos moradores da cidade do Rio de Janeiro, nos momentos posteriores à proclamação da República, apesar de serem recorrentes na bibliografia sobre este período, foram muito bem caracterizadas por Machado de Assis no romance *Esau e Jacó*.<sup>86</sup> Custódio, dono da *Confeitaria do Império*, havia decidido melhorar o aspecto da tabuleta com o nome do seu estabelecimento, pintando-a novamente. Porém, com os boatos da instauração de um governo republicano e o partidarismo que o nome da confeitaria pressupunha, o confeito ficou em dúvida sobre o que fazer. Permanecer com o mesmo nome poderia angariar represálias dos adeptos do novo regime; mudá-lo para *Confeitaria da República* seria uma solução, mas e se houvesse uma reviravolta? Conversando com seu vizinho, o Conselheiro Aires, decidiram que a nova designação da referida casa deveria servir tanto para um regime como para outro. Até definir um título definitivo, popular e imparcial, Custódio solicitou ao pintor contratado que “parasse no d.”. Ficaria a tabuleta constando “*Confeitaria d...*”, até que os fatos políticos do país tomassem um rumo mais claro. Custódio pensava no que perderia mudando o nome da confeitaria: “uma casa tão conhecida, desde anos e anos!”

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, desde a sua fundação em 1838, mantinha estreitos laços com o antigo regime deposto em 15 de novembro de 1889. Sua localização,<sup>87</sup> as atividades desempenhadas, seu quadro social<sup>88</sup> e a figura de seu *Protetor*<sup>89</sup> faziam-no uma das instituições mais conhecidas e respeitadas do país naquele momento. Que lugar teria “uma

<sup>86</sup> ASSIS, M. de. **Esau e Jacó**. São Paulo: Ática, 2003. A primeira edição é de 1904.

<sup>87</sup> Inicialmente, ocupando uma sala no antigo Museu Nacional, a sede do Instituto, desde 1839 foi transferida por diversos locais até se estabelecer no antigo Convento das Carmelitas, no Paço Imperial em 1840. Em 1916 mudou-se novamente para o local onde permanece, após novas reformas, até os dias atuais no bairro da Lapa na esquina das Avenidas Augusto Severo e Teixeira Freitas.

<sup>88</sup> Quando de sua fundação, em 1838, o status sócio-profissional e a importância política dos seus fundadores atestavam a integração do Instituto ao *establishment* imperial. WEHLING, 1983, p. 8-9. Ao longo do Segundo Reinado, o acesso às vagas dos seus quadros era facilitado aos membros do aparelho de Estado e personalidades ligadas ao Imperador. GUIMARÃES, L., 1995, p. 489, 564.

<sup>89</sup> Em 1º de dezembro de 1838, o secretário do Instituto, Januário da Cunha Barbosa, propôs que fosse solicitado ao futuro Imperador o seu aceite do título de *Protetor do Instituto Histórico*. Em 19 de março de 1839, D. Pedro recebeu uma deputação, chefiada por José Feliciano Fernandes Pinheiro, Visconde de São Leopoldo, primeiro presidente do IHGB, para conceder-lhe tal título. Em 27 de novembro de 1840, D. Pedro II compareceu, pela primeira vez, ao Instituto Histórico. A partir daí, tal relação implicava, segundo Paschoal Guimarães, uma dupla sujeição a D. Pedro II: mecenas do Instituto e a maior autoridade do país. *Dependência e lealdade* caracterizariam esta sujeição à Coroa e ao Imperador. GUIMARÃES, L., 1995, p. 497-498.

casa tão conhecida desde anos e anos” sob os novos tempos? Como o Instituto se posicionaria entre o peso do passado, a instabilidade do presente e a incerteza do futuro?

Em 7 de novembro de 1889 reuniram-se, mais uma vez, os sócios do Instituto Histórico como faziam, periodicamente, desde outubro de 1838. Os trabalhos transcorreram, normalmente, naquela noite de sexta-feira. Dentre os quatorze sócios ali presentes, estava sentado, como fez em mais de quinhentas oportunidades, o seu *Protetor Imediato*, o Imperador D. Pedro II. O orador na ocasião, Visconde de Taunay, em discurso dirigido ao monarca para dar-lhe os pêsames em razão do falecimento do rei de Portugal, Dom Luís, ainda destacava a força e a legitimação do regime e de seu representante maior:

Neste doloroso trance, grato deve ser o espírito de Vossa Majestade reconhecer, que em ambos os povos, brasileiro e português, permanece vivaz e intensa a centelha do sentimento monárquico, que só encontra elementos para se robustecer ao influxo da vida hodierna, quer européia quer americana.

[...] o Brasil não tem senão motivos de admirar o soberano que possui e de lhe ser reconhecido.<sup>90</sup>

Foi a última sessão do IHGB sob a sombra do trono. Em 15 de novembro de 1889, a centelha monárquica foi abrandada diante da exacerbada chama republicana. Naquela manhã, o General Deodoro da Fonseca proclamou a República no Campo de Santana, Rio de Janeiro, então sede da Corte. Dois dias depois, na madrugada de 17 de novembro, D. Pedro II e sua família foram conduzidos ao embarque rumo ao exílio na Europa. Encerravam-se um reinado de quase meio século e uma forma de governo instaurada com a proclamação da Independência há 67 anos. Apesar de muitos burocratas do regime Imperial terem aderido ao

---

<sup>90</sup> 20ª Sessão em 7 de novembro de 1889. **RIHGB**, t. 52, parte 2, p. 525, 1889. *Alfredo de Escagnole Taunay*, Visconde de Taunay (1846-1899), desempenhou no antigo regime as atividades de Deputado Geral, Senador e Presidente de Província. Permaneceu monarquista até falecer. Na introdução às suas memórias, seu filho apontava: “Impusera-lhe a revolução de 15 de novembro de 1889, como imperativo de coerência, pundonor e dignidade de homem público, o afastamento completo do regime derribador do trono [...]. Arroubadado admirador de Dom Pedro II, em quem enxergava um dos mais nobres exemplares humanos, de todas as épocas, não podia, de forma alguma, aderir à nova ordem de coisas implantada no Brasil.” TAUNAY, Afonso de E. À guisa de intróito. In: TAUNAY, Alfredo de E. **Memórias**. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1960. p. 7.

novo governo<sup>91</sup> e da não reação inicial contra a República, era permanente o temor de uma contra-revolução monárquica.<sup>92</sup>

Na primeira sessão do Instituto Histórico, após a proclamação republicana, a 29 de novembro de 1889, Joaquim Norberto da Souza Silva, presidente na ocasião, em discurso aos demais presentes, procurava esclarecer a posição da instituição diante dos recentes acontecimentos. O presidente ressaltava que, apesar da “intransigência política” do acontecido, a gratidão ao antigo monarca e a tradição ao passado não significavam oposição à “nova ordem das coisas estabelecidas”, e, por isso, rogava por uma República livre e pela não interrupção dos serviços da Instituição que presidia.<sup>93</sup> Mais do que nunca, o lema do Instituto, *pacifica scientiae occupatio*, deveria designar o que lá se fazia – atividade científica pacífica. Através dessas palavras vejo que a República fora “aceita”, mas se temiam, talvez, represálias, por isso o apelo à liberdade e à tolerância.

Colocando-se entre o novo e o antigo, as palavras de Joaquim Norberto tentavam conciliar a atual ordem das coisas com os longos anos de serviços prestados pelo Instituto. Nesta mesma sessão, João Severiano da Fonseca, na função de 2º secretário, também procurou mostrar que a dívida da Casa para com seu protetor não era infensa à nova ordem:

O advento da República Brasileira trouxe-nos uma perda imensa e um imenso pesar: o afastamento do nosso augusto e venerado imperador. Saiu, mas o Instituto sabe, que sua retirada não foi um castigo; foi a consequência imperiosa, imprescindível, fatal, da nova ordem das cousas; foi uma necessidade inevitável; foi a garantia, não só da estabilidade da nação, como para a individualidade do Imperador. E com ele seguiram todo o respeito, estima e veneração que os Brasileiros devem e têm a esse grande e virtuoso varão. Saiu, porque não podia ficar. Não é um decaído; é antes um aposentado; retirando-se com todas as honras e distinções.

Senhores, S. M. o Sr. D. Pedro de Alcântara era o protetor, o pai do Instituto. E eu levanto-me aqui, solenemente, para pedir ao Instituto, que, no meio, dos seus arroubos pelos esplendores da mãe pátria, não se esqueça da gratidão, que deve àquele que foi seu protetor e pai.<sup>94</sup>

<sup>91</sup> Sobre as adesões, o Marquês de Paranaguá, futuro presidente do Instituto, apontava que muito “custava viver neste meio infeccionado de tanto republicano póstumo; as adesões já tocam à indecência”. Rio de Janeiro. 26 nov. 1889. Coleção Baronesa de Loreto. Arquivo do IHGB, lata 299, P35. citado por JANOTTI, 1986, p. 19. A aceitação e adesão de monarquistas ao novo regime é recorrente na bibliografia que trata deste período, porém, o comportamento individual de alguns dirigentes, incluindo sócios do Instituto, é detalhado em: LYRA, H. **História de D. Pedro II: 1825-1891**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1977. v. 3, p. 145-146 e FREYRE, 1962, t. 1, p. 6-8.

<sup>92</sup> Entretanto, as revoltas contra a instauração do novo regime não tardaram a acontecer, levando o governo a reagir com firmeza. CARONE, E. **A República Velha**, evolução política (1889-1930). 4. ed. São Paulo: DIFEL, 1983. v. 2, p. 31-48 e CASTRO, C. Revoltas de soldados contra a República. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Nova História Militar brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 301-313.

<sup>93</sup> 21ª Sessão Ordinária em 29 de novembro de 1889. **RIHGB**, t. 52, parte 2, p. 534-535, 1889.

<sup>94</sup> 21ª Sessão Ordinária em 29 de novembro de 1889. **RIHGB**, t. 52, parte 2, p. 537, 1889. *João Severiano da Fonseca* (1835-1897) pertenceu ao Corpo de Saúde do Exército, atingindo o posto de General de Brigada. Após a proclamação da República, foi eleito Senador. Renunciou ao mandato após a saída de seu irmão da

Mesmo com a queda do trono, Severiano da Fonseca destacava que a imagem<sup>95</sup> do monarca não fora atingida e desmerecida. D. Pedro II, conforme o secretário, havia cumprido o seu papel, afastando-se quando a “imperiosa” forma de governo chegou. Como filho agradecido, ainda sob a recente lembrança da presença real na última sessão em 7 de novembro, Severiano da Fonseca, imediatamente, tratou de apresentar ações internas para que não se olvidasse da dívida de gratidão do Instituto. Propôs que, enquanto fosse vivo o monarca, a cadeira na qual assentava-se nas reuniões periódicas, não fosse jamais ocupada, devendo permanecer coberta com um véu. Mesmo com tantas expressões de reconhecimento a D. Pedro II, ele sugeriu que não fosse realizada a Sessão Magna naquele ano. Devoção, mas com cautela diante das incertezas, pois a Sessão Aniversária do Instituto era comemorada todo dia 15 de dezembro, data que marcava a primeira vez que D. Pedro II havia presidido uma sessão do IHGB em 1849.<sup>96</sup>

De igual modo que Joaquim Norberto, Severiano da Fonseca destacou a relação do Instituto para com o novo governo, sugerindo que se inserisse na ata daquela sessão a proposta para que o IHGB se “submeta” à nova situação com o intuito de não prejudicar os interesses da Nação e que se envidariam todos os esforços em benefício da Pátria.<sup>97</sup> Mesmo não estando presentes à sessão em que foram ditas estas palavras, na seguinte declararam, por escrito, total concordância com seu conteúdo os sócios José Egídio Garcez Palha, Augusto Fausto de Souza, César Augusto Marques, José Lustosa da Cunha Paranaguá (Marquês de Paranaguá), Feliciano Pinheiro de Bitencourt e Augusto Vitorino Alves do Sacramento Blake. Tal fato difere da afirmação de Cláudia Regina Callari quando aponta que, com a derrubada da Monarquia, o IHGB não aceitou o novo governo de imediato.<sup>98</sup> No Instituto, o discurso de gratidão ao antigo não excluía o de submissão ao novo. Começaria a esboçar-se uma solução conciliadora que contentasse o antigo e o novo? Os interesses da Nação estariam acima das diferenças que porventura existissem? Através das leituras das atas das sessões periódicas,

---

chefia do governo, o Marechal Deodoro da Fonseca. De secretário suplente do Instituto em 1889, ascendeu paulatinamente chegando a 1º secretário em 1890 e a 3º vice-presidente em 1891. Logo após a proclamação da República, foi elevado à categoria de sócio honorário por proposta de Henrique Raffard, pois se tornou “merecedor não só pelos relevantes serviços prestados ao Instituto Histórico, como pelas eminentes qualidades que o caracterizam”. 22ª Sessão Ordinária em 6 de dezembro de 1889. **RIHGB**, t. 52, parte 2, p. 543, 1889.

<sup>95</sup> *Imagem* no sentido de caracterizar alguém ou algo a fim de que represente ou faça lembrar alguma coisa abstrata: Liberdade, Progresso, Moral, Justiça, etc. Termo utilizado pelos sócios.

<sup>96</sup> Até 15 de dezembro de 1849, o aniversário do Instituto era comemorado em 21 de outubro, quando de sua fundação em 1838.

<sup>97</sup> 21ª Sessão Ordinária em 29 de novembro de 1889. **RIHGB**, t. 52, parte 2, p. 538, 1889.

<sup>98</sup> CALLARI, 2001, p. 66.

reproduzidas na Revista do Instituto, analisarei como esta instituição voltada aos estudos históricos portou-se diante da transição da Monarquia para a República.

### 1.1 Reaproximando-se do novo regime

O Barão Homem de Melo, então 1º secretário, apesar de não estar presente à primeira sessão do Instituto após a queda do trono, enviou uma proposta para que se nomeasse uma comissão, da qual desejava fazer parte, para ir cumprimentar, em nome do IHGB, o Governo Provisório.<sup>99</sup> Tal solicitude gerou pesadas críticas dos sócios César Augusto Marques e José Egídio Garcez Palha; este, por sua vez, chegou a afirmar que o Instituto não possuía relações com os movimentos políticos do país, votando por isso pela rejeição da proposta.<sup>100</sup> Contudo, o referido sócio, oportunamente, acrescentou que sua opinião nada tinha de contrária à nova forma de governo. Após o debate que envolveu os demais presentes, a proposta do Barão Homem de Melo foi rejeitada. Observo que o caráter apolítico da Instituição era reforçado: aceitação e submissão, mas sem adulação.

Suspensa em 1889, a Sessão Magna voltou a ser realizada no ano seguinte, porém, pelo discurso de seu presidente, houve significativas mudanças desde a última realizada sob a sombra do trono.<sup>101</sup> Da pompa daquela, com a presença de quem Joaquim Norberto chamou de o “Novo Carlos Magno”,<sup>102</sup> com direito à guarda de honra e banda marcial, chegava-se à simplicidade de agora – “uma festa sem flores, sem música e sem damas”. Conforme seu presidente, o Instituto, em razão de uma “evolução rápida”, viu empalidecer a sua “bela

<sup>99</sup> 21ª Sessão Ordinária em 29 de novembro de 1889. **RIHGB**, t. 52, parte 2, p. 529, 1889. *Francisco Inácio Marcondes Homem de Melo*, Barão Homem de Melo (1837-1918), como homem público no antigo regime, foi Deputado Geral, presidiu Províncias e exerceu o cargo de Ministro da Guerra.

<sup>100</sup> 22ª Sessão Ordinária em 6 de dezembro de 1889. **RIHGB**, t. 52, parte 2, p. 546, 1889. *César Augusto Marques* (1826-1900) era médico do Exército, dedicando-se, após 1857, quando deixou a caserna, às funções de médico e professor. *José Egídio Garcez Palha* (1850-1898) foi militar da Armada, sendo veterano da Guerra do Paraguai.

<sup>101</sup> *Henrique Pedro Carlos de Beaurepaire-Rohan*, Visconde de Beaurepaire-Rohan (1812-1894), então 2º vice-presidente, foi um dos sócios que defendeu a continuidade da realização das Sessões Magnas, mesmo sob o novo regime. Ele lembrava ao Instituto a necessidade de se efetuarem as Sessões Aniversárias no mesmo estilo, pois não convinha deixar cair em desuso pelo interesse que aquela sessão sempre despertava, tanto pelo elogio histórico dos sócios falecidos, “fonte de bons ensinamentos às gerações futuras”, como pela leitura do relatório do 1º secretário acerca dos trabalhos efetuados durante o ano. 8ª Sessão Ordinária em 6 de junho de 1890. **RIHGB**, t. 53, parte 2, p. 435, 1890. No entanto, propunha ele, que fosse uma solenidade discreta, sem pompa. 20ª Sessão Ordinária em 12 de dezembro de 1890. **RIHGB**, t. 53, parte 2, p. 547, 1890.

<sup>102</sup> *Carlos Magno* (742-814), rei dos francos e imperador dos romanos, conduziu os exércitos francos à vitória sobre numerosos povos e estabeleceu seu domínio na maior parte da Europa Central e Ocidental. Foi o rei mais importante da Europa durante a Idade Média.

estrela” e, comparado ao personagem bíblico Jacó, deveria, também, ter de recomeçar seus trabalhos.<sup>103</sup> A Sessão Magna perdera aquele ar de solenidade oficial, pois mesmo com a proposta de Augusto do Sacramento Blake para que fossem convidados o Chefe de Estado e seus Ministros, o novo governo não se fez representar.<sup>104</sup>

No relatório lido pelo secretário suplente, José Alexandre Teixeira de Melo, nesta sessão, cabe destacar a maneira como se voltava a abordar a posição do Instituto diante do tumultuado momento que, não só a cidade do Rio de Janeiro, mas o país como um todo passava. O caráter apolítico da Instituição foi novamente enfatizado. Teixeira de Melo demarcava o lado em que se encontrava o Instituto: um local neutro, calmo e silencioso que não se confundia com as tumultuadas disputas que estavam ocorrendo “lá fora”. Esperava ele ainda que a liberdade “reinante desde 1822” continuasse presente após a proclamação da República. Assim como o presidente do Instituto no seu discurso em 29 de novembro de 1889, Teixeira de Melo voltava a apontar, um ano depois, a necessidade de um governo que reconhecesse os direitos de outrem. Mais que constatar, o secretário almejava uma República com liberdade e justiça.<sup>105</sup>

Ao ser eleito Presidente da República em 1891, Deodoro da Fonseca, foi proposto *Presidente Honorário* do Instituto em homenagem às suas virtudes e serviços à Pátria.<sup>106</sup> Ao falecer, em 1892, o “Generalíssimo” foi reverenciado de maneiras distintas por dois atuantes sócios. Enquanto Manuel Francisco Correia viu no “valente cabo de guerra” somente o destacado militar da Guerra do Paraguai, Tristão de Alencar Araripe, por sua vez, enfatizou as ações do egrégio cidadão na proclamação e organização das instituições republicanas que, mesmo diante das calamidades, tudo conteve para que não transbordasse a agitação, que “nenhuma gota de sangue tingisse o solo pátrio, que a arbitrariedade não desrespeitasse os lares, que os serviços públicos não fossem desprezados e a propriedade do cidadão não fosse violada”. Para Alencar Araripe, Deodoro da Fonseca fora uma figura decisiva no momento de

<sup>103</sup> Discurso do Presidente. Sessão Aniversária. **RIHGB**, t. 53, parte 2, p. 556-557, 1890. O personagem bíblico *Jacó* foi um dos patriarcas israelitas que, após trabalhar sete anos para desposar sua futura esposa, foi enganado por seu sogro, tendo que recomeçar seu trabalho, por mais sete anos, para casar com Raquel a quem desejava.

<sup>104</sup> 20ª Sessão Ordinária em 12 de dezembro de 1890. **RIHGB**, t. 53, parte 2, p. 547, 1890. Lilia Schwarcz aponta em sua biografia sobre o Imperador D. Pedro II que Deodoro da Fonseca teria visitado o Instituto em 1890. Não há informação semelhante em nenhum outro trabalho do e sobre o IHGB. SCHWARCZ, L. M. **As barbas do Imperador**, D. Pedro II um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 496.

<sup>105</sup> Relatório do 1º Secretário. Sessão Aniversária em 15 de dezembro de 1890. **RIHGB**, t. 53, parte 2, p. 563, 1890. *José Alexandre Teixeira de Melo* (1838-1907) era médico de formação, mas trabalhava na Biblioteca Nacional, onde aposentou-se como diretor em 1900.

<sup>106</sup> 4ª Sessão Ordinária em 17 de abril de 1891. **RIHGB**, t. 54, parte 2, p. 183-184, 1892.

“radical mudança”. O Brasil transitara, segundo ele, da Monarquia para a República, sem convulsões, sem resistências.

A nova forma de governo, conforme Araripe, estava bem aplicada e regendo o desenvolvimento do país. Esse tipo de discurso dará origem a uma questão, mais precisamente uma versão sobre a proclamação da República, que será incorporada por Araripe e outros sócios em seus escritos. Uma interpretação que não ficará sem réplica. Se discordavam quanto ao momento e às ações que Deodoro deveria ser lembrado, pelo denodo em defender o Império ou pelo arrojo em derrubá-lo, Correia e Araripe, contudo, concordavam em um ponto, somente com a intervenção do tempo, “quando as paixões amortecessem”, é que se poderá julgá-lo com “sinceridade e imparcialidade”. Mas enquanto o decurso do tempo não trazia serenidade de ânimo suficiente para o devido reconhecimento, Araripe defendia-se de seu declarado posicionamento diante do primeiro dirigente da República brasileira. Dizia ele: “Sei que neste recinto só temos a arena literária, sendo regra nossa o afastamento de manifestações políticas, todavia cumpre não recusar o aplauso à nobreza das ações e à generosidade dos sentimentos de cidadãos beneméritos, a cuja memória as letras se consagram.”<sup>107</sup> Mesmo evitando, Araripe manifestava-se politicamente.

Ao contrário do que havia acontecido na proclamação da República, quando a proposta do Barão Homem de Melo foi rejeitada ao sugerir a ida de uma comissão para felicitar o novo governo, César Augusto Marques, que fora um dos que a rejeitara naquela época, aparecia, neste momento, propondo a ida de um grupo de sócios do Instituto para assistir à missa do falecido ex-Presidente.<sup>108</sup> O comportamento de alguns sócios mudava ao passo que a República resistia. A partir das primeiras sessões após a proclamação da República, tornaram-se freqüentes as discussões inerentes aos subsídios que o Instituto recebia regularmente, até então, do governo monárquico. Destaco a importância desta questão nas atividades do IHGB, pois da receita total para o ano de 1889 que foi de 12:818\$410 (doze contos, oitocentos e dezoito mil e quatrocentos e dez réis), o aporte do governo de D. Pedro II fora de 9:000\$000,

<sup>107</sup> 13ª Sessão Ordinária em 26 de agosto de 1892. **RIHGB**, t. 55, parte 2, p. 347-348, 1893. *Manuel Francisco Correia* (1831-1905) foi um alto funcionário no antigo regime, nos Ministérios da Fazenda e do Império, exerceu os mandatos de Deputado e Senador, chegando a Presidente da Câmara, Ministro de Estrangeiros, Presidente de Província e Conselheiro de Estado. *Tristão de Alencar Araripe* (1821-1908) teve, também, um longo histórico profissional dedicado à Monarquia, como Chefe de Polícia, Desembargador, Presidente de Províncias chegando a Ministro do Supremo Tribunal de Justiça. Após a instauração do novo regime, além de compor o Supremo Tribunal Federal, foi Ministro da Fazenda e dos Negócios Interiores no Governo de Deodoro da Fonseca.

<sup>108</sup> 13ª Sessão Ordinária em 26 de agosto de 1892. **RIHGB**, t. 55, parte 2, p. 348, 1893. Deodoro da Fonseca foi bastante elogiado no discurso do Orador do Instituto na Sessão Magna daquele ano. Elogio do Orador. Sessão Aniversária em 15 de dezembro de 1892. **RIHGB**, t. 55, parte 2, p. 531-536, 1893.



ou seja, 70 % das entradas.<sup>109</sup> A Comissão de Fundos e Orçamento vinha, seguidamente, através de pareceres sobre as finanças, destacar a importância dos trabalhos da Instituição que se fazia merecedora do recebimento e, quiçá, de um aumento das verbas do governo:

Ainda mais uma vez lembra a comissão ao Instituto a necessidade de solicitar-se dos altos poderes do Estado o aumento do subsídio anual e temos fé que esse apelo não será baldado por partir da 1ª das nossas associações literárias que contando mais de meio século de existência tem renome firmado no velho e no novo mundo, e que guarda com estremecido zelo em seus arquivos os mais raros e preciosos documentos que são valiosos subsídios para a história pátria e em sua biblioteca obras de mais subido valor e a conservação de tanta preciosidade a ninguém mais interessa do que a Nação Brasileira a quem de direito elas pertencem, e o Governo Provisório não deixa de certo de atender a um pedido tão justo e razoável visto que a associação dispõem de tão minguados recursos.<sup>110</sup>

Estas palavras, apesar de pronunciadas em uma sessão fechada, procuravam atingir espaços mais amplos. A Comissão de Fundos e Orçamento esperava que esses reclamos fossem defendidos pelos consócios que tinham assento no Congresso Nacional, “onde com o rigor de sua palavra fluente e autorizada mostrarão a necessidade de aumentar o auxílio, que a esta associação presta o cofre do estado para que assim ela bem possa desempenhar a sua grandiosa missão”.<sup>111</sup> Enquanto o novo governo não se manifestava quanto à continuidade do envio de subsídios, o Instituto começava a procurar alternativas. Pelo que pude observar na leitura das atas, naqueles primeiros e duvidosos tempos do novo regime, a solução estaria no auxílio que os sócios viessem a prestar à instituição. A organização do Instituto por classes de sócios sofreu seguidas alterações desde os primeiros estatutos estabelecidos em 1838. Com os aprovados em 1º de agosto de 1890, constatei novas mudanças. Além da expansão no número de sócios efetivos e da flexibilização nos requisitos para os correspondentes, foi criada uma nova classe de sócios designada de *beneméritos*.<sup>112</sup>

<sup>109</sup> Balanço da Tesouraria no ano de 1889. **RIHGB**, t. 52, parte 2, p. I-IV, 1889. Tal percentual sugere certa relevância destes valores no orçamento do Instituto, ao contrário do que aponta Poppino quando se refere a “uma pequena subvenção”. POPPINO, 1977, p. 290.

<sup>110</sup> Parecer da Comissão de Fundos e Orçamentos de 14 de março de 1890. 3ª Sessão Ordinária em 28 de março de 1890. **RIHGB**, t. 53, parte 2, p. 415, 1890.

<sup>111</sup> Parecer da Comissão de Fundos e Orçamentos de 24 de março de 1890. 3ª Sessão Ordinária em 28 de março de 1890. **RIHGB**, t. 53, parte 2, p. 418, 1890.

<sup>112</sup> O número de sócios efetivos passou a 70, enquanto as demais categorias permaneceriam com número indeterminado. Se até então, o candidato a sócio correspondente deveria comprovar sua “suficiência literária” através da apresentação de um trabalho próprio sobre a história, geografia ou etnografia do Brasil e, ainda, oferecer uma obra de valor sobre o Brasil/América ou algum presente importante para o museu do Instituto, com os novos estatutos, somente o atendimento a um destes requisitos fazia-se necessário. Pelos Estatutos de 1890, cada sócio efetivo e correspondente nacional pagava como jóia de admissão 20\$000 (para pegar o diploma) e 6\$000 por semestre. Pelos Estatutos de 1906, a jóia de admissão para receber o diploma passou para 50\$000 e a contribuição anual permaneceu com mesmo valor só que paga mensalmente pelo sócio efetivo e, anualmente, pelo correspondente nacional, isto é, 12\$000. O acompanhamento das discussões sobre

Antecedendo a proposta de criação da nova categoria, o presidente Joaquim Norberto da Souza e Silva arrolou uma série de dificuldades pelas quais se encontrava o Instituto naquele momento: dívidas e falta de verbas para impressão, transcrição de documentos, reimpressão de mapas e de obras, compra de livros, conservação de objetos, etc. O discurso assumia tons ameaçadores:

Convém também nos acautelarmos do que nos pode provir da nova ordem de cousas, pois de um momento para outro podemos ficar privados dessa parte que ocupamos do antigo convento dos Carmelitas, e o que é mais, sem a exígua subvenção, que já esteve quase a desaparecer do orçamento nacional.<sup>113</sup>

As expectativas do presidente do Instituto para com a “nova ordem das cousas” não eram das melhores. Para sócios beneméritos seriam eleitos os candidatos que, não sendo considerados “homens de letras”, achavam-se, contudo, pela sua elevada posição e independência, em condições de prestar ou que tenham prestado serviços relevantes ao aumento do patrimônio, da biblioteca, do arquivo e do museu, como também, à construção de uma nova sede do Instituto.<sup>114</sup> Defensor desta proposta, o tesoureiro Tristão de Alencar Araripe destacava que não só a literatos profissionais caberia lugar nas associações literárias; as letras seriam “nobremente servidas” por todos aqueles que se dedicassem ao seu progresso, pois nem todas as pessoas dadas ao cultivo da ciência, segundo ele, seriam bastante ricas para custear despesas essenciais aos trabalhos literários e nem todos os homens ricos poderiam se entregar aos estudos. Procurando reforçar seus argumentos, o tesoureiro citou o caso dos Estados Unidos da América onde eram muitos os exemplos de associações literárias que recebiam em seu grêmio cidadãos abastados, que lhes ministravam dinheiro em proveito das letras e das ciências.

De acordo com Araripe, também na Europa, as Academias possuíam como protetores e membros titulares os nomes de “capitalistas opulentos” que criavam rendas para que elas se

---

a admissão e deveres dos sócios desde a sua fundação foi feito pelo bibliotecário do Instituto, José Vieira Fazenda, mas contém incorreções. FAZENDA, 1911, p. 283-292. Quanto aos sócios efetivos é incorreta a afirmação de Lilia Schwarcz de que, pelos Estatutos de 1891 [sic], eles deveriam pronunciar um discurso sobre D. Pedro no momento de sua admissão. SCHWARCZ, 1998, p. 496. A grande maioria dos candidatos fez referências ao protetor do Instituto em seus discursos de posse, mas não havia nenhuma regra escrita.

<sup>113</sup> 10ª Sessão Ordinária em 4 de julho de 1890. **RIHGB**, t. 53, parte 2, p. 456, 1890.

<sup>114</sup> 10ª Sessão Ordinária em 4 de julho de 1890. **RIHGB**, t. 53, parte 2, p. 457, 1890. Ao solucionar, temporariamente, a questão pecuniária, Joaquim Norberto ratificando o que já expressara anteriormente aventava a necessidade de novas instalações para o Instituto, pois segundo ele “não basta o dinheiro e a boa vontade, é necessário o que nos falta além desses auxiliares e é o espaço”. 1ª Sessão Ordinária em 6 de março de 1891. **RIHGB**, t. 54, parte 2, p. 164, 1892. Esta proposta foi defendida, também, por Manuel Francisco Correia de tal forma que os donativos oriundos dos sócios beneméritos fossem revertidos para construção ou

mantivessem sem que ninguém jamais reputara como “indecorosa” essa convivência da riqueza com o estudo. Segundo ele, para o serviço das letras duas forças eram necessárias: o trabalho intelectual dos seus cultores e o capital para vulgarização das produções literárias.<sup>115</sup> A nova classe dos sócios beneméritos, por fim, foi aprovada mediante a reforma dos estatutos em 1º de agosto de 1890. Para o ingresso nesta categoria poderiam ser propostos os sócios honorários e as pessoas que fizessem donativos de importância superior a 2:000\$ (dois contos de réis) em dinheiro ou objetos de valor. O discurso de posse do Visconde de Carvalhaes é significativo ao tentar mostrar o quanto era necessário ao Instituto abrir suas portas para os novos sócios:

O indivíduo que lastimava, que neste mundo não fossem todos iguais, cedo conheceu o engano [...]. Então certificou-se ele de que a harmonia da sociedade dependia da desigualdade das classes. [...] Vem cada qual de nós à terra destinado a um mister, mas nos associando, ganhamos a força que não tínhamos como o feixe de varas dos litores romanos, preso pelo laço da união. O cego que carregava o coxo, e lhe dava o motor em troca da vista se harmonizando, tornavam-se de inúteis até ali, aptos como um só homem para se dirigirem a seu objetivo.<sup>116</sup>

Quais foram os resultados práticos da admissão destes novos sócios? A receita que fora em 1889 de 12:818\$410 passou, no ano seguinte, a 49:719\$570.<sup>117</sup> Pelo visto, cegos e coxos se ajudariam para a continuidade dos trabalhos do Instituto nestes momentos iniciais. Ao final do ano de 1891, o Instituto já constava com 24 sócios nesta nova categoria, num universo de 229.<sup>118</sup> A suficiência literária dos candidatos a sócios do IHGB era abdicada em prol das exigências pecuniárias da instituição. Mesmo não tendo uma decisão definitiva do governo sobre o auxílio financeiro, as perspectivas não eram das melhores. O Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, chefiado por Benjamin Constant, indeferiu o pedido do Instituto para que o Governo pagasse a dívida contraída por ocasião da sessão solene realizada para recepção aos oficiais chilenos em 31 de outubro de 1889, que o governo imperial havia

---

aquisição de um edifício para funcionamento do Instituto. 5ª Sessão Ordinária em 1º de maio de 1891. **RIHGB**, t. 54, parte 2, p. 193, 1892.

<sup>115</sup> 11ª Sessão Ordinária em 18 de julho de 1890. **RIHGB**, t. 53, parte 2, p. 465-466, 1890.

<sup>116</sup> 19ª Sessão Ordinária em 28 de novembro de 1890. **RIHGB**, t. 53, parte 2, p. 528, 1890.

<sup>117</sup> Balanço da tesouraria no ano de 1889. **RIHGB**, t. 52, parte 2, p. I-IV, 1889 e Balanço da tesouraria no ano de 1891. **RIHGB**, t. 54, parte 2, p. I-VIII, 1892.

<sup>118</sup> Lista dos Sócios. **RIHGB**, t. 54, parte 2, p. 305-320, 1892. p. 310. Com os novos Estatutos de 1906, outras alterações foram realizadas na composição societária do IHGB. O número de sócios efetivos voltava a ser delimitado em 50 e o número de sócios honorários e correspondentes, antes ilimitados, passou a ser de 50 e 100, respectivamente. A categoria dos beneméritos, fixada em no máximo 10 sócios, mudou sua natureza podendo nela ingressar somente os sócios honorários que tivessem no mínimo 20 anos de notáveis serviços ao Instituto. Foi criada a classe dos sócios benfeitores, de número ilimitado, englobando a partir de então os

se comprometido a pagar.<sup>119</sup> No segundo semestre de 1891, a Comissão da Câmara dos Deputados, responsável pela relatoria do Orçamento Federal, reduziu a proposta enviada ao Congresso sobre as despesas desse Ministério, onde se encontrava a rubrica “instituições subsidiadas” na qual se inseria a consignação anual de nove contos de réis ao IHGB.

Diante disto, o sócio Manuel Francisco Correia propôs que o Instituto se dirigisse àquela comissão a fim de pleitear a manutenção do auxílio governamental.<sup>120</sup> Assim, um ofício foi encaminhado ao Congresso Nacional para que se continuasse a conceder a subvenção a esta “tão antiga e quanto útil e acreditada associação literária”. Por meio dele, o Instituto procurava advertir o poder público de que sempre seriam “justas e adequadas” as restrições impostas às despesas publicadas pelo poder competente “menos quando tiverem como conseqüência fatal prejudicar por qualquer modo o serviço da instrução e o desenvolvimento moral e intelectual da sociedade”. Além disto, os sócios do Instituto, os deputados Artur Indio do Brasil e Silva e Felisbello Firmo de Oliveira Freire, apresentaram uma emenda ao orçamento para que se mantivesse a consignação de nove contos de réis recebida desde os tempos monárquicos.<sup>121</sup>

Sob o receio da restauração monárquica, após completar seu segundo aniversário, a República teve um novo chefe e novos problemas e o Instituto Histórico, sob a nova presidência de Olegário Herculano de Aquino e Castro, esforçava-se em continuar com seus trabalhos. Nestes momentos iniciais o IHGB esteve a ponto de desaparecer. O Instituto havia incorrido na antipatia “de certo Ministro” do Governo Provisório que via no IHGB “um ninho de sebastianistas” e “um centro disposto a combater as novas instituições”. Este Ministro (não citado) defendia a dissolução do Instituto, distribuindo seus livros à Biblioteca Nacional e os objetos, ao Museu Nacional. Os avisos a serem despachados já estavam inclusive prontos, quando houve a forte resistência do sócio e também Ministro Tristão de Alencar Araripe.<sup>122</sup> Apesar de não citar esse episódio específico, Lúcia Guimarães já sinalizava esta discriminação inicial quando aponta: “ao que parece, os novos donos do poder percebiam no tradicional reduto letrado uma herança típica do *Ancien Régime*.”<sup>123</sup>

Com a proclamação da República, alguns intelectuais do Rio de Janeiro chegaram a enviar um manifesto de entusiástico apoio ao Governo Provisório, entretanto o entusiasmo

---

antigos sócios denominados beneméritos e os futuros candidatos que fizessem donativos ao Instituto no valor mínimo de 3:000\$ em dinheiro.

<sup>119</sup> 8ª Sessão Ordinária em 6 de junho de 1890. **RIHGB**, t. 53, parte 2, p. 433, 1890.

<sup>120</sup> 17ª Sessão Ordinária em 23 de outubro de 1891. **RIHGB**, t. 54, parte 2, p. 274, 1892.

<sup>121</sup> 18ª Sessão Ordinária em 6 de novembro de 1891. **RIHGB**, t. 53, parte 2, p. 279, 1892.

<sup>122</sup> FAZENDA, 1911, p. 431.

<sup>123</sup> GUIMARÃES, L., 1997, p. 220.

não durou muito. No governo de Floriano Peixoto (1891-1894) deu-se um cisma entre os intelectuais, sendo que alguns desses antigos admiradores da República tiveram de fugir da capital para evitarem a prisão.<sup>124</sup> Se isso acontecia entre homens de letras simpatizantes do republicanismo, o que se daria com os admiradores e defensores do antigo regime? Não houve trégua, seja para republicanos desgostosos ou simpatizantes da Monarquia. A afirmação de Monica Velloso<sup>125</sup> de que nesse governo abriu-se um “fosso entre o universo da política e o dos intelectuais” acaba por apagar a participação de alguns homens de letras ao lado das hostes florianistas e de outros ao lhes fazerem cerrada oposição. O alerta contra a “reação restauradora” nos meios intelectuais era incentivado, por exemplo, por Sílvio Romero ao escrever, em 1891, uma série de artigos intitulados *Provocações e debates* no jornal Diário de Notícias.<sup>126</sup>

O governo de Floriano Peixoto foi marcado por longos e sérios conflitos. A sua permanência na Presidência da República era questionada com vigor, inclusive por membros do Instituto. O caso exemplar foi o Manifesto dos 13 Generais de 31 de março de 1892 enviado a 6 de abril a Floriano Peixoto e assinado pelo então 2º vice-presidente do Instituto, General João Severiano da Fonseca.<sup>127</sup> Todos os envolvidos foram reformados. Dessa maneira, alguns sócios começavam a se misturar às tumultuadas disputas que estavam ocorrendo “lá fora”. Perseguições, prisões, estados de sítio, manifestações populares, empastelamento de jornais, revoltas armadas, fuzilamentos e degolas manchavam a República tão festejada quando de sua implantação. O governo do *Marechal de Ferro*, procurando encobrir as cisões entre os republicanos, reiterava a existência de manobras contra-revolucionárias pelos monarquistas.<sup>128</sup> Em meio a isso tudo, o Instituto, ignorado por uns e desprezado por outros,<sup>129</sup> não teve seus apelos atendidos. Para os anos de 1892 e 1893 os subsídios do governo ao IHGB foram reduzidos a metade pelo Congresso Nacional.<sup>130</sup>

<sup>124</sup> CARVALHO, J. M. de. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a república que não foi. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998d. p. 25-26 e SILVA, A. C. F. da. Entre a pena e a espada, literatura e política no governo de Floriano Peixoto: uma análise do Jornal O Combate (1892). **Cadernos AEL**, Campinas, v. 9, n. 16/17, p. 139-176, 2002.

<sup>125</sup> VELLOSO, 1996, p. 35.

<sup>126</sup> MARTINS, W., 1978, v. 4, p. 370. Outro exemplo de “intelectual florianista” foi Raul Pompéia (1863-1895) autor de *O Ateneu* (1888).

<sup>127</sup> BONAVIDES, P.; AMARAL, R. **Textos Políticos da História do Brasil**. Volume III, República, Primeira República (1889-1930). Brasília: Senado Federal, 2002. p. 327.

<sup>128</sup> No entanto, como nos adverte Janotti, mais forte que a ação monarquista, foi o receio que dela se tinha e, em nome dela, eram justificados os atos de violência que procuravam consolidar o novo regime. JANOTTI, 1986, p. 56.

<sup>129</sup> Observam-se referências a este desprezo nas palavras do sócio César Augusto Marques: “Somos, salvas as nobilíssimas exceções, obscuros, muita gente ignora a nossa existência, e outros somente caprocham em ridicularizar-nos, infelizes loucos ou ingratos, sem se lembrarem das imensas lutas, dos grandes sacrifícios por que passamos, dos trabalhos aturados, sem cansar e nem descansar, de sol a sol, para descobrir,

Em 1893, além do início da Revolução Federalista nos estados do Sul, acirraram-se os conflitos na Capital Federal com a Revolta da Armada, desarticulando completamente a vida literária da cidade.<sup>131</sup> O clima na cidade do Rio de Janeiro, durante a guerra civil, envolvendo simpatizantes do antigo e do novo regimes foi agravado em razão das denúncias dos florianistas sobre uma possível aliança entre os “revolucionários” e os monarquistas, pedindo vingança aos “traidores”.<sup>132</sup> Generalizavam-se as referências às quantias fabulosas que os homens do antigo regime arrecadavam no país para financiarem essas duas revoltas.<sup>133</sup> Em meio a estes exasperados e apaixonados embates, a 11 de agosto realizou-se a última reunião do Instituto Histórico. O fechamento da instituição, devia-se, segundo seu presidente, aos “acontecimentos políticos que têm ultimamente perturbado a ordem e a segurança pessoal nesta cidade”.<sup>134</sup> Observo que, mais que a integridade física dos sócios, estava em disputa a própria serventia de uma instituição que há mais de 50 anos servia, lealmente, ao regime monárquico.

Ali, no paço imperial, não estavam somente construções, arquivos, placas, bustos, enfim, materiais que lembravam o Império. Naquele lugar ainda reuniam-se os destacados ex-dirigentes do regime deposto. A ligação para os apaixonados defensores da República era clara: o IHGB representava o antigo regime. O rótulo de “ninho de sebastinistas”, ou melhor, “pedrinistas” não lhe era gratuito. Conforme seu presidente na ocasião, Olegário Herculano de Aquino e Castro, diversas vezes tentou-se reunir o Instituto em sessão, convocando-se seus sócios, não havendo porém condições para tal. Ele falou em convocações não respondidas e ataques à própria instituição em razão dos constantes bombardeamentos pela Armada revoltada.<sup>135</sup> Com o exacerbado republicanismo atuante pelas ruas da cidade, talvez fosse prudente aguardar até o resultado do embate entre opositores e defensores de um regime que

---

esquadrinhar e escavar, guardar com zelo e conservar com todo o cuidado tantas preciosidades históricas e geográficas, que por aí, por esse vasto país, andavam perdidas ou escondidas.” 12ª Sessão Ordinária em 12 de agosto de 1892. **RIHGB**, t. 55, parte 2, p. 337, 1893.

<sup>130</sup> De 9:000\$ o subsídio foi reduzido a 4:500\$ por ano. Balanço da Tesouraria no ano de 1892. **RIHGB**, t. 55, parte 2, p. I-III, 1893 e Balanço da Tesouraria no ano de 1893. **RIHGB**, t. 56, parte 2, p. 211, 1894. Com a redução das verbas, alguns sócios procuraram angariar simpatias junto à burocracia federal a fim de dar viabilidade a seus projetos pessoais e aos do Instituto. Sacramento Blake deu continuidade à publicação de seu *Dicionário Bibliográfico* por “ter achado um ministro” que o ajudaria. 11ª Sessão Ordinária em 18 de julho de 1890. **RIHGB**, t. 53, parte 2, p. 468, 1890. Luís Rodrigues de Oliveira, membro da Comissão de Fundos e Orçamento, solicitou ao Ministro da Fazenda da época autorização para impressão gratuita dos cinco volumes da *Revista do IHGB*, cuja edição achava-se esgotada. 13ª Sessão Ordinária em 22 de agosto de 1890. **RIHGB**, t. 53, parte 2, p. 478, 1890.

<sup>131</sup> BROCA, 1960, p. 4.

<sup>132</sup> Aqui, ao contrário do que foi apontado na página anterior, o termo *revolucionários* se refere aos restauradores da Monarquia.

<sup>133</sup> JANOTTI, 1986, p. 72-73.

<sup>134</sup> Nota. Atas das Sessões. **RIHGB**, t. 56, parte 2, p. 195, 1894.

<sup>135</sup> Sessão Extraordinária em 15 de janeiro de 1894. **RIHGB**, t. 57, parte 2, p. 293, 1895.

tentava afirmar-se. A situação pela qual passou o Instituto nestes momentos difíceis de guerra civil foi assim destacada pelo seu presidente:

É pouco, entretanto, o que tem produzido ultimamente o Instituto; e dir-se-ia que o desânimo vai-se apoderando do alentado espírito de muitos dos nossos consócios, se, para ajuizar da situação em que nos achamos, só tivesse os de atender à escassez de trabalhos apresentados, à falta de leituras instrutivas, e à pouca freqüência que de algum modo tem esterilizado as nossas sessões. Mas, cumpre acrescentar, desde já, que circunstâncias anormais têm infelizmente concorrido para tão desfavorável resultado.

Foram, como é sabido, muito agitados os últimos tempos, que acabamos de atravessar. Graves acontecimentos de ordem política, que *não nos cabe agora investigar*, e a que foi o Instituto *inteiramente estranho*, influíram para que se paralisasse por muitos meses todo o movimento literário da nossa sociedade, e não pudesse revelar-se a ativa coadjuvação que de costume trazíamos para a grande obra a que nos destinamos.<sup>136</sup> (grifo meu)

Para além do desânimo vejo muita cautela por parte dos sócios do IHGB. Voltava-se a delimitar que o que se fazia “ali dentro” não se misturava com o que acontecia “lá fora”, deixando aos pósteros as devidas investigações. Nesse discurso da presidência transparece uma tentativa explícita de separar a instituição do seu quadro social. As fortes simpatias de alguns de seus membros pelo regime deposto eram apagadas pelo pretense caráter neutral do Instituto. O IHGB colocava-se distante das polêmicas; isso era, ao menos, a imagem que tentava passar. Em meio às protelações das eleições à Presidência da República e dos boatos de que Floriano Peixoto não lhe daria posse, Prudente de Moraes assumiu como o primeiro Presidente civil do país. Além de se nomear uma comissão para cumprimentar pessoalmente o novo Chefe de Governo, o Instituto concedeu-lhe o título de *Presidente Honorário*, sem discussão e por aprovação unânime.<sup>137</sup>

Ao estender a mão, mais uma vez, ao Executivo Federal, o Instituto teve, finalmente, seu gesto amigável respondido na Sessão Aniversária em 15 de dezembro de 1894. Reatamento entre o Instituto e o governo? Nesta sessão houve, pela primeira vez, a presença da mais alta autoridade da República no IHGB e em uma solenidade tão carregada de saudosismo. Esse momento adquire uma grande importância para o Instituto Histórico nessa nova fase. Ali se encontravam, sob o mesmo teto, distintos projetos políticos, diferentes experiências e expectativas, simbolizadas no motivo da cerimônia e no seu convidado maior.

A postura de Prudente de Moraes reafirmava esta conciliação. Respeitando aquela cadeira vazia à cabeceira da mesa, o Presidente da República sentou-se, “modestamente e

<sup>136</sup> Discurso do Presidente. Sessão Aniversária em 15 de dezembro de 1894. **RIHGB**, t. 57, parte 2, p. 400, 1895.

<sup>137</sup> 16ª Sessão Ordinária em 18 de novembro de 1894. **RIHGB**, t. 57, parte 2, p. 387-388, 1895.

gentilmente como um igual” ao lado dos membros do Instituto que, há muito, não se reuniam em tão grande número.<sup>138</sup> Se o ano de 1894 foi bastante significativo na reaproximação do Instituto com o novo governo através desta visita de Prudente de Moraes, também houve, neste mesmo ano, a nomeação do presidente do Instituto, Olegário Herculano de Aquino e Castro, como Presidente do Supremo Tribunal Federal<sup>139</sup> e a concessão de um aumento de 100% no subsídio governamental ao Instituto.<sup>140</sup> As relações entre o Instituto e o governo, a partir de 1894, ampliaram-se. O fim da Revolução Federalista, no ano seguinte, levou os sócios a apresentarem ao Presidente da República as suas “respeitosas e cordiais felicitações pela pacificação” do Rio Grande do Sul.<sup>141</sup>

A necessidade de mostrar “de que lado estavam” orientou os membros do Instituto em ações semelhantes quando do reatamento das relações do Brasil com Portugal,<sup>142</sup> da “vitória” em Canudos<sup>143</sup> e da tentativa de assassinato do Presidente da República que culminou com a morte do Ministro da Guerra.<sup>144</sup> Revolta da Armada, Revolução Federalista, Canudos, conspirações chegando à tentativa de assassinato do Presidente da República, afastamento de Prudente de Moraes por motivos de saúde e a sua substituição por Manuel Vitorino Pereira,

<sup>138</sup> Sessão Aniversária em 15 de dezembro de 1894. **RIHGB**, t. 57, parte 2, p. 395, 1895.

<sup>139</sup> Ser Ministro do Supremo Tribunal Federal era uma das posições sociais e políticas mais destacadas da República, depois dos cargos de Presidente e Vice-Presidente da República. FREYRE, 1962, t. 1, p. LXXVI.

<sup>140</sup> Com esse aumento voltava-se aos mesmos padrões de valores praticados ao final da Monarquia, ou seja, 9:000\$ (nove contos de réis). A aproximação do Instituto ao Governo extrapolava o mero recebimento do subsídio. César Augusto Marques solicitou que o IHGB obtivesse do governo os meios para que ele fosse ao Maranhão e Portugal colher documentos para o seu *Dicionário Histórico*. 2ª Sessão Ordinária em 17 de março de 1893. **RIHGB**, t. 56, parte 2, p. 147, 1894. Alencar Araripe, por sua vez, solicitou e obteve a concessão do Ministério da Fazenda, chefiado, então pelo sócio do Instituto, Felisbello Freire, para reimpressão na Imprensa Nacional dos volumes da Revista que se encontravam esgotados. 7ª Sessão Ordinária em 16 de junho de 1893. **RIHGB**, t. 56, parte 2, p. 176, 1894.

<sup>141</sup> 11ª Sessão Ordinária em 25 de agosto de 1895. **RIHGB**, t. 58, parte 2, p. 372, 1896. Ao findar a reunião, os membros presentes dirigiram-se ao Itamarati para cumprimentarem, pessoalmente, Prudente de Moraes. Interessante observar que os únicos membros presentes àquela reunião que não seguiram o séquito do “beijamão” foram Henrique Raffard, convicto monarquista, e Manuel Oliveira Lima, um titubeante republicano, simpático à Monarquia. 12ª Sessão Ordinária em 8 de setembro de 1895. **RIHGB**, t. 58, parte 2, p. 375-376, 1896.

<sup>142</sup> Os florianistas criticaram este ato de Prudente de Moraes e, sobretudo, a aceitação de Tomás Ribeiro como embaixador de Portugal no Brasil, segundo eles, “um dos mais implacáveis inimigos da República”. **O Nacional**, Rio de Janeiro, 25 maio 1895 citado por QUEIROZ, 1986, p. 32. O reatamento das relações com Portugal, após os desentendimentos no governo Floriano Peixoto, foi comemorado e exaltado em sessão no Instituto com a presença de Tomás Ribeiro: “propomos que se registre nos nossos anais o sentimento de júbilo que todos experimentamos neste momento ao apertar de novo a mão amiga que as vicissitudes das lutas fratricidas fizeram abandonar, e bem assim que esse fato seja rememorado aceitando em nosso grêmio como sócio honorário do Instituto esse que na realidade de ministro do reino deve em breve aqui aportar, trazendo a bandeira da paz.” 1ª Sessão Ordinária em 17 de março de 1895. **RIHGB**, t. 58, parte 2, p. 302, 1896.

<sup>143</sup> 15ª Sessão Ordinária em 17 de outubro de 1897. **RIHGB**, t. 60, parte 2, p. 372, 1897.

<sup>144</sup> O sócio Aristides Milton propôs que se lançasse na ata um voto de congratulação pelo fato de ter o Presidente da República, Prudente de Moraes, que era também *Presidente Honorário* do Instituto, escapado ileso do atentado cometido contra ele, e que fosse nomeada uma comissão de três membros para apresentar as felicitações do Instituto ao chefe do governo e os sentimentos de pesar pelo assassinato do Marechal Carlos



agitações populares pelo desenfreado jacobinismo florianista,<sup>145</sup> o receio da restituição monárquica ou do retorno de um governo ditatorial voltavam a tumultuar a cena política brasileira. A tranqüilidade tardava em chegar. Em razão disto, novamente se recitava o lema do Instituto:

E, pois, enquanto ao longe se debatem, nas agitadas lutas das paixões humanas, os mais desencontrados interesses, e na vida social e política procura-se com ardente ansiedade a solução de tanta e tão sérias dificuldades que de toda a parte surgem, continuemos, no remanso da paz que nos abriga, a cultivar a ciência, prosseguindo firmes na pacífica ocupação que é o nosso emblema.<sup>146</sup>

Pelos discursos, o IHGB assemelhava-se a uma ilha serena num oceano revoltado. Se as críticas à jovem República brasileira partiam de vários quadrantes, a presidência reiterava a completa mudez da instituição. Dali não partiriam acusações. O Instituto Histórico congregava somente cientistas pacíficos. Era o compromisso de seu presidente. O atendimento pelo Instituto às tímidas, mas crescentes, solicitações do novo governo, talvez pudesse amenizar a visão de que se tinha de sua forte ligação com o antigo regime. No ano de 1893, o Instituto Histórico recebeu um ofício do Ministro da Justiça e Negócios Interiores dando-lhe conhecimento do convite feito ao Ministério das Relações Exteriores brasileiro pelo Governo Suíço, no sentido de se promover a criação de uma comissão central encarregada de organizar e publicar a bibliografia nacional das ciências geográficas e que se correspondesse e permutasse trabalhos com as congêneres de outros países.<sup>147</sup> Com o retorno das atividades em 1894, o Instituto procurou atendê-lo. De igual forma, colocou-se à disposição para outras solicitações do governo. O presidente da comissão militar brasileira, General João Vicente Leite de Castro, responsável pelos festejos por ocasião da inauguração da estátua do Marechal Osório, pediu ao Instituto para tomar parte na marcha cívica em homenagem à memória do herói brasileiro.<sup>148</sup>

A comissão governamental encarregada de confeccionar o novo mapa do Estado do Rio de Janeiro solicitou ao IHGB o da então capitania do Rio de Janeiro de 1767 a fim de

Machado Bittencourt. 17ª Sessão Ordinária em 21 de novembro de 1897. **RIHGB**, t. 60, parte 2, p. 398, 1897. O atentado ocorrera em 5 de novembro deste ano.

<sup>145</sup> No seu testamento político Floriano Peixoto advertia que o grande perigo só poderia vir dos monarquistas, sempre em atividade para restaurar o regime deposto: “O fermento da restauração agita-se em uma ação lenta mas contínua e surda. Alerta, pois”. **O Jacobino**, Rio de Janeiro, 29 set. 1895. citado por QUEIROZ, 1986, p. 89.

<sup>146</sup> Discurso do Presidente. Sessão Aniversária em 15 de dezembro de 1896. **RIHGB**, t. 59, parte 2, p. 359-360, 1897.

<sup>147</sup> 5ª Sessão Ordinária em 12 de maio de 1893. **RIHGB**, t. 56, parte 2, p. 163, 1894.

<sup>148</sup> 15ª Sessão Ordinária em 28 de outubro de 1894. **RIHGB**, t. 57, parte 2, p. 378-379, 1895.

subsidiar seus trabalhos.<sup>149</sup> O Ministério das Relações Exteriores pediu documentos e informações para auxiliar nas tratativas sobre os limites do Brasil com as Guianas Inglesa e Francesa.<sup>150</sup> Sobre as discussões limítrofes, Henrique Raffard, 1º secretário na ocasião, destacava os préstimos do Instituto ao governo nas disputas territoriais internacionais, pois tiveram origem no IHGB “as provas irrefutáveis dos direitos do Brasil à manutenção da posse da Ilha de Trindade”.<sup>151</sup> O Ministro da Guerra, General João Nepomuceno Medeiros Mallet, ao solicitar o parecer do IHGB ao projeto de organização da *Carta Geral da República* elaborado pelo Estado-Maior do Exército apelava para a “competência” do Instituto, reconhecendo-a como a mais elevada do país, esperando receber os criteriosos ensinamentos e a melhor orientação para a realização do trabalho.<sup>152</sup>

Por este trabalho, Raffard, novamente, não perdeu a oportunidade de exaltar perante as autoridades governamentais a utilidade dos serviços do Instituto para com o país “assegurando a disposição em que sempre se acha para com a possível presteza atender às solicitações que interessarem ao país e estiverem na esfera de nossos estudos”.<sup>153</sup> O Instituto Histórico mostrava sua serventia, disponibilizando seus materiais e seu saber ao novo governo. Ressalto que o atendimento a essas solicitações do poder público permitia uma maior visibilidade do Instituto na esfera federal, pois informações sobre o IHGB passaram a constar nos relatórios do governo a partir de 1894.<sup>154</sup> A estas ações para se mostrar visível

<sup>149</sup> 5ª Sessão Ordinária em 5 de maio de 1895. **RIHGB**, t. 58, parte 2, p. 314-315, 1896.

<sup>150</sup> Sobre a Guiana Inglesa: 10ª Sessão Ordinária em 11 de agosto de 1895. **RIHGB**, t. 58, parte 2, p. 360, 1896. Sobre a Guiana Francesa: O Ministério do Exterior solicitou o documento intitulado *Rezão do Estado do Brasil no Guverno do Norte somênte a si como o teve Dô Dioguo de Menezes e Sá té o anno de 1612* a fim de subsidiá-lo no estudo sobre a questão de limites entre o Brasil e a Guiana Francesa e que um representante do governo examinasse os mapas na biblioteca do Instituto sobre os limites entre estas duas regiões. 10ª Sessão Ordinária em 19 de julho de 1896. **RIHGB**, t. 59, parte 2, p. 252, 1897 e 8ª Sessão Ordinária em 11 de julho de 1897. **RIHGB**, t. 60, parte 2, p. 343, 1897.

<sup>151</sup> Relatório do 1º Secretário. Sessão Aniversária em 15 de dezembro de 1897. **RIHGB**, t. 60, parte 2, p. 441, 1897. *Henrique Raffard* ou Henri Raffard (1851-1906) não integrou a burocracia do Estado, mas auxiliou seu pai, o também sócio Eugène Émile Raffard (1827-1901), nos trabalhos do Consulado da Suíça no Brasil. Destacou-se como industrial e estudioso de assuntos práticos.

<sup>152</sup> Ofício de 31 de Janeiro de 1901. 1ª Sessão Ordinária em 1º de março de 1901. **RIHGB**, t. 64, parte 2, p. 157, 1901.

<sup>153</sup> Relatório do 1º Secretário. Sessão Aniversária em 15 de dezembro de 1901. **RIHGB**, t. 64, parte 2, p. 342-343, 1901.

<sup>154</sup> Nas atas das sessões temos: Ofício pedindo a remessa dos dados concernentes ao Instituto, necessários para o relatório que deveria ser apresentado à Vice-Presidência da República. Sessão Extraordinária em 15 de janeiro de 1894. **RIHGB**, t. 57, parte 2, p. 293-294, 1895; Do Ministério dos Negócios Interiores ponderando sobre a conveniência de serem remetidas ao ministério informações sobre o IHGB a fim de constarem no relatório a ser apresentado na próxima sessão legislativa. 17ª Sessão Ordinária em 17 de novembro de 1895. **RIHGB**, t. 58, parte 2, p. 386, 1896; Proposta do sócio Evaristo Nunes Pires para que o Instituto manifestasse de algum modo o seu apreço e reconhecimento à maneira “sumamente lisonjeira” que, no Relatório do Ministro dos Negócios do Interior e da Justiça, em 1896, foi considerado o Instituto. 10ª Sessão Ordinária em 19 de julho de 1896. **RIHGB**, t. 59, parte 2, p. 258, 1897. No acervo dos documentos existentes, atualmente, no Arquivo Nacional, o IHGB aparece em: BRASIL. **Relatório apresentado ao Vice-Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Dr. Alexandre Cassiano do Nascimento, ministro interino de Estado e**

juntavam-se as constantes lamúrias pela falta de reconhecimento aos “valiosos” trabalhos do Instituto.<sup>155</sup> Em razão disto, os discursos proferidos nas sessões, em especial nas aniversárias, foram muito usados para que a Instituição divulgasse a importância dos seus trabalhos. Olegário Herculano via naquela assistência a oportunidade para isto:

Ninguém mais que o poder público é interessado na manutenção e desenvolvimento das instituições que têm por fim promover e aperfeiçoar a instrução moral e intelectual, de que depende essencialmente o engrandecimento e o progresso do país; e os nobres e conspícuos funcionários, quando aqui comparecem e abrilhantam nossa reunião, demonstram bem compreender a alta conveniência de favorecer e animar a ação benéfica e salutar influência que exerce a instrução sobre os destinos da sociedade.<sup>156</sup>

Outras oportunidades eram aproveitadas pelos demais sócios na propagação da importância das atividades desempenhadas pelo Instituto Histórico. Constatamos, claramente, que objetivavam demonstrar como a instituição a qual pertenciam era necessária para o novo regime. Desconsiderá-la, desprestigiá-la e desampará-la comprometeria enormemente o desenvolvimento do Brasil. Carlos Vidal de Oliveira Freitas exaltava o IHGB não somente como uma agremiação de cientistas, mas como uma “Escola Superior de Moral”.<sup>157</sup> Para Eduardo Prado, o Instituto era um “templo de patriotismo, escola de virtudes e uma grande escola de nacionalismo”.<sup>158</sup> Através do IHGB, segundo João Pandiá Calógeras, poderão se realizar os “soberbos anseios dos anelos de civilização e de fraternidade dos mais arrojados sonhadores contemporâneos”.<sup>159</sup> Procurava-se ligar a experiência do Instituto com as

**Justiça e Negócios Interiores**, 31 de março de 1894. Instituição Arquivo Nacional, Presidente Floriano Peixoto, Notação Relatórios Ministeriais, Subcategoria Ministério da Justiça e Negócios Interiores; BRASIL. **Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Dr. Antonio Gonçalves Ferreira, ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores**, abril de 1895. Instituição Arquivo Nacional, Presidente Prudente José de Moraes Barros, Notação Relatórios Ministeriais, Subcategoria Ministério da Justiça e Negócios Interiores. BRASIL; **Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Dr. Epitácio Pessoa, ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores**, 31 de março de 1901. Instituição Arquivo Nacional, Presidente Manuel Ferraz de Campos Sales, Notação Relatórios Ministeriais, Subcategoria Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Os relatórios ministeriais também estão disponíveis em: **Center for research libraries – Brazilian Government Document Digitization Project**: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/hartness/minopen.html>

<sup>155</sup> Quando do anúncio pelo presidente Olegário Herculano da premiação da Revista durante a Exposição Universal Colombiana de Chicago, ele ressaltava: “sirva-nos de lenitivo considerar o apreço que no estrangeiro é dado ao trabalho muitas vezes desdenhado pelos nossos conterrâneos”. Discurso do Presidente. Sessão Aniversária em 15 de dezembro de 1894. **RIHGB**, t. 57, parte 2, p. 402, 1895. Não só quanto às atividades do IHGB, mas de forma mais ampla, o sócio Antonio de Paula Freitas, ao tomar posse, manifestava que o momento atual do país caracterizava-se “pela indiferença para tudo quanto se refere às letras”. 10ª Sessão Ordinária em 29 de julho de 1898. **RIHGB**, t. 61, parte 2, p. 663, 1899.

<sup>156</sup> Discurso do Presidente. Sessão Aniversária em 15 de dezembro de 1895. **RIHGB**, t. 58, parte 2, p. 408, 1896.

<sup>157</sup> 18ª Sessão Ordinária em 9 de novembro de 1900. **RIHGB**, t. 63, parte 2, p. 511, 1902.

<sup>158</sup> 12ª Sessão Ordinária em 9 de agosto de 1901. **RIHGB**, t. 64, parte 2, p. 239-241, 1901.

<sup>159</sup> 15ª Sessão Ordinária em 2 de outubro de 1905. **RIHGB**, t. 68, parte 2, p. 616-617, 1907.

expectativas do país e com as de um projeto político, mesmo que republicano. Com isso, o Instituto Histórico não só se submetia, mas também se adequava à nova ordem das coisas.

Como alternativas apresentadas para a devida divulgação e o conseqüente reconhecimento do papel do Instituto, Henrique Raffard propôs que a memória solicitada pelo Ministro dos Negócios do Interior e da Justiça ao Instituto, em 1895, fosse publicada em separado para ser distribuída a fim de “poder ser melhor conhecida a história desta associação”.<sup>160</sup> Nesse intuito, a Comissão de Fundos e Orçamento do Instituto sugeriu, em 1903, que os exemplares da Revista fossem vendidos em livrarias, por, até então, o IHGB tratar-se do único estabelecimento distribuidor.<sup>161</sup> O sócio e Deputado Federal Tomás Garcez Paranhos Montenegro já havido sugerido, em 1894, que se mandassem publicar, em alguns dos jornais da cidade, os resumos das sessões do Instituto, em razão de que, segundo ele, muitas pessoas, mesmo na Câmara de Deputados, ainda ignoravam a existência do Instituto Histórico e outras até duvidavam da sua sobrevivência depois da ausência de seu sócio protetor D. Pedro II.<sup>162</sup> Era contra essa estreita vinculação ao antigo regime que o Instituto esforçava-se por propagar, com a finalidade de ter a merecida atenção do novo governo:

[...] o Instituto Histórico não atende, para sua constituição, a diferenças de religião, de nacionalidade, de profissões, de opiniões políticas; acolhe contente em seu grêmio quem quer que demonstre aplicação e boa vontade para a realização de seus propósitos. Magistrados, bispos, advogados, engenheiros, médicos, clérigos, militares, funcionários públicos, comerciantes, nacionais, estrangeiros, católicos, acatólicos, políticos deste ou daquele partido, aqui se congregam em amistoso convívio.

*Em seu recinto não entram dissensões políticas.* Seus intuítos são nobres, seus serviços desinteressados. [...] Trabalhamos todos por amor do Brasil, sem remuneração de qualidade alguma, sem outro incentivo que não o cumprimento rigoroso de um dever cívico.<sup>163</sup> (grifo meu)

Os permanentes pedidos começaram a ser ouvidos e a própria utilidade do IHGB reconhecida pelas esferas governamentais. Para o ano de 1896, os subsídios foram

<sup>160</sup> 15ª Sessão Ordinária em 17 de outubro de 1897. **RIHGB**, t. 60, parte 2, p. 376, 1897. A “memória” foi confeccionada e lida para os sócios pelo presidente do Instituto Olegário Herculano de Aquino e Castro. Por proposta do sócio Manuel Francisco Correia resolveu-se que tal trabalho fosse impresso na Revista. Este trabalho foi publicado, em 1897, na segunda parte do tomo 60 da Revista do IHGB.

<sup>161</sup> 5ª Sessão Ordinária em 20 de maio de 1904. **RIHGB**, t. 67, parte 2, p. 419, 1906.

<sup>162</sup> Paranhos Montenegro destacou, também, o trabalho conjunto com o sócio Antonio Olinto dos Santos Pires para convencimento dos colegas na Câmara dos Deputados da persistência do Instituto para não ser eliminada do orçamento a subvenção do governo. 15ª Sessão Ordinária em 28 de outubro de 1894. **RIHGB**, t. 57, parte 2, p. 381, 1894. A publicação regular e gratuita das atas das sessões na imprensa continuou, posteriormente, como observei no relatório de Henrique Raffard em 1905. Relatório do 1º Secretário. Sessão Aniversária em 15 de dezembro de 1905. **RIHGB**, t. 68, parte 2, p. 644, 1907.

<sup>163</sup> Discurso do Presidente. Sessão Aniversária em 15 de dezembro de 1897. **RIHGB**, t. 60, parte 2, p. 421-422, 1897.

aumentados para 12:000\$000, sendo reajustados, no ano seguinte para 14:000\$000.<sup>164</sup> Além do subsídio governamental, as discussões e os pedidos sobre outras formas de ajuda giravam em torno da concessão de crédito para a aquisição de um novo terreno ou a ocupação de um outro prédio,<sup>165</sup> da publicação gratuita da Revista pela Imprensa Nacional<sup>166</sup> e da obtenção de franquia postal para as publicações do IHGB.<sup>167</sup> Estes pedidos eram justificados pela “nítida compreensão do dever que têm os poderes públicos de promover o desenvolvimento da instrução e progresso das instituições científicas e literárias”.<sup>168</sup>

Entre março e agosto de 1906, o antigo Convento das Carmelitas, onde se encontrava o Instituto, foi reformado internamente, custando aos cofres públicos a quantia de 50:000\$000.<sup>169</sup> Em 1907, foi concedido ao Instituto um crédito de 75:954\$00 para reforma de sua fachada.<sup>170</sup> A idéia de “aformosear”<sup>171</sup> um dos prédios das principais praças do Rio de Janeiro não pode ser desvinculada do processo de reestruturação paisagística pelo qual passava o Rio de Janeiro no início do século. Em carta ao Instituto, datada de 5 de abril de 1907, o sócio João Damasceno Vieira Fernandes referiu-se às obras do IHGB “com a substituição de sua fachada por outra de estilo moderno, a acompanhar o extraordinário gosto arquitetônico de que o Rio de Janeiro se adorna”.<sup>172</sup> A “modernidade” das reformas na cidade, comandadas pelo engenheiro Francisco Pereira Passos, acabaram por envolver a sede do Instituto nessa “paixão pelas mudanças simbólicas”. Civilizava-se a cidade do Rio de Janeiro

<sup>164</sup> Apesar da atualização monetária do auxílio governamental, a situação financeira do Instituto era exposta como delicada. Em razão disto, a realização de festas estava suspensa até que as condições financeiras melhorassem. 9ª Sessão Ordinária em 5 de julho de 1896. **RIHGB**, t. 59, parte 2, p. 250, 1897. Contudo esta visibilidade não significava reconhecimento amplo nas esferas de poder. O Senado Federal rejeitou o projeto consignando a verba de 10:000\$ para o melhor trabalho, a juízo do Instituto, que fosse apresentado sobre a descoberta do Brasil ou a pontos da História Pátria conforme preconizava o programa para comemorações do 4º Centenário da Descoberta do Brasil. 14ª Sessão Ordinária em 30 de setembro de 1898. **RIHGB**, t. 61, parte 2, p. 688-689, 1899. Os recursos oriundos dos sócios beneméritos mostraram-se, novamente, importantes nestes momentos. O sócio benemérito Barão de Quartin ofereceu a quantia de 300\$000 para arrumação da biblioteca, Antonio José Dias de Castro ofereceu 200\$000 e José Joaquim de França Junior doou estantes para a biblioteca do Instituto. 15ª Sessão Ordinária em 27 de setembro de 1896. **RIHGB**, t. 59, parte 2, p. 284, 1897 e 19ª Sessão Ordinária em 22 de novembro de 1896. **RIHGB**, t. 59, parte 2, 1897.

<sup>165</sup> Aventou-se a idéia de ocupação dos antigos prédios do Supremo Tribunal Federal e do Arquivo Público. 19ª Sessão Ordinária em 21 de novembro de 1902. **RIHGB**, t. 65, parte 2, p. 524-525, 1902; 10ª Sessão Ordinária em 29 de julho de 1904. **RIHGB**, t. 67, parte 2, p. 444, 1906; 15ª Sessão Ordinária em 21 de outubro de 1904. **RIHGB**, t. 67, parte 2, p. 459-460, 1906; 17ª Sessão Ordinária em 25 de novembro de 1904. **RIHGB**, t. 67, parte 2, p. 467, 1906 e 18ª Sessão Ordinária em 9 de dezembro de 1904. **RIHGB**, t. 67, parte 2, p. 470, 1906.

<sup>166</sup> 4ª Sessão Ordinária em 24 de abril de 1903. **RIHGB**, t. 66, parte 2, p. 143, 1905 e 18ª Sessão Ordinária em 9 de dezembro de 1904. **RIHGB**, t. 67, parte 2, p. 471, 1906. Apesar de Edney Sanchez afirmar que a partir de 1894 a edição da Revista ficou a cargo da Imprensa Nacional, creio que somente em 1903 começou a se pleitear a sua publicação gratuitamente. SANCHEZ, 2003, p. 97.

<sup>167</sup> 11ª Sessão Ordinária em 12 de agosto de 1904. **RIHGB**, t. 67, parte 2, p. 445, 1906.

<sup>168</sup> 1ª Sessão Ordinária em 1º de março de 1901. **RIHGB**, t. 64, parte 2, p. 157, 1901.

<sup>169</sup> 14ª Sessão Ordinária em 3 de setembro de 1906. **RIGHB**, t. 69, parte 2, p. 414, 1908 e 1ª Sessão Ordinária em 5 de março de 1906. **RIHGB**, t. 69, parte 2, p. 292-293, 1908.

<sup>170</sup> 1ª Sessão Ordinária em 4 de fevereiro de 1907. **RIHGB**, t. 70, parte 2, p. 655, 1908.

<sup>171</sup> FAZENDA, 1911, p. 395.

manipulando de forma eficiente seus signos “de modo a causar o maior impacto possível sobre os contemporâneos”.<sup>173</sup>

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro adequava-se, por dentro e por fora, às exigências dos governos republicanos. Conforme, reiteradamente, repetia o Secretário Perpétuo, Max Fleiuss, sem o apoio do governo a essas reformas, nada se teria conseguido.<sup>174</sup> Não bastassem tais auxílios, o Ministério da Fazenda concedeu, ainda, a isenção de direitos aduaneiros para os diplomas confeccionados no exterior pelo Instituto e foi aprovado o aumento do subsídio anual para 20:000\$000.<sup>175</sup> Coroando todo esse reconhecimento por parte do Governo Federal, foi encaminhado ao Congresso Nacional o projeto nº 468 de 19 de dezembro de 1907 para que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro fosse reconhecido como de “utilidade nacional”.<sup>176</sup>

A aproximação ao atual regime se dava, também, pela inclusão em seus quadros de um vasto número de servidores da República. Atuando nos diferentes poderes do novo regime, além dos já citados, temos por exemplo os sócios Manuel de Oliveira Lima e Joaquim Aurélio Nabuco de Araújo (diplomatas), Clóvis Beviláqua (consultor jurídico) e Euclides da Cunha (adido) no Itamarati; Rui Barbosa na Vice-presidência do Governo Provisório, nos Ministérios da Fazenda e Justiça no governo eleito de Deodoro da Fonseca, no Senado, como representante do país em Conferências Internacionais e na disputa à Presidência do País; Alberto Torres na Assembléia Constituinte Federal, no Ministério da Justiça, no governo do Estado do Rio de Janeiro e no Supremo Tribunal Federal; Emídio Dantas Barreto no Ministério da Guerra e no governo de Pernambuco; Pedro Lessa como Deputado Estadual em São Paulo e Ministro do STF; Tristão de Alencar Araripe Júnior na Secretaria do Ministério da Justiça e dos Negócios Interiores, na Diretoria de Instrução Pública e Consultoria Geral da República; Rodrigo Otávio de Langgard Meneses na Secretaria da Presidência da República,

---

<sup>172</sup> 5ª Sessão Ordinária em 15 de abril de 1907. **RIHGB**, t. 70, parte 2, p. 684, 1908.

<sup>173</sup> NEEDELL, 1993, p. 67.

<sup>174</sup> 4ª Sessão Ordinária em 18 de março de 1907. **RIHGB**, t. 70, parte 2, p. 680, 1908. Esta dívida para com o governo está presente também no discurso do Presidente do Instituto, Marquês do Paranaguá, que ressaltava “uma justa satisfação aos poderes públicos, de quem o Instituto recebe auxílios indispensáveis”. Discurso do Presidente. Sessão Aniversária em 21 de outubro de 1906. **RIHGB**, t. 69, parte 2, p. 449, 1908. *Max Fleiuss* (1868-1943) era secretário do Ministro de Estrangeiros do Império quando da proclamação da República, permanecendo como funcionário público após a instauração do novo regime. Trabalhou como redator dos debates do Senado Federal em 1897. Foi redator de vários periódicos e dedicou-se à licenciatura e à pesquisa.

<sup>175</sup> 6ª Sessão Ordinária em 6 de abril de 1907. **RIHGB**, t. 70, parte 2, p. 691, 1908 e 1ª Sessão Ordinária em 4 de fevereiro de 1907. **RIHGB**, t. 70, parte 2, p. 655, 1908.

<sup>176</sup> Relatório do 1º Secretário. Sessão Aniversária em 21 de outubro de 1909. **RIHGB**, t. 72, parte 2, p. 403, 1909. Apesar de aprovado pela Comissão de Finanças do Congresso, o projeto ainda não havia sido votado e transformado em lei até o ano de 1912. Tal aprovação no âmbito de uma comissão não pressupõe sua aprovação pela Câmara dos Deputados como sugere a resenha sobre os setenta e três anos do IHGB confeccionada por FAZENDA, 1911, p. 279.

na Consultoria Geral da República e como delegado plenipotenciário do Brasil em conferências Internacionais e Sívio Romero como Deputado em e por Sergipe.

Merecem ser mencionados, também, os sócios Alexandre José Barbosa Lima, José Isidoro Martins Junior, Inocêncio Serzedelo Corrêa, Américo Brasiliense de Almeida Melo, Amaro Cavalcanti Soares de Brito, Francisco de Paula Rodrigues Alves, Epitácio Lindolfo da Silva Pessoa, José Leopoldo de Bulhões Jardim, Joaquim Duarte Murtinho, Felisbello Firmo de Oliveira Freire, José Joaquim Seabra, Antônio Olinto dos Santos Pires, Alfredo Eugenio de Almeida Maia, Sabino Alves Barroso Junior, Paulino José Soares de Souza Junior, Cezario Mota Júnior, Aristides Augusto Milton, Tomás Garcez Paranhos Montenegro e Artur Índio do Brasil. Em sua grande maioria, eles foram propostos como candidatos a sócios do Instituto quando desempenhavam destacadas posições no governo.

Desta maneira, observo que nos momentos iniciais, nos mais variados pontos do organograma da República, o Instituto Histórico possuía seus “representantes”. O convite e a escolha dos candidatos à sócios do IHGB foram pautados pela intenção de estreitar os vínculos entre a instituição e os “políticos-intelectuais” alocados nas mais diferentes funções nos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da República. Assim, vejo que as ações de aproximação do Instituto para com os centros decisórios foram eficazes nos seus resultados. Mas esta receptividade pelo governo federal mostra-me mais do que piedade diante da penúria da Instituição ou algo além do citado êxito das ações do IHGB. Os governos republicanos traziam para junto de si, e o acesso aos cofres públicos parece ser uma boa oportunidade para o diálogo, as “instituições culturais” da cidade do Rio de Janeiro.<sup>177</sup> Essa aproximação não se daria se não houvesse interesse dos governos em utilizá-las. Caberia ao IHGB retribuir tamanha atenção.

Outra observação que faço é que o levantamento sucinto desse grupo de sócios mostra que o IHGB não pode ser caracterizado, após 1889, como um reduto de adeptos do antigo regime. Ângela de Castro Gomes aponta que o Instituto “guardou por razoável tempo um aroma monarquista”,<sup>178</sup> enquanto Maria de Lourdes Janotti, por sua vez, diz que o IHGB, “mais do que estagnar-se no passado, transformou-se em um reduto monarquista, onde eventualmente era permitida a presença republicana”.<sup>179</sup> As atas e a relação dos integrantes do quadro social publicados na Revista divergem de tais conclusões. Tais generalizações, sem o

---

<sup>177</sup> Através dos relatórios que apontei na nota de nº 154, pude observar, assim como aconteceu com o IHGB, a paulatina incorporação dos Museus, Arquivos, Bibliotecas e Associações da cidade do Rio de Janeiro ao organograma cultural do novo regime.

<sup>178</sup> GOMES, 1996, p. 52.

<sup>179</sup> JANOTTI, 2001, p. 123.

devido levantamento prosopográfico, anuviavam os conflitos que lá ocorreram entre sócios com distintas percepções sobre o passado, o presente e o futuro do país. Assim sendo, destaco que, apesar das tensões iniciais, o Instituto Histórico, após meio século de fidelidade ao regime monárquico, esforçava-se para estabelecer estreitos laços com a jovem República. Mas, nesta reaproximação com o poder político, como seriam “acomodadas” as obrigações de gratidão para com o antigo monarca e seu governo?

## 1.2 Deveres para com o passado

Os contatos do Instituto Histórico com o monarca foram mantidos após a sua deposição. Além da continuidade do vínculo pessoal de alguns sócios, a instituição fazia questão de conservar a ligação com seu protetor. Em dezembro de 1889, formou-se uma comissão para ir, pessoalmente, a sua presença no exterior dar-lhe os pêsames pelo falecimento de sua esposa D. Tereza Cristina.<sup>180</sup> O augusto aniversário, comemorado em 2 de dezembro, não fora esquecido através do envio de telegramas.<sup>181</sup> Mesmo distante, o Instituto continuava merecedor das benesses reais. D. Pedro, por intermédio de seu advogado e procurador no Brasil, José da Silva Costa, solicitou ao Instituto que separasse da sua coleção particular os livros que lhe interessassem para serem colocados em um lugar especial denominado *D. Tereza Cristina Maria* e os demais encaminhados à Biblioteca Nacional.

Também foi doado ao IHGB o museu do Imperador cujos materiais tinham relação com a Etnografia e a História do Brasil, devendo aqueles relativos às Ciências Naturais e à Minerologia serem encaminhados ao Museu do Rio de Janeiro. A coleção de Etnografia e História deveria, conforme solicitação do monarca, ser denominada *Imperatriz Leopoldina*.<sup>182</sup> Na carta de agradecimento ao “excelso protetor” o Instituto ressaltava o orgulho de continuar a merecer a benévola e particular atenção do seu desvelado chefe, e que, por longos anos, “fora guiado pelo seu exemplo, instruído por suas lições e engrandecido pelos seus benefícios”.<sup>183</sup> Esta divisão da “augusta herança” rendeu longas discussões quando se tomou conhecimento que estavam sendo separadas obras para, além do IHGB e da Biblioteca Nacional, também para as Bibliotecas do Jardim Botânico e Academia de Belas Artes.

<sup>180</sup> 1ª Sessão Ordinária em 1º de março de 1890. **RIHGB**, t. 53, parte 2, p. 400, 1890.

<sup>181</sup> 20ª Sessão Ordinária em 12 de dezembro de 1890. **RIHGB**, t. 53, parte 2, p. 542, 1890.

<sup>182</sup> Ficaram encarregados deste trabalho o Visconde de Taunay, o Visconde de Beaurepaire Rohan e João Severiano da Fonseca. 11ª Sessão Ordinária em 31 de julho de 1891. **RIHGB**, t. 54, parte 2, p. 223-224, 1892.

<sup>183</sup> 12ª Sessão Ordinária em 14 de agosto de 1891. **RIHGB**, t. 54, parte 2, p. 239, 1892.



O sócio César Marques, ao discursar na defesa da herança para o “filho predileto”, ressaltou que o Instituto não só teria direito à melhor parte da biblioteca particular de Sua Majestade como ainda preferência pela escolha dos livros.<sup>184</sup> Observo que estava em disputa não só a riqueza das informações impressas em tais trabalhos, mas antes de tudo, elementos para construção e perpetuação de uma imagem do representante maior do antigo regime da qual o IHGB achava-se defensor. Muitos desses livros continham comentários feitos de próprio punho pelo monarca. Não era somente um litígio material, o Instituto procurava ser o mais importante centro preservador da memória de D. Pedro II. Uma imagem a ser lembrada que o próprio Instituto vinha, desde a sua fundação, construindo e preservando. Vejo que, se até 1889 o Imperador fora o protetor do Instituto, a partir de agora, os papéis seriam invertidos: o IHGB é que funcionaria como protetor do legado de D. Pedro II.

A 5 de dezembro de 1891 falecia, em Paris, D. Pedro de Alcântara. Órfão do seu mecenas, em meio a novas ondas de distúrbios, o IHGB realizou uma Sessão Extraordinária a fim de tratar das resoluções pelo passamento do ilustre finado.<sup>185</sup> Enquanto isso, houve missas solenes por todo o país, seguidas de pronunciamentos fúnebres em que se enalteciam D. Pedro II e o regime monárquico. Revoltados, clubes jacobinos e batalhões patrióticos saíram em defesa das instituições, perseguindo e denunciando suspeitos de “atividades antinacionais”.<sup>186</sup> Como medidas internas, por sugestão do secretário Henrique Raffard, a sala onde se realizavam as sessões no Instituto passou a ser denominada *D. Pedro II*,<sup>187</sup> sendo ornada com um retrato a óleo do monarca oferecido por João Severiano da Fonseca.<sup>188</sup> Se antes do falecimento havia uma preocupação com a perpetuação da imagem do pai protetor, mais do que nunca, a partir daquele momento, os esforços seria redobrados. O que mais emblemático do que realizar sessões periódicas em uma sala batizada com seu nome, com uma cadeira

<sup>184</sup> 16ª Sessão Ordinária em 9 de outubro de 1891. **RIHGB**, t. 54, parte 2, p. 261-262, 1892. De acordo com o bibliotecário do Instituto, somente dos livros encadernados, coube ao IHGB, 7.048 volumes da biblioteca do Imperador e 936 da Imperatriz. FAZENDA, 1911, p. 425

<sup>185</sup> Dentre elas, estava previsto que o Instituto mandaria celebrar uma missa de sétimo dia pelo consócio Bispo de Olinda; coroas de louro seriam colocadas sobre o busto de D. Pedro II e o respectivo pedestal ficaria coberto de luto; sócios foram nomeados para assistirem às exéquias em Paris e Lisboa e depositarem coroas sobre o féretro em nome do Instituto; celebrar-se-ia no próximo dia 5 de Janeiro, no trigésimo dia do falecimento, uma sessão comemorativa no Instituto; a sessão aniversária, que deveria ter lugar no dia 15 de Dezembro, seria realizada no mês de Janeiro próximo; o Instituto iria deferir um prêmio (uma medalha de ouro), a quem apresentasse o melhor trabalho histórico e biográfico do ilustre falecido para ser publicado; os secretários ficaram encarregados de fazer, num livro especial, a compilação de todos os artigos que fossem publicados com relação a D. Pedro II, desde o seu falecimento, e consignou-se na ata o “voto ardente” do Instituto para que, o mais breve possível, os restos mortais do grande cidadão brasileiro fossem trasladados para a terra pátria. Sessão Extraordinária em 7 de dezembro de 1891. **RIHGB**, t. 54, parte 2, p. 302, 1892.

<sup>186</sup> JANOTTI, 1986, p. 51.

<sup>187</sup> 9ª Sessão Ordinária em 1º de julho de 1892. **RIHGB**, t. 55, parte 2, p. 309, 1893.

<sup>188</sup> 20ª Sessão Ordinária em 9 de dezembro de 1892. **RIHGB**, t. 55, parte 2, p. 414-415, 1893.

vazia coberta com um véu na extremidade da mesa e com um grande quadro com D. Pedro pintado como a fiscalizar e a incentivar os trabalhos de seus filhos prediletos?

A sessão prevista pelo Instituto para janeiro de 1892, a fim de homenagear D. Pedro II, somente pôde ser celebrada em março daquele ano. Pressuponho que os sócios aguardaram os radicais republicanos se acalmarem. Mas a cautela era visível. A tímida presença dos sócios (somente 13) e a ausência de autoridades foram compensadas pela força dos discursos. Seu presidente, ao ressaltar que a instituição não possuía relações com a ordem política do país, anunciava que era ao homem e não ao soberano que se prestavam as homenagens de veneração e reconhecimento. As celebrações em favor do monarca pelo IHGB eram, segundo Olegário Herculano, legitimadas pelo fato de ser a instituição, entre todas as associações literárias e científicas no Brasil, a que recebeu de D. Pedro as maiores provas de agrado e favor. Por isso era dever do Instituto esforçar-se para corresponder a tantas provas de “inefável bondade e lisonjeira confiança”.<sup>189</sup>

O 3º vice-presidente Manuel Francisco Correia, por sua vez, destacou que o monarca fora um “cidadão” na mais ampla acepção da palavra, devendo a Pátria render-lhe homenagens à sua memória. Correia se utilizava de um termo em voga na República para justificar as homenagens a um nobre.<sup>190</sup> O luto dos membros do Instituto não representava, segundo ele, perigo para ninguém. Segundo Correia, as efusões de afeto estavam sendo ali realizadas longe das zombarias e do não reconhecimento que ocorriam “lá fora”.<sup>191</sup> José Luís Alves, orador na oportunidade, através de um longo discurso, também vinha prestar uma respeitosa homenagem ao morto ilustre, glorificando-lhe a memória e fazendo a apoteose das esplêndidas virtudes daquele a quem considerou “o astro de primeira grandeza” no mundo científico e literário.<sup>192</sup> O papel político do falecido não foi citado. Mesmo com a celebração de uma sessão dedicada exclusivamente a D. Pedro II, talvez não fosse prudente alardear simpatias pelo monarca deposto para além das paredes do Instituto. Observei tal comedimento na recepção pelos intelectuais da cidade do Rio de Janeiro ao concurso lançado pelo IHGB.

<sup>189</sup> Discurso do Presidente. In: IHGB. **Homenagem do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Sessão Extraordinária em comemoração do falecimento de D. Pedro II em 4 de março de 1892. Rio de Janeiro: Companhia Tipográfica do Brasil, 1892. p. 22, 30, 32.

<sup>190</sup> *Cidadão* tornou-se o chamamento de pronto utilizado nos comunicados oficiais. MARTINS, A. L. **O despertar da República**. São Paulo: Contexto, 2001. p. 7.

<sup>191</sup> Discurso. In: IHGB, 1892, p. 38-42.

<sup>192</sup> Elogio. In: IHGB. **Homenagem do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Sessão Extraordinária em comemoração do falecimento de D. Pedro II em 4 de março de 1892. Rio de Janeiro: Companhia Tipográfica do Brasil, 1892. p. 124-125. *José Luís Alves* (1832-1908) era negociante na praça comercial no Rio de Janeiro. Foi condecorado no regime monárquico com a *Ordem da Rosa*.

Para este concurso de biografias sobre D. Pedro II, anunciado quando do seu falecimento, somente um trabalho foi apresentado. O trabalho intitulava-se *Biografia de D. Pedro de Alcântara, 2º Imperador do Brasil* e estava assinado somente por A.<sup>193</sup> Após a sua leitura em voz alta, iniciaram-se as discussões, tendo em vista que o parecer do Visconde de Beaurepaire, 1º vice-presidente, foi contrário à aprovação do trabalho. No seu entender, o que o Instituto pretendia com o concurso era um trabalho que colocasse em relevo as qualidades que distinguiram D. Pedro II, tornando-o “digno de universal estima”. Henrique Raffard também se mostrou insatisfeito, pois além de não atender ao “objetivo” do Instituto, o trabalho era muito resumido, omissivo, continha incorreções e frases nada delicadas para com a “memória” daquele que sempre havia recebido dos seus compatriotas e dos estrangeiros o maior respeito e consideração.

César Marques apoiou a rejeição do trabalho porque “as referências inverídicas eram prejudiciais à história do período” em que governou o finado protetor. Tristão de Alencar Araripe se manifestou alegando que o autor não satisfazia aos intuítos do Instituto o qual desejava ver expostos, com “justa crítica”, os fatos da vida do ex-Imperador. Os demais sócios presentes também se pronunciaram desfavoráveis ao trabalho que foi unanimemente reprovado.<sup>194</sup> Fica claro que os registros das lembranças sobre o Imperador e seu governo deveriam permanecer, ao menos dentro do Instituto, imaculados. A devoção do Instituto a D. Pedro II ficou materializada na publicação de um tomo suplementar da Revista, em 1894, prevista quando do falecimento do monarca. O suplemento especial intitulado *Homenagem do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro à memória de S. M. o Sr. D. Pedro II*, sob direção de Henrique Raffard, foi, segundo o presidente do Instituto:

[...] um preito ainda de admiração e reconhecimento que o Instituto julgou dever prestar ao seu grande benfeitor, cuja falta vê que de dia em dia se lhe vai tornando mais sensível e lamentável e cuja memória será, para todos quantos sinceramente o amavam, sempre cara, saudosa e venerada.<sup>195</sup>

Essa falta do imediato protetor era a causa, de acordo com Henrique Raffard, da morosidade pela qual passava o Instituto, por isso o lema do IHGB, mais precisamente a sua primeira parte, não poderia ser esquecido pelos sócios: *Auspice Petro Secundo Pacifica*

<sup>193</sup> A autoria era do não sócio Cristiano Benedito Otoni. 7ª Sessão Ordinária em 16 de junho de 1893. **RIHGB**, t. 56, parte 2, p. 175, 1894. Ele era, também, o autor de *O advento da República no Brasil*, publicada em 1890, tida como uma visão republicana da proclamação da República. COSTA, E. V. da. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. 7. ed. São Paulo: Editora da UNESP, 1999. p. 393.

<sup>194</sup> Sessão Extraordinária em 2 de junho de 1893. **RIHGB**, t. 56, parte 2, p. 171-173, 1894. O trabalho de Cristiano Otoni não foi reproduzido na Revista.

*Scientiae Occupatio*.<sup>196</sup> Conforme o 1º Secretário, tudo na instituição recordava a “gloriosa, interessante e inapagável memória” de D. Pedro II.<sup>197</sup> Vejo que, com o passar dos anos, quanto mais se estruturava o governo republicano, maior era o tom enaltecido dos discursos ao protetor perpétuo. Recorrente naqueles anos de reinício dos trabalhos, o jogo de discursos, parte conciliador e parte enaltecido sob o manto da neutralidade, continuou no limiar do novo século como se observa nas falas do presidente e nas do 1º secretário na ocasião. Enquanto Olegário Herculano de Aquino e Castro ressaltava o não choque entre o passado e o presente, esforçando-se por mostrar que a fé no futuro e a animação do presente estavam ligados à perpetuação das glórias já colhidas no “longo e honorríssimo passado”,<sup>198</sup> Henrique Raffard tratava de enaltecer este passado na figura do “protetor invisível”.

Raffard ressaltava que o respeito ao passado, como o fechamento do Instituto nas datas aniversárias de falecimento de seu protetor, não tinha caráter político. Tratava-se, segundo ele, de um ato para o “amigo prantear a perda do amigo, ao protegido lamentar a falta do protetor e aos filhos chorarem a morte de seu pai”.<sup>199</sup> Nesses discursos D. Pedro II não era tido como o representante maior de um regime deposto. Elogios, antes de tudo, ao sócio protetor da Instituição, ao intelectual e à pessoa. Afora a diretoria, tal sentimento estendia-se a outros integrantes do quadro social do IHGB. Segundo o Visconde de Ouro Preto, acima dos vultos da Pátria pairava D. Pedro, “o Magnânimo”, cuja tradição o Instituto deveria conservar e cujos incomparáveis exemplos de trabalho, de dedicação e de civismo seriam os guias dos membros do IHGB.<sup>200</sup> Ao recepcionar o novo sócio Inocêncio Serzedelo Correia, Max Fleiuss destacou que aquela sala de sessões era engrandecida pela lembrança do “íncrito Príncipe” que, não há muito tempo, presidia com “dedicação e valor inigualáveis” os trabalhos.<sup>201</sup>

Em uma rápida passagem pelo Instituto, em seu discurso de posse, Eduardo Prado ressaltou a força da lembrança do monarca materializada na perpetuação do antigo lugar que ocupava ao prestigiar as sessões: “Aquela simples cadeira, para sempre vazia, vale mais do que um trono resplandecente; é uma cadeira de onde sempre se ouvirá uma lição perpétua e

<sup>195</sup> Discurso do Presidente. Sessão Aniversária em 15 de dezembro de 1894. **RIHGB**, t. 57, parte 2, p. 403, 1895. Um exemplar desta publicação foi enviado à Princesa Isabel, filha do monarca falecido.

<sup>196</sup> Relatório do 1º Secretário. Sessão Aniversária em 15 de dezembro de 1894. **RIHGB**, t. 57, parte 2, p. 420, 1895. *Auspice* corresponde à palavra portuguesa *auspício*, isto é, proteção, favor, apoio.

<sup>197</sup> Relatório do 1º Secretário. Sessão Aniversária em 15 de dezembro de 1896. **RIHGB**, t. 59, parte 2, p. 388, 1897.

<sup>198</sup> Discurso do Presidente. Sessão Aniversária em 15 de dezembro de 1899. **RIHGB**, t. 62, parte 2, p. 407, 1900.

<sup>199</sup> Discurso do Orador. Sessão Aniversária em 15 de dezembro de 1899. **RIHGB**, t. 62, parte 2, p. 429, 1900.

<sup>200</sup> 20ª Sessão Ordinária em 7 de dezembro de 1900. **RIHGB**, t. 63, parte 2, p. 525, 1900.

<sup>201</sup> 12ª Sessão Ordinária em 17 de agosto de 1900. **RIHGB**, t. 63, parte 2, p. 482, 1902.

eloqüentíssima, a lição do exemplo da virtude.”<sup>202</sup> Como último item na relação de resoluções a serem tomadas pelo Instituto quando do falecimento de D. Pedro II, em 1891, constava o “voto ardente” para a vinda dos seus restos mortais. Henrique Raffard, ao pedir que viessem repousar em solo pátrio, apontava que caberia ao Instituto acompanhar os brasileiros nesta “santa cruzada de saudade, justiça histórica, gratidão e até mesmo de piedade cristã”.<sup>203</sup> Alguns anos depois, esta idéia ganhou novo ímpeto e abrangência:

À Sua Memória rendem os membros desta casa os mais profundos conceitos de gratidão.  
 À Sua Memória prestam também o mais incondicional respeito todos os Brasileiros sem ódios e paixões políticas  
 Onze anos decorridos constituem período suficiente para o juízo da História. Ele começa a surgir triunfante *em todos os círculos sociais* com a necessidade do imediato levantamento de uma estátua a tão Egrégio Patriota e na recondução dos seus preciosos despojos mortais para esta sua terra pátria.<sup>204</sup> (grifo meu)

Nesta exacerbação, Raffard atestando o respeito incondicional de “todos” os brasileiros à memória do monarca defendeu ainda que se erguesse um monumento a ele. A busca dos restos mortais do ínclito monarca recebeu grande apoio do sócio Afonso Arinos de Melo Franco. Referindo-se ao erguimento de uma estátua ao General Osório, dizia ele que o Marquês do Herval aguardava a vinda do soberano, “clamando pelos restos de Pedro II banido”.<sup>205</sup> Max Fleiuss chamando a atenção do Instituto para o “brilhantismo editorial” da Gazeta de Notícias de 7 de junho de 1905 sobre a repatriação dos despojos mortais de D. Pedro II, defendia a paternidade da idéia ao IHGB.<sup>206</sup> Fleiuss reforçava que tal manifestação

<sup>202</sup> 12ª Sessão Ordinária em 9 de agosto de 1901. **RIHGB**, t. 64, parte 2, p. 239-240, 1901. Este discurso mereceu vários elogios dos sócios, dentre os quais o do 2º secretário, Max Fleiuss: “Os que, talvez horas antes, ainda o encarassem adversário irreconciliável, cheio de furores partidários, haviam de aplaudir, reconciliados, as frases moldadas no mais acendrado patriotismo.” 14ª Sessão Ordinária em 6 de setembro de 1901. **RIHGB**, t. 64, parte 2, p. 261, 1901. *Eduardo Prado* (1860-1901) manteve-se fiel ao regime deposto em 1889, combatendo, em livros e jornais, os atos praticados pelo governo republicano. Era um católico fervoroso. Foi um dos fundadores da ABL. Ingressou no IHGB em 1899, como sócio correspondente. No parecer da Comissão de História sobre a sua admissão foi tido como “um dos primeiros talentos da nova geração”. 7ª Sessão Ordinária em 9 de junho de 1899. **RIHGB**, t. 62, parte 2, p. 310-311, 1900.

<sup>203</sup> Relatório do 1º Secretário. Sessão Aniversária em 15 de dezembro de 1901. **RIHGB**, t. 64, parte 2, p. 347, 1901.

<sup>204</sup> Relatório do 1º Secretário. Sessão Aniversária em 15 de dezembro de 1902. **RIHGB**, t. 65, parte 2, p. 557-558, 1902.

<sup>205</sup> 13ª Sessão Ordinária em 21 de agosto de 1903. **RIHGB**, t. 66, parte 2, p. 216, 1905. *Afonso Arinos de Melo Franco* (1868-1916), por suas convicções monarquistas, foi convidado por Eduardo Prado para a direção do jornal *Comércio de São Paulo*. Durante a Revolta da Armada, abrigou em sua casa em Ouro Preto (Minas Gerais) escritores suspeitos de participarem do movimento, como Olavo Bilac e Carlos Laet.

<sup>206</sup> Na sessão de 7 de dezembro de 1891, no final das resoluções pelo passamento do monarca constava o “voto ardente” para o traslado dos seus restos mortais. Em 1892, Olegário Herculano voltou a ressaltar que: “Há de ser satisfeito o derradeiro voto do grande mártir [...]. Esse punhado de terra brasileira, que por sua recomendação foi aí deposto, no fundo do ataúde [...] clama por ser restituído donde foi tirado [...]” Discurso

não era oriunda de partidos políticos, mas apenas o “voto unânime” dos brasileiros num preito de justiça à memória do monarca.<sup>207</sup> Ao exagerar essa aspiração, amenizava-se o teor polêmico do pedido.

Henrique Raffard, em seu relatório anual em 1905, de semelhante forma, amplificava por intermediário do Instituto este desejo de alguns como sendo de todos os brasileiros e que, por isso, não possuía caráter político.<sup>208</sup> Ao final da gestão de Rio Branco na presidência do IHGB, tal desejo não fora arrefecido. Na sessão de 16 de agosto de 1911, a notícia de que havia sido apresentado à Câmara dos Deputados um projeto para transladação dos restos mortais do Imperador e da Imperatriz para o território nacional foi motivo de grande exaltação.<sup>209</sup> Os filhos não descansariam enquanto não honrassem a memória do pai. O ano de 1906 foi significativo quanto a estas demonstrações em prol da memória do Imperador. O presidente do Instituto ofereceu um busto em gesso de D. Pedro II e o sócio Cândido Luís Maria de Oliveira comprometeu-se em doar duzentos retratos do monarca em diversas idades.<sup>210</sup>

Esta dívida para com a memória do monarca ensejou discussões sobre a nova proposta estatutária. O Marquês de Paranaguá salientou que, no artigo 3º do projeto do novo estatuto, havia somente a frase “Publicará a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro” quando, anteriormente, lia-se “Publicará a Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado no Rio de Janeiro, debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial o Sr. D. Pedro II, na qual se conterão os seus trabalhos”.<sup>211</sup> O então 1º vice-presidente questionava se a eliminação do nome do Imperador foi um ato inadvertido ou proposital, argumentando que o Instituto jamais deveria esquecer os extraordinários serviços prestados pelo seu augusto protetor. O sócio Alcebiades Furtado juntou-se aos protestos de Paranaguá, declarando ser incontestável como “fato histórico” a proteção concedida ao Instituto por D. Pedro II.

---

do Presidente. In: IHGB. **Homenagem do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Sessão Extraordinária em comemoração do falecimento de D. Pedro II em 4 de março de 1892. Rio de Janeiro: Companhia Tipográfica do Brasil, 1892. p. 34.

<sup>207</sup> 7ª Sessão Ordinária em 9 de junho de 1905. **RIHGB**, t. 68, parte 2, p. 575, 1907.

<sup>208</sup> Relatório do 1º Secretário. Sessão Aniversária em 15 de dezembro de 1905. **RIHGB**, t. 68, parte 2, p. 652, 1907.

<sup>209</sup> 5ª Sessão Ordinária em 16 de agosto de 1911. **RIHGB**, t. 74, parte 2, p. 543, 1911.

<sup>210</sup> 1ª Sessão Ordinária em 5 de março de 1906. **RIHGB**, t. 69, parte 2, p. 290, 1908. *Cândido Luís Maria de Oliveira* (1845-1919) foi um destacado político no antigo regime, sendo escolhido Ministro da Guerra (1884-1885) e Ministro da Justiça no último gabinete imperial (1889).

<sup>211</sup> Esta referência aparecia também, até 1889, na folha de rosto da Revista do Instituto. Foi retirada dos exemplares de 1890, retornou nos de 1891 e não mais apareceu nos anos subseqüentes.

Max Fleiuss e Antônio Ferreira de Souza Pitanga fizeram, como relatores do projeto dos novos estatutos, várias considerações para demonstrar que “não houve o menor intuito de se procurar esquecer o muito que o Instituto devia ao falecido monarca”.<sup>212</sup> O Visconde de Ouro Preto também questionou que, após as reformas no prédio, a Diretoria havia retirado a cadeira em que o Imperador sentava-se quando presidia as sessões, pois acreditava que ela deveria permanecer *ad perpetuam* na mesma colocação, sem ser ocupada. Sobre isto, Max Fleiuss comunicou que não houve alteração e a cadeira ainda se encontrava na cabeceira da referida mesa na sala onde tinham lugar as sessões, sendo que, após as reformas, tal local foi destinado às leituras.<sup>213</sup> Esta discussão, conforme Visconde de Ouro Preto, não pretendia de forma alguma “perturbar a serenidade deste recinto com a repercussão das controvérsias agitadas lá [de] fora”.<sup>214</sup>

A perda da simbólica cadeira vazia na atual sala de sessões era compensada pela restrição à colocação de quadros em suas paredes. Para Max Fleiuss, o único quadro que deveria ser permitido era o de D. Pedro II “para que bem saliente fique o espírito de amor e gratidão que o Instituto deve àquele que foi o seu Presidente Perpétuo e que até a morte jamais o esqueceu”.<sup>215</sup> Porém, apesar da ampliação das discussões sobre perpetuação da memória do falecido monarca, nos novos estatutos aprovados em abril de 1906 foram suprimidas as referências a D. Pedro II no artigo 3º e a Sessão Magna Aniversária voltou a ser comemorado em 21 de outubro, data da criação do Instituto em 1838 e não mais na data que comemorava a primeira vez que o Imperador presidira a uma sessão em 15 de dezembro de 1849. Não era somente a antiga fachada do prédio do Instituto que estava sendo reformada. Seja no atendimento dos pedidos do novo governo como na readequação de algumas marcas de vinculação do IHGB ao antigo regime, noto que ambas questões apresentavam-se como peças em um disputado “espaço de negociação”.

O trabalho de Lilia Schwarcz, ao contrário do que observei nas atas, apontou que, em 1905, Max Fleiuss tomou a iniciativa de alterar a data das Sessões Magnas para o dia 15 de novembro em homenagem ao novo regime, garantindo uma nova aliança com os representantes da República, que a partir de então ganhavam um acesso mais formalizado no Instituto.<sup>216</sup> As negociações foram mais sutis. A mudança da data não fora iniciativa pessoal de Max Fleiuss, a data não foi alterada para 15 de novembro e, se a aproximação com o novo

<sup>212</sup> Assembléia Geral em 9 de abril de 1906. **RIHGB**, t. 69, parte 2, p. 331, 1908.

<sup>213</sup> 13ª Sessão Ordinária em 20 de agosto de 1906. **RIHGB**, t. 69, parte 2, p. 398-399, 1908.

<sup>214</sup> 14ª Sessão Ordinária em 3 de setembro de 1906. **RIHGB**, t. 69, parte 2, p. 412, 1908.

<sup>215</sup> 17ª Sessão Ordinária em 15 de outubro de 1906. **RIHGB**, t. 69, parte 2, p. 446, 1908.

<sup>216</sup> SCHWARCZ, 2002, p. 107.

regime pode ser vista como uma aliança, ela deu-se em 1894. Outra questão a observar na leitura das atas das sessões do IHGB, entre 1889 e 1912, é a de que, concomitante à gratidão ao “protetor invisível”, faziam-se constar referências ao seu governo. Extrapolando o elogio ao monarca, sussurravam-se louvores ao Segundo Reinado. E isso pode ser observado na prática de leituras de trabalhos pelos sócios ao final das sessões.

Apesar de suspensão nos momentos iniciais da República, esta atividade voltou a ser executada em julho de 1890, pelo monarquista Visconde de Taunay. O passado mostrava-se pujante nas reiteradas leituras de José Luís Alves e Sacramento Blake, no ano seguinte, sobre os grandes políticos do Brasil Imperial. Porém não foram transcritas na Revista. A leitura das biografias destas personalidades do antigo regime, destacando suas ações no governo, continuou nos anos seguintes, decaindo a partir de 1894. O resgate cauteloso da atuação política de personalidades do Império dava-se, anualmente, também, nas Sessões Magnas Aniversárias, através de discursos especialmente preparados pelo oradores para enaltecer os sócios falecidos durante o ano. Em 1890, já aparecia, muito timidamente, a construção de uma visão devedora do novo para com o antigo.

Se, conforme o Barão de Alencar, a “augusta sombra do protetor” continuava a alentar os trabalhos do Instituto, não era só o IHGB que tinha esta dívida, mas também, a própria República. Como diplomata, atestava que o Império havia legado à República o estado mais lisonjeiro de relações internacionais, deixando o Brasil respeitado e benquisto por todas as nações estrangeiras.<sup>217</sup> Além de defender as conquistas obtidas no reinado de D. Pedro, que somente por “uma circunstância fortuita” foi derrubado do trono, o sócio Joaquim Nabuco de Araújo alegava que entrava no Instituto no momento em que o passado nacional corria o risco de ser “mutilado” no que ele teve de mais glorioso, sendo necessário destacar o progresso do país naquele governo.<sup>218</sup> O Barão de Loreto, em sua posse, além de grandes elogios ao

<sup>217</sup> 17ª Sessão Ordinária em 21 de outubro de 1890. **RIHGB**, t. 53, parte 2, p. 509, 1890. *Leonel Martiniano de Alencar*, Barão de Alencar (1832-1921), ocupou, no Império, várias funções diplomáticas, foi, também, Conselheiro e Deputado (1869-1872). Na República, ocupou o cargo de Ministro Plenipotenciário do Brasil na Espanha

<sup>218</sup> 17ª Sessão Ordinária em 25 de outubro de 1896. **RIHGB**, t. 59, parte 2, p. 312-313, 1897. O longo discurso de Joaquim Nabuco de Araújo é analisado mais detalhadamente no Capítulo 3, subcapítulo 2 desta dissertação. *Joaquim Aurélio Nabuco de Araújo* (1849-1910) foi um político atuante no regime monárquico como Deputado Geral por Pernambuco. Teve um papel de destaque na campanha abolicionista. Fazia parte do serviço diplomático do Império. Com a proclamação da República, permaneceu fiel aos ideais monárquicos, fazendo oposição ao novo governo, principalmente nas páginas do *Jornal do Brasil*. Entretanto, abandonou o cargo de redator depois que a sede do jornal foi invadida e depredada. Afastou-se então da vida pública, dedicando-se a escrever a biografia do pai. Foi nesta fase de ostracismo político que ele ingressou no IHGB (1896). Porém, em 1900, reintegrou o Corpo Diplomático brasileiro, a fim de tratar da questão dos limites do Brasil com a Guiana Inglesa. Ocupou postos em Londres e Washington. Antes de partir para a Europa, comunicou que continuava à disposição do IHGB, oferecendo de lá seus serviços.



augusto protetor do Instituto, destacou a liberdade, o progresso material e a felicidade do povo e o incentivo dado à instrução e às letras durante o “excepcional” período de paz após 1849.

Segundo ele, em 1889, a herança que D. Pedro II deixou à Pátria foi a de ser o Brasil considerado “um dos países mais florescentes da América do Sul, e dela o mais importante, pela sua riqueza agrícola e o algarismo do seu comércio exterior”.<sup>219</sup> Em razão disso, o monarca e seu governo integravam, de acordo com os membros do IHGB, um glorioso e mais amplo passado consubstanciado em “nossas tradições”. Ao substantivo *tradição*, Eric Hobsbawm adiciona o adjetivo *inventada*. Este termo consiste em um conjunto de práticas, de natureza ritual ou simbólica, que visa a inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição. Sempre que possível, tenta-se estabelecer uma continuidade com um passado histórico apropriado. As *tradições inventadas* são aplicáveis, conforme o historiador inglês, no caso de uma inovação histórica comparativamente recente, como a Nação e seus fenômenos associados: o nacionalismo, o Estado nacional, os símbolos nacionais e as interpretações históricas.<sup>220</sup>

No caso do Instituto, estou me referindo, por enquanto, às tradições inventadas sob o projeto monárquico de consolidação do Estado Nacional brasileiro. Como orador, a partir de 1907, as tradições passaram a ser destacadas nas palavras do Conde de Afonso Celso, que por sua vez, mostrava-se mais atuante nas sessões do IHGB.<sup>221</sup> Na recepção aos novos sócios, ele reiterava para que os novatos continuassem aquilo que “constitui a nossa glória, o nosso orgulho, a nossa força – as nossas velhas tradições!”<sup>222</sup> O Instituto, segundo Afonso Celso, era um cultor da antiguidade, um verdadeiro “santuário da tradição”. Advertia que “desprezar o passado demonstrava ignorância no repúdio à experiência”. O termo *evolução* que vinha sendo usado para explicar a nova ordem das coisas consistia, segundo ele, num sofisma para justificar “inconseqüências ou funestos empreendimentos subversivos”. Citando o Conde Josef de Maistre, Afonso Celso apontava que na evolução havia um esforço para que

<sup>219</sup> 2ª Sessão Ordinária em 13 de dezembro de 1896. **RIHGB**, t. 59, parte 2, p. 341, 1897. *Franklin Américo de Menezes Dória*, Barão de Loreto (1836-1906), pertenceu aos altos cargos do Império. Foi Promotor, Delegado e Juiz, presidente de três províncias, Deputado Geral e três vezes Ministro. Era muito ligado à Família Imperial, acompanhando-a no exílio. De volta ao Brasil, foi afastado pelo governo republicano do seu cargo vitalício no Colégio D. Pedro II, transformado em Ginásio Nacional, dedicando-se, a partir de então, à advocacia e à literatura.

<sup>220</sup> HOBBSAWM, E.; RANGER, T. (Org.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. p. 9-10, 22.

<sup>221</sup> *Afonso Celso de Assis Figueiredo Júnior*, Conde de Afonso Celso (1860-1938), era filho do Visconde de Ouro Preto. No período monárquico, foi Deputado Geral pela província de Minas Gerais. Com a proclamação da República, abandonou a política e acompanhou o pai no exílio. Apesar de na sua juventude ter sido abolicionista e republicano, tornou-se um fervoroso monarquista. O título de Conde foi-lhe concedido pelo Papa. Ingressou no Instituto em 1892, exercendo as funções de orador (1908-1911) e, após a morte de Rio Branco em fevereiro de 1912, foi escolhido o oitavo presidente do IHGB.

permanecessem certos elementos, adaptando-os. Sem permanências não haveria evolução, mas sim, destruição.<sup>223</sup>

Vejo, também, que a força do passado e a reiteração da tradição estava presente não só nos discursos, mas nos títulos de nobreza a acompanhar os nomes de alguns sócios. Até 15 de novembro de 1889, o IHGB possuía em seus quadros, além do Imperador como *Protetor Perpétuo* e do Conde d'Eu como *Presidente Honorário*, 17 Barões<sup>224</sup> e 9 Viscondes, representando 25% do total de 106 sócios,<sup>225</sup> ou seja, a cada quatro sócios nacionais, um pertencia à nobreza. Após a proclamação da República, ingressaram 1 Conde<sup>226</sup> (de Figueiredo), 7 Viscondes (de Carvalhaes, de Assis Martins, Rodrigues Alves, de Cabo Frio, de Ouro Preto, Ferreira de Almeida, Leopoldina) e 9 Barões (de Oliveira Castro, de Martin, de Mendes Tota, de Ibiapaba, de Souza Queiroz, de Loreto, de Ribeiro Almeida, de Paranapiacaba, de Muritiba) e os Príncipes exilados D. Pedro de Alcântara e D. Luís de Orleans e Bragança, afora os nobres estrangeiros (Conde de Leopoldina, Visconde de Moraes, Visconde de Thayde).<sup>227</sup>

As tradições eram imprescindíveis, segundo alguns sócios, para o presente. De acordo com José Luís Alves, “sempre haverá sublimes lições e salutares conselhos na voz do passado”.<sup>228</sup> Para Aristides Augusto Milton, o IHGB tinha por mira principal manter as tradições nacionais e afervorar o culto aos nossos maiores.<sup>229</sup> Alfredo Ferreira de Carvalho, ao tomar posse, destacava que a missão do Instituto de manter vivas as tradições serviria para “acalmar as incertezas do presente”.<sup>230</sup> De forma semelhante, o recém admitido sócio Martim Francisco Ribeiro de Andrada referiu-se ao Instituto como o maior e mais privilegiado depositário das tradições brasileiras, “a grande sentinela dos destinos do país”.<sup>231</sup> Ao professar

<sup>222</sup> 1ª Sessão Ordinária em 4 de fevereiro de 1907. **RIHGB**, t. 70, parte 2, p. 653, 1908.

<sup>223</sup> Sessão de posse da Diretoria e das Comissões Permanentes em 30 de janeiro de 1908. **RIHGB**, t. 71, parte 2, p. 428-431, 1909. *Conde de Josef de Maistre* (1753-1821), escritor e filósofo francês, condenou a Revolução Francesa, sustentou a autoridade do rei e do papa e opôs a fé e a intuição à razão.

<sup>224</sup> Não constam o Barão de Ramiz Galvão e o Barão de Studart, pois seus títulos foram concedidos pelo Papa.

<sup>225</sup> 19 sócios nacionais honorários, 39 nacionais efetivos e 48 nacionais correspondentes. Relação nominal dos sócios do IHGB. **RIHGB**, t. 53, parte 2, p. 561-564, 1889.

<sup>226</sup> Não consta o Conde de Afonso Celso, pois seu título foi concedido pelo Papa.

<sup>227</sup> Cadastro dos sócios. **RIHGB**, t. 71, parte 2, p. 625-632, 1909. Apesar de, em 1909, haver ainda 14 nobres brasileiros entre os 158 sócios nacionais, representando menos de 10 %, tal índice não me permite traçar comparação com o índice de 25 % no ano de 1889, em razão de que muitos daqueles faleceram e, obviamente, não houve concessão de títulos de nobreza após novembro de 1889 pelo governo brasileiro.

<sup>228</sup> Elogio do Orador. Sessão Aniversária em 15 de dezembro de 1894. **RIHGB**, t. 57, p. 422, 1895.

<sup>229</sup> 11ª Sessão Ordinária em 25 de agosto de 1895. **RIHGB**, t. 58, parte, p. 369, 1896.

<sup>230</sup> 12ª Sessão Ordinária em 8 de julho de 1907. **RIHGB**, t. 70, parte 2, p. 732, 1908.

<sup>231</sup> 7ª Sessão Ordinária em 9 de outubro de 1909. **RIHGB**, t. 72, parte2, p. 384, 1909.

sempre o maior respeito e imparcialidade pelas cousas passadas, o Instituto, conforme Henrique Raffard, era o “guarda zeloso de todas as tradições”.<sup>232</sup>

O IHGB era comparado a um “anzol de ouro” por João Mendes de Almeida Júnior “para pescar nas profundezas dos nossos arquivos e monumentos e trazer à luz, os exemplos de virtude, de patriotismo e da sabedoria dos nossos antepassados”.<sup>233</sup> Inclusive o futuro teria como referência o passado, pois, conforme Joaquim Xavier da Silveira Junior, ao IHGB cumpriria vincular os laços de união do passado com o futuro, sendo ele “o mais constante penhor da continuidade histórica entre a Pátria pretérita e a Pátria engrandecida do dia de amanhã”.<sup>234</sup> Nesta discussão o atuante sócio Conde de Afonso Celso não tinha dúvidas, para ele o presente era ilusório e o futuro misterioso, somente o passado era seguro.<sup>235</sup> Àqueles que desmereciam o passado, o sócio Adolfo Augusto Pinto advertia que:

[...] não há fonte mais exuberante de vida, mais forte estímulo do progresso, melhor escola de aperfeiçoamento do que este glorioso campo santo – o reino dos mortos! Desarmá-lo seria desarmar as nossas próprias raízes, o ambiente e o progresso da nossa formação, a maior porção do nosso ser; seria, em resumo, desarmarmo-nos a nós mesmos.<sup>236</sup>

O progresso e a evolução estariam fortemente ligados e não dissociadas das experiências do passado. O futuro não poderia romper com o pretérito. O dever de gratidão do Instituto para com este passado monárquico, consubstanciado nas tradições, feito em especial nas Sessões Extraordinárias e Aniversárias, cuja assistência seguidamente achavam-se presentes as autoridades republicanas, justificava-se, segundo Souza Pitanga, pelo fato de que “as Repúblicas fortes, confiantes na sua excelência, não devem temer encarar de frente as fulgurações da realeza”.<sup>237</sup> Tal espaço de experiência não poderia ser descartado. Nestas solenidades, segundo Henrique Raffard, o presente agradecia ao passado tido como “patriótico e fecundo”.<sup>238</sup> A caracterização da instituição como um lugar de devoção ao

<sup>232</sup> Relatório do 1º Secretário. Sessão Aniversária em 15 de dezembro de 1899. **RIHGB**, t. 62, parte 2, p. 429, 1900.

<sup>233</sup> 13ª Sessão Ordinária em 21 de agosto de 1903. **RIHGB**, t. 66, parte 2, p. 221, 1905.

<sup>234</sup> 1ª Sessão Ordinária em 4 de fevereiro de 1907. **RIHGB**, t. 70, parte 2, p. 649, 1908.

<sup>235</sup> 14ª Sessão Ordinária em 12 de agosto de 1907. **RIHGB**, t. 70, parte 2, p. 749, 1908.

<sup>236</sup> 5ª Sessão Ordinária em 31 de agosto de 1909. **RIHGB**, t. 72, parte 2, 361, 1909. Gilberto Freyre cita duas obras que demonstram o embate entre a continuidade e a ruptura com o passado monárquico em outras publicações no Rio de Janeiro. Em 1894, José Augusto Correia com *A Revolução no Brasil e o Opúsculo do Visconde de São Boaventura* considerava a elite monárquica “crápula bolorenta de cortesãos senis” com os quais a República não deveria contemporizar. Sousa Bandeira, no ano de 1909, com sua obra *Reformas defendia*, contudo, que a República deveria consolidar-se com “a experiência dos nossos antepassados”. FREYRE, 1962, t. 2, p. 448, nota 1.

<sup>237</sup> Elogio do Orador. Sessão Aniversária em 15 de dezembro de 1900. **RIHGB**, t. 63, parte 2, p. 567, 1902.

<sup>238</sup> Relatório do 1º Secretário. Sessão Aniversária em 15 de dezembro de 1902. **RIHGB**, t. 65, parte 2, p. 547, 1902.

passado e neutro em relação ao presente, talvez pudesse transparecer a alguns contemporâneos uma postura distante do Instituto Histórico às questões atuais do país. Entretanto, em 1907, a eleição para a presidência do IHGB de uma das figuras mais expressivas do governo foi vista como uma aproximação aos problemas presentes brasileiros. No discurso de posse do sócio Luís Antonio Ferreira Gualberto, a escolha do Barão do Rio Branco para a presidência do Instituto foi assim considerada:

Todos os brasileiros sabem que esse recesso tranqüilo e calmo, mais propenso ao pensamento e à reflexão, não é, entretanto, alheio às questões que muitas vezes se agitam no nosso meio social.

Ainda há poucos meses, esse eminente homem de estado que, com raro brilho, mantém a pasta das Relações Exteriores do nosso país, escolheu este recinto para fazer as mais solenes declarações a respeito da nossa conduta política para com os povos que nos são limítrofes. [...]

Aquelas belas palavras de paz, de brio e pundonor, que ficaram como sendo o nosso programa político para com as nações amigas, proferiu as ele neste recinto, como para atestar que *os problemas da nossa vida nacional não são antagônicos ao culto que devemos às nossas tradições, onde mesmo poderemos encontrar as mais salutares lições.*

Desde aquele dia estava, por assim dizer, de novo incorporado à comunhão nacional o Instituto Histórico.

*Ele não é, nem poderia ser uma ilha isolada no meio das nossas preocupações.*<sup>239</sup> (grifo meu)

Teríamos, a partir daquele momento, uma ampliação do escopo de estudos do Instituto? Aos estudos do passado agregariam-se os do presente? Parecia que sim, pois, logo ao ingressar, Alberto Torres<sup>240</sup> propôs que o IHGB convidasse a Academia Brasileira de Letras, a Academia Nacional de Medicina, o Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros, o Clube de Engenharia, a Sociedade de Medicina e Cirurgia, o Centro Positivista, a Sociedade de Geografia, as Congregações das Faculdades e Academias de Ensino Superior e dos Institutos oficiais de Ensino Secundário, a Sociedade Nacional de Agricultura, a Sociedade dos Homens de Letras, o Centro da Imprensa, os redatores chefes dos jornais e revistas publicados na

<sup>239</sup> 7ª Sessão Ordinária em 5 de outubro de 1908. **RIHGB**, t. 71, parte 2, p. 560-561, 1909. Ferreira Gualberto se referia ao discurso pronunciado pelo Barão do Rio Branco em 11 de junho de 1908, do qual destaco: “Se hoje procuramos, com mais método e atividade, melhorar as condições em que alguns anos de agitações políticas e conseqüentes descuidos colocaram o nosso Exército e a nossa Armada, não é porque alimentamos planos de agressão ou de ambiciosa e indébita sobre os destinos de outros povos. [...] Tivéssemos nós, como caluniosamente propalam gratuitos inimigos nossos, planos insensatos de ataque contra países vizinhos, e as encomendas que ultimamente fizemos não seriam de navios só capazes de operar no alto mar ou ao logo de nosso dilatado litoral.” 3ª Sessão Ordinária em 11 de junho de 1908. **RIHGB**, t. 71, parte 2, p. 479, 1909.

<sup>240</sup> *Alberto de Seixas Martins Torres* (1865-1917) político e escritor, exerceu vários cargos políticos na República, como Ministro da Justiça e Negócios Interiores e Ministro do Supremo Tribunal Federal. Suas idéias, expressas no livro *As fontes da vida no Brasil* (1915), defendem o nacionalismo, a miscigenação, a necessidade de fortalecimento do Poder Executivo e influenciaram a Constituição de 1934.

Capital para submeter-lhes o projeto de fundação de uma associação destinada a fazer o estudo dos problemas gerais e permanentes da Nação e da sociedade brasileira.

A associação, segundo Torres, seria denominada *Universidade Brasileira*, compondose de tantas seções em que pudessem ser divididas as ciências e as artes. A associação manteria permanentemente, na Capital, uma repartição designada de *Centro de Estudo dos Problemas Brasileiros* incumbida de estudar os problemas, fazer as publicações e promover a execução das soluções adotadas. O objetivo da associação consistiria em:

[...] procurar assentar, no estudo prático de nossa terra e de nosso povo, as idéias fundamentais da política nacional, dar aos problemas morais e materiais da nossa pátria soluções cientificamente assentadas, capazes de reunir os espíritos em torno de um programa conciliador de todas as doutrinas e opiniões sobre as bases amplas da liberdade e da ordem.

Reunir os elementos intelectuais do país, submeter à sua crítica e apreciação as questões vitais da nossa nacionalidade, indicar as soluções naturais de nossos problemas gerais, procurando imprimir continuidade aos movimentos da opinião e dos órgãos políticos, orientar a marcha do progresso brasileiro e a solução dos incidentes que abalarem a sociedade – eis os meios habituais de ação da Universidade.

A projetada instituição terá, em suma, por missão fazer *intervir eficazmente a intelectualidade brasileira na direção da nossa vida social e política*.<sup>241</sup>

(grifo meu)

No entanto, o parecer da comissão nomeada para estudar tal sugestão “inovadora” foi contrário à proposta de Alberto Torres. Argumentou-se que, em razão do quanto de trabalho ainda possuíam, os sócios do Instituto não poderiam “distrair esforços” tomando a iniciativa deste projeto para a criação da *Universidade Brasileira*.<sup>242</sup> Os acontecimentos recentes e as preocupações atuais, a fim de planejar o futuro da jovem República não estavam, por enquanto, nos planos do Instituto Histórico. A experiência do passado bastaria. O parecer contrário do relator Augusto Olímpio Viveiros de Castro, em 1912, contradiz a afirmação de Lúcia Paschoal Guimarães sobre essa proposta de Alberto Torres como de uma “recepção altamente favorável”.<sup>243</sup> Entretanto, neste ambiente nostálgico, o presente apresentava aos sócios novas formas de organização do país e de entendimento do passado que iam de encontro ao que defendiam até então. Por mais que a reaproximação ao novo regime fosse necessária à consecução de suas atividades e o culto às tradições professado de forma a evitar

<sup>241</sup> Sessão Extraordinária em 26 de agosto de 1911. **RIHGB**, t. 74, parte 2, p. 617, 1911.

<sup>242</sup> 1ª Sessão Ordinária em 23 de abril de 1912. **RIHGB**, t. 75, parte 2, p. 23, 1912.

<sup>243</sup> GUIMARÃES, L., 1999, p. 93. Esta idéia foi desengavetada durante a Primeira Grande Guerra e uma Academia de Altos Estudos foi criada no âmbito do IHGB em 1916, sendo transformada em Faculdade de Filosofia e Letras em 1919 e encerrada em 1921.

o confronto com a nova ordem das coisas, os discursos pronunciados nas sessões periódicas não pouparam ataques a ela.

### 1.3 Críticas aos governos republicanos

Apesar de Olegário Herculano de Aquino e Castro delimitar o campo de atuação do Instituto como neutro, onde não entraria a política com as suas “tergiversações e sutilezas”, em seu discurso na sessão comemorativa do falecimento do Imperador, em março de 1892, observei que ela adentrava naquele recinto imbricada nos elogios ao monarca. O antigo regime era tido como o da liberdade, da ordem, da justiça e da moralidade, onde jamais se autorizou violências e perseguições. A Monarquia, que na realidade era, segundo ele, uma “democracia coroada”, sempre respeitou os direitos do povo, as liberdades civis e políticas dos cidadãos. Novamente, como Manuel Francisco Correia fizera, voltava-se a usar termos do novo regime para o seu protetor; como a dizer: “já naquele tempo havia o que o novo regime busca hoje... e não consegue”. As nobres qualidades do monarca, como “superioridade de espírito, grandeza de alma e generosidade de coração eram raras”, de acordo com o presidente do Instituto, “em um meio em que dominavam impetuosas paixões e interesses nem sempre conciliáveis”.<sup>244</sup>

Nesta mesma sessão, José Luís Alves propôs uma solução para os tumultos de então ao sugerir que a pena de morte, que existira no Código Penal durante o Império e que foi abolida pela República, fosse restaurada para conter a grande onda de criminalidade.<sup>245</sup> Mas as “alfinetadas” aos governos republicanos e ao conseqüente descalabro de suas administrações não pararam por aí. A crítica estava presente mesmo que sutilmente. Observei isso pelas referências indiretas nos discursos dos demais membros do IHGB, como no de Joaquim Xavier da Silveira ao enaltecer os tempos de outrora, em especial, a liberdade de imprensa que merecia o constante respeito do poder público: “pode-se dizer que o regime da livre manifestação do pensamento, durante esse longo período de quase 50 anos foi um fato permanente.”<sup>246</sup> O sócio Liberato de Castro Carreira traçou um comparativo mais direto do

<sup>244</sup> Discurso do Presidente. In: IHGB. **Homenagem do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Sessão Extraordinária em comemoração do falecimento de D. Pedro II em 4 de março de 1892. Rio de Janeiro: Companhia Tipográfica do Brasil, 1892. p. 6-37.

<sup>245</sup> Elogio. In: *Ibid.*, p. 117.

<sup>246</sup> 6ª Sessão Ordinária em 10 de setembro de 1908. **RIHGB**, t. 71, parte 2, p. 552, 1909.

antigo e do novo regime. Enquanto, segundo ele, a construção do Império foi calma, moderada e refletida, a organização da República foi entusiasta, arrojada e pródiga.

Castro Carreira construía, no calor das contestações ao governo republicano, a imagem de uma Monarquia organizada sob a calma, a moderação e a reflexão, ao contrário de uma República assentada mais sobre o entusiasmo, a ousadia, o risco e a audácia. Mesmo ansiando por paz e tranquilidade, o sócio não aparentava muita confiança no novo regime. Segundo ele, o futuro mostraria quem, se a Monarquia ou a República, trilhou o melhor caminho para a prosperidade da Nação.<sup>247</sup> Outro alvo de críticas foi o possível retorno do autoritarismo militar ao controle do governo. Elas são perceptíveis na fala de Olegário Herculano ao citar as impressões do francês Victor Cousin sobre os acontecimentos políticos na França. O presidente do Instituto ressaltava seu desejo por liberdade, independente da forma de governo. Ele reiterava sua aversão ao “despotismo militar” e às “tirantias revolucionárias”:

‘Eu aspirava com entusiasmo a um futuro que não sabia bem qual pudesse ser; a uma liberdade, cuja fórmula, se eu lhe a pudesse dar, seria esta: Governo qualquer com a maior soma possível de garantias individuais e também com o menor arbítrio possível na ação administrativa.’<sup>248</sup>

Estudando o contexto político, vejo que, no ano de 1895, esta opção despótica encontrava no Vice-Presidente da República de então, Manuel Vitorino Pereira, seu maior defensor. A questão do “espectro do militarismo” assustava tanto a republicanos como monarquistas. Em agosto daquele ano, tentou-se levar adiante uma “nova questão militar”, mas malogrou.<sup>249</sup> Além do embate entre dois regimes de governo, estavam em disputa “diferentes repúblicas”. Esta indefinição política ilustra o que Ilmar Rohrlhoff de Mattos dizia quando “para os homens de então, a passagem do Império à República poderia seguir por diferentes caminhos”.<sup>250</sup> Múltiplas expectativas despontavam no horizonte. Porém, se os discursos proferidos nas sessões do Instituto estavam tingidos por tons claramente políticos, tratava-se de dissimular-lhes reafirmando o “caráter apolítico”, pois conforme seu secretário, Henrique Raffard, o Instituto não era sectário de nenhum credo político.<sup>251</sup> Com o ingresso de

<sup>247</sup> 6ª Sessão Ordinária em 20 de maio de 1892. **RIHGB**, t. 55, parte 2, p. 292, 1893. *Liberato de Castro Carreira* (1820-1903) era médico e foi eleito Senador no Império (1882-1889).

<sup>248</sup> *Victor Cousin* (1792-1867), filósofo e político francês foi citado no Discurso do Presidente. Sessão Aniversária em 15 de dezembro de 1895. **RIHGB**, t. 58, parte 2, p. 402-403, 1896. A obra de Cousin a que Olegário Herculano se referiu não foi nomeada.

<sup>249</sup> Esta questão do apelo à liberdade e do militarismo na política brasileira neste período é apontado por MARTINS, W., 1978, v. 4, p. 502-503.

<sup>250</sup> MATTOS, I. R. de. Do Império à República. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 163-171, 1989. p. 166.

<sup>251</sup> Relatório do 1º Secretário. Sessão Aniversária em 15 de dezembro de 1897. **RIHGB**, t. 60, parte 2, p. 443, 1897.

destacados monarquistas no IHGB, unindo-se aos que lá estavam, os discursos assumiram um tom mais crítico para com o regime republicano.

Observo que o aumento das críticas não condizia com às impressões de Joaquim Nabuco de Araújo quando, ao se referir à situação do país em 1899, disse que o “barômetro político está caindo em toda a parte”.<sup>252</sup> Mesmo que Joaquim Nabuco acreditasse na diminuição da pressão política, em fevereiro de 1900, foi abafada uma tentativa de golpe monarquista no Rio de Janeiro com a participação dos sócios João Alfredo Correia de Oliveira e Visconde de Ouro Preto. No interior do estado de São Paulo, em agosto de 1902, iniciou-se uma revolta armada que deveria estar interligada com outros Estados, mas foi sufocada pelo governo. Ambas manifestações congregavam também dissidentes republicanos.<sup>253</sup> As críticas por parte dos sócios do Instituto não aumentaram porque houve calma na política do país. Enquanto o barômetro subia “lá fora”, a pressão aumentava, da mesma forma, “aqui dentro”. Se a presença de grandes nomes da política republicana caracterizou uma ação de aproximação do Instituto em direção ao novo regime, a existência de membros infensos à “nova ordem das coisas” equilibrava essa relação.

Ao mesmo tempo que uns iam de encontro, outros iam ao encontro dos projetos da incipiente República. A nostalgia pela antigo regime variava do simples saudosismo ao total afastamento da vida pública ou da contestação através de jornais, revistas e livros até a ativa participação no movimento restaurador. Simbolicamente, o ato de maior oposição ao novo governo foi a resistência ao golpe na manhã de 15 de novembro pelo então Ministro da Marinha, Barão de Ladário, que foi o único ferido naquele dia e era, desde 1862, sócio do Instituto Histórico. Variando o grau de simpatia e fidelidade ao regime monárquico, além dos anteriormente citados, aparecem também os sócios Manuel de Oliveira Lima,<sup>254</sup> José Vieira Couto de Magalhães, João Alfredo Correia de Oliveira, Francisco Inácio Carvalho Moreira (Barão de Penedo), Luís Rodrigues de Oliveira (Visconde Rodrigues de Oliveira), João Mendes de Almeida, seu filho João Mendes de Almeida Júnior e Tito Franco de Almeida.<sup>255</sup>

<sup>252</sup> Discurso do Orador. Sessão Aniversária. **RIHGB**, t. 61, parte 2, p. 774, 1899.

<sup>253</sup> CARONE, 1983, p. 200-207.

<sup>254</sup> Oliveira Lima era um monarquista de formação, admirador de D. Pedro II, contudo, nos momentos iniciais do novo governo mostrou-se simpático à República, chegando a escrever *Sept ans de république au Brésil* (1896) defendendo o novo governo. Porém, voltou a mostrar-se um convicto monarquista criticando a desordem do novo governo. IGLÉSIAS, 2000, p. 135-143.

<sup>255</sup> O grau de atuação destes sócios no movimento restaurador monarquista está apontado em Janotti (1986) e CARONE, E. **A República Velha: instituições e classes sociais**. São Paulo: DIFEL, 1970. p. 377-387. Quando da fundação do Partido Monarquista na cidade de São Paulo em 1895, dentre os membros eleitos para o diretório central estavam os sócios e futuros sócios do Instituto João Mendes de Almeida, Eduardo da Silva Prado e Francisco Antonio de Sousa Queirós. Em razão disso, os monarquistas do Rio de Janeiro enviaram uma carta de congratulações assinada pelos sócios e futuros sócios João Alfredo Correia de Oliveira, Visconde de Ouro Preto, Joaquim Nabuco, Carlos de Laet e Conde de Afonso Celso. O Centro Monarquista



A grande maioria desses monarquistas foi proposta e admitida no Instituto já sob o regime republicano. A ligação ao antigo regime ia além de simples simpatias ou recebimento de títulos de nobreza. A sua maioria integrou a burocracia do Estado Imperial: o Visconde de Taunay no Senado e na Presidência de Província; Joaquim Nabuco e o Barão de Penedo na Diplomacia; o Marechal Visconde de Beaurepaire-Rohan e o General Couto de Magalhães no Conselho do Imperador e na Presidência de Províncias; Cândido de Oliveira no Senado e no Ministério; o Barão de Ladário no Senado, Ministério e Diplomacia; Tito Franco de Almeida na Assembléia Geral, na Diretoria Geral da Secretaria de Justiça e no Conselho do Imperador; João Alfredo Correia de Oliveira no Senado, na Presidência de Províncias, no Ministério e Chefia de Gabinete. O Barão de Penedo e o Barão de Muritiba chegaram inclusive a acompanhar a família real quando foi banida do Brasil. Apesar da adesão de muitos burocratas ao novo regime, o saudosismo e a fidelidade à Coroa continuavam bastante expressivos em outros.

Neste sentido, na recepção ao chefe do último gabinete monárquico e um dos mais atuantes oposicionistas do governo, o presidente do Instituto em seu discurso ao Visconde de Ouro Preto em 1900 tratou de mostrar-lhe os limites do que acontecia “lá fora” e “aqui dentro”. Apesar de ser recebido como “representante de um dos mais largos e fecundos períodos da nossa vida nacional”, Olegário Herculano de Aquino e Castro apontava que aquele exímio “homem de letras” vinha repousar no Instituto, longe das agitações da vida política, “depois de porfiadas e tormentosas lutas”.<sup>256</sup> Se o “lado literário” de Ouro Preto vinha ali repousar, o seu lado político ainda encontrava-se bastante inquieto. A atuação oposicionista de Ouro Preto ao regime republicano ainda não havia cessado. Antonio Ferreira de Souza Pitanga, ao recepcioná-lo, reiterou-lhe as características daquele *lugar* a que vinha fazer parte:

---

foi fundado em 1896 na cidade do Rio de Janeiro. Ata de reunião do Partido Monarquista de São Paulo (3 de dezembro de 1895) e Carta dos Chefes Monarquistas ao Diretório Monarquista de São Paulo (2 de janeiro de 1896). In: BONAVIDES; AMARAL, 2002, p. 497-500.

<sup>256</sup> 20ª Sessão Ordinária em 7 de dezembro de 1900. **RIHGB**, t. 63, parte 2, p. 524-527, 1900. *Afonso Celso de Assis Figueiredo*, Visconde de Ouro Preto (1837-1912), participou ativamente da vida pública no antigo regime como Deputado Provincial, Secretário de Polícia, Inspetor da Tesouraria Provincial, Procurador da Fazenda, Juiz de Paz, Deputado Geral, Senador e Ministro da Marinha durante a Guerra do Paraguai, Ministro da Fazenda, Conselheiro de Estado e Presidente do último Conselho de Ministros. Com a proclamação da República foi preso e exilado. Ao retornar ao Brasil, manteve-se fiel aos ideais monarquistas tornando-se um dos mais severos críticos do novo regime. Na inauguração do seu retrato no IHGB foi destacada a sua fidelidade e “defesa brilhante” aos seus princípios e seu retiro no Instituto como um “lutador vencido”. 2ª Sessão Ordinária em 28 de junho de 1910. **RIHGB**, t. 63, parte 2, p. 188, 1910.

Em vosso elevado critério bem compreendeis que ao transpor o vestíbulo deste santuário tereis despido a clâmide do lutador para cingirdes a alva cândida do sacerdote. Na modéstia aparente deste templo oculta-se um capitólio, onde os que a ele ascendem tem de sacudir no seu limiar o pó das sandálias trazido da arena da luta, não para colher troféus de triunfo, mas para sacrificar nas obras da deusa Ciência e da deusa Verdade.

Compreendeis, pois, que *não é este o lugar nem o momento para a apologia ou para a crítica de vossa personalidade política*; o que, pois, refulge entre nós neste momento é o vosso venerado perfil, de eminente cultor da ciência, de intemerato cultor da história.<sup>257</sup> (grifo meu)

Porém não tardou muito para que, à frente da Comissão de História, o “homem de letras” trouxesse para dentro do Instituto o “pó das arenas políticas”. Em seu parecer sobre a obra *Estudios sobre Produccion, Finanzas e Intereses Generales de la Republica Argentina* do argentino Carlos Lix Klett, o destacado político do Império, aproveitou para criticar a política econômica brasileira atual. De acordo com Ouro Preto, o escritor argentino ficaria magoado se tivesse que dissertar sobre “uma Nação” onde nem as grandes empresas encontravam crédito, mesmo oferecendo as melhores garantias. Além disto, ele criticava a tendência do caráter nacional de não estimar o valor que possuía, dando proporções exageradas ao que vinha da Europa.<sup>258</sup>

No parecer da Comissão de História sobre a obra *Portugal Económico* do português Anselmo de Andrade, a análise da publicação se fez juntamente com questionamentos ao governo. De acordo com Ouro Preto, referindo-se à má situação da criação de gado bovino e do crédito agrícola, vários dos conceitos abordados no livro aplicavam-se às circunstâncias atuais do país e algumas soluções propostas serviriam de exemplo para os males daqui.<sup>259</sup> Como relator da Comissão de História que avaliou a obra *A Marinha Nacional* de Homero Batista, Ouro Preto denunciou que esta obra tinha como objetivo defender o regime político vigente do erro de ter descurado do progresso da Marinha, atribuindo tais falhas às administrações do Império. A tais acusações, defendendo o governo de que fora integrante, o relator respondeu asperamente, encerrando assim seu parecer: “Este, porém, se algumas vezes caiu nesse erro, soube compensá-lo com épocas de trabalho e atividade inteligente, que inscreveram na nossa historia páginas de ouro, como Monte Santiago, Riachuelo, Humaitá.”<sup>260</sup>

<sup>257</sup> 20ª Sessão Ordinária em 7 de dezembro de 1900. **RIHGB**, t. 63, parte 2, p. 526, 1900.

<sup>258</sup> 12ª Sessão Ordinária em 9 de agosto de 1901. **RIHGB**, t. 64, parte 2, p. 251-252, 1901. Essa crítica de Ouro Preto insere-se num contexto em que, não só as letras, mas toda a sociedade brasileira, em especial a carioca, na busca do status europeu de “civilização” almejava o universalismo, desprestigiando as singularidades do país tidas como atrasadas, bárbaras e coloniais. A “europeização” do Rio de Janeiro ver em Needell (1993).

<sup>259</sup> 3ª Sessão Ordinária em 3 de abril de 1903. **RIHGB**, t. 66, parte 2, p. 137, 1905.

<sup>260</sup> 4ª Sessão Ordinária em 15 de julho de 1911. **RIHGB**, t. 74, parte 2, p. 519, 1911.

Essas três referências são nomes de batalhas na Guerra do Paraguai, no período em que o relator fora Ministro da Marinha. Este debate deve ser relacionado aos atribulados momentos pelos quais a Marinha passava, aflorados na Revolta da Chibata em fevereiro de 1910 no Rio de Janeiro. Apesar de alegar que ali não entravam as paixões, pois estas “azedavam as causas, motivos e pretextos de todas as lutas”, em seu elogio ao falecido sócio Garcez Palha, Joaquim Nabuco de Araújo também teceu críticas à situação atual da Marinha e do Exército que, segundo ele, “sofriam de doenças parasitárias, desanimando aqueles que lá ingressavam”.<sup>261</sup> Fazendo coro a estas manifestações, Afonso Arinos criticava a descentralização política em meio ao “fermento de desagregação” no país. Todas as forças, segundo ele, tomavam direções opostas naquele período: não havia mais unidade política, solidariedade de interesses e unidade de leis. A divisão em estados autônomos, para ele, assemelhava-se às “baronias da Idade Média, até por que em cada estado se plantou uma dinastia de príncipes, menos brilhante e mais rapace”.<sup>262</sup>

Estudando o contexto político nacional, ressalto que essa autonomia estadual era oriunda do projeto republicano federalista, colocada em prática pela “política dos governadores” implantada no governo Campos Sales (1898-1902). Contra esta política do novo regime e suas possíveis repercussões socioculturais assim posicionava-se o já citado defensor das tradições Conde de Afonso Celso:

Unir... unir... bradava Bonaparte na batalha das Pirâmides.  
Eis o nosso lema, o nosso empenho, o nosso ideal, o nosso imprescritível programa de cada momento.  
Tudo, história, tradições, costumes, religião, língua, condições geográficas, elementos sociais, tudo no Brasil nos une.  
Não nos separem e descoordenem, não nos debiletem paixões subalternas e desprezíveis interesses.  
É preciso que o brasileiro, nascido no Acre, no Amapá ou nas Missões, na proximidade das Guianas ou na da Argentina, seja sempre o mesmo, e em qualquer recanto do nosso variado território sinta idêntico amor e dedicação até o sacrifício por esta imensa pátria incomparável.<sup>263</sup>

Esta segmentação do país ameaçava destruir o longo trabalho do Instituto Histórico. Estava em risco aquela “homogeneização de uma visão de Brasil” que os letrados do IHGB, de acordo com Manuel Salgado Guimarães, almejavam em tempos monárquicos. O federalismo ia de encontro a um projeto intelectual até então claramente centralista, onde as diversas regiões do Brasil eram estudadas sob “uma intrínseca organicidade ao conjunto

<sup>261</sup> Discurso do Orador. Sessão Aniversária em 15 de dezembro de 1898. **RIHGB**, t. 61, parte 2, p. 759, 1899.

<sup>262</sup> 13ª Sessão Ordinária em 21 de agosto de 1903. **RIHGB**, t. 66, parte 2, p. 217-218, 1905.

<sup>263</sup> 6ª Sessão Ordinária em 28 de setembro de 1909. **RIHGB**, t. 72, parte 2, p. 375, 1909.

nacional”.<sup>264</sup> Severas críticas foram dirigidas, também, ao que João Cardoso de Menezes e Souza, Barão de Paranapiacaba, chamou de “braço iconoclasta da revolução”.<sup>265</sup> Sobre isto, José Luís Alves lamentava o fato do Governo Provisório não ter buscado inspiração na França, no que tange ao respeito pelos vestígios do passado. Se lá, segundo ele, as praças, ruas e pontes conservavam suas antigas denominações, aqui com empenho procuravam apagar esses “vestígios gloriosos do passado”. Diante disto, Luís Alves perguntava:

Porventura com a mudança dos nomes dos estabelecimentos, edifícios, praças e ruas desta vasta capital poderão os reformadores apagar das páginas douradas da história contemporânea e da memória dos tempos os feitos praticados pelo eminente cidadão [D. Pedro II], que ligou seu nome às pedras fundamentais dessas grandes obras, assim como o nome de tantos outros beneméritos que, embora apagados das praças e ruas desta capital, perduram na memória dos tempos esclarecidos pelo facho luminoso da história e assim forçando a admiração dos pósteros?<sup>266</sup>

Luís Alves citava como exemplos dessas mudanças os casos do Imperial Colégio D. Pedro II, o Hospício D. Pedro II, a estrada de Ferro D. Pedro II, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, a destruição do gradil do parque do Campo da Aclamação, e a bandeira nacional cuja cruz, o fumo e o café foram substituídos “pelo símbolo de uma insignificante seita”. Sobre as alterações de denominações, o Conde de Afonso Celso, referindo-se ao Ginásio Nacional, criticou a mudança do nome deste estabelecimento, então Colégio D. Pedro II, após a proclamação da República: “Predomina-se a justiça, prevalecesse a gratidão em quaisquer emergências do nosso meio, e aquela denominação jamais houvera sido mudada.”<sup>267</sup> Neste sentido, Afonso Arinos criticava a facilidade com que eram substituídos os nomes populares das ruas, das cidades, dos colégios e das instituições; destruíam, nos monumentos, os padrões que indicavam a época de sua construção e atribuíam o caráter de genialidade, imortalidade e glória a modestas figuras.

Naquele afã de paixões humanas, intolerância e fanatismo no limiar da República, Afonso Arinos citava a fábula do incêndio da Biblioteca de Alexandria onde o Califa Omar teria dito: “Se estes livros concordam com o Alcorão, são úteis; se não concordam, são nocivos; fogo a eles.”<sup>268</sup> Extrapolando os espaços interiores do Instituto, os sócios lançavam-se na defesa dos vestígios do reinado de seu protetor espalhados pelas cidades brasileiras.

<sup>264</sup> GUIMARÃES, M., 1988, p. 6, 23-24.

<sup>265</sup> 11ª Sessão Ordinária em 4 de agosto de 1905. **RIHGB**, t. 68, parte 2, p. 597-598, 1907.

<sup>266</sup> Elogio. In: IHGB. **Homenagem do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Sessão Extraordinária em comemoração do falecimento de D. Pedro II em 4 de março de 1892. Rio de Janeiro: Companhia Tipográfica do Brasil, 1892. p. 129.

<sup>267</sup> 14ª Sessão Ordinária em 12 de agosto de 1907. **RIHGB**, t. 70, parte 2, p. 748, 1908.

Esses episódios foram merecedores de um apelo do sócio César Augusto Marques para que o IHGB interpelasse junto ao próprio governo pedindo providências. Ele destacava que, desde a Proclamação da República, “o falso patriotismo, a adulação e a má coordenação de idéias” destruíram bandeiras e monumentos, por isto, receava que esta “febre destruidora” se transformasse em epidemia, sob o “domínio do martelo e da picareta”, dando cabo das “sólidas bases de nossa história”.<sup>269</sup>

Essas bases que simbolizavam o passado, citadas por César Marques, tiveram, durante o regime monárquico, amplo apoio do IHGB para serem edificadas. Conforme Lúcia Guimarães, a “estatuomania” tomou conta dos sócios do Instituto a partir de 1880. Além do incentivo ao erguimento de bustos no interior do IHGB, os sócios apoiavam subscrições populares para o erguimento de estátuas em espaços públicos.<sup>270</sup> Será que, ao pressentirem a iminência da queda do trono, trataram de perpetuá-lo no bronze e no mármore? Independente da resposta, pressuponho que o Instituto Histórico pela composição de seu acervo (arquivo, museu e biblioteca) e localização no Paço Imperial poderia se transformar em uma alvo para a depredação, estando, também, sujeito ao “domínio do martelo e da picareta”. Isso explica o temor de seus sócios.

Outro tema recorrente nos pronunciamentos nas sessões periódicas, que alimentava as críticas de alguns sócios ao governo republicano, foi a laicização do Estado.<sup>271</sup> O fim do padroado e do regalismo imposto pela proclamação da República foi recebido pelos representantes da Igreja Católica no Brasil com alívio e apreensão. Alívio porque os novos tempos permitiriam uma liberdade de ação ante o poder temporal há muito reclamada por uma parte das lideranças eclesiásticas, e apreensão porque a Constituição republicana limitava a esfera de ação da Igreja e dos religiosos. Não bastassem tais incertezas, as discussões sobre a Igreja tumultuavam ainda mais o ambiente político no início do novo regime. Os monarquistas procuravam intrigar a população contra a República pela alegação de impiedade religiosa, ao passo que os republicanos viam a ameaça clericalista atrás de todas as tentativas de restauração monárquica.<sup>272</sup>

<sup>268</sup> 13ª Sessão Ordinária em 21 de agosto de 1903. **RIHGB**, t. 66, parte 2, p. 217-218, 1905.

<sup>269</sup> 16ª Sessão Ordinária em 9 de outubro de 1891. **RIHGB**, t. 54, parte 2, p. 266-267, 1892.

<sup>270</sup> GUIMARÃES, L., 1995, p. 534.

<sup>271</sup> O primeiro ato oficial do Governo Provisório em matéria religiosa foi o decreto 119A de 7 de janeiro de 1890.

<sup>272</sup> MARTINS, W., 1978, v. 4, p. 506. Especificamente sobre as questões religiosas ao final do Império e início da República, consulte: MOURA, S. L.; ALMEIDA, J. M. G. de. A Igreja na Primeira República. In: FAUSTO, B. (Dir.). **História Geral da Civilização Brasileira: o Brasil Republicano, sociedade e instituições, 1889-1930**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. v. 2, p. 321-342; BARROS, R. S. M. de. A questão religiosa. In: HOLANDA, S. B. de (Dir.). **História Geral da Civilização Brasileira: o Brasil monárquico, declínio e queda do Império**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 338-365; AZZI, R. O

No IHGB, Olegário Herculano em discurso de recepção a D. Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti defendeu o Catolicismo visto como uma “escola de patriotismo”. O presidente do Instituto lamentava-se que “em outros tempos” se compreendiam melhor os sentimentos religiosos que davam força e vitalidade ao fervor pátrio. Patriotismo e religião, segundo ele, achavam-se unidos na história dos povos. O “patriotismo ateu” era, conforme Olegário Herculano, uma criação “nova, absurda e monstruosa”. Concluía rogando para que o Cristianismo não fosse renegado pela Pátria.<sup>273</sup> O parecer da Comissão para admissão do Padre Júlio Maria gerou polêmica no seio do Instituto. O relator Barão de Alencar apontava que a Igreja era tão importante como instituição quanto o próprio Estado. Ele defendia o direito de a Igreja reclamar quando se via desprestigiada pelo Estado. Para Alencar, o Brasil, como país católico, tinha assumido uma “temerária responsabilidade” ao inovar desconhecendo a religião tradicional do povo.

O Estado atual, segundo Alencar, desconhecia “a doutrina revelada que se baseia na fé, essa faculdade mãe que guia providencialmente o homem em todos os misteres da vida”.<sup>274</sup> Este parecer da Comissão de Admissão de Sócios forçou o presidente do Instituto a declarar que as considerações do relator acerca da doutrina católica eram de caráter individuais e não do Instituto. As palavras do Barão de Alencar não contradiziam àquelas proferidas por Olegário Herculano apontadas acima, mas creio que esta ressalva foi motivada porque o parecer de Alencar não ficou restrito ao interior do Instituto. O secretário Henrique Raffard eximiu-se declarando que não fora a Secretaria do Instituto que fornecera à imprensa cópia dele.<sup>275</sup> Esta polêmica gerada em cima de seu parecer fez com que o Barão de Alencar pedisse exoneração das Comissões de Admissão de Sócios e de Estatutos e Redação da Revista.<sup>276</sup>

Mas os discursos em defesa da Igreja não cessaram. No parecer da Comissão de História sobre a obra *A Igreja Católica e o Estado* do Monsenhor Vicente Lustosa, o Visconde de Ouro Preto fez a ressalva de que a separação da Igreja Católica do Estado foi

---

**altar unido ao trono:** um projeto conservador. São Paulo: Paulinas, 1992; BRUNEAU, T. C. Conflito e separação entre Igreja e Estado. In: \_\_\_\_\_. **Catolicismo brasileiro em época de transição.** São Paulo: Loyola, 1974. p. 57-75; MICELI, S. A transição do regime de Padroado para o novo status político no regime republicano. In: \_\_\_\_\_. **A elite eclesiástica brasileira.** São Paulo: Difel, 1988. p. 11-29; OLIVEIRA, L. L. Terra de Santa Cruz. In: \_\_\_\_\_. **A questão nacional na Primeira República.** São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 159-174. MALATIAN, T. M. Confronto de projetos. In: \_\_\_\_\_. **Os cruzados do Império.** São Paulo: Contexto, 1990. p. 16-20. Este texto foi modificado e publicado em: I. Confronto de projetos. In: \_\_\_\_\_. **Império e Missão,** um monarquismo brasileiro. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001. p. 19-25; LUSTOSA, O. de F. (Org.). **A Igreja Católica no Brasil e o Regime Republicano.** São Paulo: Edições Loyola, 1990.

<sup>273</sup> 9ª Sessão Ordinária em 15 de julho de 1898. **RIHGB**, t. 61, parte 2, p. 651-652, 1899.

<sup>274</sup> 13ª Sessão Ordinária em 1º de setembro de 1899. **RIHGB**, t. 62, parte 2, p. 334-335, 1900.

<sup>275</sup> 15ª Sessão Ordinária em 29 de setembro de 1899. **RIHGB**, t. 62, parte 2, p. 339-340, 1900.

<sup>276</sup> 16ª Sessão Ordinária em 12 de outubro de 1899. **RIHGB**, t. 62, parte 2, p. 343, 1900.

“um ato desacertado, impolítico e contrário à consciência da enorme maioria dos brasileiros”.<sup>277</sup> Em outra oportunidade, Ouro Preto chegou a afirmar que a imensa maioria dos brasileiros não havia se desvinculado da Igreja Católica e “continuará a consagrar-lhe, com veneração filial, profundo amor numa fé inquebrantável”.<sup>278</sup> O Barão de Loreto elogiava o sentimento religioso que havia no Império “naquela época de fé em que não se tentava substituir a santa religião do Cristo pela *religião da humanidade*”.<sup>279</sup> O padre Júlio Maria, com uma postura mais conciliadora, também posicionou-se diante desta polêmica, dizendo que aceitava a nova forma de governo, pois lhe era indiferente.

A legislação, com seus erros e omissões, é que deveria ser combatida quando fosse infensa ao Catolicismo. Júlio Maria pregava a aceitação da República harmonizada com a religião, com o intuito de acabar com aquilo que ele observava nos colégios e academias através de uma mocidade não instruída no Catolicismo e, na direção da sociedade, com homens que acreditavam na incompatibilidade dos dogmas católicos com a razão e a ciência.<sup>280</sup> Dessa maneira, por mais que os sócios procurassem delimitar os tumultos “lá de fora” com a quietude “aqui de dentro”, vejo que através das críticas às desordens, injustiças, imoralidades, violências, perseguições, criminalidade, falta de liberdade de imprensa, militarismo, política de crédito, europeização, organização da Marinha e do Exército, federalismo, iconoclasmo e laicização, o Instituto serviu sim, como arena de discussão política, principalmente quando o presente procurava, muitas vezes, destruir aquele passado idealizado que, desde 1838, o IHGB auxiliou a construir. Mesmo que a aproximação com o novo regime fosse essencial para a continuidade dos trabalhos do Instituto, alguns de seus

<sup>277</sup> 6ª Sessão Ordinária em 22 de maio de 1903. **RIHGB**, t. 66, parte 2, p. 159, 1905.

<sup>278</sup> Sessão Extraordinária em 8 de outubro de 1906. **RIHGB**, t. 69, parte 2, p. 440-441, 1908.

<sup>279</sup> 2ª Sessão Extraordinária em 13 de dezembro de 1896. p. 340. O sócio Tito Franco de Almeida procurou utilizar outros espaços para atacar o regime no que tange à secularização. No seu livro *Monarquia e monarquistas* (1895, p. 44), além de atacar a “ditadura republicana”, não poupou nem ao Papa por ter escrito ao clero brasileiro que não havia incompatibilidade entre o Catolicismo e a República: “Como pode Sua Santidade querer compatibilizar o Catolicismo – de origem divina tendo por alicerces as virtudes cristãs – com a ditadura revolucionária, imaginada nas trevas da perfídia e engendrada nas escuridões do perjúrio, que explodiu pela traição e sustenta-se pela força das baionetas e dos canhões, força organizada pela nação para defender os seus direitos, não para avassalá-la à caudilhagem sem Deus, sem Rei e sem Lei?” citado por MARTINS, W., 1978, v. 4, p. 353-354.

<sup>280</sup> 20ª Sessão Ordinária em 8 de dezembro de 1899. **RIHGB**, t. 62, parte 2, p. 375-381, 1900. *Júlio César de Moraes Carneiro*, o padre Júlio Maria (1850-1916), dizia-se nem republicano, nem monarquista, mas católico. Em 1896, Júlio Maria fez um longa pregação pelos estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, a fim de mostrar a possibilidade de acordo entre a Democracia com a Igreja e do clero com a República. Em 1897, iniciou no Rio de Janeiro as *Conferências da Assunção* que provocou grande oposição de partidários exaltados do antigo regime. SERRANO, J. O Clero e a República. In: CARDOSO, V. L. (Org.). **A margem da História da República**. Recife: Massangana, 1990. p. 73. Ingressou no Instituto em 1899. Foi um dos intelectuais católicos de maior expressão no início do regime republicano. Ele procurava ressaltar que *separação* não significava *hostilidade*. MARTINS, W., 1978, v. 4, p. 533.

sócios, mantendo-se fiéis aos seus antigos ideais, não silenciaram ante a nova ordem das coisas.

Diante disso, o Instituto, por agregar um grupo não homogêneo de sócios, não pode ser visto, após 1889, como uma instituição totalmente submissa ao novo regime, nem tampouco, como um lugar contestador, estritamente vinculado a seu passado. Os pratos da balança equilibravam-se. Quando de sua fundação, a “heterogeneidade funcional” dos fundadores do IHGB era compensada pela “unidade ideológica”.<sup>281</sup> Contudo, pelo que expus, modificando as categorias utilizadas por Arno Wehling para o limiar do Instituto, vejo que no limiar da República a “heterogeneidade funcional” somava-se à “heterogeneidade ideológica” de seus membros. Desta forma, se é incorreto caracterizar os discursos do Instituto como, majoritariamente, de contrários ao novo regime, também não se pode afirmar como sendo, em sua maioria, de favoráveis.

Por esta razão discordo quando Callari aponta que os representantes da “nova geração”, ao se incorporarem ao IHGB, cederam à idéia de consenso e ao temor de que suas idéias fossem interpretadas como políticas.<sup>282</sup> Não condiz, de semelhante forma, a afirmação de Noé Sandes quando alega que os institutos históricos não eram lugares apropriados à polêmica – o ambiente dos Institutos não se caracterizava por conflitos de posições ideológicas ou de posições de histórias antagônicas.<sup>283</sup> Tal visão pode ser atribuída a alguns membros da diretoria, mas não como pertencente à maioria dos sócios. Em razão disso, nessa instituição de estudos históricos reitero que há não apenas um mas uma miríade de discursos, por mais que a atuação comedida da presidência tentasse abafar os ruídos que vinham de fora e as vozes que saíam de seu interior.

\* \* \*

Entre 1889 e 1912, as quatro gestões na presidência do Instituto tiveram semelhanças e diferenças no que tange à composição do quadro social, às aproximações e afastamentos do governo republicano, ao enaltecimento da figura e do governo de D. Pedro II e às estratégias para angariar recursos. Além de uma maior abrangência temporal, a gestão de Olegário Herculano de Aquino e Castro é merecedora de destaque por outros motivos. A sua presidência foi, pelo momento e pela extensão, a que sofreu os maiores tensionamentos na

---

<sup>281</sup> WEHLING, 1983, p. 10.

<sup>282</sup> CALLARI, 2001, p. 76.

<sup>283</sup> SANDES, 2000, p. 94.



existência do IHGB entre 1889 e 1912. À sombra do que ocorria “lá fora”, Olegário Herculano conseguiu conduzir o Instituto sob as situações mais difíceis. Desde 1891, quando assumira a presidência, até 1906, a arena política brasileira foi de intensa luta e, por mais neutros que pretendessem ser os discursos, o Instituto e seus sócios não estavam assim tão longe das agitadas paixões. Mesmo ao final de sua gestão o país, e mais especificamente a cidade do Rio de Janeiro, foi palco de tumultuadas revoltas.

O governo de Rodrigues Alves (1902-1906) caracterizou-se pelas constantes situações de estado-de-sítio. À indignação contra o “bota-abaixo” das reformas urbanísticas, à crise comercial de maio de 1904, à oposição à campanha de vacinação obrigatória uniam-se civis e militares insatisfeitos. Junto às ações populares, o movimento monarquista e a revolta militar se propunham a desencadear uma “revolução” contra os poderes constituídos. Os Estados da Bahia, do Mato Grosso e Sergipe, também, presenciaram revoltas armadas contra o governo.<sup>284</sup> A aproximação dos monarquistas com setores do Exército, jacobinos e a oposição parlamentar mostra-nos um novo ímpeto restaurador em pleno século XX. O então sócio do Instituto, Visconde de Ouro Preto proclamava nos jornais a nova política monarquista; dizia ele: “a restauração só pode ser feita pela força armada”.<sup>285</sup> Além dele, o sócio Cândido Luís Maria de Oliveira foi citado no relatório do Chefe de Polícia do Rio de Janeiro, em 1904, pela instigação à revolta contra as instituições políticas vigentes.<sup>286</sup>

Mesmo que, após o fracasso das revoltas de 1904, a atuação monarquista tenha entrado em declínio, em maio de 1907, a passagem pelo Brasil do Príncipe D. Luís de Orleans e Bragança, neto de D. Pedro II e sócio do IHGB, agitou profundamente o ambiente político do país.<sup>287</sup> Teresa Malatian estende até o ano de 1910 a ação dos restauradores durante as eleições que elegeram Hermes da Fonseca à presidência (1910-1914).<sup>288</sup> Por esses acontecimentos contesto as afirmações de Jeffrey Needell ao dizer que, apesar do ressurgimento das “forças tradicionais”, a *belle époque* carioca iniciou-se com a subida de Campos Sales ao poder em 1898, recuperando a “tranqüilidade”. Segundo este autor, registrou-se a partir desse governo uma mudança sensível no clima político que afetou, por sua vez, o meio cultural e social: “as jornadas revolucionárias haviam passado”.<sup>289</sup>

---

<sup>284</sup> CARONE, 1983, p. 222.

<sup>285</sup> O problema da restauração. **O Comércio do Brasil**, Rio de Janeiro, 9 jul. 1904 citado por JANOTTI, 1986, p. 247.

<sup>286</sup> *Ibid.*, p. 251.

<sup>287</sup> BROCA, 1960, p. 81-85.

<sup>288</sup> MALATIAN, 1990, p. 8.

<sup>289</sup> NEEDELL, 1993, p. 39-40.

Nicolau Sevcenko também antecipa o início de uma relativa tranqüilidade ao país ao afirmar que a partir de 1897 os últimos focos monarquistas extinguiram-se.<sup>290</sup> Não, eles estavam bem ativos. No epicentro dos tremores que afetavam o país, o IHGB, ao receber sob seus umbrais uma miríade de vozes, procurava angariar o reconhecimento dos combatentes das distintas trincheiras em luta. Quadro social completo, subsídio governamental estável, auxílio dos demais órgãos para impressão da Revista e reforma das instalações, generosas contribuições pecuniárias de sócios beneméritos, reconhecimento de seus serviços pelo governo, visitação e uso freqüente de sua biblioteca,<sup>291</sup> visibilidade nos meios públicos através dos burocratas e da imprensa, participação em eventos internacionais<sup>292</sup> e ampla difusão da sua Revista<sup>293</sup> caracterizaram, também, o IHGB durante a presidência de Olegário Herculano de Aquino e Castro. Um outra medida que caracterizou essa gestão foi que, apesar de aprovado após seu falecimento, os novos estatutos de 1906 incorporaram a proposta de direito de veto ao presidente do Instituto quanto às deliberações tomadas nas sessões.

Esta proposta foi integrada ao projeto de reforma estatutária e aprovada no § 9º do art. 28 dos Estatutos de 1906. Tal medida sinaliza uma maior interferência e poder de decisão nas mãos da presidência. Desta forma, por mais dúbios que fossem as preferências partidárias de seus membros, a política de relacionamento do IHGB com o governo não sofreria reveses. Sobre a composição do quadro social do Instituto destaco que, no estudo de Maria de Lourdes Janotti sobre a convergência entre políticos e historiadores no início da República, ela faz referências aos sócios do Instituto ao apontar que muitos intelectuais de vanguarda não mais

---

<sup>290</sup> SEVCENKO, 2003, p 42.

<sup>291</sup> Conforme Henrique Raffard, diversas pessoas visitavam o Instituto para consulta de manuscritos, memórias, livros e mapas. Relatório do 1º Secretário. Sessão Aniversária em 15 de dezembro de 1895. **RIHGB**, t. 58, parte 2, p. 416, 1896. Em 1898, o secretário novamente destacou esta utilidade da instituição pelos documentos sobre os limites entre os Estados. Relatório do 1º Secretário. Sessão Aniversária em 15 de dezembro de 1898. **RIHGB**, t. 61, parte 2, p. 752, 1899. O presidente da Universidade de Chicago, William R. Harper solicitou documentos relativos à história da América para uma exposição. 1ª Sessão Ordinária em 3 de março de 1893. **RIHGB**, t. 56, parte 2, p. 138, 1894.

<sup>292</sup> Congresso de Orientalistas em Genebra. 5ª Sessão Ordinária em 1º de junho de 1894. **RIHGB**, t. 57, parte 2, p. 339, 1895; VI Congresso Internacional de Geografia a ser realizado em Londres em julho de 1895. 7ª Sessão Ordinária em 16 de junho de 1895. **RIHGB**, t. 58, parte 2, p. 325, 1896; XI Congresso dos Americanistas a reunir-se no México em 15 de outubro. 12ª Sessão Ordinária em 8 de setembro de 1895. **RIHGB**, t. 58, parte 2, p. 375, 1896; Congresso Científico Latino-americano de Buenos Aires. 1ª Sessão Ordinária em 6 de março de 1898. **RIHGB**, t. 61, parte 2, p. 570, 1899; Congresso Internacional de História em Roma em abril de 1902. 11ª Sessão Ordinária em 26 de julho de 1901. **RIHGB**, t. 64, parte 2, p. 222, 1901 e 3º Congresso Científico Latino Americano. 1ª Sessão Ordinária em 6 de março de 1903. **RIHGB**, t. 66, parte 2, p. 123, 1905.

<sup>293</sup> A Revista do Instituto foi premiada na Exposição Universal Colombiana de Chicago. Discurso do Presidente. Sessão Aniversária em 15 de dezembro de 1894. **RIHGB**, t. 57, parte 2, p. 402, 1895. A publicação da Revista, conforme os dados do ano de 1895, era de aproximadamente mil exemplares por ano. A distribuição era de 600 a 650 exemplares por tiragem, havendo uma reserva de 300 a 350 volumes para futuras exigências. Nota do ofício de Tristão de Alencar Araripe, de 8 de abril de 1895, ao 1º Secretário do IHGB. **RIHGB**, t. 58, parte 1, página não numerada, 1895.

se encontravam ali, ostentando, inclusive indiferença para com a instituição.<sup>294</sup> No entanto, o Instituto possuía, em seus quadros, intelectuais de grande expressão no período ao final do século XIX e no raiar do XX. Suas participações variaram desde a efetiva atuação nas comissões de trabalhos, uma rápida passagem para tomar posse, o comparecimento eventual às sessões comemorativas ou à utilização do arquivo e da biblioteca do Instituto. Na relação dos membros do IHGB, após 1889, destaque, além dos já citados, nomes como o de João Manuel Pereira da Silva, João Capistrano de Abreu, Tristão de Alencar Araripe Júnior, Paulo Barreto (o João do Rio), Artur Orlando da Silva, Carlos Laet, José Veríssimo Dias de Matos, Benjamin Franklin Ramiz Galvão (Barão de Ramiz), Pedro Augusto Carneiro Lessa e José Francisco da Rocha Pombo.

Estudando o “campo intelectual” da época, Angela de Castro Gomes afirmou que a Academia Brasileira de Letras surgiu, após a proclamação da República, como a grande realização dessa geração intelectual, pois os quadros do IHGB estavam, em fins do século, ocupados. Conforme a autora, “para os homens da geração de 1890, era mais difícil entrar no IHGB do que na ABL”.<sup>295</sup> Entretanto, pelo levantamento prosopográfico que realizei, dos 40 fundadores da ABL, em 1897, 15 eram sócios do IHGB.<sup>296</sup> Talvez o trânsito dos intelectuais entre estas duas instituições tenha sido maior do que sugere o referido trabalho da autora. Em razão de todo este trabalho na gestão de Olegário Herculano de Aquino e Castro para continuidade dos serviços do IHGB, as longas e significativas palavras de Max Fleiuss procuraram fazer jus à eficiência de seu presidente entre os anos de 1891 e 1906:

Por muito tempo o aspecto do Instituto pareceu, não a poucos, o de uma instituição obsoleta, anquilosada pela vetustez, a salmodiar em tom baixo vitórias de outras eras, para as quais se voltava em uma obstinação quase enferma.

Concepção errônea, falsíssimo juízo, mas a que as aparências emprestavam a figura da realidade.

Evidentemente não podia subsistir esse quadro; cumpria dissipá-lo sem vacilações e sem tardança [...].

<sup>294</sup> JANOTTI, 2001, p. 123. Janotti faz esta mesma constatação em JANOTTI, 1977, p. 18. O desprestígio aos trabalhos do Instituto, não só após a proclamação da República, mas mesmo antes dela observei em dois trabalhos. Needell dizia que: “Beneficiado pelo patrocínio de Dom Pedro II e pela participação de titulares eminentes, o instituto era vigoroso, embora um tanto estéril – mais um clube para diletantes da elite e antiquários do que um [sic] instituição literária ou intelectual.” NEEDELL, 1993, p. 224-225. Outro livro que desmerece-o, foi o de Thomas Skidmore: “Havia o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, protegido pelo imperador mas muito limitado [...]” SKIDMORE, T. E. **Preto no branco**, nação e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. p. 107.

<sup>295</sup> GOMES, 1996, p. 52.

<sup>296</sup> São eles: Visconde de Taunay, Barão de Loreto, Pereira da Silva, Teixeira de Melo, Nabuco de Araújo, Oliveira Lima, Eduardo Prado, José Veríssimo, Rodrigo Otávio, Clóvis Bevilacqua, Araripe Júnior, Sílvio Romero, Rui Barbosa, Carlos de Laet, Conde de Afonso Celso. Ingressaram, posteriormente: Euclides da Cunha (1903), Afonso Arinos (1901), Artur Orlando (1907), João do Rio (1910) e Dantas Barreto (1910).

Desde alguns anos, *novos moldes* se impunham, ganhando cada vez mais terreno. Afinal prevaleceram, e a vitória soou, não como resultado estéril de uma luta mesquinha, mas exprimindo a aleluia de uma *nova fase*, que, *consagrando o passado, não repele as contribuições do presente e encaminha o futuro* com a confiança dos que amam o trabalho honesto e crêem na grandeza imensurável de nossa pátria.

E – a verdade manda confessar – o general dessa cruzada de moços foi um velho. Foi o nosso grande Olegário [...]. Ele compreendeu com a nitidez de um espírito verdadeiramente lúcido *o que a época exigia* e sem receio ofereceu-nos o seu apoio, conduzindo-nos ao triunfo.

Triunfo – porque se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro continua a ser uma sociedade dedicada aos mais severos estudos, não pode mais ser tida, como assoalhavam os que o desamam, um simples repositório de documentos, permitidos unicamente a estreitíssimo número de estudiosos, e ainda assim *adstritos a um só credo*.<sup>297</sup> (grifo meu)

Ao destacar essa gestão discordo das afirmações de Lúcia Maria Paschoal Guimarães quando afirma que “os primeiros indícios de recuperação apareceriam por volta de 1908 quando assumiu a presidência da ‘casa’ um velho associado, José Maria da Silva Paranhos Júnior, o barão do Rio Branco”.<sup>298</sup> Pelo que observei, na leitura das atas, a gestão de Rio Branco foi marcada por poucas sessões (em média 6 sessões ordinárias por ano, quando na gestão de Olegário tínhamos em média 18 sessões) e pelo seu não comparecimento às reuniões. As discussões nos pareceres das comissões de trabalho amainaram e os discursos reduziram-se. Tal afirmação da autora se baseou mais no nome famoso de seu sétimo presidente do que em uma efetiva leitura da Revista. Outra questão que destaco na citação de Max Fleiuss é a de que a devoção dos sócios a distintos “credos” era anuviada pelas reiteradas defesas de absoluta imparcialidade.

Mesmo antes do convulsionado período republicano, os membros mais destacados do Instituto, apesar da estreitas relações de lealdade e dependência ao Império, preocuparam-se em não definirem a instituição como oficial, mas fundamentalmente como uma instituição científico-cultural, e por isso mesmo neutra em relação às disputas de natureza político-partidária.<sup>299</sup> Após o 15 de novembro, tal característica voltou a ser, seguidamente, enfatizada. O Instituto teria mais motivos para isso. Esta posição da intelectualidade da época é visível em outro centro de estudos, fundado logo após a proclamação da República: a Academia

<sup>297</sup> Relatório do 1º Secretário. Sessão Aniversária em 21 de outubro de 1906. **RIHGB**, t. 69, parte 2, p. 451-463, 1908.

<sup>298</sup> GUIMARÃES, L., 1997, p. 220. Tal afirmação, também, consta, no Projeto de Pesquisa da referida autora, *Sob os auspícios das autoridades republicanas: a trajetória...* (1998-2002) quando aponta: “A gestão Rio Branco, sem dúvida, constituiu-se no marco inicial e determinante de uma caminhada ascendente, que perpassou as décadas de 1910, 1920, 1930 e 1940.”

<sup>299</sup> GUIMARÃES, M., 1988, p. 9.

Brasileira de Letras (1897). Em seu discurso de posse, o presidente da Academia, Machado de Assis, assim ressaltava a posição dos literatos ali reunidos:

Nascida entre graves cuidados de ordem pública, a Academia Brasileira de Letras tem de ser o que são as associações análogas: uma *torre de marfim*, onde se acolham espíritos literários, com a única preocupação literária, e de onde, estendendo os olhos para todos os lados, vejam claro e quieto. Homens daqui podem escrever páginas de história, mas *a história faz-se lá fora*.<sup>300</sup> (grifo meu)

O já citado trabalho de Souza Rodrigues na Introdução mostrou que ao invés de “torre de marfim”, a ABL não escapou de ser transformada em uma arena de disputas políticas. De semelhante forma que na ABL, no Instituto, conforme as palavras do sócio Manuel Francisco Correia, vejo como as diferentes propostas dos sócios para o país eram forçosamente apagadas sob um objetivo maior que era a Pátria. No IHGB, segundo ele, havia “peregrinos vindos de opostos pontos do quadrante político”, mas que deixavam, do lado de fora, as preocupações políticas para entregarem-se “em afetuosa comunidade” ao culto à ciência e ao amor da Pátria.<sup>301</sup> A Pátria, segundo ele, pairava acima dos diferentes projetos políticos. Era um ente superior, único, que conseguiria uniformizar antagônicas propostas. Esse sócio dissociava a Pátria do regime de governo do país. Impossível dizer se ele acreditava realmente nisso ou intentava induzir os outros a acreditarem. No entanto, transparece-me a intenção de alguns de propagarem que a instituição não atrapalharia os planos do novo regime, pelo contrário, ajudar-lhe-ia na sua consecução, mesmo passando a imagem do IHGB numa “torre de marfim”.

O Instituto, conforme o sócio Belisário Pernambuco, era “o remanso onde o espírito do investigador encontrava-se completamente emancipado dos prejuízos alimentados pela sociedade”. Consistia, conforme ele, no lugar onde se preparava “o eficaz antídoto ao venenoso sedimento das opiniões e conceitos emitidos por publicistas apaixonados”.<sup>302</sup> Para Pereira Rego Filho, o IHGB era o “lugar privilegiado pela isenção completa do tumultuar de paixões que lá fora alteram os sentimentos, mudam as cousas, adulterando, confundindo”.<sup>303</sup> O Secretário Perpétuo, Max Fleiuss, orgulhava-se dos êxitos de seu trabalho para conservar aquele centro de estudos como “um campo neutro às paixões individuais, onde os mais

<sup>300</sup> Sessão de encerramento de 7 de dezembro de 1897. Machado na ABL, **Machado de Assis na ABL**. Disponível: <[www.machadodeassis.org.br/2005/assisabl3.htm](http://www.machadodeassis.org.br/2005/assisabl3.htm)>. Acesso em: 27 nov. 2006.

<sup>301</sup> 11ª Sessão Ordinária em 3 de agosto de 1900. **RIHGB**, t. 63, parte 2, p. 468, 1902.

<sup>302</sup> Apesar deste atestado de neutralidade política, o novo sócio dedicou longas linhas ao “venerado brasileiro Sr. D. Pedro II”. 15ª Sessão Ordinária em 20 de setembro de 1901. **RIHGB**, t. 64, parte 2, p. 267-271, 1901.

<sup>303</sup> 1ª Sessão Ordinária em 4 de fevereiro de 1907. **RIHGB**, t. 70, parte 2, p. 650-651, 1908.

irredutíveis adversários políticos pudessem dar as mãos no interesse exclusivo do progresso cultural da nossa Pátria”.<sup>304</sup>

Segundo Fleiuss, no Instituto deveria imperar “o sossego, a quietude profícua, atentando-se para que o caráter de austeridade não sofresse desvios”.<sup>305</sup> As pretensões da mais absoluta imparcialidade são significativas nas palavras de Joaquim Nabuco quando disse que os acontecimentos eram “esterilizados” antes de serem usados pelos sócios.<sup>306</sup> A situação de isolamento do Instituto diante do momento presente era mantida, de acordo com Euclides da Cunha, por um “cordão sanitário de milhares de livros”.<sup>307</sup> Para Cândido de Oliveira, o antigo Convento das Carmelitas era um “edifício onde as más paixões não podem imperar”.<sup>308</sup> Esforçando-se por ser um lugar imune às forças externas que campeavam pelo país, entre 1889 e 1912, sob quatro gestões, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro viu-se neste embate entre o que foi, o que era e o que deveria ser como instituição. Reaproximar-se dos novos governos da República sem abrir mão dos seus deveres com a tradição, mostrou-se uma tentativa árdua e, em alguns momentos, impossível. Mesmo que, aparentemente irreconciliáveis, o IHGB continuou atuante ao abrigo de um novo regime, estudando o passado em um presente tumultuado sob um futuro indefinido.

Enxergar esta inquietação do Instituto para com o poder político e dentro do seu próprio quadro social, “entre a coroa e o barrete frígio”, é fundamental para seguir adiante neste trabalho objetivando averiguar as concepções dos sócios sobre a História e as atividades dos historiadores quanto à escrita da História do Brasil. Aclarar a situação deste *lugar social*, desta *instituição do saber*, serve-me como base para analisar de que maneira este turbilhão, que caracteriza a jovem República, repercutirá no *fazer história* dos seus sócios. Os estudos históricos, articulados a este lugar, estarão, desse modo, submetidos a imposições, ligados a privilégios, ou à falta deles, e enraizados em particularidades. Não ousou analisar o texto histórico produzido independentemente da instituição em função da qual ele se organiza.<sup>309</sup> Este capítulo teve como intenção, justamente, mostrar o *lugar* de onde falam os sócios, de onde se pensa a História como campo de conhecimento e de onde o passado do país está sendo discutido e registrado.

<sup>304</sup> Relatório do 1º Secretário. Sessão Aniversária em 21 de outubro de 1908. **RIHGB**, t. 71, parte 2, p. 593, 1909.

<sup>305</sup> Relatório do 1º Secretário. Sessão Aniversária em 21 de outubro de 1909. **RIHGB**, t. 72, parte 2, p. 398, 1909.

<sup>306</sup> Elogio do Orador. Sessão Aniversária em 15 de dezembro de 1898. **RIHGB**, t. 61, parte 2, p. 761, 1899.

<sup>307</sup> 19ª Sessão Ordinária em 20 de novembro de 1903. **RIHGB**, t. 66, parte 2, p. 292, 1905.

<sup>308</sup> 15ª Sessão Ordinária em 21 de outubro de 1904. **RIHGB**, t. 67, parte 2, p. 459, 1906.

<sup>309</sup> DE CERTEAU, 2000, p. 66, 71.

## 2

## OS ESTUDOS HISTÓRICOS NO INSTITUTO, QUAL HISTÓRIA?

Em 1838, no que ficou conhecido como o *século da História*, foi criado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.<sup>310</sup> Apesar do interesse por outras áreas do saber, os estudos históricos foram, destacadamente, os que maior espaço ocuparam nas discussões das sessões, nos trabalhos das comissões e nas publicações do Instituto.<sup>311</sup> Estas atividades consistiam no “ponto essencial” das funções desempenhadas pela instituição, sendo considerada, por isso, como a *Casa* ou a *Oficina da História*.<sup>312</sup> Tamanha atenção advinha do intuito de definir o IHGB como o *locus* privilegiado a partir de onde se falava sobre o passado do país.<sup>313</sup> O Instituto, conforme seus estatutos de 1890, tinha como objetivo coligir, metodizar, publicar e arquivar os documentos referentes à História e Geografia do Brasil e à Arqueologia, Etnografia e língua dos seus indígenas.<sup>314</sup> Com os estatutos de 1906, seus fins passaram a ser de investigar, coligir, estudar, divulgar e arquivar os documentos inerentes à História, Geografia, Etnografia e Arqueologia não só, mas principalmente, do Brasil.<sup>315</sup>

<sup>310</sup> O século XIX como *século da História* é uma constatação, segundo François Dosse, de Gabriel Monod conforme artigo *Du Progrès des études historiques en France depuis le XVI<sup>e</sup> siècle* publicado na *Revue Historique* em 1876. DOSSE, F. **A História em migalhas**, dos *Annales à Nova História*. Bauru: EDUSC, 2003. p. 58, nota 60.

<sup>311</sup> Rollie Poppino, dividindo os artigos e documentos publicados na Revista, entre os anos de 1839 e 1938, em 9 categorias (história, geografia e geologia, biografia, antropologia e etnologia, relações internacionais, traduções de relatos estrangeiros, crítica de livros, línguas nativas, geral) constatou que 45 % dos 1.862 publicados pertenciam à História. POPPINO, 1977, p. 292, quadro I. Detendo-se em 1.053 textos publicados na Revista no período de 1839-1889, Lúcia Maria Paschoal Guimarães, após estabelecer 16 classes (alocuições; biografias e necrológios; cartas; críticas de textos; crônicas, memórias e relatos de viagem; estudos de etimologia; estudos de geociências; estudos de heráldica; estudos indígenas e trabalhos de arqueologia; juízos e pareceres; listas; memórias históricas; miscelâneas; pesquisas de documentos; programas históricos; transcrições e traduções) destacou a efetiva contribuição historiográfica do Instituto. GUIMARÃES, L., 1995, p. 508-513. De acordo com José Honório Rodrigues, a pesquisa histórica no Brasil nasceu com o aparecimento do Instituto e seu secretário perpétuo, Januário da Cunha Barbosa, é considerado o primeiro teórico e prático da pesquisa histórica. RODRIGUES, J., 1978a, p. 37-38.

<sup>312</sup> “Ponto essencial” conforme Discurso do Presidente. Sessão Aniversária em 15 de dezembro de 1898. **RIHGB**, t. 61, parte 2, p. 729, 1899. “Oficina da História” e “Casa da História” eram termos utilizados nos discursos, como por exemplo, pelo Orador do IHGB, Souza Pitanga em, respectivamente, 9ª Sessão Ordinária em 15 de julho de 1904. **RIHGB**, t. 67, parte 2, p. 437, 1906 e 4ª Sessão Ordinária em 18 de março de 1907. **RIHGB**, t. 70, parte 2, p. 681, 1908.

<sup>313</sup> GUIMARÃES, M., 1988, p. 13-14.

<sup>314</sup> Art. 1. Estatutos do IHGB aprovados em 1 de agosto de 1890. **RIHGB**, t. 53, parte 2, p. 629, 1890. *Coligir* no sentido de reunir em coleção e *metodizar*, como ordenar, sistematizar, tornar em um todo coerente.

<sup>315</sup> Art. 1. **Estatutos do IHGB**, aprovados em 16 de abril de 1906. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1906. p. 3. A busca de documentos pelo interior do país seria feita, principalmente, através dos sócios correspondentes que residiam fora da Capital Federal, pelos enviados pelo Instituto para estudos específicos ou por aqueles a serviço do Estado ou da Igreja. No estrangeiro, a pesquisa se daria através do envio de pessoas com esta missão específica ou a utilização dos sócios que, por funções diplomáticas, lá trabalhavam.

Nestes dois regulamentos, que orientaram os trabalhos do Instituto entre as gestões de Joaquim Norberto da Souza e Silva e do Barão de Rio Branco, observei a preocupação com uma maior delimitação das áreas de estudos<sup>316</sup> e a ampliação dos seus objetos de trabalho para além das fronteiras nacionais. Esta divisão por áreas orientava a constituição das suas comissões de trabalho. Para os estudos históricos havia duas, uma principal e outra subsidiária, composta de três membros cada uma. De semelhante forma, organizavam-se as comissões de estudos geográficos. Além destas, havia as de Arqueologia e a de Etnografia, não existindo, entretanto, comissões subsidiárias para elas. Estas seis comissões ficariam encarregadas de receber as memórias, documentos e artigos encaminhados pela mesa administrativa e fornecer seus pareceres.<sup>317</sup>

Estes materiais eram oriundos dos candidatos ao ingresso na instituição e de autores diversos, independente de pertencerem ao quadro social, a fim de serem publicados ou enviados para a biblioteca e arquivo do Instituto. Em 1891, surgiu a Comissão de Biografias que tinha a incumbência de escrever a história sucinta das personalidades, nacionais ou estrangeiras, que se destacaram por serviços prestados ao Brasil em qualquer ramo de atividades.<sup>318</sup> Com os novos estatutos de 1906, estas comissões foram reorganizadas. Os estudos históricos ficaram a cargo de uma só comissão, mas com maior número de sócios. Mesmo procedimento foi aplicado às duas de Geografia. Os estudos etnográficos e arqueológicos foram reagrupados em uma mesma comissão. Cada uma delas era constituída por cinco membros eleitos anualmente. Suas atribuições permaneceram semelhantes às estabelecidas pelos estatutos anteriores. A Comissão de Biografias foi extinta.

<sup>316</sup> Quando de sua fundação, os primeiros estatutos abrangiam somente a História e a Geografia do Brasil. Art. 1º. Extrato dos Estatutos. **RIHGB**, t. 1, p. 19, 1908 [1839]. Entretanto a preocupação com o estudo dos indígenas, apesar de não estar expressa nestes Estatutos iniciais, estava presente nas 4 das 6 questões propostas para estudos pelo cônego Januário da Cunha Barbosa naquele mesmo ano. 4ª Sessão Ordinária em 4 de fevereiro de 1839. **RIHGB**, t. 1, p. 47-48, 1908 [1839]. Entre 1859 e 1886, o Instituto chegou a incorporar ao seu nome a designação de *Etnográfico*, além do tradicional *Histórico* e *Geográfico*.

<sup>317</sup> Art. 39. Estatutos do IHGB aprovados em 1 de agosto de 1890. **RIHGB**, t. 53, parte 2, p. 641, 1890 e Art. 38. **Estatutos do IHGB**, aprovados em 16 de abril de 1906. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1906. p. 13.

<sup>318</sup> De acordo com os Estatutos do Instituto: “As biografias serão redigidas em estilo singelo e conterão além do nome da pessoa, sua profissão, lugar e data de nascimento e morte, os serviços que prestou e as obras que publicou, e tudo isto acompanhado de conveniente juízo crítico a respeito de seus atos.” Art. 41. Estatutos do IHGB aprovados em 1 de agosto de 1890. **RIHGB**, t. 53, parte 2, p. 641, 1890. Tais trabalhos se enquadram naquilo que Pierre Bourdieu chama de *ilusão biográfica*: “Produzir uma história de vida, tratar a vida como uma história, isto é, como o relato coerente de uma seqüência de acontecimentos com significado e direção, talvez seja conformar-se com uma ilusão retórica [...]” BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, M. de M.; AMADO, J. (Org.). **Usos & abusos da História oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 185. Com o grande espaço dedicado aos “brasileiros ilustres” pelo Instituto desde 1839, o trabalho biográfico forneceria elementos ao futuro historiador. O trabalho biográfico poderia ser feito pelos coevos. Sobre as relações entre a biografia e a escrita da história do Brasil no século XIX: CEZAR, T. Livros de Plutarco: biografia e escrita da história no Brasil do século XIX. **Métis: história e cultura**, Caxias do Sul, v. 2, n. 3, p. 73-94, jan./jun. 2003.



Baseando-me nas teorizações<sup>319</sup> dos sócios do Instituto Histórico, procuro analisar, neste capítulo, as suas concepções sobre a História e as atribuições dos literatos que a ela se dedicavam. Ao falarmos de estudos históricos, quais eram os procedimentos executados pelos sócios do IHGB para a sua consecução? Como os intelectuais ali reunidos pensavam em “fazer história”? Que outros elementos estariam envolvidos no estudo do passado? Para tanto, utilizo-me dos discursos reproduzidos nas atas das sessões periódicas, em especial daqueles proferidos nas sessões Magnas, dos pareceres das comissões e dos artigos publicados na Revista.

## 2.1 A História do Brasil por fazer

Nos discursos dos sócios, a partir de 1889, temos uma longa lista de epítetos para a História: *grande mestra da vida, testemunho irrecusável dos tempos, fonte de luz inextinguível na senda tortuosa da existência, luz dos tempos, mãe da verdade, depositária dos acontecimentos que tem mudado a face do mundo, testemunha irrecusável da verdade, a voz dos bons conselhos e da prudência, regra de conduta, escola de costumes, doutrina e moral, testemunho do passado, exemplo e aviso do presente e advertência do futuro*, entre outros.

Constatarei que os discursos do presidente Olegário Herculano de Aquino e Castro se sobressaem em relação aos demais transcritos na Revista pelo maior número de referências à História e aos que a ela se dedicavam. Para ele, a História era o guia seguro e esclarecido da razão humana. Constituíam-se em uma experiência antecipada, num “mapa exato da sociedade e do mundo sobre o qual estão marcados os bancos de areia, os escolhos e as correntes que convém evitar; é um antigo Diário de navegação, cujas observações podem dirigir e encaminhar a nossa rota”.<sup>320</sup> Assim, a História, conforme Aquino e Castro, permitiria fazer previsões sobre o futuro, visto que pelas lições do passado poderíamos “distinguir o raio matinal do porvir”.<sup>321</sup> Destinada a enriquecer o futuro com experiências do passado, a História

<sup>319</sup> *Teorização* no sentido de exposição de um conjunto de idéias, concepções, regras suas ou de outrem sobre os estudos históricos.

<sup>320</sup> Discurso do Presidente. Sessão Aniversária em 15 de novembro de 1895. **RIHGB**, t. 58, parte 2, p. 404-405, 1896.

<sup>321</sup> CASTRO, O. H. de A. e. O Quarto Centenário do Brasil. In: IHGB. **Suplemento Especial**, comemoração solene do quarto centenário do descobrimento do Brasil. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1901. p. 10. Para Cunha Matos, um dos fundadores do Instituto, também havia a história do futuro, como os

era um “facho de verdade abrindo espaço ao vivificante influxo da civilização e do progresso”.<sup>322</sup> Por esta razão, ela tinha uma “função altamente civilizadora”,<sup>323</sup> educando os povos através de suas lições e organizando as “grandes nacionalidades”.<sup>324</sup>

Segundo ele, o estudo da História asseguraria o destino das nações, esclarecendo as mentes dos que as governam para evitarem erros e perigos.<sup>325</sup> Por esta grande utilidade para os homens de Estado, a História lhes serviria como um “breviário”. Entendendo que só o passado poderia explicar o presente e esclarecer o futuro, para Aquino e Castro, a solução dos problemas do mundo atual estava nos séculos precedentes. Na História deveríamos buscar a luz para prever, preparar e guiar os séculos vindouros. Como um meio de difusão de instrução, ela desenvolveria uma “sensibilidade moral”, despertando nos corações “um generoso entusiasmo pelo honesto e pelo belo e uma santa indignação contra os vícios e os crimes que tem assolado e ensangüentado o mundo”.<sup>326</sup> Prevenindo pelos seus conselhos os desvios da fraqueza, as lições da História deveriam ser aproveitadas no aperfeiçoamento moral da sociedade.<sup>327</sup> Para o Marquês de Paranaguá, em seu discurso na gestão seguinte à de Aquino e Castro na presidência do Instituto, não há dúvidas de que ele concebia, de igual modo, a História:

[...] é a luz que esclarece a mente dos que as dirigem [as nações], evitando os erros e os perigos que os rodeiam; a lição sábia e profunda, que, pela doutrina e pelo exemplo, educa os povos, para que, na consciência dos seus direitos e deveres, saibam bem sustentá-los e cumpri-los.<sup>328</sup>

Tristão de Alencar Araripe em *Indicações sobre a História Nacional*<sup>329</sup> seguia a mesma concepção de História de Aquino e Castro e Paranaguá. A História, como “luz da verdade e mestra da vida”, segundo ele, era uma escola proveitosa para o homem e para a sociedade. Somente ela poderia satisfazer um dos primeiros sentimentos do ser humano que era o de se

---

vaticínios, profecias, pressentimentos ou previsões. MATOS, R. J. da C. Dissertação acerca do sistema de escrever a história antiga e moderna do império do Brasil. **RIHGB**, t. 26, p. 121-143, 1863. p. 137. Estudando este período inicial, Nelson Schapochnik aponta que a História não se restringia apenas ao registro do passado, ela fazia parte da construção do futuro. SCHAPOCHNIK, N. Como se escreve a história? **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 13, n. 25/26, p. 67-80, set.1992/ ago.1993. p. 73.

<sup>322</sup> Discurso do Presidente. Sessão Aniversária em 15 de dezembro de 1892. **RIHGB**, t. 55, parte 2, p. 427, 1893.

<sup>323</sup> Discurso do Presidente. Sessão Aniversária em 15 de dezembro de 1901. **RIHGB**, t. 64, parte 2, p. 320, 1901.

<sup>324</sup> 2ª Sessão Extraordinária em 12 de dezembro de 1897. **RIHGB**, t. 60, parte 2, p. 408, 1897.

<sup>325</sup> Discurso do Presidente. Sessão Aniversária em 15 de dezembro de 1903. **RIHGB**, t. 62, parte 2, p. 307, 1905.

<sup>326</sup> Discurso do Presidente. Sessão Aniversária em 15 de novembro de 1895. **RIHGB**, t. 58, parte 2, p. 404-405, 1896.

<sup>327</sup> Discurso do Presidente. Sessão Aniversária em 15 de dezembro de 1898. **RIHGB**, t. 61, parte 2, p. 735, 1899.

<sup>328</sup> Discurso do Presidente. Sessão Aniversária em 21 de outubro de 1906. **RIHGB**, t. 69, parte 2, p. 448, 1908.

<sup>329</sup> ARARIPE, T. A. de. *Indicações sobre a História Nacional*. **RIHGB**, t. 57, parte 2, p. 259-290, 1895. Consta a observação na última página de que se tratava de um assunto apresentado em 7 de fevereiro de 1876 perante a Associação Promotora de Instrução. Acredito que se o assunto foi o mesmo, o texto, não. A atualidade do texto deve-se às referências à proclamação da República em novembro de 1889 na página 285.

interrogar sobre o local onde se encontrava e de que maneira havia chegado à situação atual. De acordo com Araripe, a História seria a única capaz de dizer quais foram os elementos que concorreram para o estado presente da Pátria. Ela era útil e indispensável ao desenvolvimento de um povo que, sem a sua própria História e a das outras nações, se transformaria em um ente isolado e destituído de estímulos de grandeza social.<sup>330</sup> Consistia em um meio instrutivo do povo, pois suas lições sobre os fastos nacionais ensinariam aos cidadãos a eficácia das máximas políticas, esclarecendo-lhes sobre a marcha dos negócios públicos ao dar-lhes “experiência e discernimento preventivo”.

A História, segundo Araripe, nos instruiria quanto ao proveito das grandes ações de patriotismo e nos advertiria contra os perigos dos erros políticos e das ambições.<sup>331</sup> Os discursos de posse dos demais sócios se mostravam propícios a teorizações. João Coelho Gomes Ribeiro apontava a História como “um saber para prever a fim de prover”.<sup>332</sup> Pela História, conforme Antônio Coutinho Gomes Pereira, descobriríamos “a rota seguida pela Humanidade na sua marcha progressiva”, a fim de poder prever a sua trajetória futura. Segundo ele, sem essa previsão, a História se limitaria a satisfazer a curiosidade sobre o passado e não seria a “mestra da vida”.<sup>333</sup> Segundo Xavier da Silveira Júnior, a História extrairia do passado as lições para o presente, os ensinamentos e a esperança para o futuro, dando-nos consciência de que o homem se formou para “cumprimento e satisfação de um destino”.<sup>334</sup>

O estudo da História, de acordo com Carlos Vidal de Oliveira Freitas, daria ao homem “a vidência do futuro, através das névoas do presente”.<sup>335</sup> Para Eduardo Prado, o estudo do passado dava forças “para não se desesperar no futuro”.<sup>336</sup> Pela História, segundo Eduardo Marques Peixoto, poderíamos ver os erros dos antepassados e corrigir os nossos com as lições que nos legaram.<sup>337</sup> Seria através da “contemplação inteligente do passado” que, de acordo com José Carlos Rodrigues, se educaria a consciência nacional, dando-lhe “estabilidade no presente e base para a confiança no futuro”.<sup>338</sup> Através dos estudos históricos, conforme o

<sup>330</sup> Esta questão da História Universal, que transparece na ampliação dos estudos do Instituto para além do Brasil, encontrava em Araripe um de seus defensores. Justamente, para ele, a diferença entre a História Antiga e a Moderna estava em que, enquanto a primeira se concentrava em reis, nas lutas entre cidades, a atual é mais geral, abrangendo nações em um mundo bem mais amplo do que aquele conhecido na Antigüidade. ARARIPE, 1895, p. 264-267.

<sup>331</sup> *Ibid.*, p. 259-263.

<sup>332</sup> 7ª Sessão Ordinária em 10 de outubro de 1911. **RIHGB**, t. 74, parte 2, p. 639, 1911.

<sup>333</sup> 4ª Sessão Ordinária em 15 de julho de 1911. **RIHGB**, t. 74, parte 2, p. 522, 1911.

<sup>334</sup> 1ª Sessão Ordinária em 4 de fevereiro de 1907. **RIHGB**, t. 70, parte 2, p. 467, 1908.

<sup>335</sup> 18ª Sessão Ordinária em 9 de novembro de 1900. **RIHGB**, t. 63, parte 2, p. 512, 1902.

<sup>336</sup> 12ª Sessão Ordinária em 9 de agosto de 1901. **RIHGB**, t. 64, parte 2, p. 241, 1901.

<sup>337</sup> 18ª Sessão Ordinária em 6 de novembro de 1903. **RIHGB**, t. 66, parte 2, p. 272, 1905.

<sup>338</sup> 11ª Sessão Ordinária em 1º de julho de 1907. **RIHGB**, t. 70, parte 2, p. 727-728, 1908.

sócio Rafael Galanti, as novas gerações encontrariam “nas façanhas heróicas de seus antepassados um estímulo poderoso ao verdadeiro amor à pátria”.<sup>339</sup>

Através dessas falas, vejo que a concepção que guiava os sócios do Instituto ao final do século XIX e início do XX, era a da História como mestra da vida – *historia magistra vitae*.<sup>340</sup> Era uma concepção coerente com o “lugar das tradições” de onde provinham as “sábias lições”, segundo defendiam os sócios arrolados no capítulo primeiro. O passado era a referência na orientação das ações presentes e futuras, de lá vinham os exemplos. O futuro e o presente eram devedores do passado. A História se incumbiria de ligar este passado ao presente e ao futuro, ensinando, orientando, moralizando, civilizando. Ela era imprescindível para as classes dirigentes do país, para seus cidadãos, enfim, para a Pátria como um todo a fim de tornar-se uma grande Nação. As expectativas eram orientadas pelas experiências. E aqui, entra uma questão de suma importância que discutirei a seguir: a História ainda é pensada sob um processo de construção e afirmação de um país em formação. Ela está integrada a um projeto político, dando-lhe subsídios. Cabe lembrar que o IHGB e suas concepções foram engendradas durante cinquenta anos sob um mesmo regime. Mesmo no raiar do século XX, para um país que ainda estava “em formação” com sentimentos de pertencimento entre ele e seus habitantes a elaborar, as fronteiras externas e internas a delimitar, um “povo” a definir, modelos do hemisfério norte a imitar, enfim um *Brasil por fazer*, não há como considerar História e Política de forma isolada. Não há como pensá-las dissociadas.

Mas História do que e de quem? Do passado dos homens? De todos os homens? Em 1839, o Secretário Perpétuo do Instituto, Januário da Cunha Barbosa, ao lembrar aos sócios sobre o que deveriam procurar nas províncias, especificamente na parte histórica, fez constar, sob o item de número 6, informações sobre seus minerais, animais, aves, peixes, madeiras de construção, plantas, frutos, bálsamos e óleos.<sup>341</sup> O levantamento de tais dados não-humanos não foi abandonado de todo pelo Instituto após 1889, passando a integrar, principalmente, os estudos geográficos.<sup>342</sup> Apesar de humanos, os indígenas não se constituíam em sujeitos da História. Eles ficariam a cargo dos estudos etnográficos. Mesmo com a sugestão para ser feito o levantamento das tribos, suas lendas, usos e costumes, crenças, lutas, submissões, aldeamentos e a absorção pela “raça conquistadora”, os estudos sobre os “silvícolas” se

<sup>339</sup> 4ª Sessão Ordinária em 2 de maio de 1897. **RIHGB**, t. 60, parte 2, p. 317, 1897.

<sup>340</sup> Esta expressão foi cunhada pelo romano Marco Túlio Cícero (106-43 a.C.). Sobre a flexibilidade de uso e a dissolução desta concepção (*topos*): KOSELLECK, R. *Historia magistra vitae*. In: \_\_\_\_\_. **Futuro passado**, contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006. p. 41-60.

<sup>341</sup> BARBOSA, J. da C. Do que devem procurar nas províncias os sócios do Instituto Histórico Brasileiro, para remeterem à sociedade central do Rio de Janeiro. **RIHGB**, t. 1, p. 109-110, 1908b [1839]. p. 109.

<sup>342</sup> Ver a relação da História e Geografia no subcapítulo 2.2 desta dissertação.

detiveram, majoritariamente, nas línguas tupi e guarani e seus diferentes dialetos “a fim de que sirvam para o complemento das gramáticas e vocabulários das línguas brasílicas”.<sup>343</sup> De forma semelhante, os negros também estavam excluídos da História.

Conforme Astor Diehl, a historiografia produzida pelo IHGB definiu em seu projeto de História nacional aqueles que ficariam excluídos por não serem portadores da noção de *civilização*: os índios e os negros.<sup>344</sup> Para Arno Wehling, os índios e os negros não foram desprezados, os objetos de estudo é que foram separados: os povos históricos, civilizados e com escrita eram estudados pela História; os povos não históricos, selvagens ou bárbaros e ágrafos caberiam à Etnografia.<sup>345</sup> Nesse sentido, com o surgimento de um conceito *evolutivo* no século XIX, Roberto Ventura destaca a dissolução da unidade da História por meio da separação entre o discurso histórico de tipo moderno (tendo por objeto sociedades históricas) e o discurso etnológico (voltado para os grupos selvagens). Nesta divisão, os povos “selvagens” foram excluídos do território do historiador. Deu-se a separação entre a história do mundo civilizado e a descrição etnológica de sociedades reduzidas ao estado selvagem e à ausência de escrita.<sup>346</sup>

Temístocles Cezar, por sua vez, ressalta que não havia um consenso no IHGB a respeito do papel dos índios e negros na história brasileira. Especificamente sobre o trabalho de von Martius, Cezar aponta que os índios, juntamente com os portugueses, fariam “parte da” História do Brasil, ao contrário dos africanos que apenas teriam relações “para com” ela.<sup>347</sup> Nos estudos históricos desenvolvidos no IHGB, diretamente ligados à sua concepção da História como *mestra da vida*, seriam os destacados indivíduos, ou seja, as grandes personalidades e seus atos que serviriam de exemplo às gerações futuras. Olegário Herculano de Aquino e Castro falava que à História caberia delinear o caráter pessoal e político dos homens que mais se distinguiram e descrever a influência que vieram a exercer sobre a época e o meio social em que atuaram. Para ele, os exemplos dados pelos grandes homens não morreriam, sobrevivendo na História para instruírem os pósteros.

<sup>343</sup> 19ª Sessão Ordinária em 28 de novembro de 1890. **RIHGB**, t. 53, parte 2, p. 534-534, 1890.

<sup>344</sup> DIEHL, 1998, p. 26.

<sup>345</sup> WEHLING, A. **Estado, história e memória**. Varnhagen e a construção da identidade nacional. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 149.

<sup>346</sup> VENTURA, 1991, p. 28. Ventura diz que enquanto na Europa a separação entre História e Etnologia ocorreu por volta de 1800, no Brasil, tal separação só se deu a partir de 1930. Contudo, no Instituto tal separação já havia ocorrido em 1847 com a criação da Comissão de Arqueologia e Etnografia. KODAMA, 2005, p. 82.

<sup>347</sup> CEZAR, 2003, p. 202. Sobre o referido trabalho de von Martius: MARTIUS, K. F. P. von. Como se deve escrever a História do Brasil. **RIHGB**, t. 6, p. 389-411, 1844. Este trabalho será abordado mais adiante.

Estes “homens de caráter” poderiam ser vistos nos grandes chefes, reis, sacerdotes, sábios, estadistas e patriotas que constituíam a “legítima aristocracia do gênero humano”.<sup>348</sup> Januário da Cunha Barbosa, igualmente, em 1839, já apontava que a História era um “fecundo seminário de heróis”. Somente através da vida dos grandes homens se poderia “conhecer as aplicações da honra, a apreciar a glória e a afrontar os perigos”.<sup>349</sup> Além de esboços biográficos e dos elogios aos sócios falecidos, de 1839 a 1888, na seção da Revista do Instituto dedicada aos *Brasileiros ilustres pelas ciências, letras, armas e virtudes, etc...*, 118 personagens mereceram destaque.<sup>350</sup> Novamente, através de seus sujeitos, História e Política mostravam-se indissociáveis. Entretanto, observei que a idéia defendida por Januário e Aquino e Castro sobre a grande influência dos indivíduos na direção geral dos fatos não era incontestada.<sup>351</sup>

O sócio João Coelho Gomes Ribeiro, em sua posse, contrapunha-lhes outra visão. Para Ribeiro, os grandes homens não possuíam nenhum influxo real sobre a evolução geral da Humanidade. Fazendo referência à teoria dos grandes vultos de Carlile e dos super-homens de Nietzsche, o “individualismo histórico” estaria, de acordo com ele, decaindo pela “marcha avassaladora da teoria coletivista”. Os grandes homens seriam sempre resultantes do estado geral do desenvolvimento do meio.<sup>352</sup> Pedro Lessa também discordava daquela visão de Januário da Cunha Barbosa e de Olegário Herculano de Aquino e Castro. Segundo ele, não era verdadeiro o “paradoxo de Carlyle” para quem a História Universal consistia, essencialmente, nas biografias reunidas dos heróis. Os grandes homens, de acordo com Lessa, eram produtos do meio social, pois, “antes que um grande homem possa refazer uma sociedade, é preciso que a sociedade o faça”.<sup>353</sup>

Além dessa questão sobre a influência dos indivíduos no rumo dos acontecimentos, percebi uma outra proposta, mesmo que diminuta em meio “aos brasileiros ilustres”, nos

<sup>348</sup> Discurso do Presidente. Sessão Aniversária em 15 de dezembro de 1898. **RIHGB**, t. 61, parte 2, p. 733, 1899.

<sup>349</sup> BARBOSA, J. da C. Discurso. **RIHGB**, t. 1, p. 9-17, 1908a [1839]. p. 13-14.

<sup>350</sup> ENDERS, A. “O Plutarco Brasileiro”, a produção dos vultos nacionais no Segundo Reinado. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 20, p. 41-61, 2000. p. 43.

<sup>351</sup> Discurso do Presidente. Sessão Aniversária em 15 de dezembro de 1892. **RIHGB**, t. 55, parte 2, p. 427-429, 1893. De forma semelhante, Januário da Cunha Barbosa, em 1839, destacava que a História “não deve representar os homens como instrumentos cegos do destino”. BARBOSA, 1908a, p. 13.

<sup>352</sup> 7ª Sessão Ordinária em 10 de outubro de 1911. **RIHGB**, t. 74, parte 2, p. 639-641, 1911. *Thomas Carlyle* (1795-1881) historiador e crítico inglês, adversário do racionalismo e do materialismo, lançou em 1841 “Sobre os heróis, o culto do herói e o heróico na história”. *Friedrich Nietzsche* (1844-1900), filósofo alemão, tentou provar que os valores tradicionais (representados, principalmente, pelo Cristianismo) tinham perdido poder na vida das pessoas. Por isto, Nietzsche lutou pelo imperativo ético de criar valores novos. Sua discussão sobre esta possibilidade evoluiu até configurar seu retrato do homem do futuro, o “super-homem” (*übermensch*), guiado pela “vontade de poder”. Em 1902, foi publicado, no Brasil, um pequeno estudo do sócio José Veríssimo sobre o filósofo alemão no jornal *Correio da Manhã*. Desde então os artigos se multiplicaram, tornando-se “moda literária” no país. BROCA, 1960, p. 112.

textos e discursos dos sócios. Apesar de ser um termo bastante vago, o *povo* passaria a integrar o rol de estudos históricos.<sup>354</sup> Alfredo do Nascimento Silva, na introdução ao artigo *Um átomo da História Pátria, histórico da Sociedade Amante da Instrução*, fez interessantes reflexões sobre estes novos sujeitos da História.<sup>355</sup> A finalidade da História continuaria a mesma, sendo necessária para prevenir e curar, através da instrução e da moralização. Contudo os indivíduos a observar seriam outros. Quem seriam eles? Os operários, as viúvas carregadas de filhos, os filhos sem pais, as filhas da pobreza, os desgraçados que a moléstia invalidou, homens, mulheres e crianças no fundo do lodaçal dos vícios, enfim, os “náufragos do mundo”.<sup>356</sup>

Era indispensável, segundo Nascimento Silva, estudar o papel de todos os sujeitos no funcionamento do “organismo social”. Ao invés de a História “se iludir pelas aparências e se fascinar pelas pompas e fastos”, limitando-se a narrar crônicas de reis, nobres e vultos, a “verdadeira História”, para ele, deveria se preocupar com o povo sempre esquecido:

Quem vê os grandes monumentos, as associações grandiosas, as civilizações deslumbrantes, nem sempre se recorda, e o que é pior, nem sempre conhece os operários modestos, os obreiros incansáveis que acumularam pedra sobre pedra para essas grandes edificações.<sup>357</sup>

O motivo pelo aparecimento destes sujeitos na História era, segundo Nascimento Silva, por ter sido o XIX “o século da liberdade e do povo”. A inserção da experiência de um novo ator no palco da História era explicada, não só por seu passado, mas pelas preocupações futuras:

Enorme é a legião que se prepara para a luta e já se ouve o rumor da sua marcha e as notas mais agudas do seu canto. Nessas fileiras não há pompa nem galas, porque eles vêm pobres exigir o seu salário de longos séculos de labor; vestem a blusa do operário, trazem como armas as ferramentas dos ofícios, e o tinir das picaretas e alavancas e o malhar das forjas são as notas do seu hino, dessa nova marselhesa que deve talvez ecoar por sobre os destroços de um grande cataclismo no século vindouro!<sup>358</sup>

<sup>353</sup> LESSA, P. A. Reflexões sobre o conceito da História. **RIHGB**, t. 69, parte 2, p. 193-285, 1908. p. 263.

<sup>354</sup> Tristão de Alencar Araripe apontava que os historiadores antigos escreviam a história dos reis enquanto os modernos, a dos povos. No entanto, o termo *povos* designava as várias nações. Nestes povos, os exemplos ainda seriam dados pelos benfeitores, pelos beneméritos, pelos egrégios, pelos heróis. ARARIPE, 1895, p. 263-267. Apesar de Araripe não esclarecer quais povos, João Coelho Gomes Ribeiro ressaltava que somente os povos cultos poderiam fornecer a “matéria-prima” das indagações históricas. Em razão disto, Ribeiro não acreditava em uma História Universal. 7ª Sessão Ordinária em 10 de outubro de 1911. **RIHGB**, t. 74, parte 2, p. 642, 1911.

<sup>355</sup> SILVA, A. N. Um átomo da História Pátria, histórico da Sociedade Amante da Instrução. **RIHGB**, t. 55, parte 2, p. 97-104, 1893.

<sup>356</sup> Nascimento Silva não aponta questões de raça, por isto, ao falar de povo, o autor se refere aos grupos urbanos marginalizados.

<sup>357</sup> SILVA, 1893, p. 110.

<sup>358</sup> *Ibid.*, p. 105.

Questionava-se, timidamente, aqueles sujeitos que até então serviam como elemento, como matéria-prima, aos estudos históricos. A “aristocracia do gênero humano” cederia lugar aos “náufragos do mundo” sob o receio de um futuro aterrorizante. Talvez este futuro não estivesse tão distante. Com a organização do proletariado em partidos operários, dezessete movimentos grevistas irromperam na cidade do Rio de Janeiro entre 1889 e 1906, demonstrando a elevada capacidade de articulação e mobilização deles.<sup>359</sup> A marsehesa não tardou muito a ser entoada entre os morros cariocas. De semelhante forma a Nascimento Silva, Alfredo Augusto da Rocha, em seu discurso de posse, ao mencionar sua obra pela qual foi aceito no Instituto, *As Caixas Econômicas e o Crédito Agrícola*, apontava que estes novos sujeitos deveriam se constituir também em objetos de estudo. Com um viés assistencialista, ao se referir ao século XIX, ele dizia:

A existência e o desenvolvimento das instituições de previdência que se fundaram na segunda metade do século passado, tendo por objetivo melhorar a sorte das classes trabalhadoras [...] constituem para mim um dos traços mais salientes e característicos daquele século de prodigiosas atividades [...] porque as conquistas que realizaram representam uma das manifestações mais tocantes de fraternidade, uma das vitórias mais brilhantes das idéias cristãs em um meio amorfo, no qual diversas classes sociais se acham completamente desorientadas e combalidas pelas ilusões do socialismo e por princípios subversivos da ordem e da liberdade.<sup>360</sup>

Mas ao invés de “protagonistas”, neste caso, talvez fosse mais correto me referir a eles como “figurantes” que, sem capacidade de se orientarem, continuariam a receber benesses, através das instituições de previdência, dos “homens de caráter”.<sup>361</sup> Seja no artigo de Alfredo do Nascimento Silva ou no discurso de Alfredo Augusto da Rocha, modestamente, na Revista do IHGB, alguns sócios acreditavam que novos personagens poderiam receber atenção dos estudos históricos ali realizados, seja como alerta ou como objeto da fraternidade cristã.<sup>362</sup>

<sup>359</sup> SEVCENKO, 2003, p. 75. A Primeira República foi um momento de extraordinária mobilização coletiva e de forte organização da classe operária. Além das correntes socialistas e anarquistas, houve uma série de tendências que atuaram no movimento operário como o positivismo, o sindicalismo cooperativista e o catolicismo. BATALHA, C. **O movimento operário na Primeira República**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

<sup>360</sup> 7ª Sessão Ordinária em 5 de outubro de 1908. **RIHGB**, t. 71, parte 2, p. 571, 1909.

<sup>361</sup> Essa questão assistencial ao menos favorecidos (excluídos os indígenas e os negros) pude observar em: AZEVEDO, M. D. M. de. Instrução pública nos tempos coloniais. **RIHGB**, t. 55, parte 2, p. 141-158, 1893. PINHEIRO, F. B. M. A irmandade do Santíssimo Sacramento da Freguesia de Nossa Senhora da Candelária e o empréstimo decretado pelo Alvará de 13 de março de 1797. **RIHGB**, t. 60, parte 2, p. 35-46, 1897. CORREIA, M. F. Primeira escola normal existente na capital do Brasil. t. 62, parte 1, p. 11-18, 1899. FAZENDA, J. V. A santa casa do Rio de Janeiro. **RIHGB**, t. 69, parte 1, p. 5-51, 1908 e Id. A roda (casa dos expostos). **RIHGB**, t. 71, parte 1, p. 151-181, 1909.

<sup>362</sup> José Carlos Reis aponta que nos estudos do também sócio do Instituto, Capistrano de Abreu, contemporâneo a Alfredo do Nascimento Silva e Alfredo Augusto da Rocha, as “elites” saem da história para entrar o povo



Com isso, vejo que, mesmo com o aparecimento de tais sujeitos, a História permaneceria como mestra da vida. Apesar de ser, até então, alimentada pelos exemplos da “aristocracia humana”, a História, em razão da ativa interferência desses “modestos operários” nos negócios públicos (e os exemplos da Revolução Francesa e da difusão do socialismo não foram gratuitos), não poderia desprestigiar a experiência desses novos atores (protagonistas ou figurantes) de grande importância para o estabelecimento de projetos políticos futuros.

Além de atentar para tais concepções, preocupei-me, também, em verificar como os sócios do IHGB acreditavam que a *mestra da vida* tinha de ser elaborada. Como o historiador deveria se portar? Para Olegário Herculano de Aquino e Castro, a História teria de ser realizada pelo estudo sério, profundo e refletido, pela análise discreta e esclarecida, pela crítica severa dos fatos e acontecimentos mais notáveis da vida das nações, com exata e fundamentada apreciação de suas causas e seus efeitos.<sup>363</sup> A História, de acordo com ele, deveria se expressar através de uma linguagem fria, imperturbável, certa, imutável, íntegra e pura, não traduzindo os ímpetos da paixão ou o ardor dos sentimentos. Caracterizar-se-ia pela imparcialidade honesta, inalterável calma, rigorosa exatidão e incontestável justiça. Apesar de toda esta frieza diante dos temas estudados, para Olegário não havia antagonismo entre a imparcialidade do historiador e o patriotismo, justamente, algo tão abstrato<sup>364</sup> e subjetivo.<sup>365</sup>

Afirmando que havia exagero nas palavras de Alexandre Herculano, quando dizia que o patriotismo poderia inspirar a poesia e o estilo, mas seria um mau conselheiro para aqueles que se dedicavam aos estudos históricos, o presidente do Instituto ressaltava que o amor à Pátria não era incompatível com o amor da verdade que inspirava o historiador.<sup>366</sup> Quando da

---

brasileiro. Em razão disto, por divergir de uma corrente historiográfica designada como “do descobrimento do Brasil”, representada por Varnhagen, Capistrano é colocado por Reis em uma nova pertencente aos “redescobridores do Brasil”. Representaria, assim, uma nova interpretação do passado do país. REIS, J. C. **As identidades do Brasil**, de Varnhagen a FHC. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 104.

<sup>363</sup> Discurso do Presidente. Sessão Aniversária em 15 de dezembro de 1892. **RIHGB**, t. 55, parte 2, p. 429, 1893. Conforme Marc Bloch, “a arte de discernir nos relatos o verdadeiro, o falso e o plausível chama-se crítica histórica”. BLOCH, M. **História e historiadores**. Lisboa: Editorial Teorema, 1998. p. 22. Apesar desta explicação de Marc Bloch ser posterior aos discursos aqui trabalhados, os dicionários de época entendem de forma semelhante o conceito de crítica: “arte de discernir o verdadeiro do falso.” SILVA, A. de M. **Dicionário da língua portuguesa**. 6. ed. aum. por Agostinho de Mendonça Falcão. Lisboa: A. José da Rocha, 1858. v. 1, p. 581.

<sup>364</sup> Utilizo o adjetivo *abstrato* para aquilo que opera unicamente com a associação de idéias para exprimir um sentimento.

<sup>365</sup> O adjetivo *subjetivo* pode designar: o que vem do sujeito; o que não possui um valor cognitivo universal; o que é “emocionalmente colorido”, e por isto, parcial. Uso o termo *subjetivo* nesta última acepção. SCHAFF, A. A objetividade da verdade histórica. In: \_\_\_\_\_. **História e verdade**. 2. ed. Lisboa: Estampa, 1994. p. 229-230.

<sup>366</sup> Discurso do Presidente. Sessão Aniversária em 15 de dezembro de 1902. **RIHGB**, t. 65, parte 2, p. 541, 1902. *Alexandre Herculano* (1810-1877) historiador português, organizou os *Portugaliae monumenta historica*, fonte importante de informações históricas, etnográficas e lingüísticas. Ingressou no IHGB, em 1865, como sócio correspondente.

fundação do Instituto, Januário da Cunha Barbosa afirmava que tal missão era possível, pois: “O circunspecto gênio do historiador, sentando-se sobre a tumba do homem, que aí termina suas fadigas, despreza argumentos de partido e conselhos de lisonja, portando-se em seus juízos como austero sacerdote da verdade.” Segundo Cunha Barbosa, o próprio amor à Pátria levaria os sócios a depurarem as inexatidões da história.<sup>367</sup> Partindo das considerações sobre patriotismo e imparcialidade ressaltadas nos discursos de seu primeiro secretário perpétuo (antes de 1889) e do então presidente (depois de 1889), busquei outros exemplos para analisar tal relação.

Na proposta para sócio de André Peixoto de Lacerda Werneck, valendo-lhe como título de admissão a obra intitulada *D. Pedro I e a Independência*, constava a sua recomendação pela imparcialidade e vibração patriótica.<sup>368</sup> Afonso Arinos de Melo Franco, por sua vez, colocava-se contrário à opinião daqueles, como Alexandre Herculano, que propagavam a mais absoluta imparcialidade do historiador. Aos que diziam que o requisito essencial do historiador era não ter opinião, não ter admiração e nem amor, estudando “um fato como um mineralogista estuda uma pedra”, Afonso Arinos respondia com a necessidade de a História ser um instrumento de patriotismo. Era necessário, justamente, segundo ele, ter as qualidades que alguns designavam como as de um mau historiador: opinião política e patriotismo.<sup>369</sup> Porém, para outros membros do Instituto, este forte sentimento de devoção à Pátria atrapalharia os estudos históricos.

Esta não conciliação foi motivo de uma advertência feita no parecer para admissão do candidato Bernardino Luiz Machado Guimarães, em que a Comissão de História destacou a influência perigosa de se levar para a História os preceitos da política e do patriotismo.<sup>370</sup> Outro exemplo observei no discurso de Tristão de Alencar Araripe na recepção ao novo sócio João Vicente Leite de Castro com sua obra intitulada *Dicionário Geográfico e Histórico das campanhas do Uruguai e Paraguai*. Araripe destacava que o patriotismo do candidato havia impedido a imparcialidade na exposição dos fatos daquela luta com clareza e justiça.<sup>371</sup> Bernardo Teixeira de Moraes Leite Velho no parecer da Comissão de História sobre a obra de Carlos de Laet, *A Imprensa*, declarava que lhe faltavam as “características essenciais” para classificá-la no grupo dos estudos históricos.

<sup>367</sup> BARBOSA, 1908a, p. 13-14.

<sup>368</sup> 17ª Sessão Ordinária em 25 de outubro de 1896. **RIHGB**, t. 59, parte 2, p. 317, 1897.

<sup>369</sup> 13ª Sessão Ordinária em 21 de agosto de 1903. **RIHGB**, t. 66, parte 2, p. 216, 1905.

<sup>370</sup> 8ª Sessão Ordinária em 12 de junho de 1906. **RIHGB**, t. 69, parte 2, p. 381, 1908.

<sup>371</sup> 21ª Sessão Ordinária em 29 de novembro de 1889. **RIHGB**, t. 52, parte 2, p. 533, 1889.

Os comentários feitos pelo autor davam ao trabalho “uma feição acentuadamente partidária, incompatível com a indispensável neutralidade das obras puramente históricas”. Conforme Leite Velho, o trabalho de Carlos Laet era um “belo trabalho de polêmica” e não uma exposição histórica.<sup>372</sup> Sobre isso, o relator fez advertências sobre as imperfeições na busca da “verdade histórica”, pois havia “muita mentira, desconfiança e preconceitos de seitas manchados de partidarismos” oriundos de paixões e desonestidades, cabendo ao estudioso e investigador perspicaz e imparcial “separar o trigo do joio”.<sup>373</sup> Nesta direção foram as admoestações do sócio Alexandre José Barbosa Lima sobre o risco que se corria quando o historiador, “a serviço das paixões subalternas”, desfigurando fatos, forjando conjecturas, omitindo aspectos significativos, acabava por “pintar um quadro que seduzia, transviava, corrompia, desanimava e enfurecia”.<sup>374</sup>

No limiar do IHGB, um de seus fundadores, Raimundo José da Cunha Matos, já alertava para os erros que os historiadores cometiam desde a Antigüidade. Segundo ele, deveria merecer “grande censura” todo o historiador que “por espírito de partido não relata, ou desfigura fatos verdadeiros em desabono de alguma corporação ou de qualquer homem particular”.<sup>375</sup> Após 1889, Tristão de Alencar Araripe continuava chamando a atenção para estas limitações do trabalho do historiador:

Por mais isenção de ânimo que possa ter o escritor, em relação aos ódios particulares, nem sempre está livre do espírito de seita, ou do influxo de idéias políticas e religiosas. Cornélio Tácito era republicano, e só na República encontrou virtudes; Adolfo Thiers foi monarquista na sua *História do Consulado e do Império*, e só na Monarquia enxergou a salvação dos povos [...].<sup>376</sup>

Mesmo que, para alguns sócios, o “patriotismo” não era incompatível com o caráter de imparcialidade do historiador, a efervescência política pós-1889 mostrava a outros que ao

<sup>372</sup> 1ª Sessão Ordinária em 15 de maio de 1911. **RIHGB**, t. 74, parte 2, p. 482, 1911. *Carlos Maximiliano Pimenta de Laet* (1847-1927) era professor no Colégio D. Pedro II e foi demitido com a proclamação da República, por suas convicções monarquistas. Somente na presidência de Wenceslau Brás (1914-1918) foi reconduzido ao cargo. Por estas convicções e exaltação à figura de Saldanha da Gama foi perseguido quando da Revolta da Armada. Foi diretor do jornal monarquista *Tribuna Liberal* de propriedade do Visconde de Ouro Preto. Colaborou com o jornal *O Brasil*, folha católica que articulava forte campanha contra o governo. O trabalho intitulado *A Imprensa* fez parte da obra *A Década Republicana*, organizada pelo Visconde de Ouro Preto, publicada em 1900, onde registrava os atentados contra a liberdade de imprensa entre os anos de 1889 e 1899.

<sup>373</sup> 6ª Sessão Ordinária em 22 de maio de 1903. **RIHGB**, t. 66, parte 2, p. 154, 1905.

<sup>374</sup> 7ª Sessão Ordinária em 5 de outubro de 1908. **RIHGB**, t. 71, parte 2, p. 573, 1909.

<sup>375</sup> MATOS, 1863, p. 138-139.

<sup>376</sup> ARARIPE, 1895, p. 286. *Públio Cornélio Tácito* (55?-depois de 117) era historiador romano. Foi criticado por sua parcialidade e a falta de exatidão de seus textos, por suas inclinações apologéticas. *Adolphe Thiers* (1797-1877) era político e historiador francês, foi eleito presidente da Terceira República francesa em 1871.

invés de um patriotismo se deveria falar em vários, que estavam sendo externados em distintas e muitas vezes contraditórias propostas políticas para o país. Em razão disso, a relação entre patriotismo e imparcialidade tornava-se tensa, permeando os discursos no IHGB.<sup>377</sup> Aqui observo a colisão de percepções. Vejo uma gestada sob um Estado monárquico, em que, conforme já balizei, a História e a Política estavam fortemente ligadas. Desta forma, o patriotismo alimentava e legitimava as pretensões dos historiadores. Não se concebia a História fora dos parâmetros do regime instalado desde 1822. Com a instauração de um novo regime e a implantação de outros planos para o país, diferentes daqueles que vigoravam até então, alguns intelectuais perceberam que, através de um propalado patriotismo, o historiador mostrava-se parcial e aliado de determinados projetos políticos. Essas novas experiências abririam novas perspectivas no conhecimento histórico. A relação entre a imparcialidade do historiador e seu patriotismo não seria, a partir de então, tão direta.

Patriotismo de uma Pátria monarquista ou republicana? Aí estava uma grande dificuldade, principalmente para os sócios mais antigos, agravada pela gratidão ao monarca, de conseguirem pensar a História sem esse sentimento de devoção à Pátria. Impunha-se uma situação nova para eles. Se antes o patriotismo orientava a busca da verdade histórica, agora ele desviaria os historiadores de seus intentos de perscrutar o passado. Na queda da Monarquia e na afirmação da República gerava-se no quadro social do Instituto uma “crise de consciência histórica”. De acordo com Hans-Georg Gadamer, consciência histórica é “o privilégio do homem moderno de ter plena consciência da historicidade de todo o presente e da relatividade de toda opinião”.<sup>378</sup> Diante disso, surgem as divergências e para que as partes em litígio, com seus respectivos pontos de vista, cheguem a um acordo faz-se necessário que cada posição esteja plenamente consciente do “caráter particular de suas perspectivas”.

Segundo Gadamer, a consciência histórica *moderna* assume uma posição reflexiva com relação a tudo que lhe é transmitido pela tradição, pois o historiador não mais escutaria “beatificamente a voz que lhe chega do passado”. A derrocada do trono em 15 de novembro não estava no horizonte de expectativas do projeto de escrita da História nacional dos sócios

---

Apesar da exatidão factual, carecia de espírito de análise, deixando prevalecer o político. TÉTART, P. **Pequena história dos historiadores**. Bauru: EDUSC, 2000. p. 27, 84.

<sup>377</sup> O sócio José Veríssimo, que teve grande influência no movimento literário na primeira década do século XX, escrevia em 1902: “Os intelectuais têm, entretanto, perfeita razão, penso eu, de se apartarem do campo onde a pretexto de patriotismo e outras coisas práticas em ismo, se manipulam todas as transações, se prepararam todas as capitulações de consciência, se aparelham e acomodam todos os interesses, que constituem o fundo da vida política moderna.” VERÍSSIMO, J. *Homens e coisas estrangeiras*. Rio de Janeiro: Garnier, 1902. p. 68-69 citado por SEVCENKO, 2003, p. 112.

<sup>378</sup> GADAMER, H. G. **O problema da consciência histórica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 17-18.

do Instituto até 1889. Como “fazer história” sem ser um instrumento de ação política? Apesar dessa dificuldade, o sócio Manoel Francisco Correia, procurava ser conciliador com um exemplo bem significativo. Fazendo analogia a Roma, mas com claras referências à situação atual do país, dizia que o historiador não poderia ver somente virtudes e austeridade na Roma republicana e vícios e crimes na Roma Imperial. Ressaltava que os historiadores monarquistas deveriam ter palavras de admiração para “republicanos egrégios”, assim como os historiadores republicanos deveriam mostrar sua indignação com “monstros” republicanos.<sup>379</sup>

Assim, Francisco Correia dava um exemplo de comportamento de historiador semelhante àquele dado acima por Alencar Araripe, mas com intuito diverso. Se a missão do historiador era “difícil e grandiosa”, requerendo “condições de tempo e lugar” que tinham de ser atendidos,<sup>380</sup> desde a fundação do Instituto, os sócios entendiam que a busca pela pretensa imparcialidade estava relacionada, também, ao estudo de temas mais distantes no passado. A proximidade com os assuntos pesquisados poderia comprometê-la. Os textos publicados na Revista do IHGB revelam, até o final da Monarquia, uma acentuada preferência pelos períodos passados mais distantes. Por exemplo, de 1865 a 1889, entre artigos e transcrições de documentos históricos, grande parte das publicações se reportava aos anos de 1750/1808.<sup>381</sup>

De forma mais ampla, durante o governo de D. Pedro II, os sócios, conforme Lúcia Guimarães, optaram “por deixar que a poeira baixasse e os ânimos serenassem; enfim, que o Império se aprumasse, para, então começarem a pensar em redigir a sua história”.<sup>382</sup> Conforme anunciava o secretário Januário da Cunha Barbosa, nos primórdios do IHGB, muitos escritos apresentados não poderiam ser publicados por circunstâncias muito recentes, havendo a necessidade de encaminhá-los ao arquivo para serem divulgados quando não envolverem comprometimento.<sup>383</sup> Sobre esse distanciamento temporal, no concurso sobre o melhor plano de escrever a História antiga e moderna do Brasil, um dos concorrentes, Júlio de Wallestein, escrevendo em 1843, apontava que uma História do Brasil deveria ir até a coroação de D. Pedro I, pois “parece justo, que a História termine aqui, porque escrever a história contemporânea nenhum historiador nacional o deve fazer para se não expor a juízos

---

<sup>379</sup> Discurso do Presidente. Sessão Aniversária em 15 de dezembro de 1897. **RIHGB**, t. 60, parte 2, p. 419-420, 1897.

<sup>380</sup> Discurso do Presidente. Sessão Aniversária em 15 de dezembro de 1892. **RIHGB**, t. 55, parte 2, p. 429, 1893.

<sup>381</sup> POPPINO, 1977, p. 298, quadro V.

<sup>382</sup> GUIMARÃES, L., 1995, p. 515.

<sup>383</sup> Relatório do 1º Secretário. Sessão Aniversária em 27 de novembro de 1842. **RIHGB**, suplemento ao t. 4, p. 19-20, 1842.

temerários e a outros inconvenientes”. Wallestein sugeria: “Arquivem-se os documentos, e o tempo virá.”<sup>384</sup>

As palavras do primeiro secretário perpétuo do IHGB e de Wallestein ainda ecoavam fortemente nas concepções de alguns sócios do Instituto após 1889. Se o próprio registro dos acontecimentos (histórias) já apresentava tais limitações, quais eram as considerações sobre a escrita da História do Brasil? Segundo Olegário Herculano de Aquino e Castro, a História não poderia ser escrita pelos coevos. Não caberia aos contemporâneos pronunciarem o “juízo definitivo” da História. A eles restariam, somente, “preparar os elementos seguros e esclarecidos para um julgamento futuro”. Referindo-se à situação atual, Olegário manifestava que os sócios reunidos no Instituto se achavam muito próximos dos homens e dos fatos para uma apreciação imparcial, pois “a voz imperiosa das paixões não consente que escutemos por enquanto a grande voz da História”.

Somente quando se alargasse a distância temporal é que se poderia julgar sem ilusões, porque os contemporâneos, “interessados nos sucessos que relatavam”, impressionados pelas cenas presenciadas e dominados pelo sentimento, pelo afeto, pelas paixões e pela opinião popular estavam sujeitos ao engano, à precipitação e à iniquidade. Mesmo aqueles que não tomaram parte, mas foram testemunhas, tinham seu espírito de observador transviado, turvando a isenção de ânimo que deveria presidir aos julgamentos da História. Conforme Olegário Herculano, por mais que o escritor se esforçasse por ser imparcial na narração dos fatos de que foi testemunha, haveria de predominar a influência de suas idéias, preconceitos e opiniões, como também, os daqueles que circundavam-no. Diante disto, para ele, somente aos vindouros caberia julgar os fatos, penetrar em sua íntima conjuntura, conhecer-lhes as causas, seus efeitos e relações recíprocas, em razão de que:

Nunca será sobre o solo ainda abalado pelas terríveis comoções do tempo, ao sopro cálido das paixões violentas, sob a impressão das cenas agitadas que nos depara a luta de interesses desconformes, que se poderá levantar firme e alteroso o tribunal em que são proferidas as sentenças da suprema justiça da História.<sup>385</sup>

Além dessas considerações do presidente Olegário Herculano, observei noutros casos a dificuldade em se balizar a imparcialidade do historiador com a distância temporal dos fatos

<sup>384</sup> WALLESTEIN, J. de. Memória sobre o melhor plano de se escrever a historia antiga e moderna do Brasil. **RIHGB**, parte 1, t. 45, p. 159-160, 1882. p. 160.

<sup>385</sup> Discurso do Presidente. Sessão Aniversária em 15 de dezembro de 1892. **RIHGB**, t. 55, parte 2, p. 429-432, 1893. Olegário Herculano de Aquino e Castro diz, neste discurso, que a História não poderia ser uma ciência de datas ou dedução cronológica dos fatos passados, nem tão pouco uma nua exposição limitada à narração dos acontecimentos – deveria sim, julgá-los. Para ele, julgar era a missão da História.

estudados. No parecer sobre as obras *Cuba's War from Freedom* e *Cuba* do cubano Gonzalo de Quesada, a Comissão de História destacou a grande parcialidade do autor contra a Espanha em razão de terem sido escritos, em 1898, no ano dos acontecimentos relatados. Segundo a comissão, os comentários foram inspirados pela paixão, sem a calma e a serenidade do historiador. Em razão disto, estes livros não poderiam ser considerados livros de História, servindo somente como coletânea de elementos para o futuro historiador.<sup>386</sup> Sobre esta dificuldade, o sócio Manoel Francisco Correia destacava que os fatos relevantes a serem registrados pela História eram “envenenados” no momento em que ocorriam pelas argúcias da política e pelo alarido dos interesses opostos. A verdade, segundo ele, não poderia ser apurada durante o “torvelinho vertiginoso das paixões”, pois era raro o historiador que dele não participasse.<sup>387</sup>

Sobre a obra de Adolfo Saldías, *Rozas y Su Epoca*, o parecer da Comissão de História destacava que somente o tempo traria a extinção dos ódios e o apaziguamento das paixões.<sup>388</sup> João Coelho Gomes Ribeiro foi categórico. Para ele não existia história contemporânea, porque os fatos coetâneos escapavam à análise calma do historiador, autor e ator neles, sendo seus testemunhos suspeitos.<sup>389</sup> As considerações de Souza Pitanga sobre a necessidade do distanciamento temporal são pertinentes em dois episódios. Ao tecer elogios ao recém-falecido ex-Presidente da República, Prudente de Moraes, ele ressaltava que a verdade histórica era como “a luz dos astros ao precisar de um largo percurso no espaço e no tempo, para mostrar-se à Humanidade em seu verdadeiro esplendor”.<sup>390</sup> E como orador na recepção a Santos Dumont, ao se referir aos grandes feitos contemporâneos do aeronauta, disse-lhe que ainda era cedo para se refugiar “no abrigo plácido da História”.<sup>391</sup>

De forma semelhante, o Barão do Rio Branco, como presidente do Instituto, no elogio ao falecido ex-Presidente da República Afonso Pena, afirmava que não caberia ainda aos sócios apreciá-lo “com repouso e inteira isenção de ânimo”, pois a História requeria maior recuo no passado.<sup>392</sup> Alfredo do Nascimento Silva, nas comemorações do Quarto Centenário do Descobrimento do Brasil, declarou que os registros sobre os fastos do período de reinado de D. Pedro II e da fase republicana constituíam-se em elementos para a História que os

<sup>386</sup> 15ª Sessão Ordinária em 17 de setembro de 1906. **RIHGB**, t. 69, parte 2, p. 421-422, 1908.

<sup>387</sup> 5ª Sessão Ordinária em 19 de maio de 1895. **RIHGB**, t. 58, parte 2, p. 317-318, 1895.

<sup>388</sup> 18ª Sessão Ordinária em 10 de novembro de 1899. **RIHGB**, t. 62, parte 2, p. 357, 1900.

<sup>389</sup> 7ª Sessão Ordinária em 10 de outubro de 1911. **RIHGB**, t. 74, parte 2, p. 642, 1911.

<sup>390</sup> Elogio do Orador. Sessão Aniversária em 15 de dezembro de 1902. **RIHGB**, t. 65, parte 2, p. 572, 1902.

<sup>391</sup> 4ª Sessão Extraordinária em 23 de setembro de 1903. **RIHGB**, t. 66, parte 2, p. 249, 1905.

<sup>392</sup> 3ª Sessão Ordinária em 30 de junho de 1909. **RIHGB**, t. 72, parte 2, p. 347, 1909.

apreciaria somente daqui a um século.<sup>393</sup> Se a História, com todas estas restrições, não poderia ser escrita pelos coevos, posso falar em escrita ou reescrita da História do Brasil pelos sócios do IHGB? Não. Estatutariamente, o Instituto Histórico não tinha como objetivo escrever a História do Brasil, mas auxiliar na sua preparação. Pelas palavras do seu presidente, em 1892, não caberia ao Instituto cumprir tal tarefa, e sim, contribuir no seu apresto:

[...] não somos nem pretendemos a imensa glória de ser tidos por historiadores; mais modesta é a nossa tarefa; ao arquiteto, diz Alexandre Herculano, cabe dar a traça do edifício; aos obreiros carrear para ele a pedra e o cimento; nos limites de nossas forças, concorreremos apenas para que seja elevado o monumento que há de representar o esforço conjunto de nós todos. [...]

Com os importantes e valiosos subsídios que aí vamos deixando coligidos, poderão as gerações novas bem conhecer o passado, julgar o presente e escrever com segurança e verdade a história que terá de doutrinar o futuro.<sup>394</sup>

Para Olegário Herculano de Aquino e Castro, a partir da Revista do Instituto, os futuros historiadores irão ter sólidas bases para assentarem “a grande obra que ainda há de ser construída”. Neste periódico, os futuros escritores encontrarão os subsídios e dados seguros acumulados pelos sócios para que possa ser escrita com “verdade, retidão, crítica e imparcialidade” a História do Brasil.<sup>395</sup> De acordo com Aquino e Castro, a História geral e completa do país ainda não tinha sido feita. Muito já se tinha escrito, mas, segundo ele, uma obra que satisfizesse todas as condições exigidas para a “perfeita História do país” só mais tarde terá condições de ser publicada. Em 1898, o presidente do Instituto voltava a delimitar quais eram as atribuições presentes dos literatos ali reunidos ao estudarem o passado a fim de contribuírem nos trabalhos futuros:

[...] não aspiramos à glória de historiadores, mas incumbe-nos, encargo não menos importante, preparar os materiais para a soberba obra que será ainda construída, colhendo e centralizando os apreciáveis documentos, memórias, informações, cartas e mapas esparsos e desaproveitados; corrigindo, retificando e completando os estudos de longa data encetados, para perfeito conhecimento da história e geografia do Brasil.<sup>396</sup>

<sup>393</sup> SILVA, A. do N. e. O quarto centenário do Brasil. In: IHGB. **Suplemento especial**, comemoração solene do quarto centenário do descobrimento do Brasil. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1901. p. 144.

<sup>394</sup> Discurso do Presidente. Sessão Aniversária em 15 de dezembro de 1892. **RIHGB**, t. 55, parte 2, p. 430, 1893.

<sup>395</sup> CASTRO, O. H. de A. e. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, desde a sua fundação até hoje, memória apresentada ao Sr. Ministro da Justiça e Negócios Interiores pelo Presidente do Instituto. **RIHGB**, t. 60, parte 2, p. 171-201, 1897. p. 201.

<sup>396</sup> Discurso do Presidente. Sessão Aniversária em 15 de dezembro de 1896. **RIHGB**, t. 59, parte 2, p. 357, 1897. Em 1900, as aspirações de Olegário Herculano de Aquino e Castro se concretizaram. O sócio José Francisco da Rocha Pombo teve publicados, a partir daquele ano e que se estendeu até 1917, os 10 volumes da *História do Brasil*. Sobre este trabalho, assim se pronunciou Olegário: “A História do Brasil, agora empreendida, depois de muitas e incompletas publicações de escritores nacionais e estrangeiros, é a feliz realidade de uma



Em razão disso, discordo da afirmação de Lúcia Paschoal Guimarães de que os sócios do Instituto, direcionados para a *Memória* não se ocuparam da *História*. O título do capítulo II da sua tese intitula-se “Portas fechadas para a História” e, na conclusão, ela finaliza dizendo que “a Memória venceu definitivamente a História”.<sup>397</sup> Concordo com Temístocles Cezar quando alude a esta posição de Paschoal Guimarães: “Não há nenhuma dúvida que o IHGB produziu uma memória nacional, mas eu não estou certo que esta opção implique necessariamente o *abandono da história*.”<sup>398</sup> Assim, entendo que as memórias redigidas pelos sócios contribuiriam para a História do Brasil do mesmo modo que as histórias publicadas integrariam os esforços de perpetuação da Memória nacional.

Mas a visão de que caberiam aos pósteros escreverem a História do país e aos sócios auxiliarem-na não ficava restrita ao dirigente maior do IHGB. O sócio Alfredo Ferreira de Carvalho, ao tomar posse sócio em 1907, ainda defendia que era muito cedo para que os sócios do Instituto fossem “arquitetos”, devendo continuarem como “obreiros diligentes e zelosos” no preparo dos materiais para o grandioso monumento que as gerações futuras erguerão. Segundo ele, qualquer tentativa de generalização no presente era estéril, por ser prematura, devendo-se esperar pelo menos um século até que, após a publicação de documentos, crônicas e monografias, se possa ter um livro “que satisfaça as exigências contemporâneas do saber”.<sup>399</sup> Capistrano de Abreu, em 1878, falando sobre a diversidade de monografias existentes, como um sinal de renascimento dos estudos históricos, apontava que “pululam materiais e operários, não tardará talvez o arquiteto”.<sup>400</sup>

Mas não seria do IHGB donde sairia esse arquiteto. Em 1882, Capistrano escreveu que “se lançarmos os olhos para o Instituto Histórico, veremos aí homens distintos, e que têm adiantado os nossos conhecimentos em diferentes questões; nenhum, porém, será capaz de escrever um História do Brasil”.<sup>401</sup> Além da metáfora de obreiro/arquiteto para estabelecer os limites das atividades dos sócios-historiadores, outra utilizada foi a de semeador/coletor. O

---

patriótica aspiração há muito ardentemente pronunciada.” Discurso do Presidente. Sessão Aniversária em 15 de dezembro de 1905. **RIHGB**, t. 68, parte 2, p. 639-640, 1907. Contudo a vasta obra de Rocha Pombo recebeu pouca atenção no Instituto, ao contrário do que se observa em outro importante periódico da época: o *Almanaque Garnier*. O livro foi saudado como um “esforço colossal” e recebeu um espaço especial com transcrição de seu prefácio em 1907. DUTRA, 2005, p. 219. Neste período tivemos outro “grande livro” de História do Brasil que foi a obra de *João Batista Ribeiro de Andrade Fernandes* (1860-1934), também publicado em 1900. Ele ingressou no IHGB em 1914.

<sup>397</sup> GUIMARÃES, L., 1995, p. 457, 507, 599.

<sup>398</sup> CEZAR, 2004b, p. 55.

<sup>399</sup> 12ª Sessão Ordinária em 8 de julho de 1907. **RIHGB**, t. 70, parte 2, p. 733, 1908.

<sup>400</sup> ABREU, J. C. de. Apenso, necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro. In: VARNHAGEN, F. A. de. **História Geral do Brasil**. São Paulo: Melhoramentos, 1906a. t. 1, p. 507.

<sup>401</sup> Id. Apenso sobre o Visconde de Porto Seguro. In: VARNHAGEN, F. A. de. **História Geral do Brasil**. São Paulo: Melhoramentos, 1906b. t. 3, p. 438.

sócio, Luiz Antônio Ferreira Gualberto, comparou a fatura de documentos existentes nas páginas da Revista a uma messe, isto é, a uma seara pronta para ser colhida. Os sócios do Instituto deveriam se limitar ao papel de meros registradores (ou semeadores) de fatos.<sup>402</sup> O Barão do Rio Branco, ao tomar posse como novo presidente do Instituto, em 1908, aludia ao papel da Casa da História de coligir e publicar a documentação e os estudos parciais que servirão “um dia” para grandes e seguros trabalhos de conjunto sobre a História do Brasil.<sup>403</sup>

No parecer da Comissão de História, de 13 de outubro de 1896, sobre a obra *A Independência do Brasil, ensaio histórico* de Franklin Américo de Menezes Dória (Barão de Loreto), João Severiano da Fonseca, como relator, apontava que a História do Brasil era “ainda alguma coisa a fazer”.<sup>404</sup> Ramiz Galvão, como relator do parecer da Comissão de História sobre o trabalho de Pedro Souto Maior, *Fastos da História de Pernambuco*, dizia que seria com trabalhos semelhantes, ou seja, com monografias minuciosas sobre curtos períodos e vultos isolados do passado brasileiro, que se comporá, mais tarde, “o grande livro”, ainda não escrito para o qual o Instituto vinha reunindo os “indispensáveis materiais” desde 1839. O relator aconselhava que os candidatos ao Instituto “cultivassem esta seara”, através de assuntos restritos a fim de serem bem esquadrihados e esclarecidos.<sup>405</sup> A História do Brasil como “o grande livro” constava, também, nas palavras do sócio João Xavier da Mota.

Ao Instituto, segundo ele, caberia arrancar “das garras do esquecimento e da ficção trechos brilhantes para o grande livro perpetuador do passado e do presente do Brasil”.<sup>406</sup> Tristão de Alencar Araripe, em nota da Comissão de Redação, ao apresentar dois trabalhos publicados na imprensa sobre a polêmica entre José Vasquez Sagastume, um influente político uruguaio, e José Antônio Saraiva, ministro do Brasil na Argentina, declarava que, se a algum deles coube a responsabilidade pela Guerra do Paraguai, competiria ao futuro historiador encontrar “elementos para a elucidação da verdade” nestas declarações e documentos reproduzidos nas páginas da Revista.<sup>407</sup> Esta percepção de contribuir para o trabalho dos futuros historiadores estava presente nos escritos de Fernando Luiz Osório sobre o seu pai, intitulado *História do General Osório*, no qual procurava, através desta biografia, contribuir para o juízo dos futuros historiadores.<sup>408</sup>

<sup>402</sup> 7ª Sessão Ordinária em 5 de outubro de 1908. **RIHGB**, t. 71, parte 2, p. 561, 1909.

<sup>403</sup> Sessão de posse da diretoria e das comissões permanentes em 30 de janeiro de 1908. **RIHGB**, t. 71, parte 2, p. 423-424, 1909.

<sup>404</sup> 17ª Sessão Ordinária em 25 de outubro de 1896. **RIHGB**, t. 59, parte 2, p. 305-307, 1897.

<sup>405</sup> 2ª Sessão Ordinária em 30 de maio de 1911. **RIHGB**, t. 74, parte 2, p. 487, 1911.

<sup>406</sup> 17ª Sessão Ordinária em 14 de outubro de 1892. **RIHGB**, t. 55, parte 2, p. 367-368, 1893.

<sup>407</sup> ARARIPE, T. de A. Preliminares da Guerra do Paraguai. **RIHGB**, t. 59, parte 1, p. 263, 1896.

<sup>408</sup> 7ª Sessão Ordinária em 16 de junho de 1895. **RIHGB**, t. 58, parte 2, p. 329, 1896.

Pelo exposto, às gerações vindouras de intelectuais caberia tão grandiosa tarefa pela necessidade de uma grande distância temporal entre o que fora relatado e seu estudo crítico e imparcial. Além da isenção de partidarismos, o tempo propiciaria o levantamento de documentos sobre o passado do Brasil, que, até aquele momento, no alvorecer do século XX, ainda era insuficiente. Esta limitação de se escrever a História Geral do Brasil já estava presente nas palavras de um dos fundadores do Instituto, Raimundo José da Cunha Matos. Ele afirmava que “por ora” os sócios não estavam habilitados a escrevê-la “por nos faltarem muitos elementos provinciais para isso”.<sup>409</sup> Sob a República, o problema perdurava. O vice-presidente Severiano da Fonseca ressaltava que no passado do país, tal qual um “edifício iluminado em noite de festa”, havia muitos intervalos preenchidos por sombras e vultos difíceis de distinguir.

Segundo Severiano da Fonseca, apesar do acúmulo de documentos em quatro séculos de existência, até o momento não havia aparecido nenhum escritor que consubstanciasse em “molde duradouro e correto” o longo trabalho de cronistas e historiadores parciais e incompletos.<sup>410</sup> Citando nomes, o Barão do Rio Branco alegava que, mesmo com os trabalhos de Robert Southey, Francisco Adolfo de Varnhagen e Capistrano de Abreu, existiam grandes lacunas no passado brasileiro tendo muito ainda a se pesquisar.<sup>411</sup> Para Olegário Herculano de Aquino e Castro não existiam ainda memórias suficientes, nem documentos autênticos e publicados que esclarecessem diversos fatos importantes de nosso passado, apesar de o país e o Instituto contarem com tantos homens de ciência e de letras, entre os quais muitos chefes políticos e estadistas que tomaram parte decisiva na alta direção dos negócios públicos.

Havia sim, de acordo com Olegário Herculano, muitos documentos conhecidos somente pela “tradição” ou pela “suspeita imprensa política”.<sup>412</sup> Os que se propuseram a escrever a História do Brasil não conseguiram atingir tal objetivo até aquele momento. Seja na exposição

---

<sup>409</sup> MATOS, 1863, p. 122-123.

<sup>410</sup> 17ª Sessão Ordinária em 25 de outubro de 1896. **RIHGB**, t. 59, parte 2, p. 305-307, 1897.

<sup>411</sup> Sessão de posse da diretoria e das comissões permanentes em 30 de janeiro de 1908. **RIHGB**, t. 71, parte 2, p. 423-424, 1909. *Robert Southey* (1774-1843) historiador inglês editou entre 1810 e 1819 a sua *History of Brazil* em três volumes, traduzida para o português em 1862. Considerada como a primeira História do Brasil verdadeiramente monumental. Em geral é uma obra fragmentária, escrita sobre os aspectos do país, sem uma visão articulada do processo nacional, alheios ao conjunto. *Francisco Adolfo de Varnhagen* (1816-1878), depois de Vicente do Salvador no século XVII, Rocha Pita no XVIII e Southey no início do XIX, tentou escrever uma obra sistemática com a pretensão de síntese. Sua obra mais notável é *História geral do Brasil* em dois volumes (1854-1857). Sobre ela, Capistrano de Abreu disse que poderia ter sido melhor se “fosse capaz de ter uma intuição do conjunto, imprimir-lhe o selo da intenção e mostrar a convergência das partes”. **ABREU**, 1906b, p. 439. *João Capistrano de Abreu* (1853-1927) foi de quem mais se esperou, naquele tempo, uma História do Brasil, pela sua grande capacidade de historiador. Porém não a fez. Sua obra principal foi *Capítulos de história colonial* (1907).

dos fatos, na apreciação das particularidades, na análise das instituições, dos costumes e de tudo quanto dizia respeito ao longo e agitado passado do país, havia, de acordo com o presidente do Instituto, incorreções e lacunas que só serão preenchidas através do “amadurecido estudo e judiciosa crítica”.<sup>413</sup> Quando da fundação do Instituto, havia preocupação semelhante. Conforme Januário da Cunha Barbosa, os trabalhos do Instituto deveriam purificar os erros e inexatidões nos documentos. Os historiadores copiavam os trabalhos uns dos outros, propagando as incorreções. Além disto, Januário apontava que muitos escritos foram feitos sem imparcialidade e critério “que devem sempre formar o caráter de um verídico historiador”.<sup>414</sup> Rodrigo de Souza da Silva Pontes alertava também, em 1840, para a contradição existente nos diversos escritos sobre o passado do Brasil.<sup>415</sup>

Padre Belarmino, em seu discurso de posse em 1897, destacava que, em nosso passado, havia muitos fatos não conhecidos ou sabidos por informações vagas e incompletas, não submetidos ao critério dos pesquisadores.<sup>416</sup> Luiz Antônio Ferreira Gualberto, em 1908, dizia que tínhamos, até aquela data, uma história muito fragmentada. As fontes de nossas indagações, segundo ele, estavam adstritas à documentação lusitana. Os nossos primeiros cronistas, que se intitulavam historiadores, entendiam que a crítica histórica consistia em refutar ou considerar suspeitos e inverídicos os fatos oriundos de cronistas castelhanos.<sup>417</sup> De acordo com Zeferino Cândido, “a boa História brasileira” estava pedindo um novo, valioso e definitivo impulso. Era necessário, segundo ele, voltar aos arquivos, rever os documentos originais já conhecidos e procurar outros para então, com firmes provas e definitos exames, afirmar a “verdade”.

Para Zeferino Cândido deveríamos ter um estudo crítico mais aperfeiçoado, firmado na documentação existente, a fim de “conhecer melhor, saber mais e deduzir menos”. Deveríamos ter novas monografias e repositórios de documentos, até então desconhecidos, que permitiriam uma “nova, fecunda e organogênica época de final reconstrução”.<sup>418</sup>

---

<sup>412</sup> CASTRO, O. H. de A. e. Discurso do Presidente. In: IHGB. **Homenagem do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, sessão extraordinária em comemoração do falecimento de D. Pedro II em 4 de março de 1892. Rio de Janeiro: Companhia Tipográfica do Brasil, 1892. p. 19-20.

<sup>413</sup> Discurso do Presidente. Sessão Aniversária em 15 de dezembro de 1899. **RIHGB**, t. 62, p. 411, 1900.

<sup>414</sup> BARBOSA, 1908a, p. 9-10, 13-14.

<sup>415</sup> PONTES, R. de S. da S. Quais os meios de que se deve lançar mão para obter o maior número possível de documentos relativos à História e Geografia do Brasil? **RIHGB**, v. 3, n. 10, p. 149-157, jul./set. 1841. p. 151.

<sup>416</sup> 15ª Sessão Ordinária em 27 de setembro de 1896. **RIHGB**, t. 59, parte 2, p. 286, 1897.

<sup>417</sup> 7ª Sessão Ordinária em 5 de outubro de 1908. **RIHGB**, t. 71, parte 2, p. 563, 1909.

<sup>418</sup> Sessão Extraordinária em 12 de dezembro de 1899. **RIHGB**, t. 62, parte 2, p. 399, 1900. *Organogenesis* é um termo da Biologia e refere-se à descrição do processo de formação dos órgãos a partir do embrião. *Antônio Zeferino Cândido da Piedade* (1848-1912) era português, Bacharel em Filosofia pela Universidade de Coimbra e Doutor em Matemática. Chegou ao Brasil em 1878. No Rio de Janeiro colaborou com a imprensa

Tínhamos de abandonar, segundo ele, como “jóias arqueológicas de museus”, tudo o que, naqueles dias, circulavam em livros e monografias que se baseavam em opiniões falsas e irrefletidas, no sobrenatural, no milagre, na metafísica e no acaso. O estudo do passado do Brasil carecia, conforme ele, de profundas remodelações. Deveríamos dotar o país de uma História real, legítima e incontroversa.<sup>419</sup> A fim de levar adiante tal projeto, o Instituto incumbiu-lhe de pesquisar nos arquivos e bibliotecas da Espanha e Portugal.

O sócio Alfredo Ferreira de Carvalho também destacou a situação de “deficiência e impureza das fontes”. Ainda, segundo ele, havia todo um “trabalho subterrâneo” a fazer, baseando-se nos conselhos metodológicos que Niebuhr denominava heurística.<sup>420</sup> Outro sócio a se envolver nesta retomada de pesquisas foi o auxiliar da Secretaria do Instituto, Norival Soares de Freitas, ao ir trabalhar nos arquivos e bibliotecas de Portugal, mais especificamente, nos de Lisboa, Évora, Coimbra e Porto.<sup>421</sup> Este trabalho foi merecedor de elogios e de parecer favorável da Comissão de História para admiti-lo como sócio do Instituto.<sup>422</sup> Como novo integrante da instituição, em seu discurso de posse, ele reforçou a proposta apresentada, anteriormente, por Zeferino Cândido:

Não falta quem ainda hoje sustente que para escrever sobre fatos da nossa história bastam os elementos que possuímos e guardamos em nossos arquivos e bibliotecas. [...] Para completo e profundo conhecimento da nossa história, faz-se necessária uma verdadeira peregrinação científica por todos os países que, na nossa formação social, conosco entretiveram relações de interesses, por vezes, turbados pela fascinação do poder e da conquista.<sup>423</sup>

Como resultado desta “peregrinação” por outros sócios, foi publicada na Revista em 1903 a *Relação dos manuscritos portugueses e estrangeiros de interesses para o Brasil*,

---

política e literária. Ingressou no IHGB em 1899. Foi Diretor do Colégio São Pedro de Alcântara. Regressou a Portugal em 1901, exilando-se na Espanha em 1910, quando da proclamação da República.

<sup>419</sup> CÂNDIDO, A. Z. O 4º centenário do descobrimento do Brasil. In: IHGB. **Suplemento especial**, comemoração solene do quarto centenário do descobrimento do Brasil. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1901. p. 153-208.

<sup>420</sup> 12ª Sessão Ordinária em 8 de julho de 1907. **RIHGB**, t. 70, parte 2, p. 732, 1908. *Barthold Georg Niebuhr* (1776-1831) historiador do estado prussiano, considerado o fundador da moderna historiografia crítica. Sua principal obra foi *Römische Geschichte* (1811-1823) sobre a história de Roma antiga, onde sua principal preocupação foi elaborar princípios da crítica textual, para a separação das lendas e dos fatos e o confronto dos relatos antigos com as descobertas arqueológicas. Sua obra significou a transição da erudição para a ciência histórica. MORADIELLOS, E. **El oficio de historiador**. Madrid: Siglo XXI, 1994. p. 32. *Heurística* é o procedimento de buscar as fontes.

<sup>421</sup> 4ª Sessão Ordinária em 18 de março de 1907. **RIHGB**, t. 70, parte 2, p. 680, 1908. Esta indicação partiu do Visconde de Ouro Preto e Conde de Afonso Celso.

<sup>422</sup> 5ª Sessão Ordinária em 29 de agosto de 1908. **RIHGB**, t. 71, parte 2, p. 521-524, 1909.

<sup>423</sup> 7ª Sessão Ordinária em 5 de outubro de 1908. **RIHGB**, t. 71, parte 2, p. 565-566, 1909.

*existentes no museu britânico de Londres* confeccionada por Manuel de Oliveira Lima.<sup>424</sup> Esta longa relação, segundo o autor, dava continuidade e complementaridade aos trabalhos de Frederico F. de La Figanière, *Catálogo dos Manuscritos portugueses existentes no Museu Britânico*, impresso em Lisboa em 1853 e ao catálogo feito por Varnhagen em 1863. A pesquisa e realização deste trabalho foram sugeridas a Oliveira Lima por Eduardo Prado. Não bastassem as lacunas, que esses levantamentos “além-mar” deveriam suprir, Antônio Zeferino Cândido alertava que o “plasma de nosso organismo histórico” consistia em lendas. Para ele, o primeiro trabalho a ser feito na construção da História Nacional seria de destruição destas lendas pelo grande poder de sedução que tinham. A única obra sintética e geral que possuíamos, segundo ele, era a *História do Brasil* de Varnhagen em “que há muito que retocar, muito que destruir”.<sup>425</sup>

O sócio Viveiros de Castro, por sua vez, dizia que, apesar de algumas monografias de valor, ainda não tínhamos atravessado o “período lendário” dos estudos históricos pátrios.<sup>426</sup> Bernardo Teixeira de Moraes Leite Velho destacava que, na “busca da verdade”, muitas vezes se tropeçava em “lendas de braços dados com a mentira”.<sup>427</sup> João Coelho Gomes Ribeiro alegava que deveríamos eliminar do domínio da História todos os fatos não fundados em documentos autenticados pela crítica, isto é, “os que se prendem aos tempos primitivos, às lendas e tradições obscuras e não documentadas”.<sup>428</sup> Carlos Vidal de Oliveira Freitas, em seu discurso de posse, apontava que a “crítica com a sagacidade de seus processos analíticos descobre a lenda, arranca-lhe os ouropéis de que esteja revestida e deixa-a nua a mostrar a inanidade do seu arcabouço”.<sup>429</sup> Assim, somente através dos fatos baseados em documentos validados pela crítica se preencheriam tais lacunas e substituiriam tais lendas.

Tal queixa não era de agora. Raimundo José da Cunha Matos ressaltava, em 1838, que os documentos estavam pedindo o “escalpelo da boa crítica”.<sup>430</sup> A preocupação com a autenticidade dos documentos também foi apontada pelo sócio Rodrigo de Souza da Silva Pontes em 1840.<sup>431</sup> Von Martius, em seu trabalho vencedor do concurso sobre *Como se deve escrever a História do Brasil* advertia que a abundância de materiais exigiria a mais severa

<sup>424</sup> LIMA, M. de O. *Relação dos manuscritos portugueses e estrangeiros de interesses para o Brasil, existentes no museu britânico de Londres*. **RIHGB**, t. 65, parte 2, p. 5-139, 1903.

<sup>425</sup> Sessão Extraordinária em 12 de dezembro de 1899. **RIHGB**, t. 62, parte 2, p. 398, 1900.

<sup>426</sup> 1ª Sessão Ordinária em 23 de abril de 1912. **RIHGB**, t. 75, parte 2, p. 239, 1912.

<sup>427</sup> 6ª Sessão Ordinária em 22 de maio de 1903. **RIHGB**, t. 66, parte 2, p. 154, 1905.

<sup>428</sup> 7ª Sessão Ordinária em 10 de outubro de 1911. **RIHGB**, t. 74, parte 2, p. 642, 1911.

<sup>429</sup> 18ª Sessão Ordinária em 9 de novembro de 1900. **RIHGB**, t. 63, parte 2, p. 512, 1902.

<sup>430</sup> MATOS, 1863, p. 124.

<sup>431</sup> PONTES, 1841, p. 150.

crítica.<sup>432</sup> Em 1875, Cândido Mendes de Almeida ressaltava que o passado do país estava cheio de fatos mal averiguados, cercados de fábulas, que deturpavam os relatos, dramatizando-os “com detalhes de pura imaginação”. Principalmente sobre o século XVI, Cândido Mendes afirmava que há “muita fábula ridícula e mesmo intolerável”. Contra isso, o sócio dizia que “o dever do moderno historiador é, armado de uma crítica, tão sensata como severa, expurgar de nossa história tais excrescências, que tanto a maculam”.<sup>433</sup>

Dessa forma, observo que, mesmo que a escrita da História do Brasil fosse delegada aos pósteros, os sócios continuariam com a árdua tarefa de reunir documentos e registrar os acontecimentos. Se tal empreendimento não se mostrava tão elevado como seria a consecução do “grande livro”, ele mostrava-se difícil de exercer pela requerida imparcialidade do historiador e da sagacidade de sua crítica. A tarefa de preparar os “elementos seguros e esclarecidos para um julgamento futuro”, defendida por Aquino e Castro, não era tão simples. A própria seleção dos documentos e o mero relato viam-se prejudicados quando estivessem a serviço das paixões partidárias, que naquele momento, como analisei no capítulo primeiro, grassavam pela cidade do Rio de Janeiro. O amor à Pátria ou a alegada tradição já não bastavam, para alguns, a fim de provar a “verdade”. Apesar de mais de cinquenta anos de coleta, organização e armazenamento de fontes do passado do país, ainda era pouco o que se tinha feito. Através da busca de mais documentos e da revisão de forma crítica dos já levantados o IHGB intentava colaborar com aos futuros historiadores.

Quando Zeferino Cândido falou em “profundas remodelações”, entendo que estava implícita a verificação das “verdades” construídas anteriormente pelo tipo de provas usadas para afirmá-las. Na montagem daquelas histórias do Brasil antes e após 1822 coadunavam-se lendas e preenchiam-se lacunas com tudo o que pudesse corroborar com o projeto político bragantino. O que necessitava ser remodelado era o próprio trabalho do IHGB. Tratava-se de um retrabalho, pois Cunha Matos já tinha advertido em 1838 sobre a necessidade de “levar ao cadinho da censura mais severa o imenso fardel de escritos inexatos, insulsos, indigestos, absurdos e fabulosos anteriores ao ano de 1822”.<sup>434</sup> Agora, após 1889, a este já “imenso fardel” juntaram-se os próprios escritos do Instituto a partir de 1838. Ao questionarem essas provas garimpadas anteriormente, os “historiadores-obreiros” do Instituto Histórico revisariam as fontes existentes e retornariam aos arquivos atrás de novos documentos para, juntamente com suas histórias, memórias, notícias, reminiscências, levantamentos, esboços

---

<sup>432</sup> MARTIUS, 1844, p. 396.

<sup>433</sup> ALMEIDA, C. M. de. Primeiros tempos da descoberta do Brasil, vários assuntos, retificações. **RIHGB**, t. 39, n. 53, p. 5-24, 1876. p. 5-6, 17.

<sup>434</sup> MATOS, 1863, p. 122-123.

biográficos, anotações, apontamentos, explicações, reflexões, juízos críticos e lembranças, contribuïrem para “o grande livro” a ser escrito pelos “historiadores-arquitetos”.

Além disso, pairavam sobre a *historia magistra* divergências, inquietudes e limitações quanto a sua consecução no que tange à imparcialidade, patriotismo, sujeitos, distância temporal, lendas e lacunas. Não que o passado fosse desconsiderado a partir daquele momento, mas seriam desprezados ou relidos os relatos e os documentos que mostravam um determinado passado. O passado não poderia ser relegado, contudo deveria ser mais incisivamente criticado, depurado de suas fábulas, lendas, mentiras e tradições obscuras. No entanto, apesar dessas discussões que poderiam impingir um aspecto de fraqueza aos estudos históricos (por ter mais incertezas do que certezas), vejo, paradoxalmente, uma outra questão nesses discursos, principalmente nos de Aquino e Castro, Alencar Araripe e Paranaguá. Se os debates, como por exemplo, entre imparcialidade e patriotismo no fazer história podem ser vistos como uma crise de consciência histórica (do descobrimento da relatividade de suas certezas), por que não vê-la como uma tentativa de apresentar uma imagem de imprescindibilidade do Instituto para um regime que lutava por afirmar-se?

Pressuponho que havia uma mensagem dirigida às autoridades do país de que os estudos históricos foram e ainda eram úteis aos projetos políticos. Se até 1889, as histórias retratavam um passado de glórias da Monarquia, alguns sócios, mesmo que não tencionado ajudarem o novo regime, mostravam-se propícios a revisarem este passado sanando lacunas e destruindo lendas. Outras lições poderiam ser apreendidas, outras experiências poderiam ser encontradas, horizontes de expectativas em projetos políticos derrotados poderiam ser suscitados. E para isso, alguns membros do Instituto foram além, buscando nas ciências a força para legitimar a *mãe da verdade*.

## 2.2 A História em meio às ciências

Quando da criação do IHGB, Raimundo José da Cunha Matos, já definia a História como a “ciência de narrar ou descrever os acontecimentos presentes e passados”. Abrangendo todos os ramos do conhecimento, a História, segundo ele, poderia ser *geral* ou *particular*.<sup>435</sup> Contemporâneo a ele, o sócio Rodrigo de Souza da Silva Pontes, em 1840, dizia que o horizonte da História, “por abranger as variações e alternativas que passa o espírito humano, é



amplo e vasto como todo o horizonte das artes e das ciências”. Segundo ele, o Instituto deveria seguir o exemplo das sociedades científicas da Europa, “cultivando a ciência ou as ciências”.<sup>436</sup> Por mais impreciso e escasso que fosse este termo, observo que a associação da ciência à História já era feita no Instituto desde a sua fundação.<sup>437</sup>

Após 1889, as referências ao aspecto científico do Instituto Histórico e ao que lá se fazia aparecem, freqüentemente, ao longo dos discursos. Considerado pelo sócio Cândido de Oliveira como o “templo da ciência da História”,<sup>438</sup> o Instituto estava envolvido, segundo Belisário Pernambuco, numa “cruzada científica” desde sua fundação.<sup>439</sup> Para Olegário Herculano de Aquino e Castro, a História integrava as Ciências Sociais e era a que mais exigia “a acurada e criteriosa atenção dos homens de letras”.<sup>440</sup> O saber humano, conforme Manoel Francisco Correia, se dividia em duas categorias, as *ciências físicas* e as *ciências morais*, sendo a História classificada como uma *ciência mista*.<sup>441</sup> Além de *social* e *mista*, a História recebia, por alguns, a designação de ciência *cosmopolita*.<sup>442</sup> Os sócios também compreendiam que o século XIX havia sido *o século da História*, pois fora nele, de acordo com o sócio Alcibíades Furtado, que ela havia obtido foros de ciência.<sup>443</sup>

<sup>435</sup> MATOS, 1863, p. 137.

<sup>436</sup> PONTES, 1841, p. 155-156.

<sup>437</sup> Nenhuma das pesquisas sobre o IHGB no período monárquico se atêm a precisar o entendimento pelos seus sócios do termo *ciência* e/ou *científico*. Mesmo que um grande historiador como Lucien Febvre qualifique a História como um “estudo cientificamente conduzido, e não como uma ciência”, eu não faço tal diferenciação. FEBVRE, L. **Combates pela História**. 3. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1989. p. 30. Para mim, na leitura das fontes e na redação desta dissertação entendo que todo estudo que se considere realizado “cientificamente” em determinado campo do conhecimento caracteriza sua pretensão de ser uma ciência. Michel De Certeau alude à dificuldade, ainda hoje, de se definir o termo *científico(a)*. No entanto, segundo ele, pode-se definir com este termo “a possibilidade de estabelecer um conjunto de regras que permitam ‘controlar’ operações destinadas à produção de objetos determinados.” DE CERTEAU, 2000, p. 109, nota 5. Mas isto não significa que fosse assim compreendido pelos sócios naquele período.

<sup>438</sup> 12ª Sessão Ordinária em 21 de agosto de 1905. **RIHGB**, t. 68, parte 2, p. 607, 1907.

<sup>439</sup> 15ª Sessão Ordinária em 20 de setembro de 1901. **RIHGB**, t. 64, parte 2, p. 273, 1901.

<sup>440</sup> Discursos do Presidente na Sessão Aniversária em 15 de dezembro de 1892. **RIHGB**, t. 55, parte 2, p. 427, 1893 e na Sessão Aniversária em 15 de dezembro de 1894. **RIHGB**, t. 57, parte 2, p. 404, 1895.

<sup>441</sup> Discurso do Presidente. Sessão Aniversária em 15 de dezembro de 1897. **RIHGB**, t. 60, parte 2, p. 418-419, 1897.

<sup>442</sup> Tal designação está presente, por exemplo, no Discurso do Presidente. Sessão Aniversária em 15 de dezembro de 1897. **RIHGB**, t. 60, parte 2, p. 417, 1897 e no Parecer da Comissão de História sobre a obra de Adolfo Saldías, *Rozas y Su Epoca*. 18ª Sessão Ordinária em 10 de novembro de 1899. **RIHGB**, t. 62, parte 2, p. 357, 1900. *Cosmopolita*, conforme este parecer, por não apresentar particularismos, pois na História se desdobraria “o quadro majestoso da civilização universal”. Em levantamento historiográfico, também do início do século XX, Alcides Bezerra, ao apontar que a ciência era *cosmopolita* explicava que “queira ou não queiramos, estamos dentro do centro de cultura europeu-mediterrâneo, e a nossa ciência bem como a nossa história são ligadas e subordinadas à ciência e à história da Europa. Nós brasileiros não podemos fazer ciência brasileira, mas colaborar na constituição da ciência da civilização a que pertencemos.” BEZERRA, A. **Os historiadores do Brasil no século XIX**. Separata do Relatório anual da Diretoria do Arquivo Nacional referente a 1926, apresentado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Rio de Janeiro: Oficinas gráficas do Arquivo Nacional, 1927. p. 3.

<sup>443</sup> 9ª Sessão Ordinária em 7 de julho de 1905. **RIHGB**, t. 68, parte 2, p. 588, 1907.

Mas apesar de designarem a História como *ciência*, qual seria o entendimento dos sócios do que era uma ciência e por qual motivo a História seria considerada como tal? Souza Pitanga afirmava que a História era uma ciência, porque obedecia a leis sistemáticas.<sup>444</sup> Para Manoel Francisco Correia, a História como ciência deveria “descobrir a marcha evolutiva da civilização na confusão de acontecimentos que revolteiam, tumultuam e se atropelam”.<sup>445</sup> O Instituto, para Manoel Peregrino da Silva, não poderia se restringir ao armazenamento e publicação de documentos, deveria se empenhar em extrair deles uma “síntese histórica”, pois através do que ele designou de *moderna concepção de história*, os fatos culminantes da Humanidade tinham de ser encadeados uns aos outros.<sup>446</sup> Alfredo Ferreira de Carvalho ressaltava a preocupação de organizar a História cientificamente, determinando as leis de subordinação e as relações de dependência entre os fatos humanos, não sendo mais tolerável compreendê-la como uma narração e como um mero registro dos fastos da Humanidade.<sup>447</sup>

De igual modo, para o sócio Gastão Rauch, a História não poderia ser um simples repositório de fatos, devendo, a partir de “leis imprescritíveis”, que regem as sociedades humanas, guiar os estadistas, levantando o “denso véu do futuro”. A História, segundo ele, consistiria em uma série de encadeamentos, a cujos elos ofereceriam importantes analogias.<sup>448</sup> Alexandre José Barbosa Lima apontava que, naquele momento, a História não poderia se restringir à enumeração de episódios e sucessos sem concatenação alguma entre eles. Apesar da confusão aparente, ele defendia que o historiador deveria averiguar a existência de nexos, diferenciando os meros acidentes ocasionais dos fatos que mais insistentemente se reproduziam. Para ele, o historiador deveria evidenciar a “lei geral” e o “ritmo” que regiam a evolução das sociedades humanas através dos séculos.<sup>449</sup>

João Coelho Gomes Ribeiro defendia o caráter científico da História, apesar de todas as incongruências e surpresas da psicologia humana e do grau de incerteza dos estudos históricos ao faltar-lhes a “fixidez definitiva” presente nas ciências matemáticas e físicas. A Moral, o Direito, a Economia Política e a Sociologia, conforme Gomes Ribeiro, eram consideradas Ciências Sociais, mesmo tendo estas limitações. Para ele, a História após percorrer ciclos, adquiriu uma solidariedade tão íntima com a Sociologia, que tal ligação deixava de ser uma

<sup>444</sup> Elogio do Orador. Sessão Aniversária em 15 de dezembro de 1901. **RIHGB**, t. 64, parte 2, p. 388, 1901.

<sup>445</sup> Discurso do Presidente. Sessão Aniversária em 15 de dezembro de 1897. **RIHGB**, t. 60, parte 2, p. 419, 1897.

<sup>446</sup> 12ª Sessão Ordinária em 21 de agosto de 1905. **RIHGB**, t. 68, parte 2, p. 606, 1907.

<sup>447</sup> 12ª Sessão Ordinária em 8 de julho de 1907. **RIHGB**, t. 70, parte 2, p. 732, 1908.

<sup>448</sup> 14ª Sessão Ordinária em 12 de agosto de 1907. **RIHGB**, t. 70, parte 2, p. 747, 1908. Mesmo sem se aprofundar nos trabalhos do Instituto, Fernando de Azevedo, em rápida referência aos estudos históricos no IHGB ao final do XIX, apontava, de forma perspicaz, uma “fase nova” caracterizada pela penetração crescente do espírito científico, “tanto pelo gosto da análise como pelo espírito sintético e pelas idéias gerais”. AZEVEDO, 1996, p. 396.

simples interdependência para assumir um caráter unitário.<sup>450</sup> Assim como a Biologia havia absorvido a fisiologia, a Química, a alquimia e a Astronomia, a astrologia; a História, conforme Gomes Ribeiro, consistia numa “seção” da Sociologia, tendo por objetivo “estudar a evolução retrospectiva dos povos cultos, no tempo e no espaço, através de documentos autenticados pela crítica”.

O passo decisivo na organização científica da História fora dado, segundo ele, por Karl Lamprecht, na Universidade de Leipzig, Alemanha, em 1898.<sup>451</sup> O conceito fundamental de Lamprecht, segundo a leitura de Gomes Ribeiro, consistia em considerar a História como o estudo sucessivo de épocas típicas no desenvolvimento de cada Nação a fim de verificar uma “disposição psíquica geral”.<sup>452</sup> Através da soma de todos os fatores psíquicos de cada época, de cada período da civilização humana, observaríamos uma unidade. O princípio dominante, nestas séries, para ele, seria a marcha rumo a uma maior igualdade de todos os indivíduos em uma comunidade. O aspecto coletivo dos fatos históricos era o essencial, pois somente as manifestações coletivas eram passíveis de manifestações regulares.<sup>453</sup>

Para o sócio Alfredo do Nascimento Silva, a “verdadeira” História era o estudo da evolução da Humanidade e da fisiologia social.<sup>454</sup> Assim como um organismo complexo, a Humanidade deveria ser estudada por partes. Se as raças, os povos, as tribos e as famílias podiam ser considerados os órgãos e aparelhos daquele amplo conjunto, o homem, como último elemento analítico, era a “célula viva da sociedade”. A vida da Humanidade representaria, segundo ele, a soma das vidas de seus componentes, isto é, dos indivíduos. Assim como o biologista, o historiador deveria aplicar um microscópio para analisar a célula social. Partindo do exemplo da contribuição da fisiologia para a constituição da Biologia como ciência, a História de forma semelhante, como uma *fisiologia social*, ao estudar a vida dos povos, forneceria material para as conclusões da Sociologia, esta sim, uma “nova ciência abstrata” que se encarregaria de estudar a ordem humana coletiva. Neste esforço de síntese, o historiador, ao apreciar no passado a marcha da civilização e do progresso, deveria descer à

---

<sup>449</sup> 7ª Sessão Ordinária em 5 de outubro de 1908. **RIHGB**, t. 71, parte 2, p. 573-575, 1909.

<sup>450</sup> A História, segundo Gomes Ribeiro teria percorrido os seguintes ciclos até aquele momento: historiografia ou história clássica, filosofia da história, história da civilização e sociologia dinâmica.

<sup>451</sup> *Karl Lamprecht* (1856-1915), citado por Gomes Ribeiro, era historiador, tido como um dos mestres da historiografia alemã. Nenhum outro sócio, dentro do período pesquisado, fez alusão aos estudos de Lamprecht.

<sup>452</sup> Sobre o termo disposição *psíquica*, apesar de se referir a *psique* (alma, espírito, mente), creio que nesta afirmação faça alusão ao comportamento dos indivíduos.

<sup>453</sup> 7ª Sessão Ordinária em 10 de outubro de 1911. **RIHGB**, t. 74, parte 2, p. 641-645, 1911. Estas considerações de João Coelho Gomes Ribeiro estão diretamente relacionadas a sua postura diante da ação dos “grandes homens” na História apontada no subcapítulo anterior.

<sup>454</sup> *Fisiologia* é um termo da área da Biologia e refere-se ao estudo das funções e do funcionamento dos seres vivos.

observação minuciosa do que se passava em todos os graus da escala social, colhendo no “infinitamente pequeno” as premissas para as suas conclusões.

A biografia de um vulto, a crônica de uma época, a narrativa de um episódio, os comentários de um fato ou o estudo de uma instituição, não formariam, conforme Nascimento Silva, a História, mas se constituiriam em materiais a serem utilizados na apreciação, julgamento e formação de uma síntese.<sup>455</sup> No entendimento de outro sócio, Luís Antônio Ferreira Gualberto, a procura do “laço misterioso” que ligava e prendia a complexidade dos acontecimentos sempre fora uma preocupação do entendimento humano. Ele dizia estar ciente de que, em razão das “influências filosóficas” daquele momento, acentuava-se, dia-a-dia, a tendência do espírito humano em explicar, pelas observações, as causas que determinavam os fenômenos históricos. Contudo, Ferreira Gualberto mostrava-se cético quanto às deduções que poderiam ser tiradas do passado. Para ele, o fator primordial dos fatos históricos era o elemento humano e este se mostrava móvel e inconstante. As paixões humanas caracterizavam a coletividade.

Conforme Ferreira Gualberto, todos os fenômenos da psicologia social, como a sugestão, o contágio, a imitação e o exagero, concorriam para desmanchar a mais bem arquitetada doutrina que tivesse por fim explicar os fatos históricos por uma lei. Aos filósofos caberiam as generalizações, não aos historiadores. O Instituto deveria, segundo ele, se limitar ao papel de “registrador dos fatos do seu meio”.<sup>456</sup> Sobre este esforço de generalização para extrair uma síntese, o sócio Antônio Zeferino Cândido ressaltava que o número de pontos com que um determinado acontecimento se relacionava era muito grande. O estabelecimento diferencial dessas relações, segundo ele, era muito difícil; as derivações sucessivas e de diversas ordens, com a integração final em uma grande síntese, ainda não poderiam ser feitas com rigor.<sup>457</sup> A área da História, conforme Zeferino Cândido, estava muito extensa, por isso, “passou de vez a quadra das histórias gerais”, a monografia é que deveria se constituir na forma expositiva e transmissiva do especialista. De acordo com este sócio:

---

<sup>455</sup> SILVA, A. N. Um átomo da História Pátria, histórico da Sociedade Amante da Instrução. **RIHGB**, t. 55, parte 2, p. 97-104, 1893. p. 105-110. *Alfredo do Nascimento Silva* (1866-1951) era médico e professor. Foi catedrático da Escola Superior de Guerra, da Escola Militar da Praia Vermelha e do Realengo (Química e Botânica) e membro da Academia Nacional de Medicina. A obra que serviu de referência para entrar no IHGB, em 1890, foi *História moderna* (1885).

<sup>456</sup> 7ª Sessão Ordinária em 5 de outubro de 1908. **RIHGB**, t. 71, parte 2, p. 561-562, 1909. *Luís Antônio Ferreira Gualberto* (1857-1931) era médico de formação. Foi vice-presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina e redator da sua Revista. Escreveu vários artigos sobre suas pesquisas históricas na imprensa de seu Estado e na Revista do IHGSC.

<sup>457</sup> CÂNDIDO, A. Z. Colombo. **RIHGB**, t. 62, parte 2, p. 39-73, 1900. p. 39.

A Ciência Social fecha a abobada das ciências abstratas e fundamentais, e a história, em moldes analíticos, tão perfeitos e tão fecundos como os da Física e da Química, entra a fornecer-lhes os elementos orgânicos [...], por uma derivação lógica, certa e indestrutível.

Por isso também a História que, na sua primeira feição, amorfa e caótica, repositório inclassificável de contos e fatos de naturezas bizarras e até opostas [...], converteu-se logo em ciência especialista, sobreposta em culminância de longo e difícil acesso. Aquele que entra nos seus umbrais carece de condições de resistência e de decisão, somente adquiridas por uma disciplina de rigor, na contínua prática do método, através da instrução serial integral.<sup>458</sup>

Zeferino Cândido concordava com aqueles que viam a História subsidiando a Sociologia com fatos devidamente organizados em restritas monografias. Nessas discussões sobre a cientificidade da História, vejo, por trás de desencontradas percepções, duas questões básicas. A primeira consiste na persistência da concepção dos sócios do Instituto como meros registradores de episódios sobre o passado do país. Isso se daria pela incongruência do comportamento do ser humano (impossibilitando estabelecer um padrão), pelo caráter de auxiliar da História em relação à Sociologia ou Filosofia (elas que fariam uma síntese e extrairiam leis) e pela possibilidade de somente os futuros historiadores terem condições de se debruçarem sobre um passado sem lacunas e lendas (não se tinham até aquele momento documentos suficientes que registrassem os acontecimentos passados).

A segunda questão baseia-se no fato de que alguns sócios pretendiam ir além do simples papel de “obreiros auxiliares”, propondo ações mais abrangentes do que aquelas contempladas nos Estatutos do Instituto (colegir, metodizar, etc.). Para eles, não bastava mais se contentarem como meros registradores. Era necessário encadear os acontecimentos, confeccionar uma síntese do passado e dele extrair uma ou mais leis. E nesta questão, as ações dos grandes sujeitos (a “aristocracia do gênero humano”) até então valorizadas nas histórias não eram suficientes. Um “laço misterioso” ligava toda a coletividade, todos os seus indivíduos. Dentro desse debate, Pedro Augusto Lessa foi além das reflexões dos outros sócios, limitadas em discursos ou rápidas alusões em artigos, e publicou, na Revista do Instituto, um trabalho específico em que se propôs a analisar se a História era ou não uma ciência.<sup>459</sup> *Reflexões sobre o conceito da História* tinham como referência maior o trabalho do

<sup>458</sup> CÂNDIDO, A. Z. O 4º centenário do descobrimento do Brasil. In: IHGB. **Suplemento especial**, comemoração solene do quarto centenário do descobrimento do Brasil. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio de Rodrigues & C, 1901. p. 155-156.

<sup>459</sup> *Pedro Augusto Carneiro Lessa* (1859-1921) dedicou-se à advocacia, ao magistério e à magistratura, chegando a Ministro do STF. Pertenceu à ABL. Ingressou no Instituto em 1901, servindo-lhe como título de admissão a obra *É a história uma ciência?* de 1900. O parecer da Comissão de História sobre ela foi feita na sessão de 19 de julho de 1901 sendo relator o Conde de Afonso Celso. Por este parecer, os conteúdos de ambos os trabalhos, o do ingresso e o publicado na Revista, são semelhantes. Na biografia em homenagem a ele, após

historiador inglês Thomas Buckle, *História da Civilização na Inglaterra* (1857-1861), que, segundo Lessa, era um dos ensaios mais admiráveis no sentido de determinar as leis da História e de alçá-la à dignidade de ciência.<sup>460</sup>

Lessa iniciava ressaltando o determinismo de Buckle, segundo o qual todos os acontecimentos decorriam da influência recíproca do homem modificando a natureza e esta, àquele. De acordo com o historiador inglês, os estudos sobre os princípios e métodos da História provinham da estreita ligação entre os atos humanos e as leis físicas. As leis fundamentais da História para Buckle eram quatro. A primeira estabelecia que os progressos do gênero humano dependiam do sucesso das investigações no domínio das leis dos fenômenos da natureza; conforme a segunda lei, para que essas investigações tivessem início, era fundamental existir o espírito da dúvida; a terceira lei dizia que as descobertas das pesquisas científicas aumentariam as verdades intelectuais, mas diminuiriam as verdades morais; e a quarta e última estabelecia que o grande inimigo deste processo investigativo e, conseqüentemente, o grande inimigo da Humanidade, era o espírito protetor do Estado, pela determinação do que devemos fazer, e da Igreja, pelo ensino no que devemos crer.

Além destas, Buckle enunciou uma outra asserção segundo a qual a civilização se dividia em europeia e não europeia. A tendência da História, na Europa, era no sentido de subordinar a natureza ao homem, enquanto fora de lá, o homem à natureza. Utilizando-se dos estudos de Émile Littré,<sup>461</sup> Lessa se contrapôs a cada uma dessas leis do historiador inglês. As generalizações de Buckle não traduziam, de acordo com Lessa, leis históricas. Partindo da afirmação de Stuart Mill<sup>462</sup> de que as leis que formavam o conteúdo de uma ciência se constituíam em relações constantes de sucessão e de semelhança entre os fatos, Pedro Lessa

seu falecimento, são analisados os seus trabalhos sobre o *Direito positivo*. CASTRO, A. O. V. de. O ministro Pedro Lessa. **RIHGB**, t. 94, v. 148, p. 341-358, 1923. Sua vida e obra, em tom extremamente elogioso, são analisados em um pequeno livro: ROSAS, R. **Pedro Lessa**: o Marshall brasileiro. Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1985.

<sup>460</sup> *Henry Thomas Buckle* (1821-1862), mesmo sem ter visitado o país, dedicou oito páginas ao Brasil nesta obra a fim de mostrar a pequenez do homem diante da exuberante natureza e que sem ajuda estrangeira o país teria regredido. SKIDMORE, 1976, p. 44-45. Para uma maior abordagem da obra de Buckle: GARDINER, P. **Teorias da História**. 5. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004. p. 131-153 e HADDOCK, B. A. História e positivismo. In: \_\_\_\_\_. **Uma introdução ao pensamento histórico**. Lisboa: Gradiva, 1980. p. 207-208. Pedro Lessa escreveu a Introdução do livro de Buckle quando foi traduzido e publicado no Brasil em 1900. Sobre esta introdução e a abordagem aos demais trabalhos de Lessa no Suplemento Literário *Autores e Livros* do jornal *A Manhã* na década de 1940: GOMES, 1996, p. 117-118. Sobre a influência de Buckle na obra do sócio Capistrano de Abreu: WEHLING, 2001, p. 157.

<sup>461</sup> *Émile Littré* (1801-1881) era um erudito filólogo e destacado político na França, considerado o primeiro grande discípulo de Augusto Comte. Pedro Lessa citou de suas obras: *Paroles de Philosophie Positive e Augusto Comte, La philosophie de l'histoire em France*. Littré foi o autor de maior impacto sobre o modo de pensar dos “federalistas científicos” brasileiros. ALONSO, 2002, p. 226.

<sup>462</sup> *John Stuart Mill* (1806-1873), filósofo e economista britânico. Sua obra concilia a exaltação da liberdade, a razão e o ideal científico do XVIII com o empirismo e o coletivismo do XIX. Aproximou-se do positivismo nos anos 1840, porém não concordava com os juízos políticos de Comte nem com a religião da Humanidade.

ressaltava que sem elas não haveria ciência. O sócio perguntava: “Que relações constantes de sucessão, de semelhança ou de uniformidade, nos oferece a História?” Segundo ele, descobrir a causa de um fato social não era descobrir uma lei científica. Dada a extrema complexidade dos fenômenos históricos, a causa de um fato poderia ser um conjunto especial e único de fatores ou de circunstâncias que não se repetiu nem viria a se repetir. Só o conhecimento de uma relação constante de sucessão entre causas nos daria uma lei. A extrema complexidade dos fatos sociais não nos permitiria generalizar, formular leis com a facilidade e a segurança com que se procediam nas ciências inferiores.<sup>463</sup> Para Lessa, não existia um conjunto de leis históricas e, conseqüentemente, uma ciência da História.<sup>464</sup>

As teorias dos filósofos da História, conforme Lessa, abrangiam o curso inteiro do passado do gênero humano, pretendendo determinar de onde veio e para onde iria a Humanidade. Tal amplitude mostrava, segundo ele, a impossibilidade de constituí-la cientificamente, pois não poderíamos conhecer o conjunto dos fatos que formava o todo da História da Humanidade, nem traçar generalizações para prever o futuro, tomando por base os fatos do passado e do presente. Este processo, admissível a organismos menos complexos e de incessante repetição, seria inaplicável aos atos dos seres humanos, dotados de infinita e variável riqueza de idéias e sentimentos. Além disso, outra questão que depunha contra a pretensão dos filósofos da História era a defesa do progresso contínuo, necessário e universal como lei.

Lessa dizia, o que a História nos mostrava eram progressos parciais e intermitentes com períodos estacionários e recuos. Ela escaparia a um princípio diretor, porque os fenômenos históricos não se repetiam.<sup>465</sup> A função da História, para Pedro Lessa, era a de coligir e classificar metodicamente os fatos para ministrar os materiais que serviriam de base às induções da *ciência social fundamental* e das *ciências sociais especiais*. A Sociologia, como ciência social fundamental, era responsável pelo estudo do que havia de uniforme, geral e permanente na gênese, na estrutura e na evolução da sociedade. Sem esta base tão sólida oferecida pela História, a Sociologia nada mais poderia conter que especulações, hipóteses e asserções aproximadas da verdade. No entanto, a missão da História não se restringiria a fornecer os materiais metodicamente dispostos somente para as induções da Sociologia.

<sup>463</sup> Creio que se refira às ciências naturais ou, atualmente, as designadas como exatas.

<sup>464</sup> Em outro artigo publicado no ano seguinte, Lessa dizia: “[...] estudamos toda e qualquer ciência com um fim útil; procuramos conhecer as leis dos fenômenos para podermos prever; e prevemos para adaptarmos a nossa conduta, evitando o que é possível evitar pelo esforço humano, e sujeitando-nos – resignados – ao inevitável. [...] A missão da ciência é descobrir as conexões causais, as relações necessárias, entre os atos voluntários do homem e suas naturais conseqüências.” LESSA, P. A. C. O direito no século XIX. **RIHGB**, t. 68, parte 2, p. 507-536, 1907. p. 532.

A História forneceria, da mesma forma, “subsídios preciosos, recursos abundantes e seguros” para as induções das ciências sociais especiais constituídas pela Economia, Política, Moral Social, Estética Social, Genética Social, Ideologia Social e pelo Direito. Desta forma, Lessa foi categórico: a História não possuía conteúdo científico próprio, leis do seu domínio, induções, princípios e deduções que lhe fossem peculiares, generalizações que poderiam fazer dela uma ciência. Apesar de o historiador extrair dos fatos, “de vez em quando”, uma verdade geral, esta verdade ampla pertencia à Sociologia.<sup>466</sup> A História colecionaria e disporia metodicamente os materiais, os fatos, de cuja observação e comparação, as ciências hauririam induções. O método descritivo aplicado pelo historiador consistiria em um excelente instrumento para a aquisição de verdades gerais da Sociologia e seus ramos.<sup>467</sup> Estas reflexões de Lessa confrontavam não só as reivindicações dos sócios que defendiam a cientificidade e autonomia da História, mas iriam de encontro à própria concepção de *historia magistra vitae*.

Pelo exposto, observo que a possibilidade de estabelecer leis acabaria por legitimar “cientificamente” a mãe da verdade. A um *topos* milenar se agregaria a cientificidade do século XIX. Mesmo que os sócios não intentassem fazê-lo, a extração de leis colaboraria em amarrar mais solidamente o passado ao presente e ao futuro. Haveria uma ligação mais forte entre os espaços de experiências e os horizontes de expectativas. A *exempla* mostrava-se mais pujante pela recorrência no passado. Ao que já apontei no subcapítulo anterior, observo que o estabelecimento de leis contribuiria significativamente para “distinguir o raio matinal do porvir”. As leis seriam as luzes para “prever, preparar e guiar os séculos vindouros”. A previsão do futuro seria facilitada por elas. Contudo, as reflexões de Pedro Lessa despejavam um “balde de água fria” nessas pretensões dos historiadores. Sem repetições, regularidades, constâncias, o futuro se tornaria imprevisível. A História perderia o seu valor pedagógico pois, diante da impossibilidade das generalizações, preconizada por Lessa, não haveria como extrair lições do passado.

Mesmo sem desmerecê-la pela impossibilidade de estabelecimento de leis, neste mesmo artigo, Pedro Lessa criticava a concepção ciceroniana ao apontar as diferenças entre o historiador *antigo* e o *moderno*. Na Grécia e em Roma, segundo ele, a missão do historiador consistia em narrar os acontecimentos memoráveis. Ela era escrita para perpetuar e encarecer os feitos militares e políticos. Conforme Lessa, alguns historiadores daquele período

<sup>465</sup> LESSA, P. A. Reflexões sobre o conceito da História. **RIHGB**, t. 69, parte 2, p. 193-285, 1908. p. 259.

<sup>466</sup> O único trabalho publicado na Revista entre 1889 e 1912 que defendia a aplicação da chamada escola da Ciência Social, ou seja, um estudo baseado em questões sociológicas foi o de Sílvio Romero, publicado no tomo 69 (1908) com o título de *O Brasil Social*.

<sup>467</sup> LESSA, 1908, p. 283.



alimentavam a pretensão de fazer da História um vasto repositório de lições políticas e morais, a *mestra da vida*, mostrando as grandes e fortes virtudes do heroísmo e do patriotismo. Mas tal concepção antiga de História não teria ficado restrita à Antigüidade, pois, segundo ele, ela ainda dominava o espírito de alguns historiadores na atualidade. Cauteloso, citou como exemplos dois estrangeiros, que ainda se comportavam como os “antigos”, Alexandre Herculano e Oliveira Martins.<sup>468</sup> Pedro Lessa foi o único sócio a contestar abertamente a concepção ciceroniana na Revista. Contudo, essa sua posição ao criticar a História como repositório de lições políticas pode ser inserida no debate, aventado anteriormente, entre imparcialidade e patriotismo.

Estas várias intervenções dos sócios na Revista do Instituto não podem ser descontextualizadas do ambiente intelectual brasileiro enriquecido, principalmente, a partir de 1870, por um “bando de idéias novas”, segundo expressão de Sílvio Romero no seu ensaio *A filosofia no Brasil de 1878*. Ao supervalorizarem a ciência, seus adeptos viam como inócuas qualquer solução “não-científica” para os problemas humanos.<sup>469</sup> Esta supervalorização do pensamento científico recebeu, posteriormente, o nome de *cientificismo*. Segundo estas idéias, a natureza e o homem poderiam ser estudados conforme uma mesma lógica, pela qual haveria a possibilidade de encontrar, para os fenômenos humanos e sociais, leis ou regularidades, semelhantes às ciências físicas e biológicas. O cientificismo, segundo Arno Wehling, acabou por transformar a ciência, como método de abordagem, em “visão de mundo”.<sup>470</sup>

Tais idéias advinham da repercussão de teorias elaboradas na Europa Ocidental, como as de Augusto Comte, Hippolyte Taine, Herbert Spencer, Ernest Haeckel e Thomas Buckle, que mesmo distintas entre si, possuíam, para o que me interessa neste subcapítulo, um aspecto comum: o da evolução histórica dos povos. Tal evolucionismo se propunha a encontrar um nexo entre as diferentes sociedades humanas ao longo da história. Ao aceitar, como postulado que o simples (povos primitivos) evolui para o mais complexo (sociedades ocidentais), procurava-se estabelecer leis que presidiriam o progresso das civilizações.<sup>471</sup> Em razão disto,

<sup>468</sup> LESSA, 1908, p. 199, nota 18. Vejo que as duas referências a Alexandre Herculano até o momento são contraditórias. No subcapítulo anterior, Olegário de Aquino e Castro destacava as palavras de Herculano quando diz que o patriotismo era um mal conselheiro para o historiador. Já Pedro Lessa afirma justamente que o historiador português, ao conceber a história como mestra da vida, procurava destacar os sentimentos patrióticos.

<sup>469</sup> BARROS, 1986, p. 7.

<sup>470</sup> WEHLING, 2001, p. 141-144. Na bibliografia de Portugal é usado o termo *cientismo*. A ciência passa a funcionar como “ideologia”. Defende-se que o mundo possa ser completamente analisado, compreendido e explicado. Acreditando que a realidade obedece a leis estáveis, a leitura cientista sustenta que a previsão será sempre possível. CATROGA, F. Cientismo e História. In: \_\_\_\_\_. **Caminhos do fim da História**. Coimbra: Quarteto, 2003. p. 115-138.

<sup>471</sup> ORTIZ, R. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 14.

a História do Brasil não era pensada como uma entidade à parte do movimento universal. A nossa História obedeceria às mesmas leis fatais que a História da Humanidade.<sup>472</sup> Diante disso, fica difícil aceitar a afirmação de José Murilo de Carvalho quando diz que as correntes científicas que invadiram o Brasil, na segunda metade do século XIX, não produziram cientistas. Para ele, o evolucionismo, por exemplo, teve vários seguidores, mas não afetou a “prática da ciência”.<sup>473</sup>

Especificamente quanto às influências dos trabalhos de Augusto Comte e seus discípulos franceses sobre os sócios do IHGB, pude verificar que além de Pedro Lessa, o positivismo influenciou os sócios Tristão de Alencar Araripe Júnior, Capistrano de Abreu, Clóvis Beviláqua, Américo Brasiliense e José Veríssimo.<sup>474</sup> Angela Alonso aponta, também, os sócios José Isidoro Martins Júnior e Sílvio Romero.<sup>475</sup> Nicolau Sevcenko, por sua vez, aborda a “formação positivista” de Euclides da Cunha.<sup>476</sup> Mesmo que não indicados na bibliografia de apoio sobre o contexto intelectual da época, as citações dos demais sócios transcritas acima sobre a cientificidade da História permitem-me fazer duas relações com os escritos de Augusto Comte: a) quanto às comparações baseadas em modelos biológicos (vide “fisiologia social”); b) a profusão de termos como “sistema”, “síntese”, “conexidades”, “relações”.<sup>477</sup> Entretanto, conforme ressalta José Murilo de Carvalho, a presença de elementos nos discursos e escritos, que me permite traçar tais relações, pressupõe diferentes leituras, com suas adaptações, deformidades ou simples uso retórico pelos sócios do Instituto.<sup>478</sup> Através destes exemplos, o IHGB, após o advento da República, não se manteve tão refratário ao positivismo como alega Cláudia Regina Callari.<sup>479</sup>

Apesar de todo o meu receio em empregar tal termo, duas “escolas” merecem ser destacadas em minhas reflexões sobre a cientificidade ou não da História no IHGB. No início do século XIX, desenvolveu-se a “escola histórica científica alemã”, cujo representante mais eminente foi Leopold von Ranke (1795-1886). Ele se recusava a ser um “historiador-

<sup>472</sup> BARROS, 1986, p. 107-109, 167-169.

<sup>473</sup> CARVALHO, J. M. de. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. **Topoi**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 123-152, 2000. p. 145.

<sup>474</sup> SOARES, M. P. **O positivismo no Brasil**, 200 anos de Augusto Comte. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1998. p. 110-113.

<sup>475</sup> ALONSO, 2002, p. 345-346.

<sup>476</sup> SEVCENKO, 2003, p. 142.

<sup>477</sup> PETIT, A. História de um sistema: o positivismo comtiano. In: TRINDADE, H. (Org.) **O positivismo: teoria e prática**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1999. p. 24, 32, 42.

<sup>478</sup> CARVALHO, J. M. de. O positivismo brasileiro e a importação de idéias. In: GRAEBIN, C. M. G.; LEAL, E. (Org.). **Revisitando o positivismo**. Canoas: La Salle, 1998b. p. 13-27. Utilizo, pejorativamente, o termo *retórica* para designar o emprego de procedimentos enfáticos e pomposos em discursos e textos para persuadir ou por exibição.

<sup>479</sup> CALLARI, 2001, p. 75.

filósofo”. Dentre seus postulados, ele dizia que o historiador não poderia ser juiz do passado; não deveria instruir os contemporâneos; não possuir nenhuma interdependência com o objeto do conhecimento, isto é, o fato histórico; não deveria fazer qualquer reflexão teórica, por ser inútil e até mesmo prejudicial. Enfim, a História, segundo Ranke, “é aquilo que realmente aconteceu”.<sup>480</sup> Na França, a História buscou tornar-se “ciência”, principalmente, com os esforços de Fustel de Coulanges (1830-1889) e, posteriormente, com Gabriel Monod (1844-1912), Charles-Victor Langlois (1863-1929) e Charles Seignobos (1854-1942).

Fustel de Coulanges defendia a idéia da História como uma “ciência da observação”; o melhor historiador era o que mais se atinha aos textos; e, se o patriotismo era uma virtude e a História uma ciência, elas não poderiam ser confundidas.<sup>481</sup> Através de *La cité antique* (1864), ele foi considerado o primeiro dos historiadores franceses a realizar uma obra histórica “plenamente científica”.<sup>482</sup> Dois textos-programas lançaram os princípios fundamentais da “escola” que viria a ser chamada de “metódica”: o manifesto de Gabriel Monod no lançamento da *Révue Historique* em 1876 e o manual de Langlois e Seignobos, de 1898, intitulado *Introduction aux études historiques*. Tais trabalhos contribuíram “decisivamente” para a constituição de uma História científica. Seus pressupostos almejavam impor uma investigação afastada de qualquer especulação filosófica, visando uma objetividade absoluta; aplicar técnicas rigorosas ao inventário de fontes, à crítica dos documentos e à organização das tarefas do historiador.<sup>483</sup>

Os trabalhos de Ranke, Coulanges, Monod, Langlois e Seignobos são, geralmente e erroneamente, chamados de “positivistas”.<sup>484</sup> Um historiador tido como discípulo de Comte foi Louis Bourdeau (1824-1900) com seu trabalho *L’histoire et les historiens, essai critique sur l’histoire considérée comme science positive* de 1888. Segundo ele, a História deveria desprezar os acontecimentos singulares e os personagens ilustres e investigar as leis (de ordem, de relação e de evolução) que presidem ao desenvolvimento da espécie humana. De acordo com Bourdé e Martin, trata-se de um “filosofia da História” firmemente determinista, pretendendo ao mesmo tempo reconstruir o passado e prever o futuro.<sup>485</sup> Bourdeau situa-se no

<sup>480</sup> BOURDE, G.; MARTIN, H. **As escolas históricas**. Mem Martins: Publicações Europa-América, [ca.1983]. p. 114.

<sup>481</sup> CAIRE-JABINET, 2003, p. 99-100; TÉTART, 2000, p. 94-95.

<sup>482</sup> EHRARD, J.; PALMADE, G. *L’histoire*. Paris: A. Colin, 1965. p. 76. citado por REIS, J. C. **A História entre a Filosofia e a Ciência**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 24.

<sup>483</sup> BOURDÉ; MARTIN, [ca.1983], p. 97.

<sup>484</sup> O uso depreciativo de tal termo é analisado por: REIS, J. C. A escola metódica, dita positivista. In: \_\_\_\_\_. 2004. p. 15-32. E também por PETERSEN, S. R. F. *Historiografia positivista e positivismo comtiano: origem e desvirtuamento de uma relação teórica*. In: GRAEBIN; LEAL, 1998, p. 31-46.

<sup>485</sup> BOURDÉ; MARTIN, [ca.1983], p. 114.

oposto das propostas dos demais historiadores que defendiam a História como ciência, mesmo que o uso do termo “ciência positiva” fosse comum, pois era usado com sentidos diversos.

Foi em meio a esta “tempestade de teorias” que a História procurava se estabelecer como campo específico do saber na Europa Ocidental e no Brasil. A ressalva acima de José Murilo de Carvalho quanto à “importação das idéias” é perfeitamente aplicável a esses estudos das “escolas” científicas alemã e francesa. Não tenho como precisar a influência desses autores e suas obras sobre os intelectuais brasileiros ao final do século XIX, porém em razão do intercâmbio que havia entre os vários centros de estudos históricos a nível mundial não posso descartar o conhecimento de tais reflexões por parte dos sócios do IHGB. Um exemplo desse intercâmbio observei na própria remessa da Revista do Instituto, pois assim como havia o envio, havia também o recebimento de publicações. No ano de 1890, constava que, em território nacional, ela era enviada, regularmente, a noventa e oito instituições, tais como Arquivos Públicos, Bibliotecas, Clubes Literários, Institutos históricos, geográficos e científicos, Secretarias Estaduais, bem como uma ampla gama de sociedades, associações e gabinetes, atravessando o território nacional de Manaus a Porto Alegre, de Cuiabá a Natal.

Quanto às instituições estrangeiras, eram em número de cento e trinta e seis, desde os principais centros de estudos como Paris, Washington, Madri, Lisboa e Roma, estendendo-se ao Leste Europeu, à América Latina, ao Norte da África e até a longínqua capital das Filipinas.<sup>486</sup> A tentativa de relacionar diretamente as influências que as teorizações do outro lado do Atlântico tiveram por aqui poderia levar-me a falsas apreciações. Por exemplo, o “positivismo” de Pedro Lessa é atestado pela bibliografia sobre o legado comtiano no Brasil e pelas argumentações que ele próprio teceu acima baseadas em Littré, o discípulo de Comte. No entanto, ao contrário do que defendia Bourdeau, Lessa negava a possibilidade de leis históricas. O sócio Alfredo do Nascimento Silva, por sua vez, possui reflexões semelhantes às defendidas por Bourdeau que, ao defender a possibilidade de previsão do futuro, identifica-se com vários sócios do Instituto.

Mesmo que outros sócios receberam as influências positivistas, seus escritos e intervenções no Instituto não me permitem, ao contrário de suas publicações fora do IHGB, exemplificá-las. O privilégio dado ao texto escrito e à crítica do documento são princípios, semelhante aos propugnados pelos científicos europeus, bastante reiterados pelos sócios do Instituto, mas nem por isso atrevo-me a designá-los de “rankianos” ou “metódicos”. Assim, os pressupostos científicos de Ranke, Fustel de Coulanges, Monod, Langlois e Seignobos foram merecedores de diferentes leituras pelos sócios do Instituto, com suas seleções, adaptações,

deformidades ou simples uso retórico. Em razão disso, as reflexões dos sócios do Instituto Histórico, ora aproximam-se, ora opõem-se àquelas do ambiente historiográfico europeu.

Estudando o contexto intelectual e os espaços de “vulgarização científica” no Brasil no século XIX, Moema de Rezende Vergara destaca que, ao associar o conhecimento científico com a idéia de “utilidade”, os homens de ciência tentavam mostrar a estreita dependência entre a sua atividade e o progresso nacional.<sup>487</sup> Segundo ela, “o compromisso com a utilidade formará a característica principal da prática científica no século XIX, que será a especialização do conhecimento que definirá o desenvolvimento dos diversos ramos do saber”.<sup>488</sup> Essas considerações da autora são muito pertinentes para aquilo que me referi no final do subcapítulo anterior: o conhecimento científico produzido pelo IHGB e seus homens de ciência possuía grande utilidade para o progresso nacional, mesmo sob um difuso projeto político republicano.

Dentro desta ampla prática científica, pela recorrência nos discursos dos sócios apontados acima, outro campo do conhecimento se contrapunha a esta pretensão dos historiadores. Criada por Augusto Comte, a Sociologia conquistou espaço no mundo intelectual ocidental, a partir de 1887, com o também francês Émile Durkheim (1858-1917). A Sociologia durkheimiana ambicionava realizar a unificação, sob seu comando, do conjunto das ciências humanas. Em 1897, através do periódico *L'Année sociologique*, Durkheim, não negando o valor da História, procurava, contudo, modificar-lhe o estatuto: o historiador deveria se contentar em coletar os materiais com os quais o sociólogo faria seu trabalho. A História seria um ramo, uma disciplina auxiliar da Sociologia.<sup>489</sup> Neste ambiente tumultuado, mas extremamente rico, que a História, ciência ou não, estava sendo pensada e debatida. Nas palavras de Capistrano de Abreu, no necrológio a Varnhagen em 1878, justamente, encontro relacionadas duas questões centrais trabalhadas até aqui, isto é, a escrita de uma História do Brasil e os debates de cunho científico:

---

<sup>486</sup> **RIHGB**, t. 53, parte 2, p. 656-661, 1890.

<sup>487</sup> Os almanaques, as revistas e os jornais, ao lado das grandes exposições científicas, das experiências e projeções públicas, das conferências, dos romances e dos museus, fizeram parte de um empreendimento de divulgação científica que pretendia colocar a ciência do século XIX ao alcance de grande parte da população. HEIZER, A. Os instrumentos científicos e as grandes exposições do século XIX. In: \_\_\_\_\_; VIDEIRA, A. A. P. (Org.). **Ciência, civilização e império nos trópicos**. Rio de Janeiro: Editora Access, 2001. p. 165-172.

<sup>488</sup> VERGARA, M. de R. **A Revista Brasileira: vulgarização científica e construção da identidade nacional na passagem da Monarquia para a República**. 2003. 234 f. Tese (Doutorado em História Social da Cultura) – Centro de Ciências Sociais, PUCRJ, Rio de Janeiro, 2003. p. 15.

<sup>489</sup> DOSSE, 2003, p. 40-49. Pedro Lessa chega a se referir a este periódico em seu artigo. LESSA, 1908, p. 273. Nesta ofensiva dos sociólogos pela disputa de espaços, cabe citar, também, a publicação do artigo de François Simiand, *Método Histórico e Ciências Sociais* em 1903 na *Revue de Synthèse historique*.

É pena que [Varnhagen] ignorasse ou desdenhasse o corpo de doutrinas criadoras que nos últimos anos se constituíram em ciência sob o nome de sociologia. Sem esse facho luminoso, ele não podia ver o modo por que elabora a vida social. Sem ele as relações que ligam os momentos sucessivos da vida de um povo não podiam desenhar-se em seu espírito de modo a esclarecer as diferentes feições e fatores reciprocamente. Ele poderia escavar documentos, demonstrar-lhes a autenticidade, solver enigmas, desvendar mistérios, nada deixar que fazer a seus sucessores no terreno dos fatos: compreender, porém, tais fatos em suas origens, em sua ligação com fatos mais amplos e radicais de que dimanam; generalizar as ações e formular-lhes teorias; representá-las com conseqüências e demonstração de duas ou três teorias basilares, não conseguiu nem conseguiu-lo-ia.

Fa-lo-á alguém? Esperamos que sim. Esperamos que alguém, iniciado ao movimento de pensar contemporâneo, conhecedor dos métodos novos e dos instrumentos poderosos que a ciência põe à disposição de seus adeptos, eleve o edifício, cujos elementos reuniu o Visconde de Porto-Seguro.[...]

Que venha, e escreva uma História da nossa Pátria digna do século de Comte e Herbert Spencer. Inspirado pela teoria da evolução, mostre a unidade que ata os três séculos que vivemos. Guiado pela lei do *consensus*, mostre-nos o *rationale* de nossa civilização, aponte-nos a interdependência orgânica dos fenômenos, e esclareça uns pelos outros. Arranque das entranhas do passado o segredo angustioso do presente e liberte-nos do empirismo crasso em que tripudiamos.<sup>490</sup>

Passado, presente e futuro do fazer história se entrecruzam nessas palavras de Capistrano de Abreu. A História do Brasil a ser escrita passaria, obrigatoriamente, pelos ensinamentos da Sociologia. Ao falar de ciências no final do século XIX e de suas relações com a História, eu não poderia deixar de referenciar, em meio a estas discussões, a Geografia.<sup>491</sup> Olivier Dumoulin aponta que, na Europa Ocidental, nesse período, as relações entre a Geografia e a História iniciaram-se pela “via transversa da geografia histórica”.<sup>492</sup> No IHGB, os estudos históricos e geográficos andavam juntos não somente no nome da instituição, mas também nas considerações realizadas pelos sócios sobre as ciências. De acordo com Padre Belarmino, enquanto a ciência geográfica se detinha no estudo da natureza, a ciência histórica se ocupava dos fatos sociais. Ambas compunham, segundo ele, o amplo leque de investigações naquela oficina de trabalho.<sup>493</sup> Amaro Cavalcanti esmiuçou mais longamente as contribuições de uma e de outra. Para ele, a Geografia era responsável em

<sup>490</sup> ABREU, J. C. de. 1906a, p. 507-508.

<sup>491</sup> No século XIX, com o desenvolvimento do imperialismo europeu, os estudos geográficos expandiram-se. *Alexander von Humboldt* e *Carl Ritter*, ambos alemães, forneceram grandes contribuições à teoria geográfica no início do século XIX. Outro geógrafo alemão, *Friedrich Ratzel*, célebre por sua obra *Antropogeografia* (1882-1891), tentou demonstrar que as forças naturais determinam a distribuição das pessoas na Terra. Entre os geógrafos franceses do final do século XIX destaca-se *Paul Vidal de La Blache*, que se opôs à idéia de que o meio físico determina de um modo estrito as atividades humanas. O livro de Buckle comentado anteriormente por Pedro Lessa está situado nestes debates envolvendo os estudos geográficos e históricos.

<sup>492</sup> DUMOULIN, O. Geografia histórica. In: BURGUIÈRE, 1993, p. 347.

<sup>493</sup> 15ª Sessão Ordinária em 27 de setembro de 1896. **RIHGB**, t. 59, parte 2, p. 286, 1897.

descrever o território em sua grandeza, limites, aspectos, condições e elementos naturais; descrever a índole e costumes de seus habitantes, as suas aptidões físicas e intelectuais, o grau de educação e desenvolvimento; descrever as tendências características do povo presentes nas suas instituições e ramos de atividade nacional; fornecer dados estatísticos e descrever a organização e forma do governo.

Já a História, de acordo com Cavalcanti, se encarregaria de registrar, autenticar, comparar e comprovar os direitos sobre o território e fronteiras; explicar as razões e fundamentos do caráter nacional e a marcha material e moral do desenvolvimento; ilustrar as origens das instituições; investigar e comentar os defeitos da vida comum e oferecer aos governos os documentos de seus erros, exemplos e normas a fim de “melhorar a sorte do povo”. Amaro Cavalcanti finalizava ressaltando que nenhum cultor de letras, “homem de ciência e de governo”, seria capaz de desempenhar suas funções sem a História e a Geografia.<sup>494</sup> Referindo-se às palavras de Rudolph von Ihering, Artur Orlando da Silva, em sua posse, ressaltava que a “Geografia era a História traçada de antemão”, enquanto a “História era a Geografia em ação”.<sup>495</sup>

Desta forma, a História, segundo ele, tinha seu arcabouço na Geografia. Os estudos geográficos tinham tanto valor científico quanto importância social ao propiciarem que vissemos “a relação estreita que existe entre o desenvolvimento de um país e seu tapete vegetal, sua vestimenta faunística, suas condições climáticas, suas circunstâncias geológicas, suas propriedades mineralógicas.” Para Artur Orlando, dava-se com os povos o mesmo que com as árvores: “Os povos são submetidos à mesma lei: seu solo decide de sua evolução.”<sup>496</sup> O determinismo geográfico tão questionado por uns, como aponte nas críticas de Pedro Lessa a Thomas Buckle, tinha em Artur Orlando um de seus defensores. Se, nos primórdios do IHGB, a Geografia não possuía um caráter autônomo, parece-me que ao final do XIX e início do XX, pelos discursos há uma tentativa de delimitar a sua relação com a História.

Conforme Temístocles Cezar, a Geografia, por ser uma disciplina cuja institucionalização como ciência foi tardia, teve sua relação com a História marcada pela ambigüidade, ora como disciplina auxiliar, ora como saber independente. Sobre os primeiros anos do Instituto, o autor aponta que não havia especificidade no discurso geográfico, pois ele não tinha um *corpus* próprio: “No plano epistemológico [...] a geografia, a despeito de sua

<sup>494</sup> 2ª Sessão Extraordinária em 12 de dezembro de 1897. **RIHGB**, t. 60, parte 2, p. 410-411, 1897.

<sup>495</sup> *Rudolph von Ihering* (1883-1939) zoólogo alemão naturalizado brasileiro. Além de mais de 34 memórias sobre a fauna brasileira, dedicou-se também à divulgação científica. Fundador e primeiro diretor do Museu Paulista.

<sup>496</sup> 15ª Sessão Ordinária em 26 de agosto de 1907. **RIHGB**, t. 70, parte 2, p. 754, 1908.

evidente importância, era apenas uma *ciência auxiliar* da História. Ela era uma contribuição, não um domínio autônomo.”<sup>497</sup> Interessante observar que, apesar de tratar da Geografia, a maior concentração das atividades do IHGB em estudos de caráter histórico foi, de acordo com Sousa Neto, um dos motivos alegados pela Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro para a sua criação em 1883.<sup>498</sup> Por não ter a merecida atenção, os geógrafos procuraram alternativas para expressão de seus trabalhos fora do Instituto Histórico não tão Geográfico.

Para averiguar a situação dos estudos geográficos no IHGB, utilizo-me dos pareceres das Comissões de Geografia transcritos nas atas das sessões. Quando requisitados (e poucas vezes o foram), observei as fortes ligações entre as contribuições históricas e geográficas em um mesmo trabalho.<sup>499</sup> O parecer da Comissão de Geografia sobre o trabalho de Evaristo Nunes Pires, *O Descobrimento do Brasil*, dizia que a obra “revela da parte de seu autor comprovado critério histórico e reconhecida competência”.<sup>500</sup> Mesmo sem aventar seu conteúdo, mas pelo título do trabalho pressuponho, a Comissão de Geografia ficou encarregada de avaliar a obra *Estudos da História Paraense* de João Lúcio de Azevedo. Nesta mesma sessão, o parecer da Comissão de Geografia sobre a leitura e exame dos trabalhos de José Artur Montenegro apontava que eles eram “traduções de memórias e monografias históricas, concernentes à guerra do Paraguai, enriquecidas de notas preciosas do tradutor, o qual conseguiu, destarte, prestar um bom serviço à historia e às letras pátrias”.<sup>501</sup>

O parecer da Comissão de Geografia sobre a admissão de Adolfo Augusto Pinto como sócio correspondente nos mostra a não dissociação entre estes dois campos de estudos: “É um trabalho volumoso, em que o autor trata com bastante critério e proficiência do histórico e evolução da viação naquele Estado [...]. É obra opulenta em subsídios para a história e para a geografia [...]”.<sup>502</sup> No parecer da Comissão de Geografia, sobre as obras de Justo Jansen Ferreira, *Uma Carta Geográfica do Estado do Maranhão, Fragmento para a Geografia do Maranhão* e a *Barra de Tutoya* se pode verificar como os critérios históricos e geográficos coexistiam: “O terceiro trabalho apresentado é um estudo sobre a barra de Tutoya, de valor

<sup>497</sup> CEZAR, 2005, p. 82. Sobre os estudos geográficos no Instituto, durante o reinado de D. Pedro II: DOMINGUES, H. M. B. As ciências naturais e a construção da Nação Brasileira. **Revista de História**, São Paulo, n. 135, p. 41-60, 1996.

<sup>498</sup> SOUSA NETO, M. F. de. Geografia nos trópicos: história dos naufragos de uma jangada de pedras? **Terra Livre**, São Paulo, n. 17, p. 119-138, 2º semestre 2001.

<sup>499</sup> Este trânsito entre os dois campos do conhecimento pode ser observado também na composição das Comissões de História e Geografia. Os sócios Rocha Pombo e Barão Homem de Melo integraram ambas comissões, mas em gestões diferentes. Os sócios Rodrigo Otávio, João Barbosa Rodrigues e Euclides da Cunha que possuíam pesquisas e artigos na área dos estudos históricos, integraram a Comissão de Geografia.

<sup>500</sup> 3ª Sessão Ordinária em 4 de maio de 1894. **RIHGB**, t. 57, parte 2, p. 332, 1895.

<sup>501</sup> 1ª Sessão ordinária em 17 de março de 1895. **RIHGB**, t. 58, parte 2, p. 296-297, 1896.

<sup>502</sup> 3ª Sessão Ordinária em 4 de março de 1907. **RIHGB**, t. 70, parte 2, p. 670, 1908.



histórico e geográfico. [...] Não só ela, como as duas anteriormente citadas, demonstram a alta cultura histórica e geográfica do autor [...].”<sup>503</sup> Além desses pareceres comuns, observei em muitos artigos publicados na Revista a descrição preliminar das características geográficas do entorno antes da narração dos acontecimentos que lá se desenrolaram. Pude notar tal abordagem também em outra obra importante na historiografia do período que foi *Os Sertões* do sócio Euclides da Cunha.<sup>504</sup> Francisco Falcon, analisando a obra do também sócio Capistrano de Abreu, fez semelhante observação ao ressaltar que “a ocupação-construção do espaço geográfico assume o lugar de honra na compreensão do processo histórico brasileiro”.<sup>505</sup>

Esse conjunto de questões apontadas e debatidas sobre a História em meio às ciências corroboram e contrariam muitas daquelas percepções defendidas pelos sócios no subcapítulo anterior quanto ao topos da *historia magistra vitae*, aos sujeitos da História e à escrita do “grande livro”. A cientificidade da História legitimaria a concepção ciceroniana, ao passo que, colocar-se contrário à existência de leis, acabaria por desprestigiá-la. A *história científica*, como colocada por alguns sócios aqui analisados, não buscava uma verdade objetiva em que o sujeito se neutralizava enquanto sujeito, para fazer aparecer o seu objeto. Os sócios não relacionavam cientificidade com objetividade, neutralidade e imparcialidade, apesar destes últimos serem recorrentes nos discursos apontados no capítulo primeiro desta dissertação e no subcapítulo anterior. No IHGB, entre os anos de 1889 e 1912, haveria ciência quando existissem “leis”, uma palavrinha ambiciosa e pesada como lembra Lucien Febvre.<sup>506</sup>

Mesmo carecendo de unanimidade como ciência, a História dialogava com os outros campos do saber (Sociologia, Filosofia, Geografia e Etnografia) quanto ao estabelecimento de limites entre um e outro. Estávamos num período de gestação de vários espaços de conhecimento que, paulatinamente no decorrer do século XX, deram origem às disciplinas tais como as conhecemos hoje estabelecidas em diferentes departamentos nas Universidades. Mas discussões sobre se a História tinha um caráter autônomo, subordinador ou auxiliar não paravam por aí. Seja como guia da razão humana, tendo ou não leis, a História no Instituto também se via submetida a conformações religiosas. O Catolicismo estava presente no IHGB, não somente pela atividade profissional de alguns dos seus sócios ou opção de culto de outros,

<sup>503</sup> 1ª Sessão ordinária em 15 de maio de 1911. **RIHGB**, t. 74, parte 2, p. 484, 1911.

<sup>504</sup> CUNHA, E. da. **Os sertões**, campanha de Canudos. São Paulo: Martin Claret, 2006.

<sup>505</sup> FALCON, F. J. C. As idéias e noções de moderno e nação nos textos de Capistrano de Abreu. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1-2, p. 5-26, jan./dez. 1999. p. 14.

<sup>506</sup> FEBVRE, 1989, p. 25.

nem somente pela escolha de temas a serem estudados na História do Brasil; fazia parte, outrossim, do modo como compreendiam a História e a ciência.

### 2.3 A História sob a cientificidade da fé

Em uma das últimas sessões do IHGB sob o Império, o presidente na ocasião, Joaquim Norberto da Souza e Silva, enunciava as vantagens de haver religiosos no quadro social. Os prelados, ao percorrerem em visita as suas vastas dioceses, poderiam escrever diários de viagens sobre suas impressões, sendo, tal material, de grande proveito ao Instituto e à Pátria.<sup>507</sup> Após a proclamação da República, ao lado de fervorosos cristãos, como Eduardo Prado, Conde de Afonso Celso, Barão de Studart, Barão de Ramiz, Carlos Kliet e César Augusto Marques, observei Cardeais, Bispos, Monsenhores e párocos. A presença de sacerdotes nos quadros do IHGB não era novidade dos novos tempos. Na fundação do Instituto, em outubro de 1838, entre os 27 sócios, estava o já citado cônego Januário da Cunha Barbosa.

No ano seguinte, na relação dos 46 sócios efetivos, constavam 4 sacerdotes.<sup>508</sup> Ao final do regime monárquico, dentre os 19 sócios honorários do Instituto, havia o Monsenhor Manoel da Costa Honorato e, nos 48 nacionais correspondentes, constavam João Pedro Gay e D. Antônio de Macedo Costa, Bispo do Pará. Três anos após a proclamação da República, foi admitido, pela primeira vez sob o novo regime, um integrante da Igreja Católica. Tratava-se do Bispo de Olinda, D. João Fernando Tiago Esberard. Entre a proclamação da República e o final da presidência do Barão do Rio Branco ingressaram 23 sacerdotes nos quadros do IHGB.<sup>509</sup> Entre os “sócios de batina” estavam, não só os residentes em território nacional, mas também religiosos estabelecidos na Santa Sé como o Cardeal Mariano Rampolla del Tindaro, secretário de Estado do Papa Leão XIII e D. Jerônimo Maria Gotti.<sup>510</sup>

<sup>507</sup> 18ª Sessão Ordinária em 11 de outubro de 1889. **RIHGB**, t. 52, parte 2, p. 485, 1889.

<sup>508</sup> WEHLING, 1983, p. 9, quadro 3.

<sup>509</sup> Dos sócios propostos e que não foram admitidos estão Américo Neves e D. José Marcondes Homem de Melo, Bispo do Pará; propostos, respectivamente, nas sessões de 17 de abril de 1898 e 9 de junho de 1906. Desconheço os motivos da não aprovação. Em 1909, dos 26 membros honorários nacionais, 6 pertenciam à Igreja: D. Carlos Luiz d'Amour, D. Jerônimo Tomé da Silva, D. Francisco do Rego Maia, D. Joaquim Arcoverde, D. João Braga e D. José Joaquim Vieira. Cadastro dos sócios em 1º de setembro de 1909. **RIHGB**, t. 71, parte 2, p. 625-632, 1909.

<sup>510</sup> Exercia a atividade de Internúncio apostólico, isto é, era o representante do Papa no Brasil entre 1892-1906.

A grande maioria dos sacerdotes residentes no Brasil tinha destacada posição na hierarquia eclesiástica, como o Cardeal D. Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti;<sup>511</sup> os Bispos de Manaus, José Lourenço da Costa Aguiar; de Diamantina, D. Joaquim Silvério de Souza; de Cuiabá, D. Carlos Luiz d'Amour; de Niterói e, posteriormente, de Belém do Pará, D. Francisco do Rego Maia; de Petrópolis e, depois, de Curitiba, D. João Francisco Braga; de Campinas, D. João Batista Corrêa Nery; de Fortaleza, D. Joaquim José Vieira; de Belém do Pará e, depois, de Salvador, D. Jerônimo Tomé da Silva. A proposta de admissão dos sacerdotes seguia, na maioria dos casos, o § 1º, art. 10 dos Estatutos de 1890 ou o § 1º, art. 9 dos Estatutos de 1906, isto é, ingressariam no Instituto, principalmente, pelo “consumado saber”. Tal nível de sapiência acabava se traduzindo no alto grau hierárquico do religioso. Por exemplo, justificava-se a candidatura de D. João Esberard em razão de que ele era “um dos virtuosos príncipes da Igreja Católica e Apostólica Romana”.<sup>512</sup>

Para D. Jerônimo Tomé da Silva, a comissão destacava que “a aptidão literária do proposto, os serviços prestados ao Estado e à Religião o tornam merecedor desta distinção”.<sup>513</sup> Na proposta para admissão de D. Francisco do Rego Maia constava que “os serviços por ele feitos a sua Diocese são serviços feitos à nossa civilização”.<sup>514</sup> A admissão do “virtuoso e ilustrado sacerdote” D. Joaquim Arcoverde se justificava “pelos importantes serviços prestados à Igreja Católica Apostólica Romana”.<sup>515</sup> Especificamente sobre as contribuições aos estudos históricos dos prelados vale destacar a proposta de D. Joaquim José Vieira para sócio honorário, cujas cartas pastorais, conforme a Comissão de Admissão de Sócios, eram “verdadeiros documentos históricos não só inerentes ao desenvolvimento das idéias religiosas no Brasil como também a importantes ocorrências locais”.<sup>516</sup>

Estes pareceres confeccionados pelos membros do IHGB mostram claramente a aproximação do Instituto com a elite eclesiástica do período: os candidatos entrariam no Instituto, principalmente, como representantes da Igreja. Para o padre Rafael Galanti, o Instituto ao admiti-lo, estava honrando a Companhia de Jesus<sup>517</sup> e para Dom João Batista Corrêa Nery, engrandecendo a religião católica.<sup>518</sup> Além da presença destacada dos clérigos no quadro social, observei nos discursos dos sócios do Instituto na *Revista* o uso constante de

<sup>511</sup> Foi o primeiro sacerdote brasileiro da Igreja Católica a ser apontado ao posto de Cardeal. Foi Bispo de Goiás (1890) e de São Paulo (1894-1897), sendo promovido a Arcebispo do Rio de Janeiro, em 1897, e elevado à categoria de Cardeal em 1905.

<sup>512</sup> 15ª Sessão Ordinária em 28 de outubro de 1894. **RIHGB**, t. 57, parte 2, p. 380-381, 1895,

<sup>513</sup> 6ª Sessão Ordinária em 30 de maio de 1897. **RIHGB**, t. 60, parte 2, p. 329, 1897.

<sup>514</sup> 6ª Sessão Ordinária em 30 de maio de 1897. **RIHGB**, t. 60, parte 2, p. 330, 1897.

<sup>515</sup> 14ª Sessão Ordinária em 3 de outubro de 1897. **RIHGB**, t. 60, parte 2, p. 370, 1897.

<sup>516</sup> 3ª Sessão Ordinária em 4 de março de 1907. **RIHGB**, t. 70, parte 2, p. 669-670, 1908.

<sup>517</sup> 4ª Sessão Ordinária em 2 de maio de 1897. **RIHGB**, t. 60, parte 2, p. 316, 1897.

metáforas de cunho religioso. Para João Xavier da Mota, o IHGB era um “templo” da História pátria.<sup>519</sup> O caráter sereno em prol da tradição diante dos acontecimentos políticos dava ao Instituto, conforme Damasceno Vieira, a característica de um “tabernáculo santo erguido aos ombros de dedicados levitas” a atravessar as tempestades contemporâneas, guardando em seu interior os “graníticos monumentos” de suas constantes investigações.<sup>520</sup> Alfredo do Nascimento Silva, como orador do Instituto, de forma semelhante, se referia aos sócios-historiadores como “levitas que labutavam em preservar a arca santa das tradições do povo”.<sup>521</sup>

Padre Belarmino comparava o homem que estudava e investigava a um asceta que meditava e orava e que, após colher os elementos de nossa História, trazia para o Instituto, como o sacerdote trazia para o seu altar, “a hóstia do sacrifício”.<sup>522</sup> Se porventura o IHGB viesse a fechar as suas portas, Antônio Zeferino Cândido dizia que, mesmo sem o seu templo, “a tribo de Levi” vagaria tendo a Revista do Instituto como uma Bíblia onde permaneceria “eternamente gravada a História do povo de Deus”.<sup>523</sup> Souza Pitanga, ao ser admitido no Instituto, se via ungido como um crente penetrando sob os umbrais do “santuário de nossas tradições” em cujo “culto” faria companhia aos “consagrados levitas” que lá já estavam.<sup>524</sup> Nesse santuário, segundo ele, a liturgia era simples: o culto da ciência e da História, praticando-se uma religião livre de toda a impureza da intolerância e do fanatismo.<sup>525</sup> Ao se reportar à entrada Eduardo Prado no Instituto, Souza Pitanga o viu como um “templário” em sua peregrinação ao Sepulcro do Divino Mestre (D. Pedro II) a fim de receber a sua “investidura”.<sup>526</sup>

Conforme Belisário Pernambuco, os “evangelizadores do saber” juntos em um “apostolado científico” eram tidos como “verdadeiros apóstolos do patriotismo” que se empenhavam na pugna científica através da investigação dos pergaminhos.<sup>527</sup> Luiz Henrique Pereira Campos se referia aos sócios como “os paladinos da cruzada santa” e ao Instituto como um “santuário de chão abençoado”.<sup>528</sup> Cândido de Oliveira ao ingressar no Instituto

<sup>518</sup> 7ª Sessão Ordinária em 10 de outubro de 1911. **RIHGB**, t. 74, parte 2, p. 648-649, 1911.

<sup>519</sup> 17ª Sessão Ordinária em 14 de outubro de 1892. **RIHGB**, t. 55, parte 2, p. 367, 1893.

<sup>520</sup> 11ª Sessão Ordinária em 29 de julho de 1892. **RIHGB**, t. 55, parte 2, p. 315, 1893.

<sup>521</sup> Sessão Extraordinária em 7 de julho de 1895. **RIHGB**, t. 58, parte 2, p. 342, 1896 e Elogio do Orador. Sessão Aniversária em 15 de dezembro de 1895. **RIHGB**, t. 58, parte 2, p. 433, 1896.

<sup>522</sup> 15ª Sessão Ordinária em 27 de setembro de 1896. **RIHGB**, t. 59, parte 2, p. 285-286, 1897.

<sup>523</sup> Sessão Extraordinária em 12 de dezembro de 1899. **RIHGB**, t. 62, parte 2, p. 395, 1900.

<sup>524</sup> 12ª Sessão Ordinária em 17 de agosto de 1900. **RIHGB**, t. 63, parte 2, p. 479, 1902.

<sup>525</sup> 19ª Sessão Ordinária em 23 de novembro de 1900. **RIHGB**, t. 63, parte 2, p. 517, 1902.

<sup>526</sup> Elogio do Orador. Sessão Aniversária em 15 de dezembro de 1901. **RIHGB**, t. 64, parte 2, p. 392, 1901.

<sup>527</sup> 15ª Sessão Ordinária em 20 de setembro de 1901. **RIHGB**, t. 64, parte 2, p. 266, 1901.

<sup>528</sup> 12ª Sessão Ordinária em 7 de agosto de 1903. **RIHGB**, t. 66, parte 2, p. 208, 1905.

dizia-se dominado por um “terror religioso, que se apossa dos espíritos em frente das cousas sagradas”.<sup>529</sup> João Coelho Gomes Ribeiro comparava o IHGB aos mosteiros medievais que guardavam e cultuavam o “fogo sagrado do amor à ciência”. A este “claustro majestoso” ele, como novo sócio, vinha pedir guarida como um peregrino.<sup>530</sup> Após o Bispo de Campinas ter equiparado os sócios a monges, Afonso Celso, como Orador na ocasião, agradeceu e reiterou tal semelhança pela “austeridade de suas normas, pureza de seus ideais, união e concórdia de sua comunidade”.<sup>531</sup>

O imbricamento da ciência com a fé extrapolava o simples uso retórico, ornamentador, exigindo de alguns sócios explicações mais robustas. Convém, antes de continuar analisando o discurso religioso no Instituto, destacar o momento de inflexão pelo qual o Catolicismo estava passando. Na segunda metade do século XIX, a nível internacional, a Igreja Católica se submetia a profundas remodelações. O Papado de Pio IX (1846-1878) caracterizou-se pela retomada de ações enérgicas de Roma na condução dos negócios da Igreja Católica pelo mundo. Durante seu pontificado foi celebrado o *I Concílio do Vaticano* (1869), cujas diretrizes gerais, de acordo com Roque Spencer Barros, eram:

[...] contra a fatuidade da ciência natural, a revelação divina; contra a moral ‘científica’ laica, a moral cristã de origem divina; contra o naturalismo na visão do homem e da vida, o ‘supranaturalismo’, o transcendentalismo católico; contra a sociologia, o direito natural de fundamento divino; contra a pretensão exclusiva das línguas vivas, o latim; contra o laicismo, a educação religiosa; contra a razão, a fé; contra o império que se seculariza e se aproxima da república, a ‘teocracia’ – em uma palavra, contra a cidade dos homens, a cidade de Deus.<sup>532</sup>

Entretanto, tal comportamento da Igreja, segundo Lúcia Lippi Oliveira, acabava por colocá-la em uma posição de isolamento num mundo em que predominava a idéia de um progresso contínuo, fundado sobre o desenvolvimento da ciência. Assim, nos últimos anos do século XIX, a Igreja já sob o pontificado de Leão XIII (1878-1903) propôs uma harmonização entre a razão, a ciência e o discurso católico. Roma buscava uma “reconciliação com o mundo moderno”.<sup>533</sup> Em razão disso, quando da proclamação da República no Brasil, as questões políticas suscitadas pela formação de um Estado laico, trabalhadas no capítulo anterior, ligavam-se a outras mais gerais englobando discussões sobre a doutrina católica. Fernando de Azevedo caracteriza, muito claramente, essa mudança. Antes da instauração do novo regime,

<sup>529</sup> 9ª Sessão Ordinária em 15 de julho de 1904. **RIHGB**, t. 67, parte 2, p. 436, 1906.

<sup>530</sup> 7ª Sessão Ordinária em 10 de outubro de 1911. **RIHGB**, t. 74, parte 2, p. 638, 1911.

<sup>531</sup> 7ª Sessão Ordinária em 10 de outubro de 1911. **RIHGB**, t. 74, parte 2, p. 667, 1911.

<sup>532</sup> BARROS, 1986, p. 51-52.

segundo ele, havia uma indiferença recíproca, uma “quase dissociação” entre a Igreja e o século, entre a religião e as “forças vivas da sociedade”.<sup>534</sup>

Após 15 de novembro de 1889, conforme Azevedo, iniciou-se “o mais vigoroso” movimento católico já visto no país: “pela amplitude de sua ação social, por uma nova interpenetração da Igreja e do século, pelo renascimento do espírito religioso e nacional a um tempo e pela combatividade”. Nesse rearranjo de experiências e expectativas na conduta católica que os discursos, não só, mas principalmente, dos “sócios de batina” devem ser contextualizados. Suas falas sobre a História, a ciência e a fé seguiam um programa preconizado pelo Vaticano. Nas palavras dos membros do IHGB estavam expressas as tentativas de reconciliação da Igreja com a modernidade. A religião, de acordo com Monsenhor Vicente Lustosa, não era somente uma crença, era também uma ciência. Crença, pois muitas verdades reveladas ainda pairavam acima da inteligência; e ciência porque a revelação da palavra, como um fato histórico, poderia ser demonstrada pela Filosofia e pela História. A religião e a ciência não eram incompatíveis devendo viverem “eternamente unidas”. Vicente Lustosa atacava a “crítica moderna” que dava uma origem mitológica à Bíblia, ressaltando que a religião cristã era inacessível ao mito.

Para Lustosa, o mito, não sendo nem história nem fábula, era um produto da imaginação, uma tradição vaga, anterior à escrita, ao qual a Humanidade ia adicionando novas e variadas formas. De acordo com o sacerdote, à incredulidade contra a religião cristã respondia a ciência através da veracidade dos três fatos que formavam “o tecido da história religiosa”, a saber, o povo hebreu, Jesus Cristo e sua Igreja.<sup>535</sup> D. João Esberard, Bispo de Olinda, em seu discurso de posse, atacou aqueles que propagavam a “falsa idéia” de que existia antagonismo entre a religião e a ciência, entre a fé e a razão. O imaginado conflito entre elas era impossível, pois de acordo com a argumentação do Bispo, tanto a fé como a ciência buscavam a verdade. Enquanto a fé católica procurava a verdade revelada por Deus, a ciência tinha por objeto a verdade descoberta pela razão. Ambas tinham o mesmo objeto, ambas procediam de Deus, ambas deveriam conduzir os homens a ele.

Segundo Esberard, esse preconceito era descabido porque os preâmbulos da fé estabelecidos por Tomás de Aquino eram fornecidos pelas ciências racionais.<sup>536</sup> O dogma da

---

<sup>533</sup> OLIVEIRA, 1990, p. 161.

<sup>534</sup> AZEVEDO, 1996, p. 260-261.

<sup>535</sup> 10ª Sessão Ordinária em 10 de julho de 1903. **RIHGB**, t. 66, parte 2, p. 183-196, 1905.

<sup>536</sup> *São Tomás de Aquino* (1225-1274) foi filósofo e teólogo italiano. Suas obras o transformaram na figura mais importante da filosofia escolástica e um dos teólogos mais notáveis do catolicismo. O essencial de seu ensinamento encontra-se na *Suma teológica* (1266-1273), que se desenvolve em torno do tema central de uma harmonia entre a fé e a razão.

fé católica era confirmado pelas ciências. E dentre elas, a História com suas leis e processos confirmava a revelação cristã como um grande fato acontecido. Em razão disto, o Bispo de Olinda via, no convite feito pelo Instituto Histórico para seu ingresso, a aceitação de um homem de fé para laborar em prol do “aumento do patrimônio científico”.<sup>537</sup> A relação entre a História e a religião fora destacada no discurso de posse de D. Joaquim Arcoverde, ao apontar que os estudos históricos mostravam-se proveitosos “quando iluminados pelos clarões do Evangelho”. O estudo da História era relevante para mostrar a direção dada pela Providência Divina aos passos da Humanidade.

Em todas as transformações mundiais no decurso dos séculos se observava, de acordo com Arcoverde, o triunfo da Providência. O governo de Deus se manifestava no passado dos povos, cujo destino era conduzido por ele.<sup>538</sup> O padre Júlio Maria, por sua vez, apontava que era a razão que averiguava as provas da fé e que atestava a possibilidade, a utilidade e o fato da revelação. Os dogmas e os mistérios eram superiores à razão, mas não contrários. A fé se harmonizava com a razão. De acordo com Júlio Maria, a fé católica não excluía a razão nem a ciência. Para ele, a ciência da nossa época era a ciência dos fatos – a História. Verificaríamos, segundo ele, que em toda a História não há outra ocorrência com tantas características de um fato histórico como o Cristianismo. Ele é todo histórico, seja no fundo, como na forma. Histórico na forma, porque se caracteriza pela narração de fatos e histórico no fundo porque os seus dogmas são fatos.

O religioso concluía dizendo que o Cristianismo não era somente uma doutrina, era a própria História.<sup>539</sup> Com esta afirmação, observo que haveria mais um motivo para excluir alguns sujeito da História: seu não pertencimento à Cristandade. No discurso de posse do Monsenhor João Tolentino Guedelha Mourão, ele destacou a perfeita harmonia entre a Igreja e a História. Tal identificação era oriunda do fato de ter sido a religião cristã, através da Bíblia, exposta em forma narrativa pelos seus autores. Além disto, a Igreja constantemente se consagrava ao estudo da História, como se podia observar, por exemplo, na ação do Papa Leão XIII ao franquear os arquivos do Vaticano às investigações dos eruditos para conhecimento dos fatos, “nas fontes mais puras”, sobre os quais divergiam as opiniões. Aos “pseudo-sábios” que procuravam converter a História em “arsenal de guerra” contra a Igreja, Guedelha Mourão dizia que as acusações só atingiam o lado exterior e contingente da Igreja e não a sua vida interior, seus intuitos sublimes e sua ação santificadora no mundo.

<sup>537</sup> 19ª Sessão Ordinária em 20 de novembro de 1891. **RIHGB**, t. 54, parte 2, p. 286-287, 1892.

<sup>538</sup> 9ª Sessão Ordinária em 15 de julho de 1898. **RIHGB**, t. 61, parte 2, p. 650, 1899.

<sup>539</sup> 20ª Sessão Ordinária em 8 de dezembro de 1899. **RIHGB**, t. 62, parte 2, p. 370-379, 1900.

A História, para Mourão, era a melhor apologia da Igreja ao atestar-lhe a sua perpetuidade em vinte séculos de grandes dificuldades e pondo em evidência a ação sobrenatural de Deus. Especificamente sobre a História do Brasil, o sacerdote destacava que ela só havia começado quando os europeus aqui chegaram trazendo a ação redentora da Igreja. Desde a época colonial, era visível, nas múltiplas fases da existência histórica do Brasil, “a colaboração civilizadora da Igreja”.<sup>540</sup> Se observássemos o passado veríamos, segundo o Bispo João Batista Corrêa Nery, que junto ao patriotismo estava a religião, aconselhando, confortando, inspirando os feitos de nossos heróis.<sup>541</sup> Se a força de tais reflexões estava relacionada à atividade sacerdotal destes sócios, ciência, religião e História também se imbricavam nos discursos dos sócios leigos.

A ciência e a religião possuíam, para Souza Pitanga, um “nexo lógico e necessário” na condução progressiva e harmônica da evolução da Humanidade, que por sua vez estava protegido pela História como um “anjo misterioso e benfazejo”. Graças à ação tutelar da História, a ciência possuía acumulados todos os documentos e monumentos para edificação da Humanidade. Ao lado das ciências, Souza Pitanga colocava a fé como o mais alto traço da superioridade humana ao lhe iluminar a alma com a idéia de Deus.<sup>542</sup> De acordo com o Marquês de Paranaguá, a religião não renunciava à História, pois possuía nela seus fundamentos essenciais. A História era a fiel depositária dos sucessos da Igreja através dos séculos.<sup>543</sup> Mas estas prédicas não se faziam sem discordâncias entre os ouvintes. Contrapondo-se a elas, destaco as considerações de dois sócios.

O discurso de Alfredo do Nascimento Silva, como 2º secretário, na sessão comemorativa do Quarto Centenário do Descobrimento da América, causou indignação em alguns de seus colegas. Maximiano Marques Carvalho chegou a escrever uma carta ao presidente do Instituto, atacando a afirmação de Nascimento Silva de que o homem não fora criado à imagem e semelhança de Deus, sendo considerado somente um átomo que se movia como todo o Universo. Cristóvão Colombo, que fora um homem muito religioso e temente a Deus, se estivesse vivo, ficaria insatisfeito, segundo Marques Carvalho, com as afirmações de Nascimento Silva. Não havia problemas se, pessoalmente, o secretário acreditava que ele próprio era um átomo da matéria, mas não deveria fazer proselitismo no Instituto Histórico. Maximiano Marques de Carvalho solicitou que se anexasse à transcrição daquele discurso,

<sup>540</sup> 20ª Sessão Ordinária em 6 de dezembro de 1902. **RIHGB**, t. 65, parte 2, p. 532-534, 1902.

<sup>541</sup> 7ª Sessão Ordinária em 10 de outubro de 1911. **RIHGB**, t. 74, parte 2, p. 658, 1911.

<sup>542</sup> Elogio do Orador. Sessão Aniversária em 15 de dezembro de 1905. **RIHGB**, t. 68, parte 2, p. 655, 1907.

<sup>543</sup> Sessão Extraordinária em 8 de outubro de 1906. **RIHGB**, t. 70, parte 2, p. 436, 1908.



nas páginas da Revista, sua carta protestando contra as “idéias positivistas” de Alfredo do Nascimento Silva, fazendo constar que tais doutrinas não eram defendidas pelo IGHGB.<sup>544</sup>

Já não era de agora que este sócio protestava contra o Positivismo, como se observa em uma das sessões do Instituto em 1884. Naquela oportunidade, Maximiano Marques Carvalho alertava que “uma nova escola se levantou na França, propondo-se fazer ressuscitar as idéias de Demócrito e Epicuro de entre os antigos e de Bento Espinosa e Augusto Comte entre os modernos. Esta escola tomou o nome de positivista [...]. Nós protestamos contra essas falsas idéias”.<sup>545</sup> Tais admoestações não fizeram calar Alfredo Nascimento Silva. Como Orador na sessão Magna em 1897, diante de uma assistência na qual estavam presentes D. Jerônimo Tomé da Silva e D. Francisco do Rego Maia, ele afirmou que, durante o processo evolutivo, o domínio da razão e as leis da natureza vinham sobrepujando o domínio da imaginação e da fé. O orador acreditava serem inúteis as discussões sobre as relações da religião com a ciência.

Para Nascimento Silva, quando a ciência conseguir demonstrar a causalidade de todos os fenômenos, completará o seu ciclo, destruindo inúmeros erros firmados pelos dogmas da Igreja. De acordo com ele, a ciência, dia-a-dia, atacava a concepção teológica da causalidade sobrenatural, através do estabelecimento de leis que ligavam todos os fenômenos, subordinando-os em uma relação de causa e efeito. Diante disso, a religião se via obrigada a aceitar as “verdades positivas” demonstradas pela ciência em substituição a muitos de seus dogmas. Mas esta substituição deveria ser cautelosa, pois, segundo Nascimento Silva, o Catolicismo era, também, a religião das massas populares. Abalar a fé daqueles que estavam alheios ao *culto da Humanidade* era inútil e até perigoso. A religião funcionaria como um escudo, justamente, contra esta “grossa falange”.<sup>546</sup>

Esta visão conservadora também apareceu nas reflexões do presidente do Instituto, onde a religião era vista como a “base segura da ordem e da paz” e o “elemento mais poderoso de progresso e civilização”.<sup>547</sup> Assim como Nascimento Silva havia feito, Pedro Lessa demarcou os limites entre a ciência e a fé. Providência e acaso não ofereciam fundamento racional para uma explicação científica. A Providência exprimia uma vontade superior sem a necessidade de leis. Sobre o papel da Igreja, Pedro Lessa ressaltava que, quando se propagava uma descoberta da ciência que contrariava os textos bíblicos, a Igreja tratava de, inicialmente,

<sup>544</sup> 17ª Sessão Ordinária em 14 de outubro de 1892 e 18ª Sessão Ordinária em 28 de outubro de 1892. **RIHGB**, t. 55, parte 2, p. 370, 379, 1893.

<sup>545</sup> 9ª Sessão Ordinária em 10 de outubro de 1884. **RIHGB**, t. 47, parte 2, p. 593, 1884.

<sup>546</sup> Elogio do Orador. Sessão Aniversária em 15 de dezembro de 1897. **RIHGB**, t. 60, parte 2, p. 487-489, 1897.

<sup>547</sup> CASTRO, O. H. de A. e. O Quarto Centenário do Brasil. In: IGHGB. **Suplemento Especial**, comemoração solene do quarto centenário do descobrimento do Brasil. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1901. p. 85.

declarar uma guerra cruel contra os propugnadores da nova idéia para, em seguida, oferecer uma doutrina oposta fundamentada nos livros sagrados. Por último, ela tentaria uma conciliação entre os textos e a verdade científica. Lessa se mostrava otimista quanto ao embate da ciência contra a religião, pois, da mesma forma que para Nascimento Silva, a ciência acabaria por triunfar.<sup>548</sup>

Pelo exposto neste subcapítulo, vejo que, incompatível para alguns, perfeitamente harmonizável para outros, as discussões sobre História, ciência e fé marcavam os discursos dos sócios em pleno início do século XX. Os religiosos tinham uma efetiva contribuição aos estudos históricos por suas peregrinações por amplos espaços do território nacional e porque representam a maior instituição propagadora da Civilização Universal. Além disso, o amor à Pátria viria através do exercício do amor a Deus: do púlpito emanariam lições de patriotismo. O problema do Catolicismo estava na falta de comprovação documental. A fé, a crença e o dogma dispensavam a necessidade de documentos. Que maior prova do que a vontade divina? A própria religiosidade estava a alimentar muitas das lendas sobre o passado do país que deveriam ser extirpadas pela crítica documental. Entretanto não se poderia dispensar esta imensa rede de testemunhas oculares com seus registros e estudos nos mais distantes cantões do país. Assim como os clérigos utilizavam-se da História para legitimar suas pregações, os historiadores não poderiam dispensar a estrutura da Igreja Católica em suas pretensões. Diante disso, ao retomar os estudos de Arno Wehling sobre os primórdios do Instituto, deparo-me com sua afirmação de que o antiprovidencialismo iluminista dos fundadores do IHGB recusava a idéia agostiniana de um processo histórico fixado por Deus.<sup>549</sup>

No entanto, mais de cinquenta anos depois, a Providência era um elemento que não poderia ser relegado nos estudos históricos realizados pelos sócios do Instituto. Tais questões sobre o divino, a fé, a crença levam-me necessariamente a algumas reflexões sobre a filosofia da História. Os pronunciamentos no início dos trabalhos do Instituto faziam referências à uma *história filosófica* do Brasil, ou seja, uma História Geral a partir de deduções filosóficas. Januário da Cunha Barbosa aludia a leis baseadas em relações que ligavam as circunstâncias da vida moral. Somente a filosofia poderia reconhecê-las e demonstrá-las.<sup>550</sup> Raimundo José da Cunha Matos citava a *história filosófica* do Império do Brasil, sendo que a História só

<sup>548</sup> LESSA, P. A. Reflexões sobre o conceito da História. **RIHGB**, t. 69, parte 2, p. 193-285, 1908. O sócio Augusto Olímpio Viveiros de Castro, ao redigir a biografia de Pedro Lessa, dizendo-se “filiado à doutrina católica” questionava estas idéias do falecido. CASTRO, A. O. V. de. O ministro Pedro Lessa. **RIHGB**, t. 94, v. 148, p. 343-358, 1927.

<sup>549</sup> WEHLING, 1983, p. 14-15. Idéia agostiniana refere-se a *Santo Agostinho de Hipona* (354-430), um dos mais eminentes doutores da Igreja Católica Ocidental. Elaborou um método filosófico para a teologia cristã. Baseado na Bíblia e nos antigos filósofos gregos, ele procurou conciliar a inteligência com a fé.

poderia ser composta por filósofos.<sup>551</sup> Von Martius falava em “historiografia filosófica do Brasil”, “autor filósofo”, “historiador filosófico”.<sup>552</sup> Mesmo no século XX, o historiador João Ribeiro, que ingressará no Instituto em 1914, acreditava que fazer história era também fazer filosofia. Somente a reflexão filosófica poderia assegurar o “sentido” da obra histórica.<sup>553</sup> Mas essas percepções diferem daquela elaborada por Voltaire no século XVIII. Foi ele quem primeiro elaborou tal conceito, em 1765, com *La philosophie de l'histoire*. Para ele, fazer filosofia da história consistia em opor as luzes da razão humana às superstições e prejuízos do obscurantismo, adotar uma atitude crítica e cética com respeito à religião e às verdades estabelecidas, ou seja, “ter uma atitude científica”.<sup>554</sup> Em Voltaire, filosofia, história, religião e ciência tinham relações, mesmo que antagônicas.

Contudo, a concepção foi sendo alterada, posteriormente, com as reflexões de Johann Gottfried von Herder, Immanuel Kant, Johann Gottlieb Fichte e Friedrich Hegel, aproximando-se mais daquela defendida por Cunha Barbosa, Cunha Matos, von Martius e João Ribeiro, ou seja, a descoberta de um sentido para a História.<sup>555</sup> Não tendo como precisar quais foram exatamente as influências destas obras sobre os intelectuais do IHGB, amparo-me nos estudos que abordam a historiografia brasileira oitocentista para analisar os difusos discursos dos sócios a partir de 1889. A história filosófica, segundo Canabrava, era tida como aquela que deveria ser dominada pelo pensamento científico, pela soberania da razão.<sup>556</sup> Para Campos, esta história excluía o papel da Providência nos acontecimentos, para os quais deveriam ser procuradas causas naturais e humanas.<sup>557</sup>

A filosofia da História, conforme Wehling, se propunha a encontrar para o mundo social, as regularidades e as leis que Newton havia descoberto para o universo físico.<sup>558</sup> Se esses estudos não me ajudam a achar uma definição única, ao menos servem para mostrar que o fazer história no Instituto Histórico, longe de um caráter homogêneo delimitado, tentava acomodar, apesar das tensões geradas, razão, Providência e leis. Seja *filosófica*, *científica* ou

<sup>550</sup> BARBOSA, 1908a, p. 10-12.

<sup>551</sup> MATOS, 1863, p. 122-123, 127.

<sup>552</sup> MARTIUS, 1844, p. 390, 391, 395, 396, 403.

<sup>553</sup> DUTRA, 2005, p. 220.

<sup>554</sup> CAPARRÓS, M. Estudio preliminar. In: VOLTAIRE. **Filosofia de la Historia**. Madrid: Editorial Tecnos, 1990. p. XXIV. François Marie Arouet, dito *Voltaire* (1694-1778), escreveu *La philosophie de l'histoire* sob o pseudônimo de Abbé Bazin.

<sup>555</sup> As filosofias da História do século XVIII, com as idéias do devir da matéria, da evolução das espécies, do progresso dos seres humanos, tinham em comum descobrir um sentido para a História. BOURDE; MARTIN. As filosofias da história. In: \_\_\_\_\_, [ca.1983], p. 44. O aprofundamento do pensamento iluminista sobre a filosofia da História: CATROGA, F. Estruturação das Filosofias da História. In: \_\_\_\_\_, 2003, p. 59-113. Três interpretações sobre “dar sentido” ao passado: GARDINER, Introdução. In: \_\_\_\_\_, 2004, p. 7-8.

<sup>556</sup> CANABRAVA, 1971, p. 419.

<sup>557</sup> CAMPOS, 1977, p. 259.

*filosófica científica*, a História, ao final do século XIX, no IHGB, encontrava-se em meio aos debates entre a fé e a razão, buscando legitimar-se através das leis da Natureza, dos homens ou de Deus. Pelo exposto, tecendo um paralelo com o subcapítulo anterior, noto que não eram somente os limites entre as áreas do conhecimento (Sociologia, Geografia, Filosofia e Etnografia) que estavam muito tênues, com fronteiras muito pouco demarcadas; havia, outrossim, entre os sócios do Instituto, uma “indefinição epistemológica”.<sup>559</sup>

\* \* \*

As referências à História como *mestra da vida* já impregnavam as concepções dos sócios do Instituto desde a sua fundação. Em discurso em 1839, Januário da Cunha Barbosa, citando Cícero, afirmava que “as melhores lições que os homens podem receber lhes são dadas pela História”.<sup>560</sup> Em vista disso, a permanência de uma mesma concepção de História no Instituto, antes e após 1889, leva-me a tecer alguns comentários entre o que a bibliografia alude como *antiga e nova*. A História nos primórdios do IHGB, por seu caráter moral, ético e político é considerada por Nelson Schapochnik como uma concepção *antiga* de História.<sup>561</sup> Representaria para Arno Wehling uma “visão setecentista” da História, por ser pragmática, como mestra da vida; filosófica, por ser cognoscível por leis históricas condicionantes das relações sociais e não pela Providência divina; e crítica, ao se propor estabelecer uma verdade histórica através da análise documental.<sup>562</sup>

A concepção de História dos sócios do Instituto no período imperial, baseava-se, segundo Manuel Guimarães, na tradição historiográfica iluminista, especificamente a portuguesa pelo caráter católico e conservador. A este caráter agregava-se o pragmatismo da mestra da vida ao fornecer exemplos e modelos para o presente e o futuro. A História era

---

<sup>558</sup> WEHLING, 1999, p. 27.

<sup>559</sup> *Epistemologia* corresponde ao campo da reflexão humana que tem como algumas de suas questões centrais a origem do conhecimento, as relações entre o conhecimento e a verdade ou a certeza, as formas de conhecimento, as sucessivas mudanças nos paradigmas científicos, e tudo o mais que concerne ao conhecimento humano tomado como objeto de reflexão crítica. BARROS, J. D. A. **O projeto de pesquisa em História**: da escolha do tema ao quadro teórico. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 198. Outro conceito que distingue Epistemologia da Teoria do Conhecimento está em: EPISTEMOLOGIA. In: LALANDE, A. **Vocabulário Técnico e Crítico de Filosofia**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p. 313-314.

<sup>560</sup> BARBOSA, 1908a, p. 9, 11, 13.

<sup>561</sup> SCHAPOCHNIK, 1993, p. 74.

<sup>562</sup> WEHLING, 1983, p. 14-15. Arno Wehling afirma que o pensamento histórico norteador da elite que fundou o Instituto foi “nitidamente historicista”. Como o próprio autor aponta, sobre o termo *historicismo* reina uma polissemia infernal. Ao preferir usá-lo sem adjetivações, Wehling considerou a influência do historicismo sob 3 aspectos: a afirmação da História contra o naturalismo anti-histórico, a afirmação da concepção teleológica de processo contra a concepção mecanicista de sistema; a busca da lógica do processo, representada pela

percebida como uma marcha linear e progressiva, articulando passado, presente e futuro. Os estudos históricos tinham um “sentido garantidor e legitimador” para as decisões de natureza política.<sup>563</sup> Tais estudos tinham também, de acordo Francisco Iglésias, uma função pedagógica, orientadora dos novos para o patriotismo, com base no modelo dos antepassados.<sup>564</sup>

Não consistia, para Temístocles Cezar, apenas em um “adágio erudito”, a *historia magistra vitae* era também um “princípio organizador” que justificava e orientava as investigações do IHGB.<sup>565</sup> Contudo, alguns autores, também afirmam que, já nos seus proêmios, uma outra concepção começava a se esboçar no Instituto. Uma concepção *moderna* que, para Schapochnik, buscava “expurgar toda a insinuação fictícia de seu discurso como o oposto da verdade”.<sup>566</sup> Uma História moderna, segundo Francisco Falcon, seria feita através de um método crítico, fundado em provas documentais consistentes, permitindo o esclarecimento dos fatos. O método crítico exigiria a exposição neutra dos vários atores em conflito. Uma escrita moderna da História consistiria em uma necessidade de generalização (leis e tendências que dirigem nossa existência) e crítica rigorosa das fontes documentais.<sup>567</sup> Para Angela de Castro Gomes, Capistrano de Abreu era um historiador moderno ao contrário de João Francisco Lisboa (1812-1863), pois esse último dava um sentido ético-pedagógico à sua atividade ao não usar a documentação de forma crítica e por sua narração estar comprometida com seus valores e orientada por demandas políticas do presente. Sobre o seu caráter científico, ou seja moderno, Ângela de Castro Gomes aponta que a História para ser uma ciência não poderia se preocupar em produzir uma “verdade ética”.<sup>568</sup>

Inerente a esses debates na historiografia oitocentista, em 2003, foi defendida a dissertação de mestrado de Renata William Santos do Vale, que se propunha a mostrar que os sócios do IHGB, quando de sua fundação, se aproximavam de duas concepções de História. Uma antiga, como fonte de ensinamentos, baseada na repetição do tempo, a *historia magistra vitae*; e uma nova e moderna marcada por uma visão linear, ligada à idéia de imprevisibilidade, orientada para o progresso, filosófica, fortemente influenciada pelo método de crítica de fontes e pela idéia de verdade: “ao olharem para trás os fundadores viam uma

---

investigação das leis históricas. Sobre a temática do historicismo e sua influência no IHGB: WEHLING, 2001, p. 21-41, 127-140.

<sup>563</sup> GUIMARÃES, M., 1988, p. 11. Este pragmatismo é adjetivado como “louvaminheiro”, conforme Pedro Moacir Campos, por buscar na História modelos para as novas gerações – louvar os vultos do passado a título de exemplos. CAMPOS, 1977, p. 258.

<sup>564</sup> IGLÉSIAS, 2000, p. 61.

<sup>565</sup> CEZAR, 2004a, p. 14.

<sup>566</sup> SCHAPOCHNIK, 1993, p. 74.

<sup>567</sup> FALCON, 1999, p. 10.

história mestra da vida, e ao olharem para frente, viam uma história moderna e filosófica.” Os sócios, segundo Vale, se aproximavam das duas concepções e importavam elementos de cada uma delas na construção de suas próprias.<sup>569</sup> Mesmo não concordando com essa divisão realizada pela autora, restrinjo-me a citá-la como mais um dos poucos trabalhos sobre a questão aqui desenvolvida.<sup>570</sup> Outro trabalho que cito é o de Ricardo Benzaquem de Araújo, onde, segundo ele, a imparcialidade, ou seja, o afastamento do historiador das diversas partes em altercação, é um dos pressupostos centrais na concepção moderna de História diferentemente da concepção clássica.

Em razão disso, surge uma nova definição de verdade (exata e rigorosa). O historiador moderno deveria abandonar a pretensão de dar um significado ético e pedagógico à sua atividade “que passa a buscar um ponto de absoluta equidistância entre os diversos princípios, valores e padrões em conflito”.<sup>571</sup> A *historia magistra vitae* é tida por François Hartog como um antigo regime de historicidade. A noção de “regime de historicidade”, segundo ele, consiste em

[...] uma formulação sábia da experiência do tempo que, em retorno, modela nossos modos de dizer e de viver nosso próprio tempo. Um regime de historicidade abre e circunscreve um espaço de trabalho e de pensamento. Ele ritma a escritura do tempo, representa uma ‘ordem no tempo’, à qual se pode subscrever ou, ao contrário (e mais freqüentemente), querer escapar, procurando elaborar uma outra.

Para exemplificar seu uso Hartog aponta que, antigamente, o exemplar ligava o passado ao futuro através da figura do modelo a imitar. O passado iluminava o futuro. Porém, se no caso do IHGB constato a continuidade de um antigo regime de historicidade, não posso afirmar a existência de um regime moderno de historicidade, porque para Hartog, nesse caso, o exemplar nas lições da História desapareceria para dar lugar àquilo que não se repete. O passado estaria, segundo ele, ultrapassado; o ponto de vista do futuro dominaria.<sup>572</sup> Dessa forma, um novo regime de historicidade não se assemelharia à concepção moderna de

<sup>568</sup> GOMES, 1996, p. 93-94.

<sup>569</sup> VALE, 2003, p. 11-12.

<sup>570</sup> A dissertação tenta aplicar forçosamente, nos primórdios do IHGB, o que Reinhart Koselleck trabalha no contexto europeu sobre a dissolução do topos *historia magistra vitae*. Inclusive o uso das categorias *espaço de experiência* e *horizonte de expectativa* não corresponde às propostas de Koselleck. O que a autora se propõe a fazer na introdução do trabalho não é demonstrável ao longo da exposição dos capítulos.

<sup>571</sup> ARAÚJO, R. B. de. Ronda Noturna, narrativa, crítica e verdade em Capistrano de Abreu. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 28-54, 1988. p. 31-32.

<sup>572</sup> HARTOG, F. O tempo desorientado, tempo e história: como escrever a história da França. **Anos 90**, Porto Alegre, n. 7, p. 7-28, jul. 1997. p. 8-9. O autor trabalha mais detalhadamente a noção de regime de historicidade em seu livro HARTOG, F. **Régimes d'historicité: présentisme et expériences du temps**. Paris: Seuil, 2003.

História segundo preconizam os trabalhos anteriormente elencados, que estudam a historiografia oitocentista.

Desta forma, através da bibliografia que se preocupa em refletir sobre a existência e a passagem de uma concepção antiga para uma moderna, afirmo que, no limiar do século XX, no IHGB, seja pela pretensa posição neutra do historiador, seja pela extirpação de toda ficcionalidade, seja pelo uso crítico dos documentos, seja pelo caráter nomológico, a História possuía também, apesar do comprometimento político e da produção de verdades éticas, uma noção moderna, por mais impreciso que seja tal adjetivo. As concepções antiga (clássica) e moderna da História encontravam nas palavras do presidente do Instituto um casamento perfeito: a História deveria ser, ao mesmo tempo, científica em seu método e instrutiva em seu objeto.<sup>573</sup> Essa conciliação, mesmo que paradoxal, também observei no discurso de posse de João Coelho Gomes Ribeiro, onde o IGHB, para ele, era um grêmio científico onde só se venerava a tradição concretizada em documentos depurados pela crítica.<sup>574</sup>

No Instituto, a História como ciência não estava relacionada à imparcialidade. Ela poderia ser considerada científica mesmo se adequando a um ou diferentes projetos políticos. A História como mestra da vida não era incompatível com as sínteses e as leis. Se adjectivei as percepções dos sócios sobre a História como *clássica/antiga* ou *moderna* foi mais para dialogar com a bibliografia existente do que para encontrar um rótulo para o fazer história no IHGB pois, nos estudos historiográficos, aqui ou no exterior, nada mais impreciso do que o constante uso dos termos *novo* e *moderno*.<sup>575</sup> Parece-me que a afirmação do século XIX como o *século da História*, em razão de ter sido nele que este campo do conhecimento ganhou foros de cientificidade, emudece as polêmicas que ocorreram nos oitocentos e estenderam-se aos

<sup>573</sup> Discurso do Presidente. Sessão Aniversária em 15 de dezembro de 1903. **RIHGB**, t. 66, parte 2, p. 307, 1905.

<sup>574</sup> 7ª Sessão Ordinária em 10 de outubro de 1911. **RIHGB**, t. 74, parte 2, p. 638, 1911. O que François Hartog viu no caso francês não se aplica às concepções deste sócio. De acordo com Hartog, a história científica do século XIX começou por estabelecer um “corte nítido entre o passado e o presente”. HARTOG, 1997, p. 17.

<sup>575</sup> Na bibliografia estrangeira, cito três exemplos sobre este caráter *moderno* da História. O surgimento das notas de rodapé, conforme Antony Grafton, separa a modernidade histórica da tradição. Elas tornaram possível a História crítica de tipo moderna. As notas de rodapé, em si mesmas nada garantem, entretanto, elas constituem uma parte indispensável da História moderna. GRAFTON, A. **As origens trágicas da erudição**, pequeno tratado sobre a nota de rodapé. Campinas: Papyrus, 1998. p. 19, 31, 183, 190, 191. Paul Veyne trabalha com duas concepções de História, uma baseada na *tradição* e a outra, na *crítica*. Na concepção da História como tradição, o historiador antigo não utilizava fontes e documentos procurava, somente, reproduzir o que historiadores anteriores disseram, presumindo-se que falassem a verdade. O próprio historiador julga-se uma autoridade em potencial, limitando-se a afirmar, pois não fornecia prova alguma. Já os historiadores modernos, contudo, propõem uma interpretação dos fatos e procuram fornecer aos leitores os meios de verificar a informação e de formular uma outra interpretação. VEYNE, P. **Acreditavam os gregos em seus mitos?** Ensaio sobre a imaginação constituinte. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 18-21. Outro texto é o de Hannah Arendt, onde o nascimento da moderna idéia de História foi estimulado pela dúvida acerca da realidade de um mundo exterior dado “objetivamente” à percepção humana. Para Arendt, as palavras-chave da História moderna são *desenvolvimento*, *progresso* e *processo*. ARENDT, H. O conceito de História, antigo e moderno. In: \_\_\_\_\_. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 1972. p. 69-126.

novecentos. Designá-la de moderna e pinçar na historiografia brasileira um autor para ilustrar tal concepção de História simplifica, por demais, o fazer história por muitos outros historiadores que labutavam no ateliê de Clio.

A História não “nasceu” pronta. A ciência não surgiu do nada. O conhecimento histórico e o pensamento científico, antes de um almejar legitimar o outro (e ambos justificarem os projetos políticos), estavam sendo gestados naquele período. Toda uma ampla discussão sobre História, ciência e Providência, muito anterior ao século XIX, já vinha sendo feita por intelectuais cujos esforços, com seus êxitos e frustrações, extrapolam o pequeno espaço dessa dissertação. Em minha incipiente pesquisa tentei, justamente, estudar o pensamento histórico-científico, através do Instituto Histórico, recolocando-o no contexto de sua época, abordando-o em toda a sua complexidade, com “suas incertezas, seus erros e seus fracassos”.<sup>576</sup> Assim como no capítulo primeiro reforcei a heterogeneidade do quadro social, o que resultou em ações de aproximação e afastamento do novo regime, neste capítulo, por sua vez, coube dar ênfase à diversidade nas concepções de seus sócios. Esse universo nos mostra a complexidade e riqueza das discussões sobre a História, sendo impossível adjetivá-la com precisão: moderna, antiga, filosófica, científica, metódica, tradicional, positivista, laica, historicista, etc.

Tal divergência de *como*, *com o que* e *para que* fazer história ilustra a maneira como o *lugar* está pensando este campo de conhecimento. Por isso, antes de passar à análise dos textos elaborados na Revista do Instituto, creio ter sido necessário mostrar a não uniformidade de concepções e procedimentos neste meio. Em razão do conturbado momento político pelo qual o país passava, o IHGB, tido por alguns como um reduto monarquista, se esforçava para mostrar que o que lá se fazia era necessário para o progresso do país, para uma maior visibilidade do Brasil no concerto das Nações e, oportunamente, para um novo governo que buscava se afirmar. Diante disto, seria possível por em prática estas concepções defendidas acima? O quanto elas se mostrariam limitadas quando os sócios pegassem a pena para escreverem? Mas se a *historia magistra* valorizava tanto as lições do passado, de que forma ela seria útil para o regime republicano que, justamente, se contrapunha ao monárquico? Como o espaço de experiência e o horizonte de expectativa se (re)articulariam? Tais indagações me levam ao capítulo seguinte.

---

<sup>576</sup> TATON, R. Prefácio. KOYRÉ, A. **Estudos de história do pensamento científico**. Rio de Janeiro: Forense, 1982. p. 8.



## 3

## AS HISTÓRIAS PARA A HISTÓRIA DO BRASIL

Não havia dúvidas de que os sócios do Instituto Histórico acreditavam, piamente, na efetiva contribuição dos artigos e documentos publicados em sua Revista para o “grande livro” a ser escrito sobre a História do Brasil. Com o passar dos anos, tardava em aparecer esta obra que exporia com verdade, retidão, crítica e imparcialidade o amplo passado do país. Ao lado de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior foi um dos historiadores brasileiros, nas décadas de 1930 e 40, que procurou lançar novas olhares para o passado do país.<sup>577</sup> Mesmo que não ambicionasse ser o tão aguardado “grande livro” dos sócios do IHGB, Caio Prado, nesta nova visão historiográfica, em *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942) recorreu a nada menos que 95 trabalhos publicados no periódico do Instituto, não incluindo aqueles escritos ou traduzidos por sócios e editados fora da instituição.<sup>578</sup> A Revista do IHGB, ao final da primeira metade do século XX, ainda mostrava-se como uma importante via de acesso para os historiadores brasileiros, “olhando” para o passado, explicarem o presente do país.

Após analisar a situação do Instituto, as concepções dos seus sócios sobre a História e o papel dos historiadores no tumultuado período de instauração do regime republicano no Brasil, cabe agora debruçar-me, neste capítulo final, sobre as páginas de sua Revista para estudar de que maneira tais percepções e situações repercutiram nos trabalhos redigidos pelos seus sócios. Verificarei de que forma os escritos ali elaborados viram-se afetados pelas características do *lugar* que os produziu. As contribuições deste lugar para o “grande livro”, envolvendo discussões sobre fatos e personagens do passado e presente do país, foram sintetizadas, por mim, em três períodos, reunindo para isto, não só as polêmicas nas atas das sessões como também, e principalmente, os documentos reproduzidos e os artigos publicados

---

<sup>577</sup> *Casa grande e Senzala* (1933) de Gilberto Freyre, *Raízes do Brasil* (1936) de Sérgio Buarque de Holanda e a referida obra de Caio Prado Júnior foram três obras em que se buscou recepcionar e operacionalizar novos alicerces teóricos e metodológicos como forma de redescobrir o passado do Brasil. DIEHL, 1998, p. 180. Uma análise conjunta do impacto dessas “obras chaves” é feita por: CANDIDO, A. O significado de Raízes do Brasil. In: HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 9-21.

<sup>578</sup> PRADO JUNIOR, C. **Formação do Brasil contemporâneo**. 23. ed. São Paulo: Brasiliense, 2001. p. 381-390.

na Revista do Instituto.<sup>579</sup> Estes períodos (1710/1848, 1848/1889, 1889/1911) serviram-me, principalmente, para observar as polêmicas historiográficas ocorridas, levando em consideração a participação dos sócios-historiadores naquilo que relatavam, o dever de gratidão a D. Pedro II, a legitimação do novo regime de governo e a narração de acontecimentos recentes.

### 3.1 O passado distante, dos Mascates ao início do Segundo Reinado

Para elaboração deste subcapítulo selecionei quatro temas inerentes ao passado do país, em cujos acontecimentos longínquos e em cujas ações dos sujeitos implicados, os atuais sócios não tiveram participação; são eles: D. João VI (1769-1826), D. Pedro I (1798-1834), a Independência (1822) e os diversos movimentos contestatórios que eclodiram durante o período colonial e monárquico (1710-1848). Dos vários assuntos nesse passado que suscitaram conflitos entre os membros da instituição, esses quatro foram os mais recorrentes nas sessões e nos trabalhos publicados na Revista entre 1889 e 1912. Contudo, apesar dessa aparente divisão, todos esses personagens e episódios possuem intrínsecas ligações, sobrepondo-se em alguns momentos. Rei de Portugal entre 1816 e 1826, D. João VI, ainda como regente, veio ao Brasil em 1808, permanecendo no Novo Mundo até 1821. A sua postura como dirigente e suas ações nos treze anos que residiu no país não fugiram às polêmicas na Casa da História. O novo sócio André Peixoto de Lacerda Werneck, em seu discurso de posse, ressaltava as divergências entre os historiadores quanto à apreciação dos serviços de D. João VI ao país, pois, segundo ele, alguns (não citados) possuíam uma “visão estreita de julgar” os atos do monarca pelas difíceis circunstâncias que o rodearam.

Para Werneck, D. João era tido como o maior cooperador de nossa Independência, que armou o país de elementos de progresso, abrindo fontes de riqueza, elevando o Brasil a Reino Unido, fazendo-o um “estado federado” e tornando-o “quase que um país livre”.<sup>580</sup> Outro exemplo de louvação, tendo D. João VI como foco da discussão, observei quando o Visconde de Ouro Preto se contrapôs à proposta do sócio Alberto de Carvalho para que o Instituto participasse da subscrição iniciada pelo Jornal do Comércio para a execução de uma obra

---

<sup>579</sup> Apesar da diferença entre *acontecimento* e *fato histórico* – todo o fato histórico é um acontecimento, mas nem todo acontecimento é transformado em fato histórico – usarei estes dois termos como sinônimos.

<sup>580</sup> 7ª Sessão Ordinária em 13 de junho de 1897. **RIHGB**, t. 60, parte 2, p. 335, 1897.

ornamental no sítio em que estavam os restos mortais de Pedro Álvares Cabral. Ouro Preto ponderou que Cabral não fora o fundador de nossa nacionalidade, mas simplesmente o descobridor do país, sendo considerado uma legítima glória portuguesa e não brasileira. Era D. João VI quem, segundo ele, deveria ser considerado o “verdadeiro fundador da nossa nacionalidade” ao elevar, em 16 de dezembro de 1815, o Brasil à categoria de Reino.<sup>581</sup> Em razão disto, o Visconde de Ouro Preto propôs um concurso para que se concedesse um prêmio à melhor monografia sobre os treze anos de seu governo no Brasil.<sup>582</sup>

Em outra oportunidade, como relator do parecer da Comissão de História sobre o trabalho de João Pandiá Calógeras, *As minas do Brasil e sua legislação*, o Visconde de Ouro Preto destacou a forma favorável com que o autor cultuou a “memória” de D. João VI.<sup>583</sup> De forma semelhante ao seu pai, o Conde de Afonso Celso, no Centenário de Abertura dos Portos às Nações Amigas, em 1908, enalteceu a imagem de D. João VI como um chefe que fez com que o Brasil tivesse constantes reformas e progressos, aureolados por ter enganado Napoleão Bonaparte, ao deixar Portugal, e, militarmente, por ter vencido suas tropas na tomada da Guiana e as espanholas com a anexação da Banda Oriental. Para este sócio, com a abertura dos portos, D. João terminou com o regime colonial e encaminhou a nossa Independência, que fora somente um complemento ao Ato de 28 de janeiro de 1808.

Afonso Celso, ao rememorar tais acontecimentos, formulou “ardentes votos” para que se reproduzissem no Brasil períodos governamentais fecundos e esclarecidos como o de D. João “tão caluniado por ser ainda mal conhecido”.<sup>584</sup> Desta maneira, um ícone dos tempos monárquicos serviria de exemplo para os governos republicanos: a experiência de um dos dirigentes do antigo regime a orientar o novo. O sócio Antônio da Cunha Barbosa em dois

<sup>581</sup> 17ª Sessão Ordinária em 23 de outubro de 1903. **RIHGB**, t. 66, parte 2, p. 269-270, 1905.

<sup>582</sup> 18ª Sessão Ordinária em 6 de novembro de 1903. **RIHGB**, t. 66, parte 2, p. 275-277, 1905. Este prêmio seria entregue em solenidade em 28 de janeiro de 1908 no Primeiro Centenário da Abertura dos Portos. As discussões sobre tal proposta ocuparam várias sessões. A tesouraria estipulou um prêmio de 5:000\$ com a concordância de alguns sócios, outros, porém, defenderam a tradição de se conceder somente uma medalha. Nestas discussões, foi debatida a remuneração do trabalho intelectual para se ter uma “obra de fôlego, minuciosa e notável”. 1ª Sessão Extraordinária em 7 de janeiro de 1904. **RIHGB**, t. 67, parte 2, p. 398-399, 1906. Homem de Melo se mostrou contrário à proposta de concessão de um prêmio em dinheiro à melhor monografia sobre o governo de D. João VI. 7ª Sessão Ordinária em 17 de junho de 1904. **RIHGB**, t. 67, parte 2, p. 425-427, 1906. Nomeados para redigirem o regulamento do concurso sobre a monografia relativa ao governo de D. João no Brasil, Visconde de Ouro Preto, Alfredo Nascimento e Bernardo Teixeira Moraes Leite Velho. 8ª Sessão Ordinária em 1º de julho de 1904. **RIHGB**, t. 67, parte 2, p. 434-435, 1906. Aprovado o regulamento proposto pela Comissão de História para o concurso da melhor monografia sobre o governo de D. João VI com a concessão de um prêmio em dinheiro de cinco contos de réis. 9ª Sessão Ordinária em 15 de julho de 1904. **RIHGB**, t. 67, parte 2, p. 440-441, 1906. Apesar de todas estas discussões, não foram mencionadas as obras participantes e a ganhadora. Não descarto a possibilidade de que este concurso não foi finalizado com receio de que algo acontecesse de forma semelhante ao episódio sobre a biografia de D. Pedro II citado no capítulo 1.

<sup>583</sup> 11ª Sessão Ordinária em 4 de agosto de 1905. **RIHGB**, t. 68, parte 2, p. 602, 1907.

<sup>584</sup> 2ª Sessão Ordinária em 13 de maio de 1908. **RIHGB**, t. 71, parte 2, p. 455-461, 1909.

trabalhos destacou, favoravelmente, os feitos de D. João VI. No esboço biográfico sobre o cônego Januário da Cunha Barbosa, o autor via no rei de Portugal o maior cooperador e o primeiro Patriarca da Independência do Brasil, apesar dos méritos de José Bonifácio na ocasião.<sup>585</sup> Na sua biografia sobre o Marechal Raimundo José da Cunha Matos, Cunha Barbosa, voltou a destacar a ação de D. João VI como o fundador da “gloriosa monarquia americana”. De acordo com este sócio, o monarca fora o fundador da Nação brasileira, o “iniciador de nosso progresso e prosperidade” e o “legislador da liberdade ilimitada e imperturbável” que havia.<sup>586</sup>

O sócio Afonso de Escragnole Taunay escreveu que os historiadores, que estudaram de forma “imparcial e conscienciosa” a figura<sup>587</sup> de D. João VI no Brasil, puderam destruir a “lenda” absurda do príncipe como um “glutão semi-imbecil”, incapaz de governar e resignado às mais deploráveis condescendências. Não se podia deixar de reconhecer, conforme Taunay, quão grande havia sido a soma de serviços prestados ao Brasil pelo monarca a partir de 1808.<sup>588</sup> Porém, o respeito ao referido monarca e sua importância no processo de Independência não era unânime. Euclides da Cunha teve dois trabalhos publicados na Revista. O primeiro, *Rio abandonado, o Purus* (1905), era um estudo exaustivamente técnico sobre o

<sup>585</sup> BARBOSA, A. da C. Cônego Januário da Cunha Barbosa, esboço biobibliográfico. **RIHGB**, t. 65, parte 2, p. 197-284, 1903.

<sup>586</sup> Id. Marechal Raimundo José da Cunha Matos. **RIHGB**, t. 66, parte 2, p. 81-120, 1905.

<sup>587</sup> *Figura* no sentido de personagem ou personalidade de importância. Era um termo utilizado pelos sócios.

<sup>588</sup> TAUNAY, Afonso de E. A missão artística de 1816. **RIHGB**, t. 74, parte 1, p. 3-202, 1911. Taunay, na página 5, referia-se especialmente nesta campanha de reabilitação ao livro de Oliveira Lima, *Dom João VI no Brasil* (1908), que, “com tanta superioridade de vistas, retidão de juízo e abundância de documentação, estudou o período a que nos referimos; eminente obra de justiça levou a cabo o ilustre escritor sem contar a grande e preciosíssima contribuição que o seu livro veio trazer à nossa literatura histórica.” Esta obra foi objeto de uma resenha específica, em separado, da Comissão de Redação, ao final do tomo 72 (1909). Neste livro Oliveira Lima procurou reabilitar a figura de D. João, “até então retratado sob um aspecto ridículo e grotesco pelos historiadores jacobinos.” BROCA, 1960, p. 80. Este trabalho de Oliveira Lima foi considerado por Otávio Tarquínio de Sousa como o “ponto mais alto da historiografia” sobre a fase preparatória da emancipação brasileira, “sem os embelezamentos do panegírico ou as deformações tendenciosas da sátira”. SOUSA, O. T. de. Independência. In: MORAIS, R. B. de; BERRIEN, W. (Dir.). **Manual bibliográfico de estudos brasileiros**. Brasília: Senado Federal, 1998. CD-ROM, p. 606-607. Entretanto, esta obra de Oliveira Lima foi criticada pelo também sócio Bernardino Teixeira de Moraes Leite Velho no artigo *Reminiscências* publicado na Revista em 1909. Especificamente sobre a determinação de D. João para a abertura dos portos da então colônia do Brasil às nações amigas, Leite Velho contestava a formulação de Manuel de Oliveira Lima de que a promulgação do decreto da abertura dos portos do Brasil ao comércio estrangeiro em 28 de janeiro de 1808 foi feita sob influência de José da Silva Lisboa (Visconde de Cairu). Leite Velho declarou que isto não passava de uma lenda criada por um “patriotismo que não tem justificação”, quando todos os precedentes históricos da abertura dos portos caracterizavam a convicção de que este ato já era caso “deliberado, combinado, assentado e irredutível” desde a saída do Príncipe Regente de Portugal. Segundo ele, na página 417, “nas torrentes de retórica que inundaram as manifestações patrióticas do centenário da abertura dos portos em 1908, o fato estupendo aparecia esfumado, quase envolto em nuvens, que mal o deixavam vitorioso pelo plebiscito das convicções patrióticas.” LEITE VELHO, B. T. de M. *Reminiscências*. **RIHGB**, t. 71, parte 2, p. 405-419, 1909. Sobre a adesão de Oliveira Lima à República e depois à Monarquia, “opção que marcou a partir daí sua obra como especialista em história do Brasil Império”: MALATIAN, T. M. **Oliveira Lima e a construção da nacionalidade**. Bauru: EDUSC, 2001. p. 199.

percurso deste rio a fim de “incorporá-lo ao nosso progresso, do qual ele será, ao cabo, um dos maiores fatores, porque é pelo seu leito desmedido em fora que se traça, nestes dias, uma das mais arrojadas linhas da nossa expansão histórica”.<sup>589</sup> O segundo, publicado no ano seguinte, fugiu dessa ocupação-construção do espaço geográfico para a compreensão do processo histórico brasileiro.

Em *Da Independência à República*, dentre os vários temas abordados, Euclides da Cunha designou o outrora “iniciador de nosso progresso e prosperidade” (para Cunha Barbosa) e “verdadeiro fundador da nossa nacionalidade” (para Ouro Preto) como “um predestinado, apesar de medíocre”. Tendo como atributo preeminente a inércia, D. João, segundo Euclides da Cunha, permitiu que a vontade de alguns homens que o rodeavam sobrepujasse a sua. Caracterizava-lhe como portador de uma educação imperfeita que, unida à “falta de pragmatismo”, tornaram-no inferior à própria dignidade real. A burocracia em seu governo se constituía, de acordo com este sócio, em “ideal da vadiagem paga”. A anexação da Banda Oriental por D. João VI, que Afonso Celso vira como glória militar, Euclides da Cunha considerou-a inútil e seu governo, que Cunha Barbosa vira como da “liberdade ilimitada e imperturbável” e Lacerda Werneck como “quase que um país livre”, como uma “ditadura”.

O regresso de D. João para Portugal, do mesmo modo que quando veio ao Brasil, foi considerado por Euclides da Cunha como uma “fuga transformada em hábil retirada”. Oscilante através de “peripécias ridículas”, D. João, conforme o autor, deixou sua coroa para seu filho, antes que fosse preada por um aventureiro qualquer.<sup>590</sup> Sobre estes arremedos à figura de D. João, Max Fleiuss em seu trabalho *Centenários do Brasil*, publicado em 1901,

<sup>589</sup> CUNHA, E. da. *Rio abandonado (o Purus)*. **RIHGB**, t. 68, parte 2, p. 377-389, 1907.

<sup>590</sup> Id. *Da Independência à República*. **RIHGB**, t. 69, parte 2, p. 7-71, 1908. Conforme nota da Comissão de Redação da Revista na página 6: “Este trabalho do nosso ilustrado consócio Dr. Euclides da Cunha foi escrito em maio de 1901 e publicado, então, no Estado de S. Paulo, com o título – O Brasil no Século XIX. Deliberando a Comissão de Redação incluí-lo na Revista, prestou-se gentilmente o autor refundi-lo e ampliá-lo na sua maior parte, aumentando assim o seu valor.” Este texto foi publicado em 1909, juntamente com outros trabalhos do autor no livro *À margem da História*. Também foi reproduzido nos volumes I (1909) e II (1910) de outro periódico denominado *Revista Americana*. FUNDAÇÃO Alexandre Gusmão. Índices (1909-1919). In: \_\_\_\_\_. **Revista Americana**, uma iniciativa pioneira de cooperação intelectual. Brasília: Senado Federal, 2001. p. 596-597. *Euclides da Cunha* (1866-1909), na Escola Militar, integrou o grupo da mocidade republicana, sendo excluído, em 1888, por insubordinação ao Ministro da Guerra. Com a proclamação da República, foi reintegrado ao Exército. Na revolta de 1893, foi um partidário da legalidade. Em 1896, deixou o Exército e trabalhou como engenheiro civil e jornalista. Encarregado pelo jornal *Estado de São Paulo* para cobrir o movimento de Canudos, publicou e obteve consagração junto à crítica com a obra *Os Sertões* (1902). A partir daí, em 1903, ingressou na ABL e foi proposto para ingressar no IHGB. Em seu discurso de posse, Euclides da Cunha destacou, aparentando arrependimento, o seu passado: “Felizmente [...] chego ainda a tempo de aproveitar mais utilmente, no vosso convívio, uns restos da mocidade. [...] os nossos impulsos pessoais se corrigem, se retificam e se ampliam sob a disciplina austera da influência acumulada das gerações que passaram.” 19ª Sessão Ordinária em 20 de novembro de 1903. **RIHGB**, t. 66, parte 2, p. 289-292, 1905. Apesar de republicano, Euclides se mostrava descrente com o novo regime. Empenhou-se em combater os vícios e as distorções do regime republicano. Suas obras apresentam elementos significativos para a elucidação das tensões cruciais do período e os dilemas culturais. SEVCENKO, 2003, p. 17, 32.

questionou as considerações do também sócio, Felisbello Freire, que chamou D. João de “braganção imbecil e cínico” na obra *História Constitucional da República dos Estados Unidos do Brasil* (1894). Fleiuss condenou a maneira “descrimoniosa” e “nojenta” como Freire caracterizara a constituição física não só do rei, como também a de sua esposa. Para Fleiuss, o desenvolvimento impresso por D. João ao comércio, à indústria, às artes e à instrução em geral seria suficiente para recomendá-lo “de modo benemérito ao juízo da posteridade”.

Por isso, segundo este sócio, a figura grotesca, que alguns escritores apresentavam D. João VI, desapareceria diante “da evidência dos fatos”. Conforme Fleiuss, não poderia ser medíocre um homem que havia dado tantas provas de alto senso administrativo, protegendo de modo eficaz todos os serviços e idéias que se ligavam à civilização e ao engrandecimento do país. A obra de D. João representaria, para ele, “o primeiro capítulo de formação social de nossa Pátria”.<sup>591</sup> Aos louvores à administração de D. João VI no Brasil por André Peixoto de Lacerda Werneck, Visconde de Ouro Preto, João Pandiá Calógeras, Conde de Afonso Celso, Afonso de Escragnole Taunay, Manuel de Oliveira Lima, Antônio da Cunha Barbosa e Max Fleiuss sucediam-se as críticas de Euclides da Cunha e Felisbello Freire. Apesar de majoritária nos escritos na Revista, a imagem enaltecida do monarca e seu governo era, para Cunha e Freire, uma experiência para atualidade a ser desprezada e uma interpretação do passado do país a ser contestada.

O processo de Independência e a ação de D. Pedro I estiveram, também, entre os temas controversos discutidos na Revista após a assunção do novo regime em 1889. O parecer da Comissão de História questionou as obras de José Francisco da Rocha Pombo, *Compêndio da História da América e Paraná no Centenário 1500-1900*, nas quais o autor apontava que o Império, apesar da Independência em 1822, fora um prolongamento da Colônia sob o ponto de vista econômico e político. Somente em 1889, para Rocha Pombo, houve reação contra o sistema colonial. A comissão ressaltou que, pela “responsabilidade do Instituto”, não poderia concordar com esta proposição “tão contrária à verdade histórica”, pois as gerações que lhes haviam precedido não mereciam esta imputação de “dependência e sujeição” a qualquer potência estrangeira.<sup>592</sup> Em Rocha Pombo, a proclamação da Independência era desprestigiada diante da instauração da República, esta sim um momento de ruptura. O sócio

---

<sup>591</sup> FLEIUSS, M. Centenários do Brasil. **RIHGB**, t. 64, parte 2, p. 91-132, 1901. Fleiuss reproduziu, na página 113, as referências de Felisbello Freire ao rei e à rainha: “D. João VI não tinha a perpendicularidade decorativa do estilete; tinha bochechas, pernas inchadas, e, como sua esposa Carlota, não se lavava nunca, crescendo, como os minerais pela justaposição do cisco.” Fleiuss não citou a página de onde extraiu tal citação.

Max Fleiuss, por sua vez, atacou os espíritos “transviados pelo extremismo político” que vieram o 7 de setembro de 1822 como um simples “sofisma” e o início de uma transação na qual Portugal obteve lucros.

Subordinar a Independência da Pátria a uma simples operação comercial ultrajava, conforme Fleiuss, a memória dos nossos patrícios como a de José Bonifácio.<sup>593</sup> Inclusive, afirmava que a esses acontecimentos os críticos e historiadores já haviam proferido o “juízo definitivo” colocando-os entre aqueles que a Humanidade “mais se deve orgulhar”. A gratidão do povo, segundo ele, já estava definida ao erguer estátuas e instituir festas.<sup>594</sup> Dessa maneira, Fleiuss descartava qualquer possibilidade de contestação à uma versão tão incrustada em nossa historiografia que tinha o *7 de setembro* como um marco no passado do país. Diretamente relacionado aos acontecimentos da Independência apareceram questionamentos às ações do seu, até então, maior protagonista, o primeiro Imperador do país.<sup>595</sup> Como relator do parecer da Comissão Subsidiária de História sobre a obra do português Alberto Pimentel, *A Corte de D. Pedro IV*, apresentada como título de admissão no Instituto, Max Fleiuss ressaltava que a figura de D. Pedro, IV em Portugal e I no Brasil, tinha um relevo especial para os brasileiros, sendo merecedor de acatamento e simpatia, apesar das calúnias, falsas apreciações e exageros com que intentavam diminuir os seus serviços prestados ao Brasil.

Tais críticos, conforme este sócio, apequenavam seus valores morais, retirando-lhes as qualidades para só apontarem os defeitos que, até certo ponto, eram desculpáveis ao se tratar de um rapaz com apenas 24 anos. Para Fleiuss, indiscutivelmente a D. Pedro I devíamos a nossa Independência política: “às margens do Ipiranga fora ele quem lançou os primórdios da autonomia nacional”.<sup>596</sup> Não haveria Independência sem D. Pedro; o acontecimento foi determinado pela ação daquele sujeito. O Barão Homem de Melo, em *História política do Brasil*, apontava que, naqueles dias da Independência, ninguém se mostrou maior do que D.

---

<sup>592</sup> 9ª Sessão Ordinária em 6 de julho de 1900. **RIHGB**, t. 63, parte 2, p. 453-454, 1902.

<sup>593</sup> Ele não citou obras nem autores que faziam tal abordagem. Sobre José Bonifácio na Revista, apesar deste destaque no processo de Independência e citações esparsas em outros artigos, após 1889, temos somente no tomo 54 (1891) um pequeno, antigo e enaltecido *Esboço Biográfico*, cuja autoria seria de seu irmão Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (1773-1845).

<sup>594</sup> FLEIUSS, M. Centenários do Brasil. **RIHGB**, t. 64, parte 2, p. 91-132, 1901.

<sup>595</sup> Além dos artigos, foram reproduzidos na Revista documentos envolvendo a figura de D. Pedro I. Entre 1889 e 1912, há os seus juramentos quando de seu coroamento (tomo 54, 1891), cartas a seu pai (tomo 61, 1898), relatos de suas viagens a Minas Gerais e São Paulo em 1822 e crônica do Visconde de Cairu sobre D. Pedro em 1829 (tomo 66, 1903).

<sup>596</sup> 6ª Sessão Ordinária em 26 de maio de 1905. **RIHGB**, t. 68, parte 2, p. 565-566, 1907. Dentre os que criticavam a figura de D. Pedro, a Comissão citou a obra *Portugal Contemporâneo* (1881) do historiador português Joaquim Pedro de Oliveira Martins. No parecer da Comissão de Admissão de Sócios, o relator Manuel Francisco Correia apontava que, sem entrar na apreciação das críticas existentes ao primeiro Imperador do Brasil, caberia ao tempo resolvê-las “com imparcialidade perante documentos não eivados de favor ou ódio”. 7ª Sessão Ordinária em 9 de junho de 1905. **RIHGB**, t. 68, parte 2, p. 574, 1907.

Pedro I. Para Melo “a História exultará de prazer ao apontar à posteridade um Príncipe que mediou sua existência com as vicissitudes de uma época tormentosa, e que nos dias da Independência se mostrou digno da grande causa do povo”. A fim de atestar esta “época áurea”, Homem de Melo transcreveu uma série de documentos.<sup>597</sup>

Se, conforme Afonso Arinos de Melo Franco, a documentação dava margem a versões conflituosas, ele sugeria, em 1911, outra fonte para se ter o testemunho de admiração pelo “grande homem”. Esta fonte, segundo ele, estaria no “coração e na consciência do povo” pelo ensino oral transmitido de boca em boca. Se a História severa e crítica e a exegese seriam, segundo Melo Franco, “artes de destruição”, ele sugeria confrontar o retrato de D. Pedro I, que “a imaginação popular” possuía, com o fornecido pelas fontes “mais puras da crítica documental”. Para ele, o retrato heróico de D. Pedro estava presente no que ele designou de “tradição popular”, isto é, na “fantasia do povo miúdo”.<sup>598</sup> Enquanto no capítulo anterior destaquei a ofensiva de alguns sócios para o levantamento de novos documentos e a crítica severa dos já levantados, aqui, nessa proposta metodológica de Afonso Arinos, ele justamente se contrapõe a isso, defendendo a perpetuidade de um passado ainda baseado em lendas, fantasias, no não-documento escrito. Aquele passado que exultava o primeiro Imperador do Brasil teimava por existir, mesmo sendo acossado.

Apesar de escrito em período anterior à instauração do novo regime, é significativo que somente após mais de trinta anos o trabalho do sócio José Maria Pinto Peixoto em *Duas palavras sobre D. Pedro I na época da Independência* foi publicado. Já naquele tempo ele advertia que ainda era cedo para julgamentos, pois seria necessário pelo menos um século para que se “purificassem as paixões mais veementes”, permitindo “a formação de um critério seguro oriundo da apreciação filosófica dos fatos”. Mais uma vez, entre os sócios, era usado o argumento requerendo um distanciamento temporal a fim de eximi-los de adentrarem em polêmicas. Apesar disto, como estava disposto a estudá-la, Pinto Peixoto foi adiante. Ele

---

<sup>597</sup> MELO, F. I. M. H. de. História política do Brasil, antecedentes históricos da Independência. **RIHGB**, t. 66, parte 1, p. 5-283, 1904. O autor fez referências ao seu trabalho publicado em 1858 intitulado *Estudos Históricos Brasileiros*. Também sobre D. Pedro I, o Barão Homem de Melo se encarregou de transcrever, num trabalho de março de 1897, trechos do *Diário Fluminense* de 30 de dezembro de 1830 a 12 de março de 1831 relatando a viagem do Imperador a Minas Gerais. Conforme apontava na apresentação: “É um documento precioso para ajuizar com justeza a situação real das cousas nos derradeiros dias do 1º reinado.” MELO, F. I. M. H. de. *Viagem do Imperador D. Pedro I a Minas Gerais em 1830 e 1831*. **RIHGB**, t. 60, parte 1, p. 305-383, 1897. p. 305. No tomo 64 (1901), ele publicou suas discussões com José de Alencar, ocorridas em 1863, sobre se a dissolução da Assembléia Constituinte em 1823 por D. Pedro I foi um erro político ou um ato “plenamente justificado pelas circunstâncias”. MELO, F. I. M. H. de. Assembléia Constituinte de 1823. **RIHGB**, t. 64, parte 1, p. 211-251, 1901.

<sup>598</sup> Sessão Extraordinária de 16 de outubro de 1911. **RIHGB**, t. 74, parte 2, p. 674-676, 1911. Dizia ele na página 675: “como ninguém pode ser herói para seu criado de quarto, com maioria de razão ninguém poderá ser herói à luz de veros documentos interpretados com rigor científico.”



acreditava que a Independência não tivera protagonista e nem patriarca, pois foram os fatos que encaminharam os homens e não estes àqueles. Esta questão integra os debates analisados no capítulo anterior sobre a prescindibilidade da intervenção dos sujeitos na direção dos acontecimentos.

No entanto, o autor procurou mostrar que, embora alguns (não citados) caluniassem a sua memória, D. Pedro I fora um “vulto necessário” à Independência. Adepto da polêmica, Pinto Peixoto dizia que “da colisão das idéias sairá a verdade histórica da sua maior pureza”. Talvez, por permitir opiniões distintas sobre D. Pedro I, o texto não tenha sido julgado adequado a ser publicado enquanto reinasse D Pedro II. Isto ele já advertia ao apontar que:

A época atual principalmente é a menos propícia para um julgamento. Reinando o filho, a benevolência pela memória do pai pode parecer adulação e a severidade, ressentimento ou despeito; o receio de ser tido por servil ou hostil arrisca o escritor a faltar à justiça; digamos porém como um célebre historiador [não citado] ‘a justiça que se deve à morte, e a verdade que se deve à história passam antes destas considerações que o escritor pode fazer sobre o seu próprio tempo, ele deve afrontar para ser reto a suspeita da inimizade e a suspeita da adulação, pois a memória dos mortos não é moeda de tráfico entre os vivos!’<sup>599</sup>

Mas a polêmica historiográfica no IHGB, através da postura de servidão ou hostilidade de seus sócios, acabava por transformar a memória dos mortos, no limiar da República, em “moeda” de negociação. Tristão de Alencar Araripe em *Patriarcas da Independência Nacional*, publicado em 1894, ao levantar a questão se tínhamos um ou mais patriarcas da Independência do Brasil polemizava apontando que somente “em populações ignorantes ou estreitadas em regiões de pequena extensão” poderia um homem “resumir um povo, pensar e trabalhar por ele”. Para Araripe, a idéia de Independência surgiu “espontaneamente no ânimo de todos os brasileiros” em 1822, enraizada desde que o Brasil foi elevado a Reino em 1815 e desde que, em 1817, uma “revolução patriótica” defendeu a Independência em Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. A ação de D. Pedro I se restringira somente a reconhecer “a vontade nacional”. De acordo com Tristão de Alencar Araripe, não havia um

---

<sup>599</sup> PEIXOTO, J. M. P. Duas palavras sobre D. Pedro I na época da Independência. **RIHGB**, t. 52, parte 2, p. 5-31, 1894. Pelas informações no texto, creio que tenha sido escrito por volta de 1862, por dois motivos. Primeiro, o trabalho fora dirigido ao presidente do Instituto na época, o Visconde de Sapucaí (gestão 1847-1875) e, segundo, na p. 31, o autor alude que a Independência tinha ocorrido há 40 anos. Essa citação foi retirada das páginas 5 e 6.

autor ou um centro certo e conhecido que pudesse ser apontado como o propagador da idéia: “tudo no país transpirava Independência”. O príncipe era, apenas, um “alvo de esperança”.<sup>600</sup>

No artigo *A Independência do Brasil*, Manuel Duarte Moreira de Azevedo, em 1897, destacava, de forma semelhante a Alencar Araripe, que esta idéia surgiu no “ânimo de todos os brasileiros” e se operou, rapidamente, porque era “voto popular”.<sup>601</sup> Segundo Azevedo, não foram os homens que guiaram os fatos, mas foram “os fatos que correram à frente dos homens”. Apesar da atuação de alguns propugnadores dessa “redentora e patriótica revolução”, como D. Pedro I, José Clemente Pereira e José Bonifácio, a Independência do Brasil, segundo Moreira de Azevedo, foi fruto do “voto geral” de todos os seus habitantes, ou seja, “uma obra de todo o povo”.<sup>602</sup> Para Alencar Araripe e Moreira de Azevedo, a atuação do *povo*, mesmo que os fatos estivessem a sua frente, fora maior do que a de um legítimo representante da “aristocracia do gênero humano”. Trazia-se à tona a experiência de sujeitos que estava escondida sob o manto das glórias da Monarquia.

Assim como fizera a D. João VI o sócio Euclides da Cunha não poupou o seu filho. Ele comparou o primeiro Imperador do Brasil ao seu pai por agir sob a influência dos homens de valor que o circundavam, como José Bonifácio, Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa. Menos pelo valor pessoal do que pelo prestígio da posição, D. Pedro I atuava como “um árbitro entre os partidos”. Dessa maneira apequenou-se, novamente, o herói daquela historiografia produzida no próprio Instituto desde 1838. Apesar da “oportuna e benéfica intervenção” do governo monárquico ao tentar legislar para agrupamentos étnica e historicamente distintos, a partir de 1824, em razão do “perigo” da unidade política contrastando com a heterogeneidade da raça, Euclides da Cunha apontou que o desequilíbrio governamental foi se acentuando até “desabar” em 1831 com a “inevitável” abdicação de D. Pedro I.<sup>603</sup> Sobre este acontecimento o sócio José Egídio Garcez Palha em *Um episódio da*

<sup>600</sup> ARARIPE, T. de A. Patriarcas da Independência Nacional. **RIHGB**, t. 57, parte 1, p. 167-184, 1894. Este trabalho teve origem em uma Conferência realizada em 12 de março de 1876 na escola popular da Glória, Rio de Janeiro.

<sup>601</sup> *Manuel Duarte Moreira de Azevedo* (1832-1903) foi médico do Corpo Policial da Corte e professor de História Antiga e Moderna do Colégio D. Pedro II, sendo autor de livros didáticos. BITTENCOURT, C. M. F. Autores e editores de compêndios e livros de leitura (1810-1910). **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 475-491, set./dez. 2004. p. 481. Foi o sócio com maior número de trabalhos publicados na Revista, trinta e oito. Poppino (1977) aponta 35 trabalhos de Manuel Duarte Moreira de Azevedo, porém, conforme o Índice Geral dos números 1 a 339 da Revista do IHGB (n. 400, jul./set. 1998) constam 38, excluída a organização de um índice publicado em 1882. Ingressou no Instituto em 1862.

<sup>602</sup> AZEVEDO, M. D. M. de. *A Independência do Brasil*. **RIHGB**, t. 60, parte 2, p. 97-104, 1897. Em outra obra, não publicada na Revista, mas de autoria do também sócio do Instituto Oliveira Lima, *O movimento da Independência, 1821-1822* (1922), o “povo” não era considerado como fator político válido. STEIN, S. A historiografia do Brasil, 1808-1889. **Revista de História**, São Paulo, v. 29, n. 59, p. 81-133, jul./set. 1964. p. 84.

<sup>603</sup> CUNHA, E. da. *Da Independência à República*. **RIHGB**, t. 69, parte 2, p. 7-71, 1908.

*Revolução de Abril de 1831* apontava que, ao final de seu governo, D. Pedro I não tinha mais aquela popularidade obtida quando da proclamação da Independência.

Aventava-se, até mesmo, a idéia de que sua ação em 1822 tinha sido realizada contra a sua vontade. Os intentos para depô-lo e se proclamar uma República ganhavam força. O povo desconfiado e desgostoso, de acordo com Garcez Palha, dava vivas à D. Pedro II e à República.<sup>604</sup> Luis Gastão de Escragnole Dória em *Uma testemunha diplomática do sete de abril*, publicado em 1912, apontava de que maneira o Imperador tinha se impopularizado. De Norte a Sul do Brasil havia descontentamentos. Os erros de D. Pedro I e de seus ministros se misturavam com desastres militares e apuros financeiros. O trono estava sob a mais dura das contingências: a do desgoverno. Em meio ao tumulto das idéias e à confusão das vontades, o autor destacava a atuação do *povo*: “o povo recusou a resposta imperial”, “o povo só admitia a reintegração do gabinete”, “a tropa se pronunciara em favor do povo”, “um juiz de paz fora a S. Cristóvão pedir a Pedro I, em nome do povo”. Conforme Escragnole Dória, D. Pedro dizia que abdicava “a receber imposições dadas pelo povo”. Enquanto a participação do povo crescia, a majestade de D. Pedro diminuía: “Defeitos, maus hábitos, inconsistência de idéias, pequenezas, amor pelo dinheiro se manifestaram.”<sup>605</sup>

Ao herói da Independência forjado por Max Fleiuss, Barão Homem de Melo, Afonso Arinos contrapunha-se o *povo* de Alencar Araripe, Moreira de Azevedo e Escragnole Dória. O final do Primeiro Reinado era mostrado, por Euclides da Cunha, Garcez Palha e Escragnole Dória, como um período de contestação, fraqueza e ingloria. Um triste epílogo para um, até então, enaltecido governo. Assim, ao engrandecimento dos dois maiores representantes deste “distante” passado monárquico, nas páginas da Revista, a partir de 1889, justapunham-se outras abordagens que tratavam de questionar, não só a conduta pessoal, mas também os governos de D. João VI e D. Pedro I. Além de desmerecê-los pelo que representavam sob um regime adverso ao que foi instaurado em 1889, alguns sócios procuraram mostrar que a própria Monarquia, desde 1710, seja a da Metrópole ou a do país após 1822, vinha sendo confrontada por alternativas republicanas. As discussões em torno do pretérito passariam a abranger os movimentos contestatórios ocorridos desde o período colonial desejando colocá-los como os antecedentes da ação de Deodoro da Fonseca.

Até então, o Instituto, segundo Lúcia Guimarães, procurou “esquecer” tais contestações, forjando, por exemplo, a passagem da Colônia para o Império como um “processo natural,

<sup>604</sup> GARCEZ PALHA, J. E. Um episódio da Revolução de Abril de 1831. **RIHGB**, t. 63, parte 2, p. 275-280, 1902. O autor se ateu à atuação de seu tio Francisco Carlos Correia que ele acreditava ter sido o impulsor da “revolução” de 1831. Garcez Palha usava como fonte as narrações contadas a ele por seu tio.

<sup>605</sup> DORIA, L. G. de E. Uma testemunha diplomática do sete de abril. **RIHGB**, t. 74, parte 2, p. 179-191, 1912.

caracterizado pela ausência de traumas e rupturas”.<sup>606</sup> Com a proclamação da República, não tardaram muito para que, no antigo Paço Imperial, essas contestações voltassem a serem lembradas e vistas sob outro aspecto que não de meras revoltas locais. Em 6 de fevereiro de 1890, o futuro sócio do IHGB, José Domingues Codeceira, apresentou em sessão do Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco seu trabalho intitulado *Exposição de fatos históricos que comprovam a prioridade de Pernambuco na Independência e liberdade nacional*, que foi publicado na Revista do IHGB naquele ano. O autor condenava o decreto do Governo Provisório da República que organizava o calendário das festas nacionais. Por limitarem as comemorações destinadas aos precursores da Independência brasileira somente à figura de Tiradentes (21 de abril), Codeceira protestava para que esta glória fosse concedida a Pernambuco, a quem de direito pertencia, por ter sido a primeira Província em que se plantou a idéia da independência.

Segundo ele, Pernambuco possuía quatro datas gloriosas: 27 de janeiro de 1654, lembrada pelo autor pela libertação do domínio holandês; 10 de novembro de 1710, destacada pelas disputas entre Olinda e Recife (guerra dos Mascates) e a instauração de uma República, cujo pernambucano Bernardo Vieira de Melo foi o primeiro que, em solo americano, tentou pôr em prática a independência nacional e com ela um governo republicano; 6 de março de 1817 pela revolução que proclamou um governo republicano em solo brasileiro; e 24 de julho de 1824 pela proclamação da Confederação do Equador.<sup>607</sup> O decreto que Codeceira fazia alusão era o de nº 155-B de 14 de janeiro de 1890, que foi instituído com o objetivo de normatizar o calendário cívico do novo regime, tornando-se, conforme Ferreira Neto, num “marco fundamental da elaboração da memória republicana”.<sup>608</sup>

Sobre a elaboração de calendários republicanos destaco que, em 1893, foi publicada a obra de Rodrigo Otávio de Langgard Meneses, *Festas Nacionais*. Este autor ingressará no Instituto em 1900. Para Wilson Martins, foi a primeira tentativa de “reescrever” a História do

<sup>606</sup> GUIMARÃES, L., 1995, p. 523.

<sup>607</sup> CODECEIRA, J. D. *Exposição de fatos históricos que comprovam a prioridade de Pernambuco na Independência e liberdade nacional*. **RIHGB**, comemoração do centenário de Cláudio Manuel da Costa em 4 de julho de 1889, t. 53, parte 1, p. 327-342, 1890. Codeceira ingressou no Instituto em 1891 como sócio correspondente. Sobre a abordagem da Revolução Pernambucana no Instituto antes de 1889 é exemplar o caso ocorrido na sessão de 22 de outubro de 1839 quando da apresentação de um manuscrito pelo sócio José Inácio de Abreu e Lima. Este documento evidenciava uma certa simpatia do então governador daquela Província para com os revoltosos. Encaminhada à Comissão de História, a referida carta acabou “caindo nas malhas da censura”. Dentre as personalidades envolvidas na repressão aos insurretos pernambucanos de 1817 estavam os sócios Francisco Soares de Andréa e Raimundo da Cunha Matos. Os primeiros documentos sobre a Revolução de 1817 começariam a aparecer na Revista somente em 1866. Contudo, tratavam-se de documentos menos comprometedores do que aquele de 1839. GUIMARÃES, L., 1995, p. 518.

<sup>608</sup> FERREIRA NETO, E. L. A elaboração positivista da memória republicana. **Revista Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 87, p. 79-103, out./dez. 1986. p. 83.

Brasil de acordo com o “evangelho republicano”. Além de desmistificar uma visão historiográfica imposta pelo Segundo Reinado, o livro de Rodrigo Otávio apresentava a República como o coroamento de todo um processo histórico que vinha desde as rebeliões coloniais contra a Coroa portuguesa.<sup>609</sup> Além do conteúdo, importante destacar a introdução feita por Raul Pompéia, partidário fanático de Floriano Peixoto. Entre outros ataques, Pompéia atribuía nesse prefácio pouca importância ao papel histórico de D. Pedro II.<sup>610</sup> Quanto ao reclamo contra o referido decreto da República, o parecer da Comissão Subsidiária de História, no trabalho intitulado *Uma reivindicação improcedente* de Alfredo de Toledo, destacava que se havia provado “com a maior evidência” a improcedência da reivindicação feita, anteriormente, por José Domingues Codeceira quanto à prioridade da idéia republicana para Pernambuco e de sua autoria a Bernardo Vieira de Melo.

A comissão dizia que as fontes utilizadas por ambos os autores foram as mesmas, podendo a partir delas Toledo combater “vitoriosamente” em oposição a Codeceira. Conforme a comissão:

O autor da impugnação mostra-se senhor da história da época e apresenta erudição e lógica nas suas deduções; pelo que, se não escreveu uma história, apurou a verdade de um fato que jamais poderá ser posto em dúvida, à vista dos argumentos que apresenta, tornando-o merecedor de ocupar um lugar entre os cultores da História da Pátria.<sup>611</sup>

Documentos idênticos, interpretações distintas. Apesar desses questionamentos, não fora somente José Domingues Codeceira que lutou pelo reconhecimento de Pernambuco como “berço das aspirações republicanas” e precursor do governo instaurado em novembro de 1889. Os trabalhos de Adelino Antônio de Luna Freire sobre a guerra dos Mascates procuraram demonstrar a prioridade da idéia republicana no Brasil a Bernardo Vieira de Melo que, em sessão do Senado de Olinda em 10 de novembro de 1710, propôs que Pernambuco independente fosse governado de forma semelhante à República de Veneza.<sup>612</sup> A Comissão de Admissão de Sócios, composta pelo Barão de Alencar e Manuel Francisco Correia, ao avaliar o ingresso de Luna Freire no Instituto, apesar de ser responsável, como ela mesma afirmou, em se pronunciar somente pela “idoneidade e conveniência” do candidato, teceu uma longa análise dos pontos defendidos pelo autor em seus trabalhos.

<sup>609</sup> MARTINS, W., 1978, v. 4, p. 412.

<sup>610</sup> SKIDMORE, 1976, p. 103-104.

<sup>611</sup> 18ª Sessão Ordinária em 8 de novembro de 1901 **RIHGB**, t. 64, parte 2, p. 301, 1901.

<sup>612</sup> 14ª Sessão Ordinária em 30 de setembro de 1898. **RIHGB**, t. 61, parte 2, p. 690, 1899.

A Comissão de Admissão de Sócios defendia, em nome da “verdade histórica”, que o móvel predominante e real de todos os movimentos revolucionários, ocorridos no Brasil antes da Independência, foi o pensamento de emancipação política. Não se poderia negar, segundo a comissão, que os movimentos arvoravam uma bandeira oposta à da Metrópole, mas era dever do historiador não desconhecer que agiam assim por um ato de hostilidade para assinalar a intensidade do movimento separatista e não por existir um “espírito republicano” no Brasil. Estes movimentos recorriam aos “processos democráticos” porque, conforme o parecer, as revoluções não dispunham de um príncipe ou dinastia.<sup>613</sup> De acordo com a comissão, a prova desta argumentação se baseava no fato de que a Independência do país, em 1822, se revestiu da forma monárquica com a “aceitação geral da Nação”.

Outra “prova” apresentada pela comissão era que nenhuma revolução ameaçou a instituição monárquica desde a promulgação da Constituição, que organizou a Monarquia em 1824, até o dia 15 de novembro de 1889. E vários exemplos foram arrolados no parecer: a Revolução de 1824 se constituiu, unicamente, em um protesto pelo receio “infundado” da instauração de uma monarquia absoluta após a dissolução da Constituinte; o movimento de 7 de abril de 1831 e a Maioridade em 1840 colocaram em evidência que a aspiração de liberdade política não ia além da Monarquia Constitucional representativa; e a guerra civil de 1835 no Rio Grande do Sul fora uma revolução local sem intuítos de mudança na forma de governo do Império. De acordo com o parecer, apesar da denominação de República do Piratini, este movimento era uma ditadura militar semelhante à ditadura aristocrática de Pernambuco em 1710. Uma e outra eram, para a comissão, a negação da forma democrática. E, finalmente, as revoluções de 1842 e 1848, de maneira semelhante às anteriores, também não visavam à mudança da forma de governo.<sup>614</sup>

Além da readequação dos espaços de experiência, estavam sendo trazidos à tona vários projetos políticos derrotados que foram desconsiderados nos relatos até então produzidos no seio do Instituto. Eram descortinados muitos “futuros passados” que, por terem sido violentamente reprimidos, também foram “apagados” nas histórias diante da “naturalidade” com que muitos historiadores legitimavam a existência de um regime monárquico nos trópicos. Esses “futuros passados” vinham agora justificar o presente e orientar os planos futuros. Em nome da “verdade histórica” eram enaltecidos ou denegridos acontecimentos e personagens no passado do país. Ao final do século XIX, a restauração da Monarquia ou a

---

<sup>613</sup> Os sócios, seja nos discursos, pareceres e artigos, não traçaram diferenciações entre *democracia* e *república*, considerando, muitas vezes, a primeira como inerente à segunda.

<sup>614</sup> 18ª Sessão Ordinária em 25 de novembro de 1898. **RIHGB**, t. 61, parte 2, p. 715-716, 1899.

perpetuidade da República extrapolavam os combates nos mais distantes recantos do território brasileiro para digladiarem-se nos mais distantes recantos de seu passado. Mas os ataques ao “passado republicano” não pararam por aí. De um mesmo lugar provinham legitimações e infirmações.

Henrique Raffard em *Apontamentos acerca de pessoas e cousas do Brasil*, publicado em 1899, destacou a obra *A Confederação do Equador notícia histórica sobre a Revolução Pernambucana de 1824*, no qual o autor Antônio Pereira Pinto afirmava que, através de “testemunhos autênticos”, as idéias republicanas não estavam na “consciência dos motores ostensivos” do movimento de 1817, nem no espírito do povo pernambucano. O republicanismo não se encontrava nem nos dirigentes, em razão de sua curta inteligência, que não alcançava “a extensão e desenvolvimento das idéias democráticas”, nem tampouco no espírito do povo, pois, conforme Pereira Pinto, recebeu-as por “coaçoão ou exaltação revolucionárias”. Henrique Raffard ao se referir à Confederação do Equador, apesar de perceber nela intuítos republicanos, afirmou que o entusiasmo foi pequeno e restrito a Pernambuco, apesar das simpatias da Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará.<sup>615</sup>

O parecer da Comissão de História sobre a obra de Braz Hermenegildo do Amaral, *A Sabinada, história da revolta da cidade da Bahia em 1837*, publicada na Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, em 1909, vinha desmerecer as pretensões dos historiadores que viam nos conflitos ocorridos no passado do país o gérmen do regime instaurado em 1889. A comissão ressaltava o erro de se considerar o movimento ocorrido na Bahia como uma tentativa de Independência da Província porque, se na época chegou a ser cogitada a formação de uma República, seus partícipes recuaram diante da opinião da maioria e da necessidade de se angariar adeptos no povo e na tropa. Em razão disso, a inclusão do 7 de novembro de 1837, entre as festas da Bahia republicana constituía-se, conforme a comissão, em um erro que deveria ser corrigido.<sup>616</sup> O calendário republicano deveria ser retificado, pois almejava-se atestar uma experiência que não ocorrera. As contendas se prolongavam sobre a existência ou não de ideais republicanos nos movimentos de contestação ocorridos no passado do Brasil.

<sup>615</sup> RAFFARD, H. *Apontamentos acerca de pessoas e cousas do Brasil*. **RIHGB**, t. 61, parte 2, p. 5-567, 1899. p. 19, 120-121.

<sup>616</sup> 1ª Sessão Ordinária em 15 de maio de 1911. **RIHGB**, t. 74, parte 2, p. 480, 1911. A Sabinada, mais especificamente, seu líder, Francisco Sabino, foi objeto de um estudo anterior do sócio Sacramento Blake escrito com a seguinte motivação: “Magoava-me, que, sempre que se tratasse desse movimento político, se cobrisse de baldões ignominiosos, de doestos infamantes o sábio professor da escola de Medicina da Bahia, médico sempre caridoso e compassivo, o cidadão prestante, honesto e rico de virtudes.” BLAKE, A. V. S. *A Revolução da Bahia de 7 de novembro de 1837 e o Dr. Francisco Sabino Alvares da Rocha Vieira*. **RIHGB**, t. 60, parte 2, p. 47-52, 1897. p. 47.

Para Manuel Duarte Moreira de Azevedo, o movimento ocorrido em Pernambuco no ano de 1817 foi, sim, uma “revolução republicana” e que muito concorreu para a emancipação política do Brasil.<sup>617</sup> O sócio Argemiro Antônio da Silveira em seu trabalho *Alguns apontamentos biográficos de Libero Badaró e crônica do seu assassinato perpetrado na cidade de São Paulo em 20 de novembro de 1830*, publicado na Revista em 1890, procurou, além de ressuscitar o passado republicano, contribuir com um novo herói oriundo de outra região do país, além de Pernambuco, no panteão que começava a se esboçar. Este artigo, como o próprio título menciona, fazia alusão à morte de Libero Badaró, “um venerado campeão das liberdades do povo”. A data de sua morte não poderia, segundo o autor, passar despercebida após a proclamação da República. Para este sócio, Tiradentes, Badaró e os mártires da Confederação do Equador estariam “vingados” com a proclamação da República em novembro de 1889, da qual tinham sido “dignos precursores”. O artigo também se referiu ao túmulo do “mártir da liberdade” cujo projeto foi levado a termo pela colônia italiana e inaugurado em 21 de novembro de 1889 com a participação de tropas e autoridades do governo provisório de São Paulo.

Nesta oportunidade, Antônio da Silveira atacou o “imperialismo ferrenho”, cujos resquícios ainda perduravam, que tentavam amesquinhar Tiradentes, os mártires da Confederação do Equador e o próprio Badaró.<sup>618</sup> Corroborando com Silveira, seu colega Tristão de Alencar Araripe, em quatro oportunidades procurou resgatar, neste passado distante do país, ideais republicanos. Em *Movimento colonial da América*, escrito em novembro de 1890 e publicado em 1894, Araripe, ao se reportar ao “movimento patriótico” de 1710 em Pernambuco, assinalou a “força popular” na insurreição com a expulsão do representante do rei de Portugal, o governador da Capitania de Pernambuco. Um dos chefes do movimento, Bernardo Vieira de Melo, teria defendido a forma republicana, semelhante a dos venezianos. Este movimento foi, segundo ele, o primeiro “brado popular” erguido na América pelo colono contra o colonizador. O autor via também a Conjuração Mineira como uma possibilidade de o Brasil ser independente sob a forma republicana, de onde, entre os “patriotas mineiros” e “beneméritos cidadãos”, surgia Tiradentes como símbolo da fé republicana.

A glorificação do “protomártir da liberdade” pelo governo atual mostrava a Araripe a recompensa àqueles que padeceram por uma “justa causa”. Ele ainda exaltava a vitimização

<sup>617</sup> AZEVEDO, M. D. M. de. A Independência do Brasil. **RIHGB**, t. 60, parte 2, p. 97-104, 1897. p. 98.

<sup>618</sup> SILVEIRA, A. A. Alguns apontamentos biográficos de Libero Badaró e crônica do seu assassinato perpetrado na cidade de São Paulo em 20 de novembro de 1830. **RIHGB**, t. 53, parte 2, p. 309-384, 1890. *Imperialismo* mencionado pelo autor se refere ao Império brasileiro, ou seja, possui o sentido de monarquismo. Desconheço



do militar obscuro dos tempos coloniais para a atual propaganda republicana no Brasil. Segundo Araripe, enquanto Tiradentes, sentenciado à morte e à infâmia pelos magistrados reais, era agora “evidenciado pelos aplausos populares”, Joaquim Silvério dos Reis, o então benemérito da realeza, coberto de prêmios e louvores pela Monarquia, passava a ser insultado “como infame e vil delator”. Cabe destacar que a glorificação de Tiradentes não foi obra exclusiva da República, apesar de seu perfil heróico temperado com ideais republicanos ter se consolidado somente após 1889. O Visconde de Taunay em artigo publicado fora do Instituto intitulado *O Tiradentes e nós monarquistas* (1890) protestava contra o “direito exclusivo de glorificação” de Tiradentes. Taunay colocava Tiradentes no panteão dos monarquistas.<sup>619</sup> No caso específico de Tiradentes, a historiografia republicana recuperou um herói que já pertencia à outra. As histórias sobre ele eram regidas por aquilo que Marc Ferro chamou de *princípios de legitimidade*.<sup>620</sup> Assim como os personagens históricos mudam de sentido, com os acontecimentos, segundo Ferro, ocorre o mesmo: bandidos que viram heróis, movimentos subversivos que se transformam em prelúdios libertadores e democráticos.

Quanto à Revolução de 1817, em Pernambuco, Araripe destacava que havia um pensamento anticolonial de cunho republicano e democrático no movimento. Entre os patriotas pernambucanos o autor fez alusão ao seu tio, o padre José Martiniano de Alencar, e a seu pai, Tristão Gonçalves de Alencar Araripe. Como fonte para estudo desse movimento político, Araripe destacou a obra do padre Francisco Muniz Tavares, “onde os leitores encontrarão os acontecimentos narrados com o espírito de verdade e intuição republicana”. Em 1822, o autor ressaltou que outorgada pelo “império da força” se estatuiu a Monarquia bragantina “não obstante às aspirações republicanas do país”. No epílogo a este trabalho, Tristão de Alencar Araripe advertiu que a fundação de uma Monarquia no Brasil e o apoio a sua permanência se deram somente através da “escravidão violenta da raça africana”. Por isso, logo após a sua extinção, a República foi proclamada. O “governo da igualdade” era, segundo Araripe, uma aspiração tendente à generalização entre os povos “firmados pelo influxo dos

---

os dados desse sócio. Nem no dicionário biobibliográfico elaborado pelo IHGB consta seu nome. Entretanto posso afirmar que ingressou no IHGB em 1891.

<sup>619</sup> OLIVEIRA, 1989, p. 184. Na sessão de 4 de julho de 1889 no Instituto, destinada a comemorar o quarto centenário de Cláudio Manuel da Costa, Tiradentes também foi homenageado como um “mártir da liberdade”, o “grande predecessor de nossa Independência”. Comemoração do centenário de Cláudio Manuel da Costa em 4 de julho de 1889. **RIHGB**, t. 53, parte 1, p. 11, 1890. Sobre a idealização de Tiradentes após 1889: CARVALHO, J. M. de. Tiradentes, um herói para a República. In: \_\_\_\_\_. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998a. p. 55-73 e CALLARI, 2001.

<sup>620</sup> Marc Ferro cita, no caso da França pós-1789, historiografias dúplices que se interpenetram e interferem uma na outra. Conforme o autor, seja um personagem ou acontecimento, “a função absorve o signo”. Assim, o próprio sentido da história é modificado. FERRO, M. **A história vigiada**. São Paulo: Martins Fontes, 1989. p. 13-17.

princípios democráticos aceitos pela razão culta”. Tais povos, que eram segundo ele adversos ao privilégio social, rejeitavam a doutrina do poder divino dos reis ensinada pelo sacerdócio e firmada na “ignorância das turbas inconscientes”.<sup>621</sup>

Em artigo publicado em 1897, intitulado *Três cidadãos beneméritos da República*, Araripe continuou a defender este passado republicano ao apontar que bastava um ligeiro retrospecto dos acontecimentos ocorridos no país para reconhecer, na proclamação de 15 de novembro de 1889, a “consagração formal” das aspirações nacionais desde os tempos coloniais. No ano de 1710, em Pernambuco, Araripe destacou a vontade e a capacidade dos populares de se governarem. Os “patriotas” de Minas Gerais, em 1789, congregaram-se para decretar a independência nacional sob os auspícios do sistema republicano. No ano de 1817, o “civismo” brasileiro fez a revolução de 6 de março “levantando o pendão republicano”. Logo a seguir, em 1824, Araripe apontou que o “sentimento vivaz da democracia” ergueu-se em Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, para proclamar a Confederação do Equador.

O autor ressaltou, também, o pensamento republicano em 1831, a República Piratini, o governo republicano na Sabinada e os intuítos republicanos da Revolução Praieira. Diante deste longo número de casos em nosso passado, Tristão de Alencar Araripe lançava a pergunta:

Sendo assim, como negar no coração da Pátria o sentimento íntimo da liberdade na aspiração republicana?

Ora, desde os tempos coloniais até os nossos dias, levantava-se com intermitência sempre acelerada o pensamento democrático, e afrontava-se a realeza, desprezando os tormentos cruéis, com que as leis bárbaras do sistema monárquico puniam os patriotas, encerrando-os em cárceres infectos, supliciando-os no patíbulo e mutilando seus corpos para expor em altos postes as cabeças das vítimas como espetáculo só digno da cruza dos déspotas, que o destinavam a exemplificar e incutir pavor, como se o terror pudesse jamais dominar as almas nobres, e suprimir a dignidade do cidadão.

Nada disso porém intimidava os patriotas brasileiros, nem arrancava dos seus corações o desejo de nobilitar a Pátria com o governo verdadeiramente digno e nacional. No ânimo dos patriotas permanecia o voto constante pela

<sup>621</sup> ARARIPE, T. de A. Movimento colonial da América. **RIHGB**, t. 56, parte 2, p. 91-115, 1894. Em nota ao final do texto, transcrito na Revista, intitulado *História da revolução em Pernambuco em 1817* de Francisco Muniz Tavares, publicado em Recife em 1840, Tristão de Alencar Araripe voltou a se referir a este autor apresentando-o como testemunha presencial dos acontecimentos e vítima da reação monárquica e seu trabalho como um depoimento “consciosos e leal” de sua participação na “democrática” revolução de 1817. TAVARES, F. M. História da revolução em Pernambuco em 1817. **RIHGB**, t. 60, parte 1, p. 103-291, 1897. [nota p. 291]. Sobre os acontecimentos ocorridos em Pernambuco, mas não discutindo os ideais que os embasaram, foi publicada em 1894 uma carta de José Augusto Ferreira da Costa, de 20 novembro de 1886, sobre a remessa de uma cópia da Bandeira da “República” de Pernambuco de 1817 e a explicação do significado dos símbolos constantes nela. COSTA, J. A. F. da. Carta do Ministro brasileiro em Washington. **RIHGB**, t. 56, parte 2, p. 119-122, 1894. Atentar para o fato de que Tristão de Alencar Araripe pertencia à Comissão de Estatutos e Redação da Revista neste ano.

República, que cintilava na alma brasileira como em céu de esperanças, aliás somente realizadas em 15 de Novembro de 1889.<sup>622</sup>

Na apresentação do documento *Notas de João Guilherme Ratcliff escritas no livro intitulado Principes éternels de politique constitutionelle*, Araripe voltou a defender a Confederação do Equador como um movimento revolucionário destinado a proclamar no país o regime republicano. Entre os comprometidos nesse “movimento democrático” estava envolvido João Guilherme Ratcliff que fora preso, processado e condenado à morte.<sup>623</sup> Além de Codeceira, Luna Freire, Moreira de Azevedo, Antônio da Silveira e Alencar Araripe, o sócio Alfredo do Nascimento Silva em *O quarto centenário do Brasil* destacou, também, que as revoluções ocorridas em Pernambuco tinham caráter republicano e foram frutos de “evidentes tendências populares”. Citou, ainda, a revolta de 1837 que proclamou a República Baiense (Sabinada) e a de 1835 que proclamou a República Piratini.<sup>624</sup>

Assim, observo que as disputas historiográficas, dentro e fora do Instituto, envolviam vários “passados ressignificados”. Ao glorioso e, até então, incontestável passado monárquico, apresentavam-se os passados republicanos, onde os historiadores preocupados em resgatá-los, cada qual com seu “bairrismo”, procuravam colocar os acontecimentos e os sujeitos da sua região no calendário e no panteão do novo regime. De semelhante maneira como fora feito na discussão anterior sobre a Independência do país, junto aos heróis ou sobrepondo-se a eles estava o *povo*. Ao aludirem à gênese da democracia no país, os historiadores procuravam ser coerentes apontando a força do “brado popular” na contestação ao “Império da força”.

Estudando este período, Sevcenko aponta que muitos intelectuais procuravam mostrar que a ciência dava legitimidade ao poder político.<sup>625</sup> O estudo do sócio Aristides Augusto Milton é interessante, justamente, por utilizar uma argumentação “científica” para justificar a ação política presente. Em *A República e a Federação no Brasil, acontecimentos na Bahia*,

<sup>622</sup> ARARIPE, T. de A. Três cidadãos beneméritos da República. **RIHGB**, t. 60, parte 1, p. 385-396, 1897. p. 389.

<sup>623</sup> Id. Apresentação. Notas de João Guilherme Ratcliff escritas no livro intitulado *Principes éternels de politique constitutionelle*. **RIHGB**, t. 60, parte 2, p. 235-281, 1897. Esta apresentação foi escrita em 29/07/1897. Sobre Ratcliff, Araripe aponta às páginas 235 e 236: “Enquanto corriam os trâmites do processo, foi o preso recolhido à fortaleza de Santa Cruz, onde para alívio dos rigores do encarceramento ocupava-se com a leitura e meditação de alguns livros, que levava consigo para a sua distração. Um desses livros era a obra de direito político de Desquiron de Saint-Agnan sob o título ‘Principes éternels de politique constitutionelle’, em cujas margens escrevia ele em notas os pensamentos, que lhe sugeria a leitura, declarando que o fazia para doutrinação moral de seus filhos, visto não ter tempo para escrever uma obra destinada a esse fim.”

<sup>624</sup> SILVA, A. do N. O quarto centenário do Brasil. In: **IHGB. Suplemento especial**, comemoração solene do quarto centenário do descobrimento do Brasil. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1901. p. 91-151.

<sup>625</sup> SEVCENKO, 2003, p. 105.

escrito e publicado em 1897, ele procurou explicar nomologicamente o ocorrido em novembro de 1889.<sup>626</sup> Este sócio apontava que, de forma semelhante ao mundo físico, onde as leis que o regiam somente aos poucos iam sendo conhecidas, na política, também, por estágios se poderia chegar à adaptação de um sistema de governo que mais se aproximasse da justiça e da verdade. Era em razão disto, segundo ele, que as nações, naquele tempo, variavam de regime de governo preocupadas em “melhor garantir os direitos individuais, nivelar os cidadãos perante a lei e dividir com igualdade os ônus e proventos da Pátria”. Num primeiro momento, explicava Augusto Milton, a monarquia absoluta “pesou” sobre os Estados, como “um castigo dos céus”. Além do rei e de alguns senhores, os demais não passavam de escravos.

Depois, a Monarquia Constitucional, que se prolongava até aquele momento na “Europa antiquada”, foi uma “conciliação engenhosa e suspeita” entre duas forças rivais, isto é, entre a soberania real e o povo. No entanto, com o progredir da civilização, segundo o autor, a Monarquia, sob qualquer forma, já não era capaz de “satisfazer as exigências da época”. Surgiu, então, a idéia do governo republicano moderno, ou seja, aquele em que todos os poderes procediam do povo e cujo chefe poderia, conforme Aristides Milton, sair de qualquer classe social por escolha da maioria da Nação. Se a República unitária já não bastava para satisfazer as exigências das “nações educadas na escola da liberdade” foi oferecido o regime republicano federativo como “solução inevitável”. Após esta introdução, Aristides Augusto Milton ressaltou que, com a proclamação da República no Brasil em novembro de 1889, deveriam ser estudados alguns fatos que precederam-na a fim de verificar se o ato não havia sido um mero produto do acaso ou se foi resultado de “aspirações antigas e bem acentuadas”.

Propondo-se a pesquisar quais foram os antecedentes do movimento chefiado por Deodoro da Fonseca, Aristides Augusto Milton aludiu às revoluções que, antes e após a Independência, tiveram caráter “francamente republicano”. Destacou, para isto, a revolução dos Mascates de 1710 em Olinda, a Inconfidência Mineira em 1789, a revolução na Bahia em 1789, a revolução pernambucana em 1817, a Confederação do Equador em 1824, a República Piratini em 1835, a Sabinada na Bahia em 1837, as revoluções de 1842 em São Paulo e Minas

---

<sup>626</sup> *Aristides Augusto Milton* (1848-1904), no período monárquico, foi Deputado Provincial e Geral, Chefe de Polícia, Juiz de Direito e Presidente de Província. Na República, foi Constituinte Federal e foi reeleito em quatro legislaturas como Deputado Federal pela Bahia. Ingressou no Instituto em 1895. Quando de seu falecimento, o orador do Instituto, Souza Pitanga, assim se expressou sobre o posicionamento do falecido diante dos dois regimes a quem servira: “Com o advento da República julgou em sua consciência de patriota continuar a prestar à Pátria seus serviços.” Discurso do Orador. Sessão Aniversária em 15 de dezembro de 1904. **RIHGB**, t. 64, parte 2, p. 499, 1906.

Gerais e a revolução de 1848 em Pernambuco. Ao final de sua argumentação, de forma semelhante ao colega Araripe, após elencar vários exemplos, Aristides Milton perguntava:

Que mais é preciso para se compreender que a proclamação da República Federativa, no Brasil, *não foi uma surpresa* que causasse assombro, *nem tão pouco um simples produto do acaso* implacável e cego?

Os *antecedentes de nossa história*, que ficam aí consignados, bastam para responder a quem quer que timbre em se conservar estranho a quanto se passa em torno de si mesmo.<sup>627</sup> (grifo meu)

Assim, nessa retrospectiva histórica, na busca das origens da ação desencadeada em novembro de 1889, estes sócios do Instituto acabaram por ligar vários movimentos contestatórios ignorando que a noção de um amplo Brasil republicano não fazia parte desses projetos regionais independentistas. Moreira de Azevedo, Alencar Araripe, Aristides Milton, Alfredo do Nascimento e Antônio Silveira desprezavam a diversidade dessas propostas, a heterogeneidade dos seus quadros, a organização e o desencadeamento das revoltas, colocando-as numa mesma gênese, numa mesma linha evolutiva, numa ampla aspiração nacional levada a termo por Deodoro da Fonseca. Essa abordagem do regime republicano desde a Guerra dos Mascates por estes sócios do Instituto difere da abordagem que foi dada em outro periódico importante daquela época no Rio de Janeiro: o *Almanaque Garnier*.

Segundo Eliana de Freitas Dutra, o Almanaque reforçou a existência de uma República como produto de uma história recente.<sup>628</sup> Observei esta recentidade da República também na obra de outro historiador contemporâneo, Anfriso Fialho, publicada em 1890, *História da Fundação da República no Brasil*. A República teve origem, segundo ele, na chamada questão militar de 1887, agravada pela perspectiva de um mau reinado da Princesa Isabel e do plano do último ministério de desprestigiar o Exército.<sup>629</sup> Alguns sócios do Instituto, por sua vez, foram buscar experiências mais longínquas no passado do país. Estudando o contexto ao final do século XIX, Ângela Alonso destacou que uma “releitura” do passado nacional após a proclamação da República estava sendo feita por outros intelectuais brasileiros, especificamente aqueles pertencentes à “geração de 1870”, ao contestarem a história oficial dos saquaremas.<sup>630</sup> Federalistas científicos, liberais republicanos e positivistas abolicionistas buscaram uma “veia republicana” perdida no passado do país. Os “redimidos”, segundo a autora, foram os grupos exaltados da Colônia, do Primeiro Reinado e da Regência. Os

<sup>627</sup> MILTON, A. A. A República e a Federação no Brasil, acontecimentos na Bahia. **RIHGB**, t. 60, parte 2, p. 5-33, 1897. p. 17.

<sup>628</sup> DUTRA, 2005, p. 225.

<sup>629</sup> FIALHO, A. **História da Fundação da República no Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983.

levantes antimonárquicos foram todos ressignificados por esses intelectuais: os movimentos de 1817, 1824, 1831, 1835 e 1837 procuravam mostrar a “preferência do povo” pelo regime republicano.<sup>631</sup>

Essa busca de antecedentes da República no passado do país está presente também no pensamento do líder do Apostolado Positivista no Brasil, Teixeira Mendes (1836-1891). Os positivistas acreditavam, ou faziam acreditar, que a República não surgira por acaso ou por capricho dos militares, mas fora um “evento amadurecido ao longo das gerações”. A República era um ideal que permeava “as diversas etapas de desenvolvimento de nossa formação social” e que não se realizara antes de 1889 pela “ausência de condições históricas para tal”.<sup>632</sup> No já citado trabalho do sócio Felisbello Freire, *História Constitucional da República dos Estados Unidos do Brasil* (1894), o autor defendia “uma tradição histórica” em nossa vida política de lutas entre Monarquia e República. A legitimidade da República dependia da existência de uma “tradição republicana” através da reconstrução histórica.<sup>633</sup>

No ambiente historiográfico da época, como “construtores de uma nova tradição”, Lúcia Oliveira citou os trabalhos de Gonzaga Duque, *Revoluções brasileiras* (1897) e de Urias da Silveira, *Galeria histórica da Revolução brasileira de 15 de novembro de 1889* (1890). Conforme a autora, tais obras viriam, de igual modo, a incrementar a versão republicana da história do Brasil com uma parte do passado que deveria ser lembrada.<sup>634</sup> Outro trabalho que versa sobre os precursores da idéia republicana no país, tratando a Monarquia como um “desvio” na tradição republicana foi a obra *L’idéé republicaine au Brésil* (1893) de Oscar Araújo. Contra esta visão, o sócio Conde de Afonso Celso escrevia no jornal *O Comércio de São Paulo* artigos nos quais propalava a inexorabilidade da restauração, pois a República no Brasil, ao contrário do que afirmavam, não possuía nenhuma tradição: “todos os países monárquicos que se converteram em república volvem, após um período mais ou menos longo à monarquia”.<sup>635</sup> Afonso Celso acreditava que o horizonte de expectativas para o novo regime não era nada promissor, a força da experiência monárquica acabaria por triunfar.

Nesse trabalho de invenção de uma “nova tradição” (por mais ambígua que possa parecer a junção entre o recente e o antigo), Maria de Lourdes Janotti aponta que muitos

<sup>630</sup> Saquaremas eram os membros do Partido Conservador no Império.

<sup>631</sup> ALONSO, 2002, p. 290-293.

<sup>632</sup> FERREIRA NETO, 1986, p. 87.

<sup>633</sup> MARTINS, W., 1978, v. 4, p. 316, 497. Segundo Alcides Bezerra, nesta obra, Freire “estudou com profundidade a evolução republicana do Brasil, aplicando as teorias do materialismo histórico, particularmente a de Achilles Loria.” BEZERRA, 1927, p. 17.

<sup>634</sup> OLIVEIRA, L. L. As festas que a república manda guardar. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 172-189, 1989. p. 184. No seu livro *A questão nacional na primeira República*, Lúcia Oliveira destacou o apelo à reconstrução histórica como forma de elaborar uma tradição. Id., 1990, p. 60.

historiadores na época viram o advento da República no Brasil como uma fatalidade. Esta percepção fatalista se baseava na inevitabilidade da evolução dos acontecimentos.<sup>636</sup> Entre esses historiadores fora do Instituto refiro-me ao já citado Anfriso Fialho que dizia que “a implantação da República era uma coisa fatal, uma acontecimento inevitável, uma questão de tempo”. Para isso ele invocava as palavras de Alexis de Tocqueville (1805-1859) sobre a “América como terra da democracia”.<sup>637</sup> Dessa forma, analogamente ao que era discutido fora da instituição, por mais que alguns sócios fossem simpáticos à Monarquia, outros tratavam de mostrar que não adiantava resistir contra um “regime inevitável”. Os estudos históricos legitimariam tal pretensão.

Mais do que desmerecer o passado, os estudos publicados na Revista após 1889, procuraram mostrar que ele estava fortemente ligado aos acontecimentos presentes. O novo regime não se caracterizava pelo ineditismo, nem pela recentidade. O republicanismo tinha “tradição” ao embalar as esperanças de Independência Nacional antes mesmo de 1822. Um nova tradição começava a ser inventada e princípios de legitimidade estabelecidos. Se o regime republicano não obteve êxito anterior era porque não havia condições para tal, sendo sufocado pela pretensão monárquica de uma minoria. Mas em 1889 tal opção política vinha para permanecer. Importante destacar também que, entre os sujeitos deste “passado revisitado”, aparecia uma nova categoria de análise: o *povo*. Essa questão não era gratuita. Existia uma grande expectativa gerada junto à população, pela propaganda republicana, sobre sua maior participação na condução dos negócios públicos. Segundo Sevcenko, “é impossível impedir que o sentimento democrático extravase para as classes populares e até para os escravos”.<sup>638</sup>

Vale lembrar que havia ao final do século XIX todo um debate sobre a capacidade das “massas” de entrarem na política.<sup>639</sup> O povo abrangia em uma mesma acepção um grande número de pessoas que ora exaltavam, ora execravam as ações dos dirigentes. Nos artigos publicados na Revista, ora o povo brasileiro era passivo, aplaudindo e louvando os feitos dos grande homens, ora reclamava e revoltava-se, assumindo, decisivamente a condução dos acontecimentos. Assim, ao longo desse subcapítulo, seja nas figuras ou nos governos de D. João VI ou D. Pedro I, seja na implantação da Monarquia no país ou nas contestações a ela, ressaltei que os sócios, de forma semelhante como acontecia no ambiente historiográfico da

---

<sup>635</sup> JANOTTI, 1986, p. 92-93.

<sup>636</sup> Id., 2001, p. 141.

<sup>637</sup> FIALHO, 1983, p. 105.

<sup>638</sup> SEVCENKO, 2003, p. 56.

época, digladiavam-se para fornecer à História do Brasil documentos e estudos que corroborassem suas versões. Não é minha intenção demonstrar os erros e os acertos de cada uma das argumentações aqui tecidas pelos sócios, mas mostrar a existência de polêmicas historiográficas no interior do Instituto Histórico relacionadas com as disputas políticas que ocorriam, principalmente, na cidade do Rio de Janeiro. Se a esse passado mais distante observei diferentes entendimentos, de que forma a proximidade dos acontecimentos com o momento atual amenizaria ou acentuaria tais discrepâncias?

### 3.2 O reinado não tão distante do protetor do Instituto

O bávaro Karl Frederick von Martius foi o vencedor do concurso lançado em 1840 pelo Instituto Histórico quanto ao melhor plano de escrever a História Antiga e Moderna do Brasil. O trabalho escrito em 1843 e intitulado *Como se deve escrever a História do Brasil* propunha uma História que difundisse entre os contemporâneos “sentimentos e pensamentos do mais nobre patriotismo”. A obra histórica a ser escrita deveria despertar e reanimar nos brasileiros “o amor da Pátria, coragem, constância, indústria, fidelidade, prudência, em uma palavra, todas as virtudes cívicas”. Mas diante de “idéias políticas imaturas”, o autor alegava que o historiador patriótico nunca poderia esquecer que “para prestar um verdadeiro serviço à sua Pátria deverá escrever como autor Monárquico-Constitucional, como unitário no mais puro sentido da palavra”.<sup>640</sup>

A Comissão encarregada de dar seu parecer sobre este trabalho alegou que uma História escrita seguindo o programa delineado por von Martius era inexequível naquela época. Entretanto, por ser “bom demais”, sua utilidade “se manifestará desde já na direção que devem tomar as investigações históricas”.<sup>641</sup> O texto de Martius foi aprendido pelos historiadores brasileiros do século XIX como uma espécie de manual de introdução aos estudos históricos.<sup>642</sup> Desta forma, pelas noções e diretrizes dadas a esses estudos, alguns autores de trabalhos na Revista do IHGB podem ser vistos como *fundadores de discursividade*, ou seja, eles não eram apenas os autores das suas obras; eles produziram algo

<sup>639</sup> OLIVEIRA, 1990, p. 66-74. As expectativas e as frustrações da participação popular no novo regime, na cidade do Rio de Janeiro, são trabalhadas por: CARVALHO, 1998d.

<sup>640</sup> MARTIUS, 1844, p. 409-410. Publicado, novamente, na Revista no v. 219, p. 187-205, 1953.

<sup>641</sup> 168ª Sessão em 10 de junho de 1847. **RIHGB**, t. 9, p. 279-287, 1870.

<sup>642</sup> CEZAR, 2003, p. 179.



mais: “a possibilidade e a regra de formação de outros textos”.<sup>643</sup> Casos como os de Januário da Cunha Barbosa, von Martius, Tristão de Alencar Araripe e Olegário Herculano de Aquino e Castro, por exemplo, nas suas formulações de como o historiador patriota deveria se portar, acabaram por estabelecer possibilidades indefinidas de trabalhos.

Ao presidir pela primeira vez a uma sessão do IHGB, em 15 de dezembro de 1849, o próprio Imperador fez um breve discurso no qual reforçava a responsabilidade dos sócios já preconizada por von Martius. Segundo o mecenas, “é de mister que não só reunais os trabalhos das gerações passadas, ao que vos tendes dedicado quase que unicamente, como também, pelos vossos próprios, torneis aquela a que pertence digna realmente dos elogios da posteridade”.<sup>644</sup> E assim, os filhos obedientes trataram de registrar de forma imaculada o governo de seu protetor. A bibliografia que trata do Instituto Histórico sob o regime monárquico destaca tal devoção nos escritos dos seus sócios. Nanci Leonzo aponta o Instituto Histórico como um importante defensor das instituições vigentes: “Sob a égide de D. Pedro II, seu grande protetor, seus membros não ousaram produzir e publicar na Revista Trimensal textos que ameaçassem a unidade do Império, e conseqüentemente, seus interesses econômicos e privilégios sociais.”<sup>645</sup>

A escrita da história no Instituto era, segundo Nelson Schapochnik, indissociável da ação política.<sup>646</sup> Para Arno Wehling, os estudos históricos no IHGB estavam associados à sorte da Monarquia Constitucional.<sup>647</sup> De acordo com Salgado Guimarães, “escrever a história brasileira enquanto palco de atuação de um Estado iluminado, esclarecido e civilizador, eis o empenho para o qual se concentram os esforços do Instituto”.<sup>648</sup> A atividade do IHGB, conforme Ângela de Castro Gomes, constituía-se numa “verdadeira simbiose” entre historiografia e Estado Imperial.<sup>649</sup> Sob a Monarquia, segundo Lúcia Guimarães, os sócios procuraram “pinçar no passado” os esclarecimentos que pudessem auxiliar na definição do presente; norteados a organização de um “estoque de lembranças” estava o projeto político iniciado em 1822.<sup>650</sup> Para José Murilo de Carvalho, o trabalho do Instituto Histórico consistia em “vender uma idéia” de determinada ordem política e social e de unidade nacional, pois era

<sup>643</sup> FOUCAULT, M. **O que é um autor?** Lisboa: Vega, 1992. p. 58.

<sup>644</sup> 212ª Sessão em 15 de dezembro de 1849. **RIHGB**, t. 12, 4º trimestre, p. 552, 1874.

<sup>645</sup> LEONZO, 1987, p. 43.

<sup>646</sup> SCHAPOCHNIK, 1993, p. 73.

<sup>647</sup> WEHLING, 2001, p. 132.

<sup>648</sup> GUIMARÃES, M., 1988, p. 10.

<sup>649</sup> GOMES, 1996, p. 15.

<sup>650</sup> GUIMARÃES, L., 1995, p. 517.

necessário criar um consenso na elite brasileira.<sup>651</sup> De acordo com Astor Diehl, um dos aspectos centrais do projeto historiográfico do IHGB era uma história legitimadora do presente e carregada de sentido político.<sup>652</sup>

Sem dúvida, aos sabres e baionetas dos exércitos imperiais na manutenção e consolidação do país juntavam-se os papéis e as penas dos sócios do IHGB. Com todo o peso desse comprometimento, como o Instituto registraria em tempos republicanos os episódios do Segundo Reinado? De que forma o dever de gratidão ao Imperador D. Pedro II e a efetiva participação dos sócios mais idosos na administração do Estado monárquico entrariam em choque com os escritos dos sócios que justamente defendiam a República diante da incapacidade e caducidade do regime anterior? Pela recentidade de seu governo, os sócios se eximiriam de registrar o reinado do protetor perpétuo? Na sessão comemorativa ocorrida em 4 de março de 1892, em lembrança ao falecimento do monarca, os discursos trataram de, justamente, destacar as suas contribuições para receber os “elogios da posteridade”. Olegário Herculano de Aquino e Castro, presidente na ocasião, disse que ao historiador caberia:

[...] a missão de registrar nos nossos fastos as tradições dessa existência honrada e benfazeja, que durante mais de meio século encheu de luz e de glória as nítidas páginas da história do Brasil. Então se reconhecerá que tudo quanto há de grande e de belo, de útil e admirável, patenteando o desenvolvimento moral e material deste imenso país, tudo foi feito sob a protetora animação ou sob o influxo criador e benéfico [de D. Pedro II].<sup>653</sup>

José Luís Alves, em seu elogio ao pai protetor, apontou que o nome de D. Pedro II já estava gravado nas páginas da história contemporânea e, conforme os séculos forem passando, cada vez mais sua memória resplandecerá, pois, no futuro, “penas adestradas” traçarão a sua biografia e a “história imparcial e severa lhe fará justiça”.<sup>654</sup> Para Manuel Francisco Correia, a História se encarregaria da “apoteose” de D. Pedro II, cabendo à posteridade lhe apreciar de forma “imparcial e calma” como um vulto histórico.<sup>655</sup> Mesmo que ao futuro coubesse julgá-lo, o veredito destes sócios já fora dado sobre o Imperador. O tempo só confirmaria algo, desde logo, constatado pelos seus súditos fiéis. As referências à

<sup>651</sup> CARVALHO, J. M. de. O historiador às vésperas do terceiro milênio. In: \_\_\_\_\_. **Pontos e bordados**: escritos de história e política. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998c. p. 448.

<sup>652</sup> DIEHL, 1998, p. 33.

<sup>653</sup> Discurso do Presidente. In: IHGB. **Homenagem do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Sessão Extraordinária em comemoração do falecimento de D. Pedro II em 4 de março de 1892. Rio de Janeiro: Companhia Tipográfica do Brasil, 1892. p. 9.

<sup>654</sup> Elogio. In: *Ibid.*, p. 124-125.

necessidade de se estudar o governo de D. Pedro II também estiveram presentes em outras oportunidades. Ao Instituto competiria, segundo Henrique Raffard, a tarefa de estudar, “com toda a consciência e meticoloso zelo”, os 50 anos de governo de D. Pedro II, “o Mestre Invisível, mas aqui sempre presente a nossa memória”.<sup>656</sup>

Entretanto, Henrique Raffard se mostrava cauteloso quanto ao momento em que tais estudos deveriam ter início: “Ao entrar no século vigésimo e com material de que dispomos, o Instituto está apto a poder estudar ao menos o período da primeira metade do século que expira.”<sup>657</sup> José Carlos Rodrigues, ao contrário, em seu discurso de posse, ressaltava esta preocupação de que caberia ao Instituto pesquisar tanto os períodos mais distantes do passado do país quanto os fastos mais recentes do reinado de D. Pedro II.<sup>658</sup> O Barão de Loreto apontava, em 1896, a falta de um trabalho histórico que descrevesse o reinado de D. Pedro II como “o ponto culminante do nosso progresso intelectual, moral e material”, cuja evolução ele esteve associado, sendo o “centro e motor” deste período. Esse trabalho, conforme Loreto, poderia ser intitulado “a época de D. Pedro II”, assim como a História da Grécia teve o século de Péricles, a de Roma o século de Augusto, a da Itália o de Leão X e a História da França o século de Luiz XIV.<sup>659</sup>

Joaquim Nabuco de Araújo fez o discurso mais contundente na defesa do registro do Primeiro e Segundo Reinados. Ao tomar posse, ele expôs três motivos que o levaram a aceitar o convite para que ingressasse no Instituto. Além de ajudar a conservar os documentos importantes do passado do país, principalmente pelo empenho em preservar aqueles de seu pai, o Senador e Ministro José Tomás Nabuco de Araújo,<sup>660</sup> dizia atender a um pedido feito pelo próprio monarca antes de falecer no exílio. Afora estes dois motivos pessoais, o terceiro, segundo ele, era de “piedade nacional”. Joaquim Nabuco afirmava que a nossa história estava atravessando uma crise que poderia levá-la a uma “mutilação definitiva”. Referia-se a uma “escola mais política que religiosa” que pretendia reduzir a História Nacional a três nomes:

<sup>655</sup> Discurso. In: IHGB. **Homenagem do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Sessão Extraordinária em comemoração do falecimento de D. Pedro II em 4 de março de 1892. Rio de Janeiro: Companhia Tipográfica do Brasil. p. 38-40.

<sup>656</sup> Relatório do 1º Secretário. Sessão Aniversária em 15 de dezembro de 1896. **RIHGB**, t. 59, parte 2, p. 362, 1897.

<sup>657</sup> Relatório do 1º Secretário. Sessão Aniversária em 15 de dezembro de 1899. **RIHGB**, t. 62, parte 2, p. 428, 1900.

<sup>658</sup> 11ª Sessão Ordinária em 1º de julho de 1907. **RIHGB**, t. 70, parte 2, p. 728, 1908.

<sup>659</sup> 2ª Sessão Extraordinária em 13 de dezembro de 1896. **RIHGB**, t. 59, parte 2, p. 342, 1897.

<sup>660</sup> Na época de seu pronunciamento no Instituto, Nabuco vinha trabalhando no que seria sua obra maior *Um estadista do Império*, em três volumes, publicados em 1897 e 1898, baseada, principalmente, nesta documentação do arquivo paterno. “Homenagear a memória do pai e demonstrar a superioridade da Monarquia sobre a República foram as razões mais evidentes do livro.” MARSON, I. A. O império da revolução: matrizes interpretativas dos conflitos da sociedade monárquica. In: FREITAS, 2001. p. 93.

Tiradentes, José Bonifácio e Benjamin Constant. O novo sócio condenava que entre os dois primeiros vultos históricos e o último, isto é, entre as ações proponentes para a Independência e a República, estendia-se um “longo deserto de esquecimento” de quase setenta anos. Dentro deste espaço inóspito que estava sendo esquecido por alguns historiadores contemporâneos, Joaquim Nabuco relembrava que tanto o Primeiro como o Segundo Reinados assinalavam o “constante progresso material, intelectual e moral” de nosso país.

Nabuco de Araújo, ao defender a expressividade do governo de D. Pedro I ressaltava que, apesar de todos os erros do ex-Imperador e de seus ministros, o Brasil durante os dez anos de sua administração tinha feito mais progressos em inteligência do que nos três séculos decorridos desde a sua descoberta até a proclamação da Constituição Portuguesa em 1820.<sup>661</sup> E o reinado posterior de D. Pedro II, de acordo com Nabuco de Araújo, representou o “apogeu moral de nossa história, plexo da unidade nacional e o nó vital da liberdade civil”. Escrever a História do Brasil esquecendo o reinado de D. Pedro II seria, segundo ele, como escrever a História de Judá eliminado o reinado de Salomão e a da França eliminado o reinado de Luiz XIV. Para este sócio, não se poderia alegar que os dois reinados foram épocas perdidas para o desenvolvimento nacional. As datas de *7 de setembro de 1822* e *13 de maio de 1888* eram consideradas como “o melhor epitáfio” à dinastia dos Bragança, pois ela se preocupou mais com a dignidade de seus cidadãos do que com a segurança do próprio trono.<sup>662</sup> No momento em que o passado nacional corria o risco de ser mutilado no que ele teve de mais glorioso, Joaquim Nabuco, em 1896, apresentava-se como sócio do Instituto.

Assim, pelos debates acima, vejo que, se era premente para alguns a necessidade de se colocar no papel, o mais rápido possível, a história do reinado do augusto protetor, para outros mais cautelosos havia a alegação da conveniência de uma maior distância temporal entre o acontecido e o seu relato. Porém, monarquistas já haviam escrito sobre o Segundo Reinado antes da proclamação da República. O volume *Le Brésil en 1889* organizado pelo sócio do

<sup>661</sup> Joaquim Nabuco citava o trabalho de John Armitage para destacar positivamente o governo de D. Pedro I. *John Armitage* era comerciante e adido da legação britânica no Rio de Janeiro, na década de 1830, e foi autor de uma História do Brasil, publicada em Londres, em 1836, em dois volumes: *The History of Brazil, from the period of the arrival of the Braganza Family in 1808, to the abdication of Don Pedro the First in 1831, compiled from State documents and other original sources, forming a continuation to Southey's History of that Country*. A tradução brasileira foi feita em 1837 com o título de *História do Brasil desde a chegada da real família de Bragança em 1808, até a abdicação do imperador D. Pedro I, em 1831*. Armitage projetou uma imagem positiva da monarquia constitucional, insistindo na importância de D. Pedro I na construção do Império. MARSON, 2001, p. 75.

<sup>662</sup> 17ª Sessão Ordinária em 25 de outubro de 1896. **RIHGB**, t. 59, parte 2, p. 310-314, 1897. Joaquim Nabuco exerceu, no Instituto, a função de orador (1898-1899) e compôs as Comissões de História (1897) e Subsidiária de História (1898-1899). Nesta época, em outra obra publicada fora do Instituto, *O dever dos monarquistas: carta ao Almirante Jaceguai* (1895) ele procurou destacar os inúmeros benefícios que a Monarquia prestou ao país.

Instituto, Barão de Santa Ana Nery, foi publicado para a Exposição Universal de Paris naquele ano. Segundo Wilson Martins, “raras vezes ter-se-á reunido um elenco tão brilhante de grandes homens, escrevendo com indiscutível competência sobre os aspectos da vida nacional”. Deste elenco, a grande maioria compunha ou viria a compor o quadro social do IHGB.<sup>663</sup> O receio de deixar para posteridade tal registro, acredito, devia-se ao fato de, como ocorrera com o trabalho de Cristiano Benedito Otoni, citado no capítulo anterior, e na introdução de Raul Pompéia ao livro de Rodrigo Otávio, *Festas Nacionais*, apontado acima, estarem surgindo histórias que, antes de enaltecerem, denegriam a pessoa e o governo de D. Pedro II. E nisso os intelectuais de inspiração comtiana já vinham trabalhando conforme alertava Joaquim Nabuco. As publicações, especialmente do Apostolado Positivista, realizaram um “intenso trabalho de reestruturação da memória nacional”. Os positivistas eram tidos como “hábeis manipuladores da história”.<sup>664</sup>

Entretanto, afora os discursos, a inserção de referências a D. Pedro II e ao seu governo nos artigos publicados na Revista foi feita de forma cautelosa. Em 1894, sob organização de Henrique Raffard, foi publicado um tomo especial da Revista em comemoração ao falecimento do Imperador ocorrido em dezembro de 1891. Este volumoso tomo de mais de 800 páginas somente se ateve à transcrição das manifestações de pesar em discursos, correspondências, telegramas e necrológios nos principais jornais nacionais e estrangeiros. Exceto a apresentação do organizador, nenhum outro sócio se fez presente através de artigos ali publicados. O trabalho se restringiu a reproduzir, principalmente, o que “os de fora” diziam minimizando que o Instituto, através dos escritos de seus sócios, fizesse referências diretas ao Imperador. A impressão que me foi dada era a de que, com este trabalho, a direção do IHGB almejava transmitir a seguinte mensagem: “vejam, não somos nós que o estamos enaltecendo, são os outros”.

Apesar da força dos discursos na defesa da gratidão e na exaltação do pai protetor desde seu exílio, somente em 1897 foi publicado um estudo no qual Franklin Américo de Menezes Dória, o Barão de Loreto, na conclusão de *A Independência do Brasil, ensaio histórico*, ressaltava que o Império do Brasil entrou no concerto das nações, progredindo e prosperando graças ao “governo sábio, justo e honesto” de D. Pedro II.<sup>665</sup> No ano de 1899, através de *Apontamentos acerca de pessoas e cousas do Brasil*, Henrique Raffard deu continuidade ao tomo especial de 1894 dedicado à memória de D. Pedro II. Porém, desta vez, passados cinco

---

<sup>663</sup> MARTINS, W., 1978, v. 4, p. 323.

<sup>664</sup> FERREIRA NETO, 1986, p. 82-83.

<sup>665</sup> DÓRIA, F. A. de M. *A Independência do Brasil, ensaio histórico*. **RIHGB**, t. 59, parte 2, p. 151-203, 1897.

anos da publicação daquele tomo especial, o Instituto, através dos escritos de Raffard, fez referências diretas ao Protetor. Na introdução, o autor apontava sua preocupação em coligar vários escritos a fim de que “um dia” se possa escrever com “imparcialidade” a biografia do Imperador. Organizado em seis partes, este estudo procurava dar aos futuros historiadores elementos para provar a brandura de caráter, o patriotismo, a tolerância e o amor do falecido monarca. No entanto, Henrique Raffard se preocupou em referenciar o caráter de D. Pedro, principalmente, pela influência da criação da Condessa de Belmonte, e não pelos seus atos no governo.<sup>666</sup>

Publicado em 1900, *Visconde de Mauá, esboço biográfico* de João Carlos de Souza Ferreira destacava o governo estável de D. Pedro II, “aceito e respeitado por todo o país” que lhe assegurou a integridade. Mesmo que tenha irrompido um movimento de contestação no ano de 1848 em Pernambuco, Souza Ferreira afirmava que ele não se dirigiu contra a forma de governo.<sup>667</sup> Um dos motivos para os poucos artigos sobre D. Pedro II na Revista, provavelmente, esteja no que Max Fleiuss disse em *Centenários do Brasil*, escrito em 1900, sobre ainda ser cedo para se enunciar uma opinião sobre o governo de D. Pedro II, apesar de muitos a terem, mas recearem de expressá-la. De acordo com Fleiuss, os últimos tempos se caracterizavam pelo “terror” em tratar com respeito e estima os homens do antigo regime. Para ele, a admiração do que era “indiscutivelmente admirável” não poderia se constituir em um delito. As “novas crenças” para se enraizarem, segundo Max Fleiuss, não deveriam perseguir as que antecederam-nas, principalmente, se aquelas foram notáveis pela “honradez e benemérita atividade”.

Para Fleiuss, o término do reinado de D. Pedro II representou um ciclo de cinquenta anos que havia assegurado ao povo e à terra um regime em que a lei, o progresso e a honra não eram ficção, mas realidade. Além disso, na pessoa do soberano, se concentravam todas as virtudes humanas aliadas a um grande patriotismo e cultura intelectual. Inclusive, para ele, as comemorações no Quarto Centenário do Descobrimento do Brasil não seriam completas e justas se não recordassem os feitos de D. Pedro II.<sup>668</sup> Reforçando tal grupo de “mosqueteiros do rei”, o sócio João Cardoso de Menezes e Souza, o Barão de Paranapiacaba, organizou as duas partes do trabalho intitulado *Prometeu acorrentado, transladação poética do texto, que do original de Ésquilo, vertido literalmente para português por D. Pedro II, Imperador do Brasil*, publicado nos anos de 1906 e 1907, em memória do falecido monarca.

---

<sup>666</sup> RAFFARD, H. Apontamentos acerca de pessoas e cousas do Brasil. **RIHGB**, t. 61, parte 2, p. 5-567, 1899.

<sup>667</sup> FERREIRA, J. C. de S. Visconde de Mauá, esboço biográfico. **RIHGB**, t. 62, parte 2, p. 74-136, 1900.

<sup>668</sup> FLEIUSS, M. Centenários do Brasil. **RIHGB**, t. 64, parte 2, p. 91-132, 1901.

Na segunda parte, o sócio apontava que procurou assinalar fatos que servirão para acentuar as feições da moralidade do Imperador “injustamente desfiguradas por alguns”. O autor considerava D. Pedro II como um alto espírito com sede de cultura intelectual e propulsor de todas as medidas para elevar o país “à altura de seu destino”. Ao assumir a direção da Nação, o Imperador, segundo Paranapiacaba, evitou que ela caísse na anarquia com sua poderosa destra. Dirigiu seu governo de forma honesta, influenciando sobre seu progresso social e dando-lhe impulso para tomar um lugar de honra entre as nações mais civilizadas. Conforme o autor, D. Pedro II “há de passar da trama da História Pátria para a História Universal, por ser um dos homens que melhor compreenderam o espírito do século”. Em razão disto, caberia, não só aos sócios do Instituto, mas ao país, “venerá-lo como um ente superior”.<sup>669</sup>

A Comissão de Redação em nota introdutória ao *Diário de viagem ao Alto Nilo feita pelo Imperador D. Pedro II em 1876*, publicado em 1910, apontava para a importância deste trabalho em testemunhar as qualidades primordiais do magnânimo soberano, tais como seu amor à ciência, seus escrúpulos, o desejo de acertar, seu devotamento a todas as coisas nobres e belas, sua inteligência e caráter dignos de toda veneração. Conforme a Comissão, eram merecedores de atenção e estudo quaisquer escritos deixados por individualidades históricas, pois consistiam em documentos elucidativos de um caráter e de uma época. Particularmente, neste caso, a tradução deste diário de viagem tinha um maior interesse por se tratar daquele que em mais de meio século “presidira os destinos da Pátria”, fora o “sumo protetor” e “inolvidável amigo” do Instituto a quem cumpria “guardar com veneração todas as suas relíquias”.<sup>670</sup> Apesar do conteúdo do diário ter pouco valor para a “grande obra” a ser escrita sobre o passado do Brasil, ele serviria como mais uma prova na construção, afirmação e perpetuação da imagem do seu autor. Mesmo que defendessem o empenho do monarca para o seu fim, a escravidão era uma grande mácula no reinado do pai protetor. Mas alguns sócios tratavam de amenizar tal desdouro. Em seu trabalho citado anteriormente o Barão de Paranapiacaba destacou a intervenção direta do monarca para extingui-la:

---

<sup>669</sup> SOUZA, J. C. de M. e. Prometeu acorrentado, trasladação poética do texto, que do original de Ésquilo, vertido literalmente para português por D. Pedro II, Imperador do Brasil. **RIHGB**, t. 68, parte 2, p. 1-229, 1907. p. 114-115, 132.

<sup>670</sup> Nota da Comissão de Redação. *Diário de viagem ao Alto Nilo feita pelo Imperador D. Pedro II em 1876*. **RIHGB**, t. 72, parte 2, p. 217-276, 1910. Descoberto pelo Visconde de Taunay e traduzido, pelo seu filho, em 1908, Afonso de Escragnole Taunay, ambos sócio do Instituto. Sobre esta viagem, foi publicado, também: DEBANNÉ, N. D. Pedro II no Egito, conferência de Nicolas Debanné. **RIHGB**, t. 75, parte 2, p. 129-157, 1913. O autor era secretário da Embaixada do Brasil no Egito. Nesta mesma revista, Afonso Taunay ofereceu 11 cartas que foram publicadas em: *Cartas do Exílio de Dom Pedro II ao Visconde de Taunay (1890-1891)*. **RIHGB**, t. 75, parte 2, p. 159-173, 1913.

Desde a proibição do tráfico de escravos, em 1850, medida, por ele instigada e para cuja execução envidou todos os seus esforços; desde as alforrias parciais, efetuadas por particulares e sociedades emancipadoras, por ele acoroçadas e muitas pagas de seu bolsinho, até a liberdade do ventre [...] desde os projetos de emancipação parcial dos Conselheiros Dantas e Lafayette até a lei de 13 de maio de 1888, que decretou a abolição total dos escravos no Brasil, a intervenção do Imperador sempre se revelou pronunciada.<sup>671</sup>

O sócio Conde de Afonso Celso, em 1908, nas comemorações dos vinte anos da Abolição, apontou que nenhuma desonra havia para o país pelo fato de ter mantido a “maldita instituição”, pois a França e a Inglaterra fizeram o mesmo e, ainda naqueles dias, os Estados Unidos lidavam com o “problema negro”. Em nenhuma parte do mundo, segundo ele, a escravidão foi contestada como no Brasil através de “atos de caridade, filantropia e dos belos costumes da população”. Além disto, nunca o Brasil havia amado ou defendido a escravidão, tolerando-a apenas “por altas conveniências do momento”, jamais se opondo “radicalmente” ao movimento libertador. Não podíamos esquecer, conforme Afonso Celso, que o processo abolicionista no país se revestira de “excepcional inteligência e ponderação”, evitando abalos e atritos através de “sábias medidas gradativas”. Enfim, todos os brasileiros, incluindo os proprietários, os ex-escravos, os poderes públicos e o povo concorreram para o “glorioso” final, que não havia deixado ódios, nem prejuízos irremediáveis, “desvendando-se a uma raça inteira os vastos horizontes de prosperidade”.<sup>672</sup>

Mesmo que, para Afonso Celso, ninguém tivesse ainda escrito a História completa da “maldita instituição” no Brasil, era falso dizer que o Brasil foi o último país católico a abolir-la, pois esta já fora feita em 1871 (Lei do *Ventre Livre*). Contudo, mesmo que alguns ainda teimassem em ter o Brasil por derradeiro, tal pecha se devia, de acordo com Afonso Celso, às dificuldades que tivemos, muito superiores aos outros, mas que soubemos resolvê-las de modo mais inteligente e honroso. Para ele nunca houve no Brasil verdadeiros escravocratas. Ninguém, segundo Afonso Celso, amou o regime servil ou pregou sua conveniência. Os que eram denominados de escravocratas queriam apenas que a emancipação fosse gradativa e mediante indenização para que não se desorganizasse o serviço agrícola do país. A fim de se escrever a história da escravidão, Afonso Celso apresentava um quadro de fontes e sugestões para sua consecução. Dizia ele que apesar do “entusiasmo irrefletido de um governo

<sup>671</sup> SOUZA, J. C. de M. e. Abolição da escravatura. In: \_\_\_\_\_. Prometeu acorrentado, trasladação poética do texto, que do original de Ésquilo, vertido literalmente para português por D. Pedro II, Imperador do Brasil. **RIHGB**, t. 68, parte 2, p. 1-229, 1907. p. 131-132.

<sup>672</sup> 2ª Sessão Ordinária em 13 de maio de 1908. **RIHGB**, t.71, parte 2, p. 460-461, 1909.



revolucionário e provisório”, que tinha mandado queimar os documentos inerentes à escravidão, “que antes nos recomendavam do que deprimiam em face do mundo”, havia ainda os anais do Legislativo, os fastos da imprensa, as bibliotecas e, sobretudo, a memória e a gratidão populares.<sup>673</sup>

Da análise das discussões, nas atas das sessões do Instituto no ano anterior ao fim da Monarquia, foram constantes as considerações, a partir de 13 de maio de 1888, à extinção da escravidão. Além dos exultantes elogios ao Imperador e a sua filha, via telegrama e comitivas, tratou o Instituto de confeccionar medalhas comemorativas e preparar a construção de uma coluna de bronze no campo da Aclamação. Interessante ressaltar o destaque que fora dado à obra do finado sócio do Instituto, Agostinho Marques Perdigão Malheiro, que teria lançado as bases para a abolição da escravidão com sua obra *Escravidão no Brasil*.<sup>674</sup> Conforme Olegário Herculano de Aquino e Castro, então 1º vice-presidente do Instituto, na sessão de 10 de agosto daquele ano:

Se há fatos notáveis e grandiosos na história do nosso país, que devam ser perpetuados na memória das gerações futuras, por honra nossa e glória da nação que constituímos, é sem dúvida um deles e dos mais brilhantes o da proclamação da liberdade da raça escrava, que infelizmente, até há pouco, nodou a nossa vida social. As festivas aclamações e aplausos com que, *sem a mínima perturbação da ordem pública*, foi entre nós efetuada essa revolução incruenta, que em outros países tem custado porfiosas lutas e dolorosos sacrifícios, vieram claramente demonstrar inteiro acordo entre a opinião popular e a vontade do parlamento e da coroa no arrojado cometimento, que hoje nos enche de orgulho e íntima satisfação.<sup>675</sup> (grifo meu)

Chegou-se a balizar a linha de existência do IHGB com a ação da “Redentora Isabel”. Segundo o presidente do IHGB na época, com a extinção da escravidão em 13 de maio de 1888, fechava-se “o primeiro ciclo” do Instituto abrindo-se um novo com “a liberdade de todos”.<sup>676</sup> No entanto, neste novo ciclo, o tema da Abolição não foi muito além de poucos

<sup>673</sup> 6ª Sessão Ordinária em 28 de setembro de 1909. **RIHGB**, t. 72, parte 2, p. 372-374, 1909.

<sup>674</sup> Sessão Extraordinária em 16 de maio de 1888. **RIHGB**, t. 51, parte 2, p. 211, 1888. Os três volumes da obra *A escravidão no Brasil* foram publicados entre 1866 e 1867. Outra referência à obra de Malheiro está no suplemento em homenagem ao quinquagenário do Instituto em 21 de outubro de 1888: “E para glória do Instituto foi o estudo da extinção da escravidão antecipadamente uma de nossas memoráveis tarefas, e o ilustrado conselheiro Perdigão Malheiro mereceu a honra de ser ouvido por Vossa Majestade Imperial, quando leu em nossas sessões páginas magistrais consagradas à redenção dos cativos”. **RIHGB**, suplemento ao tomo 51, p. 12, 1888.

<sup>675</sup> Sessão Ordinária de 10 de agosto de 1888. **RIHGB**, 1888, t. 51, parte 2, p. 257.

<sup>676</sup> Uma explicação tardia para a libertação dos cativos (com uma imponderável argumentação religiosa) e, novamente, aludida virtude ordeira podem ser observados neste discurso do então presidente do Instituto, Joaquim Norberto da Souza Silva, no ano da assinatura da Lei Áurea: “Fomos os últimos povos da América na missão liberal e civilizadora; mas na frase divina são os últimos os primeiros, e a evolução humanitarista – santa – divina, nos deu a supremacia entre os outros povos, pois não nos custou uma gota de sangue, nem nos

trabalhos publicados na Revista.<sup>677</sup> Mesmo antes de 1889, segundo Neuma Rodrigues, apesar de ser defendida por alguns sócios, a escravidão era tratada no Instituto com pouca ou nenhuma simpatia. Ela era vista como obstáculo à civilização dos índios, como uma fonte de gastos imensos que prejudicavam a implantação de máquinas na agricultura, como um exercício de poder quase sem limites, que acabava corrompendo os senhores de escravo, e como a origem de práticas imorais e desvalorizadoras do trabalho. Quando defendida, era vista como um mal necessário.<sup>678</sup> Se a habilidade dos positivistas em manipular o passado era temida por Joaquim Nabuco ao enviarem para o “ostracismo do deserto” o Primeiro e Segundo Reinados, não era menor a habilidade do Barão de Paranapiacaba, Conde de Afonso Celso e Olegário Herculano de Aquino e Castro em verem na experiência da escravidão negra motivo para orgulho dos brasileiros e para enaltecimento da imagem do monarca.

Outra questão de grande importância na postura dos sócios historiadores era a de que escrever sobre o governo de D. Pedro II significava, para alguns, o registro de seus próprios testemunhos sobre os fatos ocorridos. Devido à presença de vários ex-dirigentes do antigo regime no quadro social do Instituto, a Revista funcionaria como um instrumento de divulgação e defesa para eles ante os acontecimentos deste passado recente. A autoridade do testemunho como prova do acontecido pode ser observada nas palavras de Max Fleiuss ao recepcionar o Visconde de Ouro Preto:

Taine sustenta que o testemunho histórico mais digno de fé é o do observador ocular, principalmente quando esse observador é um homem honrado, atento e inteligente. [...]  
Representais, Sr. Visconde, um dos mais largos e fecundos períodos da nossa vida nacional, e pela vossa experiência, pelo vosso alto saber, pela observação direta e pela vossa honestidade impecável, podeis contribuir poderosa e brilhantemente na restauração e análise históricas de muitos fatos.<sup>679</sup>

---

arrancou um lamento sequer.” SILVA, J. N. de S. Discurso de abertura. Homenagem ao quinquagenário em 21 de outubro de 1888. **RIHGB**, Suplemento ao tomo 51, p. 12, 1888.

<sup>677</sup> Logo após a Abolição foram publicados na Revista três trabalhos: *A extinção da escravidão no Brasil* de Franklin Távora (tomo 51, 1888), um artigo, sem autoria, sobre a escravidão no Brasil e no Chile (tomo especial, 1889) e *A abolição no Brasil* do Barão de Loreto (tomo 63, 1900). No índice geral no tomo 68 (1905) com todos os documentos e estudos publicados desde 1839 nas Revistas do IHGB, observa-se o silêncio sobre este tema, em razão da ausência de estudos. Sobre os negros foram publicados, no tomo 74 (1911), o trabalho *O fetichismo dos negros do Brasil* de Étienne Ignace Brazil e, em 1912 (tomo 75), o trabalho de Nina Rodrigues intitulado *A Tróia negra* (erros e lacunas da história de Palmares).

<sup>678</sup> RODRIGUES, N., 2001, p. 140. Sobre os historiadores oitocentistas como “intelectuais orgânicos” do sistema escravista: MOURA, C. **As injustiças de clio**, o negro na historiografia brasileira. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

<sup>679</sup> 20ª Sessão Ordinária em 7 de dezembro de 1900. **RIHGB**, t. 63, parte 2, p. 527-528, 1902. Hippolyte Taine (1828-1893), filósofo, historiador e crítico francês. Em seu trabalho *Origines de la France contemporaine* (1884), pelo qual é mais conhecido, não se preocupou com a isenção, mostrando-se muito hostil à Revolução Francesa.

Tratava-se de uma experiência testemunhal que não poderia ser desperdiçada. Sobre esta questão do testemunho, von Martius em seu trabalho sobre *Como se deve escrever a História do Brasil*, de 1843, já sugeria que era indispensável ao historiador viajar pelo país “para ver”, a fim de não formar idéias errôneas sobre as circunstâncias locais.<sup>680</sup> A importância de um documento fruto de testemunho presencial em detrimento de um de “segunda mão” foi destacada pelo sócio Cândido Mendes de Almeida, em 1875, quando se referiu aos relatos de Pero Vaz de Caminha.<sup>681</sup> Aproveitando-se de tal confiabilidade da prova, o Marquês de Paranaguá, por exemplo, propôs em 1903 que fossem publicadas na Revista os artigos do sócio Visconde de Ouro Preto, já publicados no *Jornal do Comércio*, que narravam “com a maior fidelidade”, pelo seu valor como “observador ocular”, os fatos ocorridos por ocasião da nomeação do Duque de Caxias para o comando em chefe das forças brasileiras no Paraguai. O Marquês afirmou que as declarações do Visconde de Ouro Preto, como membro do Gabinete de 3 de agosto de 1866 e testemunha presencial de todos os sucessos, eram “integralmente verdadeiras”.<sup>682</sup>

Outro caso de “sócio-testemunha” foi o de Cândido de Oliveira que, como relator do parecer da Comissão de História sobre o trabalho de José Carlos Barbosa, *Religiões Acatólicas no Brasil*, apontava, dentre alguns enganos, um em especial onde o autor fez referências a um discurso de Benjamin Constant na Escola Militar, ainda em tempos monárquicos, na presença do então Ministro da Guerra. O relator afirmava que era ele o referido Ministro e que tal afirmação não se constituía em uma “verdade histórica”. Segundo Cândido de Oliveira, ele próprio personagem e testemunha, retirara-se ao início do discurso, por isso, não poderia deixar passar sem reparo esta referência a um fato que testemunhou e que o autor do livro não havia contado da forma como ocorrera.<sup>683</sup> Além desses dois casos envolvendo dois burocratas do regime anterior como autoridade na divulgação de fatos ocorridos, o mais peculiar envolveu Manuel Francisco Correia. Como alto funcionário no Império, a maioria dos seus 13 trabalhos publicados na Revista, constituiu-se de esclarecimentos sobre fatos que envolveram sua gestão à frente dos negócios públicos.

<sup>680</sup> MARTIUS, 1844, p. 408-409.

<sup>681</sup> ALMEIDA, 1876, p. 12-13.

<sup>682</sup> 14ª Sessão Ordinária em 4 de setembro de 1903. **RIHGB**, t. 66, parte 2, p. 234, 1905.

<sup>683</sup> 8ª Sessão Ordinária em 20 de maio de 1907. **RIHGB**, t. 70, parte 2, p. 700-701, 1908. No dia 23 de outubro de 1889, a Escola Militar da Praia Vermelha ofereceu um banquete em homenagem aos oficiais do cruzador chileno *Almirante Cochrane*. O governo brasileiro esteve representado por Cândido Luis Maria de Oliveira, Ministro interino da Guerra. Não previsto no cerimonial, os alunos e colegas chegaram a saudar Benjamin Constant, entre gritos, aplausos e flores. Logo a seguir, Benjamin fez uma saudação exaltada à mocidade militar e ataques frontais ao governo. CASTRO, C. **A proclamação da República**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000. p. 54-55. A presente discussão no Instituto está baseada no fato de o atual sócio e ex-Ministro ter saído antes ou durante o discurso de Benjamin Constant.

No artigo *Serviço de colonização no Brasil*, ele acreditava poder contribuir com documentos, ainda não publicados, sobre um incidente na história diplomática do Império quanto à imigração alemã, quando era Ministro em 1872.<sup>684</sup> Em *Saque de Assunção e Luque atribuído ao exército brasileiro na guerra do Paraguai*, Correia procurava mostrar que esta denúncia de pilhagem era infundada. Como a refutação desta acusação já havia sido feita mas, segundo ele, ainda não era conhecida como conviria, ofereceu, através da Revista do Instituto, alguns documentos de sua gestão no Ministério da época.<sup>685</sup> No artigo *História Política, ministérios do Brasil em 1862*, Correia transcreveu e comentou dois ofícios confidenciais do então Marquês de Caxias dirigidos a ele quando era ainda presidente da Província de Pernambuco sobre as disputas políticas na Corte.<sup>686</sup>

Através do estudo *Missão especial do general argentino D. Bartolomeu Mitre ao Brasil, negociação confidencial*, Manuel Francisco Correia confiava que nem o Instituto e o país repreenderiam-no como Ministro dos Negócios Estrangeiros, na época, por não haver tentado “salvar os justos reclamos da opinião nacional e promover o melhor serviço de sua pátria”.<sup>687</sup> Com *Esclarecimentos históricos*, o sócio vinha ressaltar que, apesar do seu apoio ao ministério conservador presidido pelo Visconde de Itaboraí (1852-1853), jamais fora contrário a projetos relativos à extinção do elemento servil. Correia apontava ter sempre possuído a satisfação de cooperar com o seu voto, “que nunca vacilou”, para a abolição da escravidão. No entanto, apesar de se apressar em propor medidas preparatórias no Parlamento, não desejava uma abolição de maneira precipitada.<sup>688</sup>

Em *Explicações reclamadas pelo 3º tomo da obra do Dr. Joaquim Nabuco ‘Um Estadista do Império’*, Manuel Francisco Correia fez retificações por ter sido testemunho e partícipe nos acontecimentos narrados por Joaquim Nabuco sobre questões no Prata na década de 1870. Correia, na ocasião, era Ministro dos Negócios Estrangeiros (1871-1873) no Gabinete chefiado pelo Visconde de Rio Branco. Segundo ele:

<sup>684</sup> CORREIA, M. F. Serviço de colonização no Brasil. **RIHGB**, t. 56, parte 2, p. 125-136, 1894.

<sup>685</sup> Id. Saque de Assunção e Luque atribuído ao exército brasileiro na guerra do Paraguai: refutação. **RIHGB**, t. 59, parte 1, p. 369-393, 1896.

<sup>686</sup> Id.. História Política, ministérios do Brasil em 1862. **RIHGB**, t. 59, parte 2, p. 204-208, 1897.

<sup>687</sup> Id. Missão especial do general argentino D. Bartolomeu Mitre ao Brasil, negociação confidencial. **RIHGB**, t. 60, parte 1, p. 5-74, 1897. *Bartolomeu Mitre* (1821-1906) general e estadista argentino que, ao lado das foças brasileiras, comandou os exércitos aliados na guerra contra o Paraguai (1864-1870).

<sup>688</sup> Id. Esclarecimentos históricos. **RIHGB**, t. 60, parte 2, p. 105-107, 1897. No tomo 55 (1892) foi publicada uma carta de Francisco Correia endereçada ao IHGB em 30 de setembro de 1871, quando era Ministro dos Negócios Estrangeiros. Nela, ele tecia comentários sobre uma circular do Governo Imperial sobre a “Lei do Ventre Livre”.

O Dr. Joaquim Nabuco acreditou que escrevia meramente a verdade histórica, sem dar ensejo a qualquer reclamação. Por isso, e porque trata-se de uma obra de história com todos os visos, por seu mérito, de dirigir a opinião no futuro, tomei afinal a deliberação de escrever este trabalho, uma vez que a verdade histórica deve ser quanto possível apurada, contribuindo cada um com o seu contingente para que isso se consiga.<sup>689</sup>

No artigo intitulado *Primeira Escola Normal existente na capital do Brasil*, o autor aludia ao seu empenho em prol da educação no país ao fundar esta instituição, reproduzindo dois discursos feitos em março de 1874 e dezembro de 1875 na presença do Imperador.<sup>690</sup> Creio que tais artigos de Manuel Francisco Correia se enquadram naquilo que Angela de Castro Gomes chama de *escrita auto-referencial*, onde a noção de verdade passa a ter um forte vínculo com as idéias de foro íntimo e de experiência de vida dos indivíduos. Nestes trabalhos, através da sinceridade do autor, se almeja a verdade dos fatos. Na subjetividade do autor/testemunha/sujeito está assentada a sua autoridade como prova.<sup>691</sup> Nos discursos dos sócios analisados no capítulo anterior, relembro as suas advertências sobre os “testemunhos suspeitos”, “o transviado espírito do observador”, “os interesses das testemunhas nos sucessos que relatam” e “a influência das idéias, preconceitos e opiniões no testemunho”. Contudo, nada disso foi levado em consideração por alguns sócios quando da redação desses artigos, pelo contrário, a posição privilegiada do observador ocular foi enaltecida como mais digna de fé.

As considerações feitas por Marc Bloch, no início do século XX, são profícuas na análise do uso da testemunha como prova. Ele advertia sobre a falibilidade do testemunho que pode pecar por falta de sinceridade ou por falta de exatidão.<sup>692</sup> As testemunhas podem se enganar com toda boa fé. Porém, com todas as deformações do testemunho, para que o erro de um se torne o de muitos homens, de acordo com Bloch, é preciso que a situação da sociedade favoreça essa difusão.<sup>693</sup> E nesse caso, não digo da sociedade, mas a situação do Instituto permitia tal propagação. Se, de acordo com as reflexões de François Hartog,<sup>694</sup> ser testemunha jamais foi uma condição suficiente ou necessária para ser historiador, no IHGB, entretanto, naquele momento, ser testemunha garantia de forma “poderosa e brilhante” a restauração e a análise dos fatos históricos, dando autoridade como “prova de fé” ao trabalho do historiador.

<sup>689</sup> CORREIA, M. F. Explicações reclamadas pelo 3º tomo da obra do Dr. Joaquim Nabuco ‘Um Estadista do Império’. **RIHGB**, t. 62, parte 2, p. 137-149, 1900. p. 138.

<sup>690</sup> Id. *Primeira Escola Normal existente na capital do Brasil*. **RIHGB**, t. 62, parte 2, p. 11-18, 1900.

<sup>691</sup> GOMES, A. de C. **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 10-15.

<sup>692</sup> BLOCH, M. **História e historiadores**. Lisboa: Editorial Teorema, 1998. p. 26.

<sup>693</sup> Id. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 102-107.

<sup>694</sup> HARTOG, F. A testemunha e o historiador. In: PESAVENTO, S. J. (Org.). **Fronteiras do milênio**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2001. p. 11.

Caberiam aos futuros historiadores “filtrá-las” de todas as deformações, ou como disse o sócio Bernardo Teixeira de Moraes Leite Velho, “separar o trigo do joio”.<sup>695</sup>

Se os registros dos fatos, seja através da exaltação do monarca ou do testemunho de ex-dirigentes, procuravam destacar o Segundo Reinado positivamente, alguns trabalhos, entretanto, fizeram referências a problemas e contestações naquela gestão, até então, imaculada. Manuel Duarte Moreira de Azevedo no artigo *Imposto do vintém*, analisava a aplicação da lei de 31 de outubro de 1879 que instituía um imposto de trânsito. Este imposto era de 20 réis por passageiro que circulasse nas linhas férreas, de tração animal ou vapor, na cidade do Rio de Janeiro e subúrbios. Houve, em razão disto, grande agitação contra a cobrança do vintém. Moreira de Azevedo destacou a “resistência tenaz do povo contra a força pública”, que acabou por resultar em mortos e feridos.

O autor fazia alusão, também, às comemorações em 1890 para louvar o civismo daqueles que participaram desta “campanha popular” ocorrida em 1º de outubro de 1880. Desejava-se com isto, segundo Moreira de Azevedo, lembrar a perseguição do governo ao povo que viera reclamar em praça pública contra o imposto irregular, memorar a independência, a dignidade e altivez populares e prestar culto cívico, naquele início de regime republicano, aos cidadãos que haviam reagido contra uma medida injusta e vexatória do antigo regime.<sup>696</sup> Em *Um grande brasileiro, frei Vital Bispo de Olinda*, o sócio Alexandre José Barbosa Lima apontou as condições equivocadas que se encontravam as relações entre a Igreja Católica e o Estado que desembocaram nos conflitos em 1873 e 1875. Barbosa Lima repudiou a “inepta e prepotente” sentença do Supremo Tribunal de Justiça que condenara a quatro anos de prisão, com trabalhos forçados, dois sacerdotes (D. Vital e D. Macedo Costa).

Para ele, o governo imperial se julgava, equivocadamente, competente para fiscalizar o exercício da autoridade espiritual dos bispos, transformando-se em superior hierárquico dos prelados e pretendendo lhes ensinar seus deveres. O autor via como “escandaloso” o ataque das autoridades temporais à consciência católica, usurpando-lhes as prerrogativas pontifícias. Segundo Barbosa Lima, de forma “burlesca ou brutal”, o governo absolvía quando os bispos condenavam e condenava quando esses absolviam. Somente os bispos poderiam negar ou reconhecer os predicados religiosos para o exercício da autoridade na Igreja. Barbosa Lima destacava que não houve no passado do Império “uma página tão feia” como aquela. Os antigos governantes, segundo o autor, confiavam nas “efêmeras vitórias da violência” ao

---

<sup>695</sup> 6ª Sessão Ordinária em 22 de maio de 1903. **RIHGB**, t. 66, parte 2, p. 154, 1905. Já citado no capítulo anterior.

<sup>696</sup> AZEVEDO, M. D. M. de. Imposto do vintém. **RIHGB**, t. 58, parte 1, p. 321-326, 1895.

acreditarem que o carcereiro seria o “médico universal” para todas as dificuldades políticas e sociais do país.

Somente na força os dirigentes do regime anterior viam a solução para as dificuldades crescentes e freqüentes oriundas da falta de liberdade religiosa. O governo de então, segundo Barbosa Lima, não enxergava que, emancipando a Igreja da tutela que a escravizava ao poder temporal, restituiria a dignidade das convicções religiosas no país. Tais discrepâncias do antigo regime viriam a reforçar os acertos do novo:

Instituídos civilmente, como fez a República, sem dependência de qualquer autoridade religiosa, os funcionários incumbidos pela sociedade leiga de celebrar os casamentos, registrando-os, bem como aos óbitos e nascimentos, criados os cemitérios municipalizados, sem embargo do direito, reconhecido a todas as confissões de possuírem o seu próprio, teriam cessado os conflitos e não veria o Brasil, com grande descrédito da sinceridade e ardor das crenças católicas entre nós, o espetáculo cuja recordação ainda hoje contrista, armado pelo Poder Público, arrastando às galés dois dos mais conspícuos e mais dignos prelados brasileiros.<sup>697</sup>

Os questionamentos mais firmes ao governo de D. Pedro II, de semelhante forma como fizera aos governos anteriores, partiram de Euclides da Cunha no já referido trabalho *Da Independência à República*. O autor ressaltou a gestão do Marquês do Paraná como a decisiva na nossa história constitucional, “o ponto culminante do Império”, ao separar duas épocas, enfeixando as energias do passado e desencadeando as do futuro.<sup>698</sup> Depois dele, Euclides da Cunha afirmou que houve um “decair contínuo” do princípio monárquico até 1889. E nessa descensão o poder dinástico procurava reagir falseando o processo eleitoral. O autor apontava que a causa única da decadência do país estava “no polichinelo eleitoral” segundo as fantasias dos ministérios nomeados pelo monarca. Afirmava, também, que o “poder ditatorial da coroa” era uma verdade desconhecida somente pelos néscios ou pelos subservientes aos interesses ilegítimos da Monarquia. Citando o republicano histórico Aristides da Silveira Lobo, o autor dizia que “o vício não estava nos homens, mas sim nas suas instituições”. Do poeta, jornalista e político liberal Francisco Otaviano, Euclides da Cunha aludia às palavras sobre o Império Constitucional como “a última hipocrisia do século”.<sup>699</sup>

A política durante o reinado de D. Pedro II constituía-se, segundo Euclides da Cunha, em um “torvelinho retalhado de desapontamentos e tristezas, de desânimos e revoltas”. O

<sup>697</sup> LIMA, A. J. B. Um grande brasileiro, frei Vital Bispo de Olinda. **RIHGB**, t. 71, parte 2, p. 145-152, 1909.

<sup>698</sup> *Honório Hermeto Carneiro Leão*, Marquês de Paraná (1801-1856) chefiou o *Gabinete de Conciliação* em 1853. Este ministério resultou de uma política de conciliação desenvolvida pelos liberais e conservadores, visando a acabar com a oposição parlamentar e a maximizar os esforços no sentido de desenvolver o país. Empreendeu várias reformas, entre elas, a bancária e a eleitoral.

governo de Itaboraí foi caracterizado por ele como um “anacronismo palmar” em cuja gestão só ocorrera um sucesso apreciável, o fim da Guerra do Paraguai. Com o *Manifesto de 1870* e o surgimento de um “partido novo”, Euclides da Cunha afirmava que dificilmente houve, em nosso passado, acontecimento mais “lógico”. O novo pensamento político tinha a força das novas aspirações sociais, fazendo com que o *povo* cada vez mais tivesse lugar na representação nacional. De acordo com a “lei evolutiva”, o Império Constitucional se desintegrava.<sup>700</sup> Esta nova concentração de forças já não se poderia fazer em torno de um regime, teoricamente, extinto.

Tratava-se de uma “política artificial” espelhada no contraste entre os velhos princípios, que a alentavam, e a verdadeira situação do país. Para ele, a abolição da escravidão cortou as últimas amarras do Império. Depois dela, a República não poderia ser surpresa.<sup>701</sup> Após passar por várias fases, caindo e renascendo em aspirações diversas em movimentos isolados, não se poderia deter a “evolução natural”:

Atribuir-lhe o sucesso à palavra dos tribunos, ao jornalismo doutrinário ou agitador, ao entusiasmo de uma mocidade robusta, à indisciplina militar, e por fim ao levante de um exército que [...] nada mais foi que a ordenança passiva da nação em marcha – equivale a atribuir à maré montante às vagas impetuosas que ela alteia.

Porque, de fato, o que houve foi a transfiguração de uma sociedade em que penetrava pela primeira vez o impulso tonificador da filosofia contemporânea.<sup>702</sup>

Esta filosofia estava representada, segundo Euclides da Cunha, nas forças conjugadas de princípios de todas as escolas, do comtismo ortodoxo ao positivismo de Émile Littré, das conclusões restritas de Charles Darwin às generalizações de Herbert Spencer. Estas correntes trouxeram, conforme o autor, grandes conquistas liberais que, não encontrando arraigadas “tradições monárquicas” no país removeram rapidamente, em uma manhã, um “trono já há muito abalado”.<sup>703</sup> Em razão disto, um Terceiro Reinado seria como “uma represa em uma torrente”. Apesar de uma força sempre crescente, naquela manhã de 15 de novembro de 1889, que transformou uma parada em uma sublevação, passando a um golpe e finalizando com

---

<sup>699</sup> Em ambas as citações Euclides da Cunha não citou a fonte.

<sup>700</sup> Nota-se semelhanças com a argumentação de Aristides Augusto Milton no subcapítulo 3.1, páginas 160-162.

<sup>701</sup> As relações entre a Abolição e a República na historiografia brasileira só seriam retomadas em 1922 com o estudo de Licínio Cardoso na obra coletiva intitulada *À margem história da República*. COSTA, 1999, p. 418.

<sup>702</sup> CUNHA, E. da. Da Independência à República. **RIHGB**, t. 69, parte 2, p. 7-71, 1908. p. 69-70.

<sup>703</sup> Tal visão vai de encontro ao discurso de Joaquim Nabuco de Araújo quando afirmou que “só por uma circunstância fortuita foi o trono derribado em vida de D. Pedro II”. 17ª Sessão Ordinária em 25 de outubro de 1896. **RIHGB**, t. 59, parte 2, p. 312, 1897.



uma revolta, a revolução, segundo Euclides da Cunha já, há muito, tinha sido feita. Para ele, encerrava-se, naquele dia, o nosso século XIX.

Começava então com a República um outro período que, segundo ele, era uma história recente demais: “Acotovelam-se, vivos ainda, alguns no fastígio da República, outros, na glorificação de um exílio virtual imposto pela inflexibilidade de suas convicções.” Concluía seu artigo apontando que todos os sucessos da “brevíssima vida do novo regime” não haviam ainda se destacado na “escala superior da História”.<sup>704</sup> Euclides da Cunha se eximia de entrar num campo bastante polêmico, maior ainda que ofender o governo do protetor da Instituição na qual era sócio. A necessidade de uma maior distância temporal lhe seria conveniente, pois, mesmo tendo sido partícipe do movimento republicano e, posteriormente, estar descrente e frustrado com o novo regime, seu trabalho junto ao Itamarati impunha-lhe cautela ao escrever. O Barão do Rio Branco presidia o Ministério das Relações Exteriores e o IHGB.

Mesmo com as diretrizes de von Martius e o próprio pedido do Imperador (fazer com que seu reinado fosse elogiado na posteridade) levados adiante no Instituto, segundo apontam as obras que abordam-no em seus cinquenta anos de serviços à Monarquia, havia no limiar da República indefinições sobre o tempo necessário para se começar a registrar o reinado de D. Pedro II, devendo-se aguardar o esvaecimento do “torvelinho vertiginoso das paixões”. A demora, entretanto, propiciaria que outros literatos apresentassem suas versões, não tão apologéticas, sobre o reinado do monarca. Assim, observei um início cauteloso, em que o Imperador era exaltado, em alguns momentos, pelas suas qualidades intelectuais, científicas, cristãs e morais dissociadas muitas vezes do próprio Império que conduzia. Não há como esquecer que, durante as longas e acirradas disputas políticas que campeavam por todo o território nacional, o “terror” era propagado por governos, batalhões patrióticos e turbas descontentes. Além do receio de fazer referências ao passado, temia-se a “política da picareta e do martelo” no seu afã por apagar os vestígios de uma tradição monárquica não condizente com a “modernidade” do novo regime.

Afora o temor, um estado de apatia e crise de consciência histórica abatia os outrora “obreiros incansáveis”. Impunha-lhes dificuldades falar de um espaço de experiência tão próximo cujo horizonte de expectativa – a perpetuidade da Monarquia, com ou sem D. Pedro II – dissipava-se paulatinamente, por mais fortes que tenham sido as ações restauradoras. Mas

---

<sup>704</sup> CUNHA, E. da. Da Independência à República. **RIHGB**, t. 69, parte 2, p. 7-71, 1908. p. 71. Esta conclusão de Euclides da Cunha demonstra uma cautela que não caracterizou seus escritos fora do Instituto. Um dos grandes estudiosos de sua obra, Nicolau Sevcenko, aponta que ele não relutava em afirmar que a República desmoralizara a História do Brasil e o próprio país diante do mundo. Conforme Sevcenko, Euclides da Cunha

alguns sócios mais imbuídos, como o Conde de Afonso Celso, Barão de Paranapiacaba e Manuel Francisco Correia esmeravam-se em colocar no papel a gratidão ao monarca. Fizeram isso através das referências à escravidão negra, transformada em motivo de orgulho antes que uma mácula no passado do país, e dos seus testemunhos, onde o registro de uma época seria feita por historiadores partícipes dos acontecimentos que relatavam. Cada um deles era a “prova viva” de um período. Mesmo com todas as limitações do uso desse tipo de fonte, ante os mais jovens defensores da República, apareciam os anciões do Instituto contrapondo-lhes suas argumentações por terem “estado lá”.

As contestações ao reinado do protetor perpétuo do IHGB, através de 3 artigos (Moreira de Azevedo, Barbosa Lima e Euclides da Cunha), são ínfimas num espaço de 23 anos de publicações. Enquanto o passado era motivo de orgulho para alguns sócios, como fonte de ensinamentos a serem seguidos, para outros se constituía em opróbrio a servir de contra-exemplo para que não se repetissem os erros do antigo regime. Cabe ressaltar que os desmerecimentos não se fizeram diretamente à pessoa do protetor, mas a episódios ocorridos em seu governo. Os ataques a D. João VI e a D. Pedro I foram mais diretos. Vale lembrar que as perspectivas logo após a proclamação da República não eram das melhores quanto à preservação da imagem do monarca e de seu governo. Como apontei no capítulo primeiro, o único trabalho apresentado no concurso lançado pelo Instituto quando do falecimento de D. Pedro II em 1891 justamente foi considerado inadequado por conter frases “nada delicadas” e “inverídicas”. A crítica mais contundente das três publicadas na Revista foi a de Euclides da Cunha. Terá sido permitido tal espaço pela reputação literária do sócio? Preteriria-se o dever de gratidão ao protetor perpétuo pela honra de fazer constar nas páginas de sua Revista o nome do maior eco nos estudos brasileiros no fim do século XIX e início do XX?<sup>705</sup>

Creio que houve a intenção deliberada de fazer constar, ao contrário dos discursos, poucas referências à pessoa e ao reinado do falecido monarca, a fim de não dar margem a ataques que desconstruiriam aquela imagem criada e preservada pelo Instituto. Apesar das referências constantes ao dever de gratidão para com sua memória, os escritos sobre D. Pedro II foram poucos, sejam para louvá-lo ou depreciá-lo.<sup>706</sup> A quantidade de trabalhos escritos sobre o Imperador na Revista do Instituto foi inversamente proporcional à recorrência e à

---

não ocultava seu desprezo pelo regime oligárquico que ascendeu com a República. SEVCENKO, 2003, p. 179.

<sup>705</sup> IGLÉSIAS, 2000, p. 147.

<sup>706</sup> Tais registros compunham somente um amontoado de “trabalhos parciais e fontes abundantes” sobre este período no passado do país, fazendo com que, ainda na década de 1940, a história do Segundo Reinado não tivesse sido abordada de forma ampla. PRADO JUNIOR, C. Segundo Reinado. In: MORAES; BERRIEN, 1998, p. 639.

força dos discursos analisados no primeiro capítulo desta dissertação. A memória exaltada não teve o mesmo vigor nos registros escritos. Aqui, sem dúvida, mais que o papel policiador e censor das comissões estava a “mão” da presidência do IHGB. A preservação da memória daquela imagem se daria antes em quadros, bustos, nomes de salas, enfim, numa ampla gama de objetos do que nas histórias escritas.<sup>707</sup> Se a descrição dos relatos sobre o reinado não tão distante do protetor do Instituto deveu-se à proximidade temporal e às polêmicas provocadas, teriam os sócios a mesma cautela no registro dos acontecimentos recentes ocorridos após 1889?

### 3.3 Os tempos tão próximos da República

A função primeira do Instituto, que era de coligir materiais sobre a Nação, não foi suspensa nem tão pouco se mostrou, politicamente, discriminadora nos novos tempos. Da quantidade expressiva de ofertas encaminhadas, comumente, ao IHGB e que eram relacionadas nas atas das sessões, começaram a adentrar documentos sobre e do governo instaurado em novembro de 1889. Na primeira sessão de 1890, foi oferecido por Miguel Vieira Teixeira, o *Manifesto Republicano de 1870* com apontamentos.<sup>708</sup> Órgãos federais não cessaram de enviar documentos: a Constituição da República acompanhada das leis e decretos publicados desde 15 de novembro de 1889 pela Imprensa Nacional;<sup>709</sup> as legislações do Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos;<sup>710</sup> as Constituições pelos vários Governos Estaduais;<sup>711</sup> relatórios dos Ministérios,<sup>712</sup> etc. De acordo com De Certeau, em História, “tudo começa com o gesto de *separar*, de reunir, de transformar em ‘documentos’ certos objetos distribuídos de outra maneira”. Na realidade, o Instituto ao coligir tais

<sup>707</sup> As histórias seriam, conforme o sócio Domingos de Carvalho, uma das e não a mais importante maneira de registrar a memória. Ele dizia que: “Nada mais belo, mais edificante do que esse culto à memória dos mortos, que procuramos eternizar na rigidez incoercível do bronze, na brancura nevada do mármore, na verdade imperecível da história.” CARVALHO, D. S. de. Esboço Biográfico do Dr. Nicolao Moreira. **RIHGB**, t. 58, parte 1, p. 327-336, 1895. p. 329.

<sup>708</sup> 1ª Sessão Ordinária em 1º de março de 1890. **RIHGB**, t. 53, parte 2, p. 403, 1890. Não era sócio do Instituto.

<sup>709</sup> 9ª Sessão Ordinária em 19 de junho de 1891. **RIHGB**, t. 54, parte 2, p. 211, 1892; 11ª Sessão Ordinária em 31 de julho de 1891. **RIHGB**, t. 54, parte 2, p. 222, 1892; 12ª Sessão Ordinária em 14 de agosto de 1891. **RIHGB**, t. 54, parte 2, 1892; 15ª Sessão Ordinária em 25 de setembro de 1891. **RIHGB**, t. 54, parte 2, p. 256, 1892 e 20ª Sessão Ordinária em 4 de dezembro de 1891. **RIHGB**, t. 54, parte 2, p. 297, 1892.

<sup>710</sup> 13ª Sessão Ordinária em 28 de agosto de 1891. **RIHGB**, t. 54, parte 2, p. 241, 1892.

<sup>711</sup> 15ª Sessão Ordinária em 25 de setembro de 1891. **RIHGB**, t. 54, parte 2, p. 256, 1892 e 16ª Sessão Ordinária em 9 de outubro de 1891. **RIHGB**, t. 54, parte 2, p. 259, 1892.

<sup>712</sup> 16ª Sessão Ordinária em 9 de outubro de 1891. **RIHGB**, t. 54, parte 2, p. 259, 1892.

documentos, acabava por produzi-los.<sup>713</sup> A partir deste gesto, os sócios começavam a preparar a história desse período para a História do Brasil.

A primeira referência a algum trabalho que abordava os acontecimentos de 15 de novembro de 1889, transparece na proposta de admissão de Francisco de Figueiredo, Conde de Figueiredo, que escreveu *Allocution prononcée para M. le Comte de Figueiredo, président du conseil d'administration de la banque nationale du Brésil à la reunion de actionnaires residant en France le 11 Fevrier 1890*, publicada em Paris, onde, conforme o parecer, “ali se analisa como todo critério a evolução política e econômica operada no Brasil pelos acontecimentos de 15 de novembro”.<sup>714</sup> Com respeito aos livros publicados que continham referências à nova fase política do país, o sócio Sacramento Blake alegou, em duas oportunidades, que o Instituto não deveria esperar passivamente por donativos, mas sim ir à busca de tais trabalhos e até mesmo comprá-los, se fosse o caso. Encaminhou para isso uma relação, apontando também que se alguns dos autores destas obras fossem admitidos no Instituto, provavelmente, ofereceriam seus trabalhos à biblioteca.<sup>715</sup>

Além de coligir documentos e trabalhos sobre a jovem República, o Instituto procurava contribuir com pareceres e estudos sobre os acontecimentos recentes para o “grande livro” a ser escrito no futuro.<sup>716</sup> Cândido de Oliveira, como relator do parecer da Comissão de História na admissão de Artur Orlando, com uma obra que abordava o pan-americanismo, elogiava-o pela “exata compreensão do atual momento político”, em que se debatiam os mais interessados problemas atinentes ao progresso e desenvolvimento das duas Américas e às relações de ordem econômica e internacional dos povos americanos. Conforme o relator, este livro era numa valiosa contribuição para a apreciação dos fatos e sucessos do mundo político contemporâneo.<sup>717</sup> A obra de Oliveira Lima, *Pernambuco e seu desenvolvimento histórico* (1894), por abordar o passado do Brasil desde o seu descobrimento “até os dias atuais”, foi

<sup>713</sup> DE CERTEAU, 2001, p. 81. Paul Ricoeur fala do arquivo como uma “ação seletiva”. RICOEUR, 2003, p. 447.

<sup>714</sup> Sessão Extraordinária em 11 de julho de 1890. **RIHGB**, t. 53, parte 2, p. 459, 1890. Não foi publicado na Revista. Outro trabalho encaminhado do qual não sei o conteúdo, mas pelo título pressuponho, foi a *República Brasileira* por J. Candido Teixeira na 16ª Sessão Ordinária em 10 de outubro de 1890. **RIHGB**, t. 53, parte 2, p. 497, 1890. Este trabalho não foi publicado, nem tampouco foi objeto de análise mais detalhada pelas comissões do Instituto.

<sup>715</sup> Esta relação mereceria ser analisada, contudo, o seu conteúdo não foi arrolado nas atas. 18ª Sessão Ordinária em 6 de novembro de 1891. **RIHGB**, t. 54, parte 2, p. 282, 1892 e 19ª Sessão Ordinária em 20 de novembro de 1891. **RIHGB**, t. 54, parte 2, p. 296, 1892. Seja por esta proposta ou por outros motivos, muitos daqueles que estavam escrevendo sobre essa nova fase política do país ingressaram, posteriormente, no IHGB.

<sup>716</sup> Os sócios não delimitavam a abrangência temporal do que consideravam *história contemporânea*. Pelo uso, pressuponho que estavam fazendo referências aos acontecimentos recentes.

<sup>717</sup> 15ª Sessão ordinária em 17 de setembro de 1906. **RIHGB**, t. 69, parte 2, p. 420, 1908. Apesar de não constar o título da referida obra, acredito ser o livro *Pan-americanismo* de Artur Orlando da Silva publicado naquele ano.

reconhecida, pela Comissão de História em 1895, como “uma das melhores memórias históricas que vão figurar no arquivo das nossas crônicas”.<sup>718</sup>

O polêmico livro de Eduardo Prado, *Fastos da Ditadura Militar no Brasil* (1890), foi saudado pela Comissão de Admissão de Sócios em 1899 como uma “obra notável” pelos dados preciosos que continha sobre “a história contemporânea de nossa pátria”.<sup>719</sup> No relatório lido pelo 1º Secretário, Henrique Raffard, em dezembro de 1902, foi destacada a leitura do trabalho de Felisbelo Firmo de Oliveira Freire como “a ocorrência mais característica do Instituto” naquele ano.<sup>720</sup> O Prefeito do Distrito Federal, Joaquim Xavier da Silva Júnior, promoveu um concurso entre aqueles que se propusessem a escrever a “História completa” do Distrito Federal desde os tempos coloniais. O julgamento de tais trabalhos caberia ao Instituto Histórico. O sócio Felisbelo Freire participou deste evento com seu trabalho intitulado *História da Cidade do Rio de Janeiro*, que assim foi apresentado em sessão do IHGB:

[...] o autor obedeceu aos métodos científicos da moderna ciência da História jogando com todos os elementos para descrever os fatos, a evolução geral dos acontecimentos, a marcha da civilização nesta zona do país, as instituições, a formação de elemento étnico, a política e com a maior minudência a formação da Cidade, seu desenvolvimento, desde as primitivas épocas até agora.<sup>721</sup>

Após sua leitura que se estendeu por 15 sessões, de 7 de março a 27 de junho de 1902, outra comissão, agora composta por Henrique Raffard e Max Fleiuss, foi encarregada do parecer final. Apesar de designado como “de maior utilidade para o país”, concluíram que este trabalho não deveria ser aprovado pelo Instituto como merecedor do prêmio da municipalidade pois, além de ter deixado de lado algumas regiões que faziam parte do Distrito Federal, não abrangeu, ao contrário do que constava no primeiro parecer, o período pós-1889. Apesar dos debates se prolongarem por mais de duas horas, o indeferimento não foi revertido.<sup>722</sup> Teriam as simpatias monarquistas destes dois sócios, que compunham a

<sup>718</sup> 6ª Sessão Ordinária em 2 de junho de 1895. **RIHGB**, t. 58, parte 2, p. 324, 1896.

<sup>719</sup> 8ª Sessão Ordinária em 23 de junho de 1899. **RIHGB**, t. 62, parte 2, p. 313, 1900. O orador do Instituto, Souza Pitanga, elogiou este trabalho de Eduardo Prado pelo mérito literário e pelo seu valor cívico. 12ª Sessão Ordinária em 9 de agosto de 1901. **RIHGB**, t. 64, parte 2, p. 243, 1901. Outro trabalho deste sócio sobre os acontecimentos recentes foi *A ilusão Americana* (1893).

<sup>720</sup> Relatório do 1º Secretário. Sessão Aniversária em 15 de dezembro de 1902. **RIHGB**, t. 65, parte 2, p. 555, 1902.

<sup>721</sup> 1ª Sessão Extraordinária em 20 de fevereiro de 1902. **RIHGB**, t. 65, parte 2, p. 409, 1902.

<sup>722</sup> Sessão Especial em 27 de junho de 1902. **RIHGB**, t. 65, parte 2, p. 452-458, 1902. Não tenho como precisar se este foi o único trabalho apresentado ou foi o finalista, escolhido entre vários. Nas discussões presentes nas atas somente foi citado e discutido este trabalho.

comissão, influenciado suas conclusões sobre o trabalho de um historiador com fortes relações com o movimento republicano?<sup>723</sup>

Observo que os critérios de avaliação dos trabalhos encaminhados ao Instituto variavam conforme a composição das comissões. Não há um “padrão” da instituição, mas formas de avaliação peculiares aos integrantes desses grupos de trabalho ou, mais especificamente, ao seu relator. Tal disparate ficou visível quando foi avaliado um outro trabalho semelhante ao acima indicado de Felisbello Freire. Miguel Joaquim Ribeiro de Carvalho em *Organização Republicana do Estado do Rio de Janeiro, 1889 a 1894*, ao estudar um período tão recente “evitado de partidarismo”, abordou e se posicionou ante os acontecimentos recentes de que fizera parte. Ou seja, avançou sobre o período pós-1889. Porém, segundo o parecer da Comissão de História composta por Oliveira Catambry e Homem de Melo, ainda era cedo para o autor externar juízos imparciais e, sobretudo, o Instituto era uma “arena neutra”.<sup>724</sup>

Dessa forma, esta comissão censurou justamente o que a outra exigira do trabalho de Felisbello Freire. Para um trabalho ser aprovado deveria fazer referências aos tempos do novo regime, se o autor porém as faz, é censurado pela parcialidade. Mas esses impasses não evitaram que os violentos episódios da República fossem registrados, forçando seus autores e as comissões a relativizarem a austera imparcialidade. A Revolta da Armada, durante o governo de Floriano Peixoto, foi objeto de estudo por Vicente Ferrer de Barros Wanderley Araújo em *Execução do sargento Silvino de Macedo*. Bernardo Teixeira de Moraes Leite Velho, como relator da Comissão de História, mostrava-se cauteloso em seu parecer ao trabalho de Wanderley Araújo se eximindo de analisar, mesmo já passados 10 anos, as “reminiscências ainda vivazes e de paixões partidárias que em pontos da memória se denunciam”.<sup>725</sup> E quanto aos trabalhos escritos pelos sócios e publicados na Revista? O Instituto, pelos pareceres acima, mostrava-se titubeante quanto ao registro ou não dos fatos recentes do passado do país em seu periódico.

Rolie Poppino, em seu estudo sobre os cem anos de publicação da Revista (1839-1938) já alertava que existia “um considerável hiato de tempo” entre a ocorrência de um evento

<sup>723</sup> O sócio *Felisbello Freire* (1858-1916) já referido no capítulo primeiro por sua atuação política, militou no movimento republicano no Império, sendo nomeado o primeiro governador de Sergipe pelo general Deodoro da Fonseca. Escreveu sobre os acontecimentos contemporâneos em duas oportunidades, na já citada obra *História constitucional da República dos Estados Unidos do Brasil* (1894, 3 v.) e em *História da revolta de 6 de setembro de 1893* (1896). Não foi por falta de estudos que Freire não avançou até os dias recentes. Talvez seu declarado partidarismo fez com que não se reportasse ao período pós-1889.

<sup>724</sup> 19ª Sessão Ordinária em 24 de novembro de 1899. **RIHGB**, t. 62, parte 2, p. 362, 1900. *Miguel Joaquim Ribeiro de Carvalho* (1849-1944), com a irrupção da Revolta da Armada, abandonou suas funções de secretário dos Negócios do Interior e Justiça do Estado do Rio de Janeiro para lutar em defesa da legalidade em favor de Floriano Peixoto. Por sua dedicação recebeu as honras do posto de Coronel do Exército.

<sup>725</sup> 4ª Sessão Ordinária em 29 de abril de 1904. **RIHGB**, t. 67, parte 2, p. 416, 1906.

histórico e o aparecimento de um artigo a respeito. De 844 colaborações históricas, o autor apontou que este hiato era de, geralmente, 25 anos.<sup>726</sup> Alguns sócios, mesmo sabedores dos problemas de estudar eventos mais recentes, foram adiante. Que fatos eram estes e de que maneira foram abordados? Entre as primeiras sessões de 1891, há menção a um ofício do sócio Maximiano Marques de Carvalho lembrando a necessidade de se nomear uma comissão de 3 membros para escrever a *história contemporânea do Brasil republicano*.<sup>727</sup> Tal proposta não foi debatida e não teve continuidade. Mesmo assim, o padre Belarmino José Souza, em discurso no ano de 1896, destacava seu desejo de ler trabalhos sobre “a nossa civilização presente”. O clérigo se preocupava em conhecer as causas do “recente abalo interno que tão sérios embaraços tem trazido à vida civil, política e econômica da nação”.<sup>728</sup>

O desejo de uns era motivo de cautela para outros. Às intenções de Marques de Carvalho e padre Belarmino, Max Fleiuss apontava a impossibilidade de se abordar os momentos atuais pois, faltando a calma, “fator essencial dos estudos históricos”, não seria permitido analisar os últimos sucessos que, “se para uns só oferecem aspectos lisonjeiros, para outros representam exatamente o contrário, e nos repugna a análise de fatos impossíveis de serem tratados sem o perigo da acirrada polêmica”.<sup>729</sup> Em 1891, foi publicado, pela primeira vez após a proclamação da República, um estudo que aludia, mesmo que tangencialmente, aos acontecimentos mais recentes do passado do país. O estudo sobre os brasões da República, transcrito do *Jornal do Comércio* de junho de 1890, restringia-se a sugerir brasões e bandeiras para o país, estados e municípios, baseados nos antigos símbolos do Império. Abordava mudanças nas insígnias aconselhando permanências.

A representação emblemática do passado, segundo este artigo, não poderia ser relegada. Seja por omissão proposital ou acidental, a autoria não foi dada a conhecer.<sup>730</sup> Dois anos depois, Henrique Raffard em *Alguns dias na Paulicéia* registrou seu testemunho ao visitar a cidade de São Paulo e arredores em 1890. Este artigo evitava adentrar em temas polêmicos, limitando-se a abordar a questão da mão-de-obra na maior cidade do país. Discutia o problema dos libertos e das condições de uso da mão-de-obra de imigrantes estrangeiros dando sugestões para o seu melhor aproveitamento.<sup>731</sup> No ano seguinte, a questão da

<sup>726</sup> POPPINO, 1977, p. 301.

<sup>727</sup> 3ª Sessão Ordinária em 3 de abril de 1891. **RIHGB**, t. 54, parte 2, p. 178, 1892.

<sup>728</sup> 15ª Sessão Ordinária em 27 de setembro de 1896. **RIHGB**, t. 59, parte 2, p. 288-289, 1897.

<sup>729</sup> FLEIUSS, M. Centenários do Brasil. **RIHGB**, t. 64, parte 2, p. 91-132, 1901. p. 132.

<sup>730</sup> BRASÕES do Brasil, ligeiro estudo. Brasões da República dos Estados Unidos do Brasil. **RIHGB**, t. 54, parte 1, p. 283-202, 1891.

<sup>731</sup> RAFFARD, H. Alguns dias na Paulicéia. **RIHGB**, t. 55, parte 2, p. 159-258, 1893. Publicado inicialmente no *Diário do Comércio*, no Rio de Janeiro, e no *Jornal da Tarde*, em São Paulo, sob o pseudônimo de *Ascher*, em uma série de artigos em março e abril de 1890. Contudo, para a publicação na Revista do IHGB o autor

imigração voltou à Revista com um trabalho escrito por Tristão de Alencar Araripe, intitulado *Embaixada e tratado*, que abrangia desde as primeiras tratativas em 1878 até as últimas ações do governo da República, ao enviar o Barão de Ladário à China, a fim de obter daquele governo condições favoráveis à vinda de operários.<sup>732</sup>

Mesmo com todos os receios, o passado recente (pós-1889) constituía-se em objeto de estudos nos trabalhos publicados na Revista. Desses acontecimentos, a Campanha de Canudos recebeu a atenção especial dos sócios do Instituto. Antes mesmo da forte repercussão nacional devido às ações militares mal sucedidas das expedições enviadas para prender Antônio Conselheiro e seus seguidores, o Instituto recebeu, em 1895, um exemplar do relatório do Frei João Evangelista sobre o “célebre fanático”, enviado pelo Diretor do Arquivo Público da Bahia, Frederico Lisboa.<sup>733</sup> Em outubro de 1897, com o ápice das atenções voltadas para o que acontecia no sertão baiano, o sócio Manuel Francisco Correia sugeriu que seria de “manifesto interesse para a História pátria” que se reunissem, desde já, elementos seguros sobre as ocorrências que celebrizavam Canudos.

Diante disto, ele propôs que fosse nomeado um dos sócios do Instituto para redigir e apresentar uma “memória” sobre o assunto. Correia, antes mesmo de apresentar esta proposta, já havia tomado a iniciativa de falar com um dos colegas para que se responsabilizasse por este trabalho. O sócio contatado por Correia foi Aristides Augusto Milton que, em carta dirigida ao Instituto, alegava que ainda era cedo para escrever esta memória com “exatidão e imparcialidade” que deveriam constituir “o objetivo e a glória do historiador”. Apesar das ponderações iniciais, ele aceitou apresentá-la.<sup>734</sup> Após quase três anos de pesquisas, o trabalho intitulado *Campanha de Canudos* começou a ser lido, nas sessões do Instituto, em agosto de 1900 pelo autor. As leituras se estenderam ao longo de todo o segundo semestre daquele ano. Após a conclusão de sua leitura em dezembro, o sócio Rocha Pombo propôs, e foi aprovado, um voto de louvor ao trabalho “pelo critério e imparcialidade” com que escreveu a referida memória.<sup>735</sup>

Publicada na Revista em 1902, o autor destacava, já na introdução desta obra, que os excessos e as violências que vinham ocorrendo nos Estados da União também foram praticados durante a Monarquia. Sob o antigo regime se testemunhou cenas de deposição,

---

acrescentou uma série de notícias em notas de rodapé de informações do *Jornal Diário Popular*, de junho a novembro de 1890.

<sup>732</sup> ARARIPE, T. A. *Embaixada e tratado*. **RIHGB**, t. 56, parte 2, p. 123-124, 1894.

<sup>733</sup> 11ª Sessão Ordinária em 25 de agosto de 1895. **RIHGB**, t. 58, parte 2, p. 366, 1896.

<sup>734</sup> 15ª Sessão Ordinária em 17 de outubro de 1897. **RIHGB**, t. 60, parte 2, p. 372-373, 1897.

<sup>735</sup> 20ª Sessão Ordinária em 7 de dezembro de 1900. **RIHGB**, t. 63, parte 2, p. 530, 1902.



rebeldia, desalento e terror. Por isso, segundo ele, a nenhum regime se poderia atribuir os erros de alguns “espíritos inquietos”, como o de Antônio Conselheiro, que apareciam em todos os tempos e situações. A luta que se desenvolveu em Canudos poderia muito bem ter irrompido, de acordo com Aristides Milton, durante o regime anterior. Ele ressaltava que, mesmo não revelando “feição partidária” alguma, a campanha assinalou um período de grandes surpresas e temores reais para o novo governo. Explorada por aquilo que chamou de “politicagem perversa”, Canudos serviu como pretexto para muitas “agressões injustas” ao governo da Bahia e “afrontas insensatas” ao seu povo.

Apesar de refutar os boatos de que os inimigos da República mandavam armas para lá e que Canudos era um “reduto de monarquistas” e “guarda avançada da restauração”, Milton não contestava que os monarquistas muito desejavam a vitória dos fanáticos, na esperança de lhe tirar proveito. Contudo, para o autor, a questão se resumia a um homem alucinado pela doutrina religiosa, mesmo considerando seus ataques ao novo regime. As objeções de Antônio Conselheiro deviam-se menos à pretensão de restaurar a Monarquia do que ver restabelecidos certos ofícios que a Constituição republicana substituíra ao aprovar a separação entre o Estado e a Igreja. Mesmo não desmerecendo os seguidores de Conselheiro, vendo o sertanejo como uma verdadeira “raça de heróis”, o autor legitimava a forte reação do governo a fim de impor a paz e a ordem, como “condição necessária para difundir o progresso e firmar a liberdade”.

Além de eximir o governo republicano, este trabalho se prestou, principalmente, para que o autor advogasse em favor do governo do Estado e do povo da Bahia junto à Capital Federal. Ressalto que Aristides Augusto Milton era natural daquele Estado e o representava no Congresso Nacional como Deputado. O político na tribuna mesclava-se ao historiador na pesquisa. O autor se referia, elogiosamente, à força policial baiana pelo “denodo e galhardia”, bem como ao auxílio do governo estadual às forças federais. Os fatos corroboravam, segundo o autor, as provas “irrecusáveis” do empenho e da lealdade com que as autoridades da Bahia secundavam os trabalhos e os esforços do governo central. Vários discursos e telegramas foram reproduzidos ao longo do artigo nos quais o Exército agradecia o “grande apoio” do governo baiano. O escritor se preocupou em atacar as insinuações da imprensa do Rio de Janeiro de que a Bahia, como um todo, era um “reduto de monarquistas”.

Tal pecha foi reforçada quando da derrota da 3ª Expedição comanda pelo Coronel Moreira César. Aristides Milton ressaltava que a imprensa esquecia da “quase unanimidade” da população baiana em colaborar, “de forma ativa e laboriosa”, no estabelecimento e consolidação do novo regime. Após a frustração daquela expedição, o autor apontava as numerosas e solenes manifestações públicas de tristeza e luto. Várias tinham sido as formas

com que a Bahia afirmara sua solidariedade com o regime atual e suas simpatias com o exército republicano. Entretanto, as acusações de alguns periódicos do Rio de Janeiro levou os militares a suspeitarem do povo baiano. Invasões, desacatos, conflitos e agressões pelos soldados de outros Estados por onde passavam a caminho de Canudos resultavam, de acordo com o autor, da injusta e errada opinião que vogava no Rio de Janeiro.

Diante disto, Aristides Milton reforçava que, através de sua “exposição imparcial”, se poderia concluir o quanto fora correta e patriótica a atitude das autoridades e do povo da Bahia. Fornecendo “todos os documentos necessários para se instituir um juízo imparcial e seguro sobre tão curiosos episódios de nossa pátria”, o autor concluía seu trabalho exaltando as qualidades do soldado brasileiro, “dentre os mais afamados do mundo” e rogando que Canudos representasse o fim de um ciclo de nossas lutas civis.<sup>736</sup> Apesar de achar que era cedo para escrever este relato, o sócio Aristides Milton o fez. Por mais que a característica de imparcialidade fosse aventada pelo autor e pelo voto de louvor de seus colegas, este trabalho legitimava a ação do governo, ao levar a *Ordem e o Progresso* para o sertão baiano, e servia de manifesto de defesa em prol do governo e da população da Bahia diante dos preconceitos generalizados oriundos, principalmente, da imprensa do Rio de Janeiro.

Apesar da imediatez de certos artigos publicados na Revista, isto é, de um período de tempo muito reduzido entre o acontecido e seu relato, alguns fatos ainda deveriam aguardar a “purificação de certas paixões” para serem dados a conhecer segundo os sócios do IHGB. Manuel Francisco Correia defendia, em um trabalho lido na sessão de 9 de novembro de 1900, que o Instituto deveria, 11 anos após o ocorrido, empenhar-se para coligir “tudo quanto puder a fim de que o historiador imparcial e desapaixonado conheça perfeitamente os fatos da fundação da República para bem ajuizar deles”. De acordo com Correia, de semelhante maneira como o IHGB preocupara-se, desde a sua fundação, em aquilatar e explicar as ocorrências sobre a Independência Nacional, deveria também esclarecer aquelas ligadas aos primeiros dias do novo regime. Diante disto, abordou seus encontros com o Imperador logo

---

<sup>736</sup> MILTON, A. A. A Campanha de Canudos. **RIHGB**, t. 63, parte 2, p. 5-147, 1902. O trabalho constou no tomo do ano de 1900 da Revista que somente foi publicada em 1902. Esta especificação de datas de redação e publicação serve para mostrar a anterioridade da obra em relação àquela publicada por Euclides da Cunha sobre o mesmo tema. *Os Sertões* serviu de título de admissão de Euclides da Cunha no Instituto quando da apresentação de sua proposta em março de 1903. Este livro foi objeto de uma análise mais detalhada pela Comissão Subsidiária de História nomeada e composta por Conde de Afonso Celso, Max Fleiuss e Francisco Rafael de Melo Rego conforme 2ª Sessão Ordinária em 20 de março de 1903. **RIHGB**, t. 66, parte 2, p. 131, 1905. Outro sócio que escreveu trabalhos sobre Canudos, pois dela participou, foi o Marechal Emídio Dantas Barreto: *A última expedição de Canudos* (1898), *A revolução de 1906* (1907) e *A destruição de Canudos* (1912). Não foram publicados na Revista.

após a proclamação da República.<sup>737</sup> Analisando tal preocupação, noto que Francisco Correia estava mais interessado em mostrar a irreversibilidade do novo regime e da sua aceitação pelo próprio monarca, isentando-o de palacianas conspirações restauradoras.<sup>738</sup>

Sobre os episódios da proclamação, a Comissão de Redação em *Quinze de novembro, reminiscências e restituições históricas* apresentou a transcrição de duas entrevistas, uma do Visconde de Ouro Preto ao *Jornal do Comércio* e outra de Rui Barbosa no *Comércio de São Paulo*, concedidas, respectivamente, em 15 de novembro e 17 de dezembro de 1903. Estes depoimentos de dois sócios do Instituto, segundo a comissão, esclareceriam alguns pontos ignorados da instauração do novo regime e serviriam como subsídios aos futuros historiadores. São reveladoras as diferenças temporais entre o acontecido (1889), o relato (1903) e a publicação (1911). Enquanto, desde a proclamação pululavam tentativas de esclarecer os episódios recentes, principalmente em jornais e folhetins pelo país,<sup>739</sup> o Instituto silenciava-se, silenciando seus sócios. Rui Barbosa e o Ouro Preto procuraram esclarecer suas próprias ações antes, durante e após a proclamação da República. Ouro Preto almejou, principalmente, desmentir algumas acusações dirigidas a ele, enquanto Rui Barbosa, por sua vez, desejou explicar sua posição em favor de uma ditadura mais longa e da não convocação de uma Constituinte.<sup>740</sup> Quatorze anos depois, mais do que esclarecer os fatos, os dois sócios apresentaram suas autodefesas se explicando diante dos acontecimentos ocorridos.

Contudo, havia um outro artifício que possibilitava aos sócios abordarem acontecimentos recentes dando-os a conhecer posteriormente. Criada nos tempos monárquicos, a *Arca do Sigilo* foi requisitada com a mudança do regime de governo. Ela foi proposta pelo sócio Francisco Freire Alemão na sessão do Instituto de 9 de dezembro de 1847 e aprovada em 16 de fevereiro de 1850. Tal intuito provinha do fato de que:

<sup>737</sup> Segundo Correia, fora ele mesmo que, no início da noite de 15 de novembro de 1889, relatou detalhadamente a situação ao Imperador. CORREIA, M. F. Complemento à memória lida na sessão de 8 de abril de 1892 e publicada na parte 2 do tomo 55 desta revista. **RIHGB**, t. 63, parte 2, p. 193-199, 1902.

<sup>738</sup> Esta tentativa de eximir o Imperador da participação em movimentos restauradores já fora feita, anteriormente, pelo sócio Conde de Afonso Celso em seu livro *Vultos e Fatos* de 1892, que serviu-lhe de admissão ao Instituto. Sacramento Blake, como relator da Comissão de História, deu seu parecer em 17ª Sessão Ordinária em 14 de outubro de 1892. **RIHGB**, t. 55, parte 2, p. 374, 1893.

<sup>739</sup> Dos trabalhos que analisam a abordagem pela imprensa carioca da proclamação da República destaco os de: SIQUEIRA, C. V. **A imprensa comemora a República**: o 15 de novembro nos jornais cariocas (1890-1922). 1995. 172 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Sociais, PUCRJ, Rio de Janeiro, 1995. Parte deste trabalho foi publicado em: Id. *A imprensa comemora a República: memórias em luta no 15 de novembro de 1890*. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 14, p. 161-181, 1994.

<sup>740</sup> *Quinze de novembro, reminiscências e restituições históricas*. **RIHGB**, t. 73, parte 2, p. 123-146, 1911.

Escritos há, certamente, muito úteis e preciosos para a história de um país, cuja imediata impressão pode acarretar, além de grandes desgostos a seus autores, incalculáveis perturbações, e comprometer não só a paz interna, com a externa; e outros que envolvendo personalidades contemporâneas e descarnando os fatos ou divulgando segredos, trariam um sem número de inimizades e deslocações pessoais, mormente em épocas de transição, e num país como o nosso, onde as bases de uma longa experiência não podem ainda frutificar, e onde a tolerância das nações velhas ainda não chegou. [...] vai ser o depósito da consciência íntima de muitos escritores que não levarão à sepultura verdades essenciais à história do nosso país; vai ser o juiz póstumo do caráter de todos os autores principais da cena do nosso mundo e revelar fatos que tornariam a história obscura, forçando os escritores a tatearem no mundo das conjecturas e das probabilidades.<sup>741</sup>

Dez meses após a proclamação da República, Manuel Francisco Correia confiou ao Instituto um invólucro a ser depositado na Arca para ser retirado após treze meses da sua morte.<sup>742</sup> A seguir, em 10 de outubro de 1890, ele entregou uma memória para ser lida após o falecimento do Imperador. Em 08 de abril de 1892, a Arca foi aberta e esse documento foi lido em sessão e publicado na Revista. Nele, Manuel Francisco Correia tecia algumas considerações sobre as observações feitas a lápis por D. Pedro II no livro de E. de Presensé, intitulado *Les Origines*. O livro fora dado a Correia pelo monarca em maio de 1884.<sup>743</sup> Na primeira sessão do ano de 1893, Correia fez a entrega de outro envelope lacrado, para ali ser guardado até sua saída da presidência do Tribunal de Contas.<sup>744</sup> Satisfazendo este último pedido, a Arca do Sigilo foi aberta em setembro de 1894, após sua deposição da direção daquela instituição.

<sup>741</sup> Sessão de 16 de fevereiro de 1850. **RIHGB**, t. 13, parte 1, p. 132-134, 1901. Conforme o art. 68 dos Estatutos de 1890: “O Instituto terá uma arca do sigilo, onde guardará todos os manuscritos secretos, que devam ser publicados em época determinada.” Igual caracterização dispõe o art. 60 dos Estatutos de 1906. Após a proclamação da República, outro sócio que utilizou a Arca do Sigilo foi o Visconde de Taunay que, em 1892, enviou quatro volumes de memórias a serem ali depositados, para serem abertos depois de 1943. 13ª Sessão Ordinária em 26 de agosto de 1892. **RIHGB**, t. 55, parte 2, p. 344, 1893. Taunay teceu críticas ao novo regime, especificamente sobre a economia do país, em um livro de ficção em 1894, intitulado *Encilhamento*. O Encilhamento foi um período de desvairados jogos de Bolsa, estimulados pela liberdade de emissão bancária decretada pelo governo. Esta obra é analisada em MARTINS, W., 1978, v. 4, p. 454-458. Além deste livro, Taunay escreveu vários artigos para jornais do Rio de Janeiro e São Paulo criticando o regime republicano. Eles foram reunidos e publicados, posteriormente, no livro *Império e República* (1933). A cautela em utilizar a Revista do IHGB não caracterizou seus escritos fora do Instituto.

<sup>742</sup> 15ª Sessão Ordinária em 26 de setembro de 1890. **RIHGB**, t. 53, parte 2, p. 491, 1890.

<sup>743</sup> No que foi publicado na Revista, a Comissão de Estatutos e Redação, composta pelo Visconde de Beaurepaire Rohan, Tristão de Alencar Araripe e César Augusto Marques, apontava que: “Este documento é mais uma prova do elevado critério e sabedoria do nosso augusto protetor, de saudosa recordação, e como tal deve honrar as páginas da nossa *Revista*.” COMISSÃO de Redação. Nota. In: CORREIA, M. F. Memória apresentada ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 10 de outubro de 1890 para ser lida depois da morte do Imperador o Sr. Pedro II. **RIHGB**, t. 55, parte 2, p. 13, 1893.

<sup>744</sup> 1ª Sessão Ordinária em 3 de março de 1893. **RIHGB**, t. 56, parte 2, p. 142, 1893.

Feita a sua leitura foi nomeada uma comissão para apreciá-la.<sup>745</sup> Nestas memórias, Correia justificava os motivos que o fizeram retornar à vida pública, aceitando o cargo de Presidente do Tribunal de Contas da República, após ter dela se afastado com a proclamação do novo regime.<sup>746</sup> Em 1911, suas memórias foram publicadas na Revista, as primeiras recolhidas à Arca do Sigilo em setembro de 1890 e que foram abertas em 5 de março de 1906, treze meses após seu falecimento ocorrido em 11 de junho do ano anterior. Que palavras guardavam estes escritos que não poderiam ser propagadas no início da República? O que e de que forma Manuel Francisco Correia contribuiria para a História do Brasil a ser escrita sobre este conturbado período? No início de seu trabalho, o autor declarava seu desejo de não querer ser julgado através do que falavam e escreviam seus adversários.

Discutiu os episódios em torno da Questão Militar ao final do Império, dando seu parecer como burocrata no período; defendeu-se de ter aceito a proclamação da República para não ser afetada a integridade nacional; atacou os atos da “ditadura” que assumiu o governo após a deposição da Monarquia e, apesar de ter sido uma figura expressiva no antigo regime, declarou que não acreditava na restauração monárquica:

No regime excepcional conseqüente ao movimento insurrecional de 15 de novembro de 1889 não havia como deixar de tolerar certas demasias; mas a história imparcial há de reconhecer, capacito-me disto, que o Governo Provisório foi muito além do que era preciso para a consolidação da nova ordem das cousas, contra a qual ninguém conspirava, embora nem todos a ela aderissem ou se submetessem, como eu, acreditando que a República se tornara a forma definitiva do governo do Brasil, e que não aproveitaria à causa pública a restauração monárquica.

Assim encarando a situação, tive de aconselhar em novembro, logo depois do movimento insurrecional, que os brasileiros nos conformássemos com o novo estado de cousas.<sup>747</sup>

Com este comportamento as inimizades de Correia se estenderam não só aos republicanos militaristas, mas também àqueles conspiradores monarquistas que almejavam o retorno do regime anterior. Este sócio, ficando em uma posição delicada diante dos adversários e defensores de ambos os regimes, optou por usar a Arca até que as paixões amainassem. Manuel Francisco Correia, através destas memórias, justificava-se, ressaltando que as decisões tomadas por ele diante dos últimos acontecimentos no antigo regime e no início do novo foram tomadas para que “seus filhos não se envergonhassem do seu nome, seus compatriotas não amaldiçoassem sua memória e que os membros do IHGB não

<sup>745</sup> 13ª Sessão Ordinária em 30 de setembro de 1894. **RIHGB**, t. 57, parte 2, p. 370, 1895.

<sup>746</sup> CORREIA, M. F. Memórias. **RIHGB**, t. 57, parte 2, p. 501-507, 1895.

<sup>747</sup> Id. Memória. **RIHGB**, t. 73, parte 2, p. 5-34, 1911. p. 25.

desestimassem seu antigo companheiro de trabalho”.<sup>748</sup> Mas apesar do uso cauteloso da Arca do Sigilo, questionamentos ao governo republicano foram feitos na Revista do Instituto no “calor dos acontecimentos” não recorrendo a mecanismos temporizadores.

Mesmo sob os difíceis anos da gestão de Floriano Peixoto, em que os seus opositores sofriam graves retaliações, acusações estavam presentes na Revista. Em 1894, no volume publicado em comemoração ao falecimento de D. Pedro II, quase que despercebidas entre tantas palavras de saudades, dois ataques abertos de não sócios ao novo regime foram transcritos. Foi reproduzida a frase de Alberto Sampaio onde dizia que “dois anos de república correram sobre o exílio de Sua Majestade o Sr. D. Pedro II e até hoje os senhores republicanos outra coisa não fizeram senão expulsar um brasileiro e envergonhar um povo”.<sup>749</sup> Um artigo de Carlos Laet com pesados ataques também foi inserido neste volume especial.<sup>750</sup> Os sócios, em outras oportunidades, procuraram também fazer críticas, mesmo que sutis. João Mendes de Almeida, julgando ser útil estudar um nome de origem tupi, propôs-se a explicar o termo *Cucuhi* que, “casualmente”, era a designação do forte na província do Amazonas para o qual foram deportados “alguns cidadãos”.<sup>751</sup>

César Augusto Marques, em *História do Maranhão*, publicado em 1893, ao se referir ao governador daquela província, entre os anos de 1806 e 1809, Francisco de Melo Manuel da Câmara, dizia que “infelizmente em nossos dias outros iguais ou idênticos têm escandalizado o bom senso público”.<sup>752</sup> Outros descartaram a sutileza e foram mais incisivos. Seis meses após o fim da gestão de Floriano Peixoto, Manuel Francisco Correia, talvez impaciente por usar novamente a Arca do Sigilo, procurou registrar os acontecimentos recentes deste governo. Na sessão de 19 de maio de 1895, Correia leu um documento sobre os últimos acontecimentos políticos no Estado do Paraná em que seu irmão, o Barão de Serro Azul, foi assassinado. A fim de contribuir com elementos para “servir de guia aos futuros

<sup>748</sup> CORREIA, M. F. Memória. **RIHGB**, t. 73, parte 2, p. 5-34, 1911. p. 34.

<sup>749</sup> Suplemento. **RIHGB**, volume especial, homenagem do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em comemoração do falecimento de S. M. o Sr. D. Pedro II, t. 56, parte 1, p. 687-803, 1894. p. 790.

<sup>750</sup> Avulsos. **RIHGB**, volume especial, homenagem do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em comemoração do falecimento de S. M. o Sr. D. Pedro II, t. 56, parte 1, p. 463-531, 1894. p. 511-517. Este artigo intitulado *Ao povo* era datado de 18 de dezembro de 1891 e foi publicado no jornal *O Brasil*. Nele, Carlos Laet criticava a insegurança nas ruas pela ação de fanáticos e assassinos e a não intervenção das autoridades. Ele apontava que o “terror se faz auxiliar da República”, não se tendo nem liberdade para orar pelos amigos. Laet se referia especificamente às intimidações de radicais republicanos nas solenidades de falecimento do monarca.

<sup>751</sup> ALMEIDA, J. M. Cucuhi. **RIHGB**, t. 56, parte 2, p. 41-42, 1894. Datado de 16 de abril de 1892.

<sup>752</sup> MARQUES, C. A. História do Maranhão, Dom Francisco de Melo Manuel da Câmara, governador e capitão-general do Maranhão, alguns traços de sua vida, suas excentricidades e violências, e seus despachos. **RIHGB**, t. 55, parte 2, p. 25-34, 1893.

historiadores”, Correia ressaltava que somente sobre a “verdade histórica” se poderiam fazer apreciações exatas sobre o passado do país.

Seu propósito era oferecer ao Instituto um documento, a última carta escrita por seu irmão, para reabilitar sua memória. Entendia que ao Instituto seriam apreciáveis todos os documentos que pudessem “aquilatar” com precisão qualquer episódio de nosso passado. Conforme Manuel Francisco Correia: “Deixo à justiça e à dignidade do futuro a sua apoteose e a dos brasileiros com ele ou como ele martirizados.”<sup>753</sup> Correia dava sua versão sobre os acontecimentos recentes na Revolução Federalista com seu rastro de violência pelos Estados sulinos deixado também pelas tropas legalistas. Em novo artigo, apesar de ter como objetivo outro tema, intitulado *Ocupação da ilha da Trindade pela Inglaterra e restituição ao Brasil*, Manuel Correia fez considerações ao “governo ditatorial” de Floriano Peixoto em que fora exonerado do cargo de Presidente do Tribunal de Contas e, novamente, às retaliações durante a Revolução Federalista, onde seu irmão, referido acima, fora morto “à sombra do terror”.<sup>754</sup>

No trabalho intitulado *Importante documento, subsídio para a história da administração pública*, ele aludia a um fato específico ocorrido durante “o regime ditatorial que pesou duramente sobre o país à sombra de sítio”. Tal fato se baseava em um documento reservado de 22 de dezembro de 1893 onde o Ministro da Fazenda Felisbello Freire, sócio do Instituto desde 1890, lhe solicitou, quando na época estava na presidência do Tribunal de Contas, os nomes dos funcionários “cujas opiniões fossem contrárias às novas instituições”. Francisco Correia se defendeu apontando que nunca cogitara obter tais informações de seus funcionários e muito menos informar ao governo, agindo como um delator, mesmo que, naquela época, o lema fosse “crê ou morre”.<sup>755</sup> Estas histórias registradas nas páginas da Revista do Instituto contavam, pela atuação de vários de seus sócios na burocracia do governo, com o privilégio de documentos de caráter sigiloso não acessíveis a outros pesquisadores. Em *Resposta a uma acusação, fragmento de história política*, Correia expunha seus motivos sobre a sua deposição como Presidente do Tribunal de Contas em 1894 para que o Instituto julgasse este “ato próprio de uma época de ditadura e terror”.<sup>756</sup>

Assim, observo que o governo de Floriano Peixoto e sua “herança jacobina” foram os mais repudiados nos discursos e artigos publicados na Revista. Além disso, dentre todos os

<sup>753</sup> 5ª Sessão Ordinária em 19 de maio de 1895. **RIHGB**, t. 58, parte 2, p. 317-320, 1896.

<sup>754</sup> CORREIA, M. F. *Ocupação da ilha da Trindade pela Inglaterra e restituição ao Brasil*. **RIHGB**, t. 59, parte 2, p. 5-28, 1897.

<sup>755</sup> Id. *Importante documento, subsídio para a história da administração pública*. **RIHGB**, t. 59, parte 2, p. 209-210, 1897.

<sup>756</sup> Id. *Resposta a uma acusação, fragmento de história política*. **RIHGB**, t. 63, parte 2, p. 281-294, 1902.

chefes de Estado no período estudado (1889-1912), o Marechal de Ferro foi o único a quem não se concedeu o título de *Presidente Honorário* do IHGB. Sobre os conflitos posteriores ocorridos entre as oligarquias estaduais, especificamente o que eclodira em Mato Grosso no ano de 1906 foi objeto de estudo pelo sócio General Emídio Dantas Barreto em *Expedição a Mato Grosso, a revolução de 1906*. Segundo a Comissão de História, em 1908, cujo relator fora Ramiz Galvão, esta obra, por ter sido publicada logo após os acontecimentos a que se referia, não corresponderia às exigências da História “na rigorosa acepção da palavra”.<sup>757</sup>

Pelo fato de, até o momento, não terem sido apagadas as paixões daquela guerra civil e por ainda estarem vivos muitos de seus protagonistas era impossível, segundo o parecer, apurar os acontecimentos com perfeita análise, suas origens, o caráter e os motivos dos políticos envolvidos e deduzir “todas as considerações filosóficas”. De acordo com a comissão, se o livro de Dantas Barreto não se constituía em uma “história completa” da Revolução de 1906, era, contudo, um valioso subsídio para ela. Por ser um “correto militar”, o autor não condenou a imprevidência da alta administração brasileira mas deveria tê-la feito, de acordo com a comissão, pela demora do governo em reunir forças para auxiliar nas emergências. O parecer destacava o perigo “desta política estreita e ambiciosa” que colocava na administração dos Estados cidadãos sem preparo intelectual, moral e cívico. Tais dirigentes eram para ali designados pela audácia, pelas relações familiares ou pelos interesses que representavam. Finalizava o parecer apelando para que a escolha dos governadores se baseasse no patriotismo e que se restabelecesse, por todo o país, a verdade das urnas eleitorais, “tantas vezes deturpada”.<sup>758</sup>

Se o autor deste trabalho, Dantas Barreto, esmerou-se num registro “imparcial” (evitando dar sua opinião pessoal sobre os fatos), o relator da comissão cobrou-lhe a falta de um posicionamento para criticar a ineficiência do Exército nacional, a incompetência das oligarquias estaduais e as suas maquinações sufragistas em conluio com o governo federal. O relator Ramiz Galvão, através desse parecer, usou os relatos de outro sócio para externar sua

<sup>757</sup> *Benjamin Franklin Ramiz Galvão*, Barão de Ramiz (1846-1938), era amigo pessoal de D. Pedro II. De 1882 a 1889, foi preceptor dos príncipes imperiais, netos do monarca e filhos do Conde D’Eu e da Princesa Isabel. Dirigi a Biblioteca Nacional e foi diretor da Instrução Pública do Distrito Federal. Ingressou no IHGB em 1872, afastando-se por “melindre pessoal”, e, apesar de ter sido eleito para a Comissão de História em 1889 e 1895, somente em 1907 retornou ao IHGB, voltando a integrar esta comissão (1908-1912). Não possui trabalhos publicados na Revista. Integrou a ABL em 1928. Dirigi o Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1906).

<sup>758</sup> 3ª Sessão Ordinária em 11 de junho de 1908. **RIHGB**, t. 71, parte 2, p. 470-473, 1909. *Emídio Dantas Barreto* (1850-1931) teve uma longa carreira no Exército, desde a Guerra do Paraguai e Canudos, chegando a Ministro da Guerra de Hermes da Fonseca e, como Marechal de Exército, reformou-se em 1918. Foi governador de Pernambuco (1911-1915) e Senador (1916-1918). Ingressou no Instituto em 1908 e na ABL em 1910.



opinião política sobre o episódio ocorrido em Mato Grosso. João Cardoso de Menezes e Souza, o Barão de Paranapiacaba, no já citado trabalho *Prometeu acorrentado*, fez uma longa argüição não especificamente contra um dos governos, mas contra a Democracia. Aos que viam na cidade mais importante da Grécia antiga o berço dos “regimes modernos”, o autor apontava que Atenas jamais tinha sido democrática, constituindo-se na “mais brilhante criação do espírito aristocrático na antigüidade”. Atribuir, segundo Paranapiacaba, o caráter democrático a ela era um contra-senso, pois não havia sufrágio universal nem o sistema de eleições “que tão facilmente permite a um clã de politiqueros o manietar um país”.

Dando como exemplo a França, o autor defendia a destruição do falso ideal do “vírus democrático” das massas. Na democracia havia a inveja, a ignomínia e a baixeza. De acordo com Menezes e Souza, todos os grandes pensadores se declararam contra a democracia igualitária: “[...] na organização social há divisão e hierarquia de funções; a equidade não é igualdade e sim proporcionalidade e hierarquia de tais funções.”<sup>759</sup> Desse modo, observo que, quanto ao distante passado helênico ou o mais recente francês, havia visões distintas sobre um projeto político a ser seguido ou contestado no presente. Esse texto contrapunha as afirmações daqueles que, não satisfeitos em encontrar uma “tradição republicana” no passado do país, buscavam-na nas lições da Hélade e da Bastilha. Paranapiacaba vinha contrapor as intenções daqueles que ansiavam por uma ampla participação no recém fundado regime, legitimando o poder nas mãos de alguns. Para o saudoso monarquista, se a República vinha para ficar, que ficasse, então, sob a tutela de uma aristocracia.

Mas o registro dos acontecimentos recentes para o “grande livro” a ser escrito não se fez somente de objeções aos governos republicanos. Uma das grandes contribuições do Instituto nos seus cinquenta anos de serviços prestados ao regime monárquico foi o estudo sobre a situação das fronteiras da jovem Nação independente. Tais estudos indicam uma continuidade quanto ao período anterior a 1889. Analisando os temas publicados na Revista, nos primórdios do Instituto (1839-1857), Manuel Guimarães aponta que “o material publicado revela uma clara orientação em direção às regiões de fronteira, devido à necessidade de integração dessas mesmas regiões ao poder do Estado Nacional”.<sup>760</sup> Os litígios fronteiriços

---

<sup>759</sup> Além disto, neste mesmo trabalho, Menezes e Souza aproveitou para defender o projeto apresentado no Senado Federal, em 6 de junho de 1906, por João Coelho Gonçalves Lisboa para que o Governo Federal enviasse um navio de guerra a Portugal para o traslado ao Rio de Janeiro dos corpos de D. Pedro e D. Teresa Cristina. Paranapiacaba tinha confiança de que este projeto, apesar de sofrer a oposição de “algumas lufadas de jacobinismo”, se transformaria em lei. SOUZA, J. C. de M. e. *Prometeu acorrentado*, trasladação poética do texto, que do original de Ésquilo, vertido literalmente para português por D. Pedro II, Imperador do Brasil. **RIHGB**, t. 68, parte 2, p. 1-229, 1907.

<sup>760</sup> GUIMARÃES, M., 1988, p. 23.

também caracterizaram o período inicial do governo republicano cujas arbitragens o Instituto Histórico contribuiu com documentos e estudos.

Para Olegário Herculano, a solução da questão das fronteiras era o momento propício para se resgatar todo um histórico de discussões sobre elas.<sup>761</sup> Novamente, como apontei no capítulo anterior, a ocupação-construção do espaço geográfico constitui-se em elemento para compreensão do processo histórico brasileiro. Em 1896, a Revista publicou o trabalho apócrifo intitulado *O Oiapoque, divisa do Brasil com a Guiana Francesa à luz dos documentos históricos* que ressaltava o “solene momento histórico” pelo qual passávamos, por isso aumentava a “nossa” responsabilidade em considerar atentamente essas questões. Segundo este trabalho, dois pontos do território nacional estavam sendo violados pela ocupação estrangeira: a ilha da Trindade e o extremo norte do território da República, no então Estado do Pará.

Resgatando os tratados assinados no passado entre Portugal e seus vizinhos europeus, o autor defendia os direitos brasileiros sobre estas duas regiões, fornecendo aos leitores subsídios para que julgassem adequadamente.<sup>762</sup> Outros documentos e estudos foram apresentados sobre as disputas limítrofes envolvendo a ilha de Trindade,<sup>763</sup> Fernando de Noronha,<sup>764</sup> Paraguai,<sup>765</sup> e outras regiões.<sup>766</sup> Além dos limites do Brasil com seus vizinhos sul-americanos, havia estudos sobre a demarcação das fronteiras entre os recém-criados Estados, como o trabalho de Manuel da Silva Mafra, *Exposição histórico-jurídica por parte do estado de Santa Catarina sobre a questão de limites com o Estado do Paraná*, apresentado como título de admissão ao IHGB.<sup>767</sup> Outro artigo foi o do sócio e bibliotecário do Instituto José Vieira Fazenda, *Limites entre o Estado do Rio de Janeiro e o Distrito Federal*. Segundo ele, seu trabalho feito com “paciência, imparcialidade e desinteresse” poderia prestar grande

<sup>761</sup> Discurso do Presidente. Sessão Aniversária em 15 de dezembro de 1900. **RIHGB**, t. 63, parte 2, p. 541-544, 1902.

<sup>762</sup> O OIAPOQUE, divisa do Brasil com a Guiana Francesa à luz dos documentos históricos. **RIHGB**, t. 58, parte 2, p. 215-223, 1896. Datado de 17 de setembro de 1895.

<sup>763</sup> CORREIA, M. F. Ocupação da ilha da Trindade pela Inglaterra e restituição ao Brasil. **RIHGB**, t. 59, parte 2, p. 5-28, 1897; Id., Restituição da ilha da Trindade ao Brasil, termo e sinal de posse. **RIHGB**, t. 60, parte 2, p. 165-169, 1897; AZEVEDO, M. D. M. de. A ilha da Trindade. **RIHGB**, t. 62, parte 2, p. 228-244, 1900 e PEIXOTO, E. M. A Ilha da Trindade. **RIHGB**, t. 74, parte 1, p. 219-227, 1911.

<sup>764</sup> INFORMAÇÕES sobre a Ilha de Fernando de Noronha. **RIHGB**, t. 60, parte 2, p. 161-164, 1897.

<sup>765</sup> LIMITES do Brasil com o Paraguai. **RIHGB**, t. 53, parte 1, p. 345-349, 1890.

<sup>766</sup> Na primeira parte do tomo 65 (1902) foram republicados cinco documentos: *Quais são os limites naturais, pactuados e necessários do Império do Brasil?* do Visconde de São Leopoldo; *Das cópias de cartas e mais papéis tocantes ao Território e a Colônia do Sacramento*; *As primeiras negociações diplomáticas respectivas ao Brasil* de Varnhagen e o debate entre o Visconde de São Leopoldo e Manuel José Maria da Costa e Sá.

<sup>767</sup> 12ª Sessão Ordinária em 9 de agosto de 1901. **RIHGB**, t. 64, parte 2, p. 256, 1901. Quatro anos depois, esta região foi palco de violentos conflitos armados, que se estenderam até 1915, no que ficou conhecido como Guerra do Contestado. Uma das causas fora, justamente, as indefinições limítrofes para a ação das forças dos dois Estados na solução dos conflitos religiosos, sociais e econômicos.

auxílio na solução de tal impasse entre o Estado do Rio de Janeiro e o Distrito Federal que tantos prejuízos causavam aos contribuintes que ignoravam a quem pagar os impostos, estando obrigados a satisfazê-los em duplicata.<sup>768</sup>

Mas as contribuições dos trabalhos do Instituto ao governo não pararam por aí. A República estava a precisar de vultos históricos. Além daqueles oriundos dos movimentos contestatórios de cunho republicano apontados na primeira parte deste capítulo, os “tempos tão próximos da República” já estavam prenhes de heróis. Tristão de Alencar Araripe, que já havia resgatado um passado republicano para o novo regime, tratava agora de selecionar exemplos notáveis a serem seguidos.<sup>769</sup> Os heróis de hoje encarnariam longínquas aspirações. Em 1895, foi publicado o já aludido *Indicações sobre a História Nacional*, escrito em dezembro de 1894, em que Araripe sugeria que:

O escritor brasileiro pois, que pretender escrever a história da nossa pátria, terá em consideração desenhar a figura respeitável dos nossos homens beneméritos, de maneira que excitem em nossos corações o amor para com as suas veneradas sombras, e persuadam-nos quanto é doce a recompensa da virtude pela gratidão da posteridade.

Se o pintarmos com perfeição, e se ao retrato dermos os traços característicos do verdadeiro herói, oferecendo à imaginação do leitor as feições íntimas da alma do homem egrégio, teremos exibido modelos capazes de excitar os mais santos desejos de imitação. Quantos feitos generosos, quantos sacrifícios úteis tem visto o mundo, nascidos da admiração de nobilíssimos exemplos?

Pode o historiador ser benfeitor da pátria, se souber no manejo da pena escolher assuntos e figurar os grandes moldes, em que deve fundir-se o patriotismo brasileiro.<sup>770</sup>

Araripe considerava como um dos “deveres sagrados” do historiador brasileiro apresentar à veneração dos pósteros varões beneméritos seja no passado distante como no mais recente. Porém, se neste artigo ele não citou nomes, estes não tardaram a aparecer. No tomo seguinte, Tristão de Alencar Araripe inseriu uma nota que fora omitida no artigo anterior. Ele acrescentava que não só no passado tínhamos exemplos memoráveis de civismo

<sup>768</sup> FAZENDA, J. V. Limites entre o Estado do Rio de Janeiro e o Distrito Federal. **RIHGB**, t. 68, parte 1, p. 49-92, 1907.

<sup>769</sup> Tristão de Alencar Araripe ingressou no IHGB em 1870 e foi um dos sócios mais atuantes, após a assunção do novo regime, à frente da Tesouraria (1889-1898) e Comissão de Estatutos e Redação (1889-1897) e um dos que mais trabalhos teve publicados na Revista do Instituto até os dias atuais. Seus trabalhos em prol do novo regime podem ser, também, observados em publicações fora do IHGB: *Viva a Lei Republicana* (1889), *República triunfante* (1894), *Estátua do Marechal* (1901), *Ao Marechal Floriano Peixoto* (1897) e outras poesias enaltecedoras à nascente República. MONTENEGRO, J. A. de S. **A historiografia liberal de Tristão de Alencar Araripe**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1998.

<sup>770</sup> ARARIPE, T. de A. *Indicações sobre a História Nacional*. **RIHGB**, t. 57, parte 2, p. 259-290, 1895. p. 263-264.

pois, já na atualidade, caberia destacar os “nossos primeiros cidadãos” como exemplos claros de virtudes cívicas:

[Deodoro da Fonseca], arriscando a alta graduação e a própria vida, decide com a sua gloriosa espada da fundação da República brasileira em 15 de Novembro de 1889, promove a organização constitucional do país, é colocado pelo voto dos representantes populares no lugar proeminente de chefe da nação, e quando por injustificável agressão do congresso legislativo viu-se forçado a uma crise aguda, depõe ante a lei a sua valorosa espada e entrega ao legítimo substituto a suprema autoridade para a não manter violenta.

O outro, [Florian Peixoto] suplanta o movimento revolucionário fomentado na fronteira sul e repercutido nas águas da encantadora Guanabara em 6 de setembro de 1893, salva a causa democrática, ameaçada pela convulsão, preside a primeira eleição popular de um candidato civil ao cargo de um candidato civil ao cargo de chefe da República, adquire incontestável prestígio, e quando ânimos díscolos e imprudentes provocaram a ditadura, ele no prazo constitucional entrega o poder ao eleito da nação, e volve tranqüilo ao seu posto de general.

Quantos serviços prestados, e quanta abnegação patriótica em ambos estes grandes cidadãos da República.<sup>771</sup>

Este era o registro que o sócio legava ao “grande livro” a ser escrito, pois o Instituto Histórico, como ressaltai no subcapítulo 2.1, não tinha como objetivo escrever a História do Brasil, mas auxiliar na sua preparação. Esta era a contribuição do “sócio-obreiro” Alencar Araripe para ela. Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto apresentados, anteriormente, pelo sócio Manuel Francisco Correia como ditadores eram, para Tristão de Alencar Araripe, abnegados patriotas em prol da causa democrática. As polêmicas historiográficas que já envolviam D. João VI, D. Pedro I e II, englobariam, também, os dois primeiros dirigentes do regime republicano. No entanto, o novo panteão da República não ficou restrito a estes dois nomes, sendo aumentado em 1897. Neste ano, na primeira parte do tomo 60, foi publicado o artigo *Três cidadãos beneméritos da República*.

Nele, Araripe ressaltava que o povo brasileiro começava a tributar o devido respeito à memória de três dos mais eminentes varões que haviam contribuído “de modo eficaz e decisivo” para o estabelecimento das instituições republicanas no país. De acordo com o autor, o regime republicano era “inquestionável” e conduziria nossa terra ao “auge da grandeza”. Os horizontes de expectativas já estavam readequados: com o ocaso do Império, refulgia a República. As justas homenagens a três beneméritos, já falecidos, cujo concurso na proclamação da República brasileira no dia 15 de novembro de 1889 foi “valiosíssimo e decisivo”, eram dedicadas aos dois já citados anteriormente, agregando-se um terceiro:

<sup>771</sup> ARARIPE, T. de A. Nota. Indicações sobre a História Nacional. **RIHGB**, t. 58, parte 1, p. 343, 1895.

Manuel Deodoro foi o braço potente, que, no momento supremo da crise monárquica, deu a necessária força para a consumação do feito glorioso, representando o patriotismo do exército nacional, que por intermédio do seu distintíssimo chefe manifestava-se em prol da causa da Pátria. Sem a decidida vontade do ínclito marechal a República se não faria nesse dia memorável, e a consagração do voto nacional teria adiamento.

Benjamin Constant foi o prestante doutrinador emérito, que predispôs a mocidade das classes militares para o grande evento da República, inculcando no ânimo de toda ela os generosos princípios da democracia. Esse preparo utilíssimo frutificou e contribui assaz para o desejado triunfo.

Floriano Peixoto foi o gênio da firmeza e do valor, que debelou a insurreição inopinada contra a existência da nascente República, ameaçada pela restauração da monarquia, condenada e abolida pelo espírito nacional. A importância culminante deste serviço devido à tenacidade patriótica de tão preclaro cidadão bem aquilatada foi com a designação de *Marechal de Ferro* ideada pelo instinto popular, que jamais se ilude na apreciação dos fatos e dos homens.

O valor patriótico destes três egrégios cidadãos bem pode resumir-se nos seguintes rápidos conceitos: Manuel Deodoro proclamou a República; Benjamin Constant a doutrinou; Floriano a consolidou.<sup>772</sup>

A imagem da República e de seus beneméritos, formulada por Araripe, se contrapunha às versões monárquicas dos momentos iniciais do novo regime: desordens, injustiças, imoralidades, violências, perseguições, criminalidade, delações imorais, falta de liberdade de imprensa, sombra do terror sob o militarismo ditatorial, iconoclasmo irresponsável e laicização imprevidente. Assim como alguns sócios foram hábeis em destacar e esquecer episódios no governo do augusto protetor, Tristão de Alencar Araripe, não menos hábil, “purificava” todos os exageros e omissões dos três egrégios cidadãos. Contra aqueles que afirmavam que a República, em 15 de novembro de 1889, fora um ato de “surpresa” para o espírito público e de violência para a Nação, ele contra-atacava caracterizando-os como possuidores de “falsa apreciação”, “ignorância” ou do propósito de desacreditar a causa democrática “recentemente triunfante”.

Para Araripe, a “revolução” de 15 de novembro não consistia em um motim de quartéis, em uma sedição militar ou uma imposição violenta pela força armada ao povo brasileiro. Os brasileiros, segundo ele, já não toleravam o regime do privilégio “onde o acidente fortuito do nascimento estabelece direito para um ente privilegiado governar cidadãos, a quem só a razão e a capacidade devem dirigir”. Apesar de, na Europa, a proclamação da República ter causado surpresa, não se poderia duvidar, conforme Araripe, de que era “consenso universal” entre os

---

<sup>772</sup> ARARIPE, T. de A. Três cidadãos beneméritos da República. **RIHGB**, t. 60, parte 1, p. 385-396, 1897. p. 386-387. Apesar de constar como data de escrita do trabalho a de 4 de junho de 1889, com toda certeza é incorreta pelo teor do texto. Creio que, pelas informações no próprio artigo, ele seja posterior a 1895.

brasileiros a aceitação de sua instauração. O autor inseriu em seu trabalho uma série de documentos que, segundo ele, eram demonstrações de gratidão aos três referidos patriotas.<sup>773</sup> As longínquas aspirações de muitos, através da interpretação de Araripe, fizeram-se possíveis através de três “grandes homens”. As críticas feitas por Araripe quanto à simplificação de amplas vontades encarnada em um só homem na Independência do país (página 150) foram esquecidas por ele ao resumir a República em apenas três sujeitos.

Este artigo de Araripe, que também integrava a Comissão de Redação da Revista, gerou indignações e constrangimentos no IHGB. Os sócios Tomás Garcez Paranhos Montenegro, Barão de Santa Ana Nery e Barão Homem de Melo protestaram contra a publicação de trabalhos na Revista do Instituto sem a prévia aprovação da maioria da Comissão de Redação. Sobre este episódio, Henrique Raffard, em seu relatório anual em dezembro de 1897, destacou que, apesar do “espírito de imparcialidade” da maioria dos membros da Comissão de Redação, os demais componentes não haviam tomado conhecimento do conteúdo do artigo. Os outros dois integrantes da Comissão, naquele ano, eram o próprio Raffard e Homem de Melo. O 1º Secretário apontava que as páginas da Revista estavam franqueadas aos artigos de louvor a outros personagens além de D. Pedro II, contudo até aquele momento, ou seja, até o ano de 1897, nem ao finado Imperador, no entendimento de Raffard, foram dirigidos escritos laudatórios como o que fora publicado na primeira parte do tomo 60. Henrique Raffard encerrou seu relatório lembrando a todos que o Instituto Histórico não era sectário de nenhum credo político.<sup>774</sup> Desta forma, os novos cidadãos beneméritos do novo regime anuviavam a imagem do protetor do Instituto. Descaradamente, caía a máscara da imparcialidade tão ardorosamente defendida pela direção do Instituto. Nas eleições ocorridas ao final daquele ano, Tristão de Alencar Araripe não foi reeleito para a Comissão de Estatutos e Redação da Revista, mergulhando, paulatinamente, no ostracismo.<sup>775</sup>

<sup>773</sup> Estes documentos eram reproduções do Decreto Federal de 3 de agosto de 1894 para se erguer a estátua do Marechal Deodoro da Fonseca; da notícia do Jornal do Comércio de 28 de outubro de 1892 sobre o túmulo de Deodoro da Fonseca; do Decreto Federal de 24 de janeiro de 1891 para se erigir a estátua de Benjamin Constant; da transcrição do Diário Oficial da União de 20 de outubro de 1894 sobre o assentamento da pedra fundamental da estátua de Benjamin Constant; do Decreto Federal de 1 de junho de 1895 sobre os funerais do Marechal Floriano Peixoto; do Decreto Estadual de São Paulo de 12 de agosto de 1895 para se erigir a estátua do Marechal Floriano Peixoto. Esta tríade difere da “trindade inalterável” dos positivistas: Tiradentes, José Bonifácio e Benjamin Constant. Vítima do autoritarismo de Deodoro e do seu estado de sítio, os positivistas não perdoaram o seu passado monarquista e a sua pretensa fidelidade ao monarca. FERREIRA NETO, 1986, p. 96. A abordagem que Tristão de Alencar Araripe dava aos três cidadãos beneméritos apagava as profundas diferenças entre eles. Sobre as discussões em torno dos papéis de Benjamin Constant e Deodoro da Fonseca como fundadores da República: CARVALHO, J. M. de. As proclamações da República. In: \_\_\_\_\_, 1990a, p. 35-54.

<sup>774</sup> 10ª Sessão Ordinária em 8 de agosto de 1897. **RIHGB**, t. 60, parte 2, p. 350, 443, 1897.

<sup>775</sup> Sessão de eleição da mesa e comissões para o ano de 1898. Sessão de 23 de dezembro de 1897. **RIHGB**, t. 60, parte 2, p. 493-496, 1897. Apesar de ser reeleito para o cargo de Tesoureiro para o ano de 1898,

Através desses vários trabalhos publicados na Revista, destaco que, se falar de acontecimentos recentes apresentava uma série de limitações, alguns sócios não conseguiram se calar diante das situações oriundas da adoção de um novo regime para o país. Tal comportamento se devia ao fato de que os acontecimentos de 15 de novembro de 1889 não terem ficado restritos à implantação de um novo projeto de governo para o país. A legitimação da República passava por lançar novos olhares, levantar novos documentos, esboçar novos registros sobre o passado do Brasil, do qual o IHGB se outorgava a função de guardião. E diante disso, as controvérsias tão desejosas de serem evitadas por alguns, adentravam, ruidosamente, sob os umbrais da Casa da História.

Apesar de tratarem de assuntos “neutros” para a Pátria, como a imigração e as fronteiras, os sócios, seja como historiadores, historiógrafos e cronistas, mostraram claramente suas preferências políticas ao “pegarem a pena” para registrarem os acontecimentos contemporâneos.<sup>776</sup> Mesmo que a proposta apresentada inicialmente pelo sócio Maximiano Marques de Carvalho para a formação de uma comissão a fim de escrever a história contemporânea do Brasil República não tenha sido transformada em projeto de estudos pelo Instituto, seus sócios, individualmente e cada qual a sua maneira, procuraram deixar registradas suas colaborações sem temer acirradas polêmicas.

\* \* \*

Estas várias disputas sobre o passado do país, seja aquele mais distante como o mais recente, através das histórias publicadas na Revista do IHGB, remetem a um cenário de tensões e conflitos em que, também, está sendo debatida a significação do próprio presente. Um novo projeto político precisava se afirmar entre vários em discussão. Em razão disso, recomendo cautela na simplificação dos discursos, apresentados no capítulo primeiro dessa dissertação, e dos textos, nesse capítulo, em duas forças opostas que se contrapõe: republicanos versus monarquistas. Nos primeiros anos do novo regime, segundo Emília Viotti da Costa, duas linhas interpretativas surgiram, a dos vencedores e a dos vencidos, aos quais

---

observamos o seu afastamento da diretoria, sendo eleito somente para integrar a pouca requisitada Comissão de Arqueologia e Etnografia (1900-1905).

<sup>776</sup> Dos trabalhos publicados, fora da Revista, de sócios do Instituto, que abarcavam acontecimentos recentes, além daqueles já citados anteriormente, destaco: *Notas do dia: comemorando* (1900) de Afonso Arinos de Melo Franco; *A verdade histórica dos fatos ocorridos no dia 15 de novembro de 1889 com o corpo policial da província do Rio de Janeiro* (1900) de Honório Lima; *Sept ans de république au Brésil* (1896) de Manuel de Oliveira Lima; *Balmaceda* (1895) e *A intervenção estrangeira durante a revolta* (1896) de Joaquim Nabuco de Araújo; *O Brasil no século* (1900) de Capistrano de Abreu; *Cartas da Inglaterra* (1896) de Rui Barbosa.

vieram se juntar alguns republicanos desiludidos que procuraram ressaltar os problemas da República e exaltar as glórias do Império.<sup>777</sup>

Lúcia Lippi Oliveira, por sua vez, aponta que apareceram duas grandes interpretações sobre o Brasil. Uma que avaliava positivamente o passado colonial e imperial; acreditava na excelência das nossas tradições, fruto da colonização portuguesa e da ação da Igreja Católica; defendia e valorizava o singular; repudiava o modelo da sociedade americana. Outra interpretação, conforme Oliveira, via a República como ruptura necessária com o passado português corporificado no regime monárquico; desejava a integração ao mundo americano. Era um embate entre conservadores monarquistas e progressistas republicanos.<sup>778</sup> E nesta luta, conforme Stein, saíram vencedores, predominando até meados da década de 1920, os literatos colocados sob uma “escola conservadora ou pró-Império”.<sup>779</sup>

No entanto, pela pesquisa na Revista do IHGB, os seus sócios, que também tinham um grande trânsito pelo ambiente intelectual da época, não podem ser divididos e enquadrados, como fazem Viotti da Costa, Lippi de Oliveira e Stein em um esquema bipolar. Republicanos? Quais? Os Militaristas, civilistas, federalistas, centralistas, liberais, positivistas, etc.? Seria possível unificar os monarquistas? Sob o Conde D’Eu, D. Pedro de Alcântara ou D. Luís de Orleans e Bragança, centralistas ou não, liberais ou conservadores, etc.? E os ex-monarquistas e ex-republicanos? Difícil enquadrá-los diante da complexidade de opções políticas e historiográficas. Até porque os próprios indivíduos, em seus discursos, escritos e participações profissionais mostravam-se titubeantes e contraditórios. Sem dúvida que os intelectuais defensores do legado do falecido Imperador estavam mais unidos, diante do descontentamento e incertezas daqueles simpatizantes do novo regime. As cisões entre os monarquistas minimizaram ante a derrubada do trono, enquanto a efêmera união republicana em torno do 15 de novembro, rapidamente, dissipou-se com o passar dos anos.

Outra questão que observei foi que muitas das críticas disparadas a partir da Revista foram feitas a episódios específicos em determinados governos, antes e após 1889, e não diretamente ao regime como um todo ou ao seu dirigente maior na ocasião. Se a voz dos monarquistas, que defendiam projetos não uniformes, foi abafada pelo calor dos acontecimentos logo após 15 de novembro de 1889, ela, entretanto, não silenciou, assumindo progressivamente, com a não concretização da “República dos sonhos” de muitos, um espaço mais destacado nos debates. Esta é uma tendência historiográfica que crescerá na década de

---

<sup>777</sup> COSTA, 1999, p. 387.

<sup>778</sup> OLIVEIRA, 1990, p. 23. Tal disposição de forças será reestruturada, segundo a autora, a partir de 1914 com o nacionalismo.

<sup>779</sup> STEIN, 1964, p. 101-102.



1920.<sup>780</sup> Porém, se a análise da Revista mostra semelhanças com o combate travado entre intelectuais fora do Instituto, não se pode afirmar que os textos publicados dão (como se poderia esperar de uma instituição cunhada como *ninho de monarquistas*), em sua maioria, a idéia de um “Império encantado”.<sup>781</sup> No IHGB, após 1889, o Segundo Reinado, bem como os governos anteriores, foram fustigados por novas interpretações à luz de novos documentos, questionando aquela historiografia produzida pelo próprio Instituto ao abrigo do trono desde 1838.

Dentro do heterogêneo quadro social do IHGB, especificamente sobre a presença de convictos monarquistas, de quem mais esperei escritos, enaltecendo o passado monárquico e repudiando o atual regime, calaram-se. As intervenções da família Assis Figueiredo, que apontei no capítulo primeiro, predispunham-me a esperar artigos com pesados ataques à nova ordem das coisas. Seja por vontade própria ou por determinação da Diretoria ou da Comissão de Redação, os artigos do Visconde de Ouro Preto não figuraram nas páginas da Revista naquele período.<sup>782</sup> Cabe citar *Advento da Ditadura no Brasil*, publicada na França (1891), a coleção *A década republicana*<sup>783</sup> (1899-1901) e *Aos monarquistas*<sup>784</sup> (1895). De semelhante forma, os trabalhos do Conde de Afonso Celso, tais como *Vultos e fatos* (1892), *O imperador no exílio* (1893), *Oito anos de Parlamento* (1898), *Porque me ufano de meu país* (1900), *Biografia do Visconde de Ouro Preto* (1905) não foram transcritos no periódico. Dos que

<sup>780</sup> SILVA, E. A República comemora o Império. **Revista do Rio de Janeiro**, Niterói, v. 1, n. 2, p. 59-70, jan./abr. 1986; SANDES, N. F. **A invenção da nação**, entre a monarquia e a república. Goiânia: Ed. da UFG, 2000 e GUIMARÃES, L. M. P. A primeira República e as representações de D. Pedro II. In: CARDOSO, H. H. P.; MACHADO, M. C. T. (Org.). **História: narrativas plurais, múltiplas linguagens**. Uberlândia: EDUFU, 2005. p. 143-159.

<sup>781</sup> José Honório Rodrigues, em 1976, apontava que o que existia ainda naquele tempo era uma versão da história do Império, de todo o Império, escrita e aceita como a versão única e oficial. O que foi construída, segundo ele, não foi uma história, mas um passado irreal, “um Império encantado”. RODRIGUES, J., 1976, p. 135.

<sup>782</sup> Dos seus 11 trabalhos constantes na Revista, 10 foram publicados quando seu filho, Conde de Afonso Celso, assumiu a presidência do IHGB, dos quais destaco: *Advento da ditadura militar no Brasil* (1924), *A Marinha dourada* (1932), *A esquadra e a oposição parlamentar* (1921), *Reforma das faculdades de Direito* (1928).

<sup>783</sup> É um libelo contra o governo republicano, escrito por vários monarquistas, dos quais muitos eram sócios do Instituto: v. 1 (Finanças e Riqueza Pública) pelo Visconde de Ouro Preto e Angelo do Amaral; v. 2 (Instrução, Imprensa, Parlamento, Direito Privado) pelo Barão de Loreto, Carlos Laet, Conde de Afonso Celso e Silva Costa; v. 3 (Justiça, Eleições) por Cândido de Oliveira e Barão de Paranapiacaba; v. 4 (Exército, Saúde Pública e Municipalidade do Distrito Federal) por Cunha Matos, Correia de Bittencourt e Francisco Martins; v. 5 (Armada Nacional, Comércio e da Segurança Individual) pelo Visconde de Ouro Preto e Artur Guimarães. Os volumes 6 e 7, com o subtítulo de Coisas da República, transcrevem escritos do Conselheiro Andrade de Figueira, que foi vítima de um processo de conspiração; e o volume 8 foi dedicado à transcrição desse processo. A análise do impacto desta publicação é feita por JANOTTI, 1986, p. 192-220.

<sup>784</sup> Contém dois artigos publicados no jornal Comércio de São Paulo tratando da possibilidade da restauração monárquica, conclamando os monarquistas a se agremiarem em um partido político.

constam na Revista, grande parte foi publicada após a sua posse na presidência do Instituto em 1912.<sup>785</sup>

Por sua vez, os sócios que enaltecera a República através dos textos publicados na Revista, apesar de se contraporem ao regime anterior, foram buscar justamente no passado formas de legitimá-la diante do presente, mostrando-a como inevitável e imprescindível para o futuro do país. Para isto, o espaço de experiência foi readequado, buscando-se uma “tradição republicana” a fim de direcionar o horizonte de expectativa da Nação. Novos horizontes de expectativas, como aponta Koselleck, alteram, retroativamente, os espaços de experiência. E foi neste espaço de experiência que, alguns sócios, selecionaram heróis para o incipiente panteão republicano. A *historia magistra vitae* continuava se mostrando de grande utilidade para a historiografia produzida pelo Instituto. Várias lições emanavam do passado. Nas histórias para a História do Brasil, o passado era referência, seja para louvá-lo ou para detrá-lo. Não havia um passado colonial e imperial a ser totalmente repudiado, nele havia passados republicanos que foram inventados/resgatados e inseridos em uma longa tradição, mesmo que não fosse tão unânime para os simpatizantes da República.

O futuro também estava ligado a estes passados, seja para orientar horizontes republicanos ou monárquicos restaurados. Mesmo que a República não sucumbisse, os exemplos dos grandes dirigentes imperiais deveriam orientar os atuais e vindouros do novo regime. Passado, presente e futuro estavam e continuariam a estar unidos. Não houve uma ruptura historiográfica. Mesmo que o novo regime foi instaurado pelas alegadas limitações e problemas do anterior, a República precisava deste passado para legitimar-se no presente e continuar existindo no futuro. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no limiar da República, apresentava-se com um lugar que servia de “ponte” entre espaços e tempos díspares. Além de ligar, procurava amalgamá-los num mesmo instrumento de difusão do conhecimento histórico.

Apesar das propaladas características de isenção, imparcialidade e neutralidade, os sócios do Instituto Histórico procuraram usar o espaço que lhes cabia polemizando com histórias “mais verdadeiras” usando diferentes provas, sejam documentos escritos ou até mesmo a presença testemunhal. Além dos grandes personagens, até então sujeitos predominantes das histórias produzidas, começou a receber destaque o *povo*, por mais indefinição que tal termo possa abarcar. As lições do passado para o presente e o futuro do país encontrariam não só nos grandes homens, mas na atuação “da gente miúda”, exemplos a

---

<sup>785</sup> Angela de Castro Gomes ressalta que Afonso Celso era um literato de notável importância no campo intelectual, pelas origens, contatos e posições de poder que detinha. GOMES, 1996, p. 104.

serem seguidos. Desta forma, observo que as leituras do passado realizadas pelos sócios do IHGB e suas histórias para o “grande livro”, por mais controladas que tenham sido, através de critérios de imparcialidade na análise dos documentos, foi dirigida por uma leitura do presente. Os textos publicados na Revista mostram-se claramente relacionados com a estratégia empreendida por parte da direção do IHGB para sobreviver sob os novos tempos: negociar com os combatentes de diferentes trincheiras em luta!

A relação que procurei fazer, ao longo deste capítulo, entre os estudos contemporâneos e as questões tratadas no Instituto, evidenciam como as “leis do meio” organizavam os seus trabalhos. Apesar de reformuladas, sendo lembradas ou esquecidas conforme a ocasião, essas regras vigentes no IHGB antes de novembro de 1889 ainda “policiavam” os estudos ali realizados.<sup>786</sup> Sobre os escritos e discursos dos sócios havia o “peso” da instituição. Sob normas escritas ou tacitamente subentendidas foram permitidas ou proibidas certas pesquisas e a conseqüente publicação. Com este terceiro e último capítulo, reitero as palavras de Michel De Certeau quando aponta que “não existe relato histórico no qual não esteja explicitada a relação com um corpo social e com uma instituição de saber”.<sup>787</sup> Assim, a leitura dos documentos e artigos publicados na Revista do Instituto não pode ser dissociada do momento pelo qual passava o país, da ampla e polêmica produção historiográfica fora do Instituto, da relação dos seus autores com a estrutura governativa, enfim, não há como deixar de se interrogar acerca das condições de emergência de um texto, refazendo o campo de tensões e conflitos em que ele emerge.

---

<sup>786</sup> O policiamento sobre os documentos e demais trabalhos no Instituto era feito por uma *comissão de censura* citada, inicialmente, por Januário da Cunha Barbosa em 1842. Relatório do 1º Secretário. Sessão Aniversária em 27 de novembro de 1842. **RIHGB**, suplemento ao t. 4, p. 19-20, 1842. Esta comissão não era prevista nos Estatutos, nem nos iniciais, nem nos posteriores. Creio que esta função de censor ficava a cargo das comissões de trabalhos (históricos, geográficos, etnográficos e arqueológicos) com o aval da presidência.

<sup>787</sup> DE CERTEAU, 2001, p. 93-94.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Passados os momentos turbulentos de instauração do regime republicano, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro pôde continuar, de forma mais tranqüila, com seus afazeres em prol dos estudos históricos. O impacto dos debates ocorridos não se limitou às salas de reuniões e às páginas da sua Revista, pois seus sócios tinham intenso trânsito pelo ambiente intelectual da época, seja nos cafés, círculos literários, outros institutos e academias, escolas e faculdades. E se a fundação dos primeiros cursos para formar historiadores no país, nas décadas de 1930, nos faz pensar numa nova fase, em que os anciãos do Instituto Histórico e seus alfarrábios foram esquecidos, ledo engano. Muitos dos professores para essas faculdades foram recrutados entre os membros do Instituto Histórico.<sup>788</sup> Mesmo após falecerem, seus trabalhos continuaram a servir de fontes para os novos historiadores. Ainda hoje, o IHGB, na cidade do Rio de Janeiro, constitui-se num expressivo espaço de pesquisas e discussão, editando periodicamente sua Revista.

Ao final do século XIX, o IHGB veio a sofrer restrições na sua função centralizadora e guardiã do passado do país. Com o federalismo acentuado, muitas oligarquias estaduais apoiaram a criação de Institutos Históricos e Geográficos, principalmente como instrumentos de legitimação.<sup>789</sup> Apesar das tentativas de fundação dessas instituições regionais antes da proclamação da República, após 1889 houve um recrudescimento na criação de tais lugares do saber. Aos já existentes Institutos pernambucano (1862), alagoano (1869) e cearense (1887) somaram-se os de São Paulo (1894), Bahia (1895), Santa Catarina (1896), Rio Grande do Norte (1902), Paraíba (1905), Minas Gerais (1907), Sergipe (1912), Espírito Santo (1916), Piauí (1918), Maranhão (1925) e do Rio Grande do Sul (1929). E destes, pela crescente importância política e econômica do Estado a qual pertence, merece destaque o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. No primeiro número de sua revista, no ano de 1895,

<sup>788</sup> WESTPHALEN, C. Anais do I Seminário de Estudos Brasileiros citado por MOTA, C. G. **Ideologia da cultura brasileira**, pontos de partida para uma revisão histórica. 9. ed. São Paulo: Ática, 2000. p. 24.

<sup>789</sup> Sobre os Institutos regionais cito dos trabalhos consultados: CAIMI, F. E.; COLUSSI, E. L. História...mestra da vida e testemunha dos tempos, o IHGRGS e a questão da identidade regional. **História: debates e tendências**, Passo Fundo, v. 2, n. 1, p. 53-70, dez. 2001; FIOREZI, Z. G. **A invenção do Rio Grande do Sul**. território e identidade na visão do IHGRGS (1920-1937). Passo Fundo: Clio, 2002; FREITAS, I. V. P. de. A concepção de história: convergência entre o IHGB e o IHGP. **Historiador eletrônico**. Disponível em: <<http://www.historiadoreletronico.com.br/secoes/aqui/258.html>>. Acesso em: 03 jun. 2005; OLIVEIRA, A. L. **O Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará: memória, representações e pensamento social (1887-1914)**. 2001. 280 f. Tese (Doutorado em História) – FFCH, PUC, São Paulo, 2001; TAVARES, G. G. **A trajetória de uma casa de saber: o IHGG (1930-1970)**. 2000. 154 f. Dissertação (Mestrado em Geociências) – IG, UNICAMP, Campinas, 2000; FREITAS, I. **A Casa de Sergipe: historiografia e identidade**

encontra-se uma frase que é uma boa síntese do conhecimento e do pensamento que começariam a ser produzidos nessa instituição: “A história de São Paulo é a História do Brasil.”

Ao contrário dos seus Estatutos de 1890 e anteriores, os novos de 1906 estabeleceram que o IHGB deixaria de se comprometer com a criação de sociedades filiais, restringindo-se, apenas, a se corresponder com elas. A partir daí, ficava cada vez mais difícil sistematizar as várias histórias em um grande livro de História do Brasil. O IHGB deixava de ser uma *cidade letrada* privilegiada diante das várias estabelecidas na República das Letras.<sup>790</sup> À busca de uma homogeneização de visão de Brasil, perseguida pelo Instituto no decorrer do século XIX, contrapõe-se a fragmentação. Porém, se os diferentes Estados procuravam fazer eles próprios suas histórias, no limiar da República, o IHGB, localizado no centro da estrutura governativa do país, ainda teria utilidade para os projetos políticos em disputa. O conhecimento histórico era exaltado pelos sócios do Instituto como elemento fundamental na constituição da Nação. Dentre todos os envolvidos na construção de uma grande Pátria, destacavam-se aqueles que, no “silêncio dos gabinetes”, escreviam as páginas da História.

O ano de 1912 não marcou somente a assunção de um novo presidente no IHGB. Com a iminência do final da Paz Armada na Europa e da eclosão do primeiro grande conflito mundial uma onda de nacionalismo varreu o ambiente intelectual brasileiro. Além disso, muitos daqueles sócios que transitaram pelo Instituto sob o regime monárquico e republicano já haviam falecido: Severiano da Fonseca em 1897; Pereira da Silva e Couto de Magalhães em 1898; Visconde de Taunay, 1899; César Augusto Marques, 1900; Eduardo Prado, 1901; Moreira de Azevedo e Sacramento Blake em 1903; Aristides Augusto Milton, 1904; Olegário Herculano e Henrique Raffard em 1906; Antonio da Cunha Barbosa, Teixeira de Melo e Barão de Loreto em 1907; Alencar Araripe e Luís Alves em 1908; Euclides da Cunha, 1909; Joaquim Nabuco de Araújo, 1910; Zeferino Candido, Rio Branco, Paranaguá e Ouro Preto em 1912.

Outros faleceram logo a seguir ao período aqui estudado: Sílvio Romero, 1914; Bernardo Leite Velho, 1915; Padre Júlio Maria, Felisbelo Freire e Afonso Arinos em 1916; Alberto Torres, 1917; Barão Homem de Melo, 1918. Max Fleiuss, Capistrano de Abreu, Oliveira Lima, Pedro Lessa, Alfredo do Nascimento Silva e Afonso Celso adentraram as

---

na Revista do IHGS. 2000. 147 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – IFCS, UFRJ, Rio de Janeiro, 2000 e o já citado SCHWARCZ, 2002.

<sup>790</sup> A *cidade letrada* caracteriza um local, no centro da cidade, composto por um grupo social especializado, uma equipe de intelectuais, para levar adiante o sistema ordenado da Monarquia. Formava, segundo ele, um “anel

décadas de 1920 e posteriores, assistindo e dialogando com uma pretensa nova fase na historiografia, pois em 1924 foi publicado o trabalho organizado por Vicente Licínio Cardoso, tido como a “obra da primeira geração de intelectuais brasileiros descompromissados com o passado imperial”.<sup>791</sup> Em razão disso, a fase compreendida entre os anos de 1889 e 1912 constitui-se num rico filão de estudos sobre o fazer história no Brasil, justamente por abarcar intelectuais que participaram do choque entre diversas e contraditórias experiências e expectativas.

A gestão do Conde de Afonso Celso (1912-1938) representa uma interessante pesquisa futura, não só pelo polêmico intelectual, mas pela mudança de ritmo nos trabalhos na Casa da História, comparado à modorra nas gestões de Paranaguá e Rio Branco. Nas atas das sessões em 1912 observa-se a avultação do número de sessões, a assiduidade no comparecimento do presidente do Instituto, uma maior mobilização das comissões, o incremento do número de sessões solenes, a apresentação de uma nova proposta estatutária, os discursos tornaram-se mais longos, inflamados e problematizadores, e a Sessão Magna voltou a contar com a presença do Presidente da República e dos Ministros de Estado. Na presidência de Afonso Celso houve também a organização dos Congressos de História (do Brasil e da América), os Centenários da Independência e do nascimento de D. Pedro II, os festejos sobre a vinda dos restos mortais do Imperador e da Imperatriz, a inauguração da nova sede e a fundação da Academia de Altos Estudos. Mesmo longe do trono que tanto contribuiu para a sua existência, o IHGB continuou a imprimir a sua marca nos estudos históricos brasileiros século XX adentro.

Retornando deste panorama ulterior das suas atividades, desejo nestas considerações finais retomar os questionamentos norteadores da pesquisa, trabalhados ao longo dos três capítulos, quanto à operação historiográfica no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro diante da tensão entre espaços de experiências e horizontes de expectativas num momento de profundas e amplas transformações na sociedade brasileira. Na análise do lugar, nesses primeiros anos do regime republicado no país, não podem ser relegadas, como procurei mostrar, suas intrínsecas relações com o regime de governo abolido e o monarca deposto. Além da instituição, como parte de uma aparato cultural para legitimar as pretensões da Coroa, os integrantes de seu quadro social possuíam importantes cargos na estrutura burocrática do *Ancien Régime*. Não só no IHGB, mas nas principais cidades do país, os

---

protetor do poder” onde os que manejavam a pena estavam estreitamente associados às funções do poder. RAMA, A. A cidade letrada. In: \_\_\_\_\_. **A cidade das letras**. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 41-53.

<sup>791</sup> MATOS, P. Apresentação. In: CARDOSO, 1990, p. 7.

homens de letras, que dedicavam-se aos estudos históricos, mesmo que mostrassem desinteresse pelos debates políticos, dependiam dos proventos do Estado. Por essas fortes ligações, o Instituto Histórico foi acochado por incertezas e retaliações. Apesar dos discursos de submissão pronunciados pelos sócios mais atuantes e da ampla adesão dos “vira-casacas”, a instituição passou a ser vista como um “ninho de sebastianistas”.

Os esforços da diretoria para minimizar tal pecha, representados principalmente pelo empenho de seu presidente Olegário Herculano de Aquino e Castro, enquadram-se em uma estratégia montada de sobrevivência para que o Instituto não fechasse por mais tempo suas portas. A diretoria esmerava-se por deter a febre destruidora das hordas jacobinas, a fim de que o “domínio do martelo e da picareta” passasse ao largo da instituição. Além da importante questão financeira, que fez com que o quesito “suficiência literária” fosse atenuado, a aproximação com as instâncias de poder da República fez-se através do empenho em trazer para o seio do IHGB importantes nomes de políticos vinculados ao governo. Tal insistência acabou por render grandes benesses à instituição e, reciprocamente, o Instituto Histórico disponibilizou seus saberes ao poder. E nesta reaproximação, considerei o ano de 1894 como um ponto de inflexão. O Instituto mostrava sua utilidade acima das diferenças políticas.

Vejo também, como parte desta estratégia, o estabelecimento de amplos laços com outros intelectuais, ainda que avessos ao regime instaurado. As incertezas eram muitas, transmitindo insegurança pelas seguidas “viradas de mesa” nas disputas políticas. Se com o passar do tempo o novo regime afirmava-se, apagando as pretensões daqueles que almejavam o retorno do trono, a própria República não dispensou os serviços de declarados simpatizantes do antigo regime. A experiência antes de ser descartada, foi incorporada. Em razão disso, mesmo após 1889, expressivo número de nostálgicos e atuantes restauradores adentraram sob os umbrais da Casa da História. E por mais que se evitasse trazer para o interior do IHGB o “pó da arena política”, a posição e a atuação dos seus membros fizeram com que críticas fossem tecidas contra os governos republicanos. Apesar do esforço da diretoria por delimitar os espaços, os tumultos do lado de fora acabaram por perturbar a neutralidade, a calma e o silêncio do lado de dentro. Não houve, do início ao fim do período pesquisado, um ambiente sereno para que os historiadores desfrutassem de um “austeridade monástica” e usassem uma “linguagem fria” nos seus discursos e registros.

Ao tentar estabelecer ligações desse lugar com a sua produção, procurei utilizar estudos anteriores sobre as concepções e práticas dos sócios do Instituto quanto à História e ao ofício do historiador. Este foi um grande nó na pesquisa. A busca de conceitos precisos levaram-me a ingressar em discussões teóricas complexas. O material empírico não condizia com as

generalizações e rótulos comumente usados para o fazer história no século XIX. A própria História como campo do conhecimento não possuía delimitada sua área do saber, nem tampouco sua cientificidade assentada, por isso busquei refletir sobre as suas aproximações e afastamentos com os estudos filosóficos, geográficos, etnográficos, sociológicos e com uma série de outros que acabaram por não se tornarem disciplinas acadêmicas. Além disso, à História como mestra da vida, com seus juízos morais e pretensões ético-pedagógicas, juntavam-se sínteses, leis, acasos, crítica documental, lendas, dogmas e fé falseando meu desejo de afirmar-lhe científica, filosófica, metódica, laica, positivista, tradicional, rankiana, historicista, etc. Entretanto, tais incertezas serviram-me para reforçar ainda mais minha percepção sobre a riqueza de experiências e expectativas não só quanto ao futuro do país, mas também quanto ao futuro da História e seus operários. O próprio fazer história era algo por fazer-se.

Nocauteados ante a rapidez do desmoronamento de um regime a quem fervorosamente serviam, os membros do Instituto, paulatinamente, tiveram que reavaliar aquele projeto de escrita da História nacional gestado desde 1838, a fim de que o Instituto Histórico não se tornasse uma “instituição obsoleta”. As suas concepções sobre a História e as atividades do historiador fragilizaram-se perante a alteridade de reflexões oriunda da heterogeneidade do quadro social. Após 1889, houve a necessidade de adaptar o plano de von Martius ou fazer novos que orientassem os sócios para substituírem os outrora “autores monárquicos-constitucionais-unitários”. As amplas e controvertidas propostas não conseguiram ser unificadas em um novo plano para se escrever a História do Brasil. Surgiram daí, fundadores de novas discursividades, mesclando antigas e novas concepções.

Escutar, enxergar, ler o *outro* acabaram por gerar o que chamei de crise de consciência histórica. As atividades desenvolvidas, a partir de então, na Casa da História deveriam ser historicizadas. Imparcialidade e patriotismo, que caminhavam de mãos dadas, começaram a levantar dúvidas a respeito do fazer história. As sólidas verdades sobre o passado do país estavam atreladas ao projeto político bragantino. Os sócios-historiadores tinham como mote o patriotismo que estava sendo rediscutido como maléfico para a tão requerida imparcialidade do historiador. O amor à Pátria antes de depurar as inexatidões dos historiadores, acabava por agravá-las. Por isso, surgiram novas propostas de remodelação e revigoramento dos estudos sobre o passado do país, fazendo com que outros documentos fossem prospectados e os já existentes fossem estudados de forma mais crítica, a fim de preencher as várias lacunas na história brasileira e destruir as lendas arvoradas. Desse modo, a análise dos textos publicados na Revista devem ser precedidos do entendimento de que não havia a pretensão da instituição



de escrever a História do Brasil. Além de faltarem documentos para tal intento, a refulgência de ódios, paixões, partidarismos impediriam tal escrita. Somente o tempo traria o apaziguamento das fortes emoções. Num utópico futuro sem discordâncias poderia ser escrito o grande livro sobre o passado do país: uma História do Brasil “real e incontroversa”.

Três questões estão intrínsecas na organização e na leitura realizadas por mim sobre os estudos publicados na Revista: imparcialidade do historiador, o uso dos testemunhos como prova e a existência de um hiato entre o acontecido e o relatado. Desta forma, as polêmicas historiográficas, que dividi em passados mais distantes, mediatos e imediatos, embalaram a releitura pelos sócios de episódios acontecidos e a reconsideração da atuação dos grandes dirigentes do país, desde os tempos coloniais. As discussões políticas permearam os debates historiográficos, fazendo com que aquelas três questões defendidas como princípios nos discursos dos sócios (analisados no capítulo segundo) fossem flexibilizadas, mostrando-se condizentes ou não com os seus escritos (esmiuçados no último capítulo).

Estudar somente a história da instituição, ou a vida e as obras dos intelectuais que compunham seu quadro social, ou os discursos proferidos nas posses e sessões comemorativas, ou somente os documentos e artigos publicados, não permitem ao pesquisador atual observar as disparidades entre estes blocos de questões. Cada conjunto não pode ser dissociado do outro a fim de que possa ser refeito o campo de tensões e conflitos em que o texto emerge. Concordâncias e discrepâncias aparecem quando confrontamos os três capítulos que construí. A força e as certezas dos discursos não foram tão pungentes nos escritos. Desta forma, assim como Brito Broca apontou que, no período dos “1900”, a vida literária superou a Literatura, ousou dizer, pelo confronto entre lugares, fazeres, dizeres e escritos, que as discussões historiográficas superaram a História.

As limitações espaciais e temporais desta pesquisa de mestrado e minhas leituras iniciais sobre a Historiografia brasileira não me permitem fazer generalizações sobre a produção do conhecimento histórico, estabelecendo amplas continuidades e mudanças no fazer história no país ao longo de todo o século XIX. Contudo, acredito que, através do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, eu tenha conseguido perscrutar parte desse passado e sua produção. Tive tal acesso mediante o costurar de relações entre o ambiente intelectual e político na cidade do Rio de Janeiro, bem como a produção historiográfica brasileira e os debates teóricos dentro e fora do país, nos anos de 1889 a 1912. Esforcei-me por resgatar este diálogo controverso entre o IHGB e o tumultuado entorno. Além disso, procurei, pontualmente, enriquecer minhas análises com as publicações da Revista do Instituto antes da proclamação da República. Tal medida visou demonstrar minha cautela em

considerar como inéditas questões já referenciadas pelos sócios anteriormente, como a *historia magistra vitae*, ciência, crítica documental, uso dos testemunhos, imparcialidade, patriotismo e a escrita do grande livro.

A partir destas relações, dentro e fora do Instituto (1889-1912) e somente em seu interior (antes e após o 15 de novembro de 1889), pude constatar algumas continuidades e mudanças no fazer história, entendendo que não houve rupturas, no sentido de modificações profundas, nas atividades do IHGB. Como um lugar de preservação da tradição, seus guardiões esmeravam-se em mostrar nos seus discursos o não antagonismo entre passado e presente. Consagrando o passado, a produção do Instituto não repelia as contribuições do presente e encaminharia o futuro da Pátria. A *historia magistra vitae* continuaria a ser um princípio orientador, os documentos e artigos continuariam a contribuir para a consecução do grande livro sobre a História do Brasil e o Instituto continuaria sob o mecenato do governo. No entanto, o passado construído desde 1838 pela historiografia produzida no IHGB teve seus maiores representantes detratados e a importância de determinados acontecimentos minimizados, ao passo que outros grandes homens estavam sendo resgatados e o *povo* surgia como fator atuante em acontecimentos libertadores outrora considerados como meras contestações locais.

Mesmo alçando o povo ao rol dos estudos históricos, suas vontades seriam canalizadas e alcançadas por líderes com ideais democráticos. A instauração da República, não obstante a “vontade nacional” e da “inevitabilidade das leis”, se fez pela ação de alguns egrégios cidadãos exaltados no panteão republicano. Seja através do povo ou dos dignos representantes da aristocracia do gênero humano, estava também em discussão a influência dos sujeitos na direção geral dos fatos. Apesar de alguns defenderem que somente o aspecto coletivo era passível de manifestações regulares, a existência das leis acabaria por limitar a influência dos homens, individual ou coletivamente, nos acontecimentos pretéritos. A própria inconstância do comportamento humano era motivo para que outros sócios descartassem a existência de leis históricas. Mesmo para aqueles que acreditavam nelas e trataram de legitimar, nomologicamente, suas opções políticas, as expectativas eram distintas: ao passo que uns viam a República como inevitável, fatal, fruto de um longo processo de evolução, outros trataram de defender a inevitabilidade da restauração e criticar o novo regime como uma involução.

Através da leitura da Revista do IHGB espero ter contribuído para os estudos sobre a atuação dos historiadores no ateliê da História em um período extremamente rico no passado do país. Tal contribuição passa, obrigatoriamente, pela contestação das afirmações daqueles

que estudaram o IHGB e a produção historiográfica, ao esquecerem do contraditório, do dúbio, do incerto, do erro que caracteriza qualquer campo do saber, seja das áreas das exatas como das humanas. A estas incógnitas, ao final do século XIX, somariam-se os medos, as frustrações, conveniências e os desânimos. Aquelas experiências, mesmo que distantes, mostram-se pertinentes, pois muitos daqueles impasses no fazer história, ainda hoje, afligem os historiadores. Não bastassem as turbulências políticas, científicas e historiográficas, o mundo ocidental via-se estimulado por um “bando de idéias novas”, que antes de repelirem, instigavam as reflexões religiosas.

Os debates sobre a ciência deram novo ímpeto às ações da Igreja Católica, fazendo com que os estudos históricos no Brasil estivessem inseridos nas discussões sobre a cientificidade da fé. Estas discussões que aqui aportavam, oriundas de uma miríade de teorias de além-mar, alimentavam este *melting-pot*. Por isso, nas reflexões sobre a história/História procurei não partir de uma cientificidade assentada e unânime. As próprias concepções dos sócios sobre o que constituía uma ciência diferem de tantas outras propagadas. Para a grande maioria de seus membros, a existência de leis é que daria um caráter científico à História, no entanto, se isto era possível ou não, as discussões arroladas mostram novas polêmicas. Às leis históricas no passado, misturavam-se as leis divinas. A mão da Providência legitimava os estudos históricos. Desta maneira, as indefinições epistemológicas acabavam por gerar historiadores filósofos, historiadores de batina, historiadores cientistas, historiadores sociólogos, historiadores geógrafos ou vice-versa.

Na missão maior do Instituto, que era de auxiliar os pósteros na escrita da História do Brasil, os sócios acabaram por agir como advogados do passado, apresentando provas a favor ou contra os réus desse pretérito (muitos dos quais ainda estavam vivos), outorgando aos futuros historiadores a tarefa de um julgamento definitivo. Nessa colaboração, a desconfiança atingiu aquele passado construído sob a sombra do trono. Alguns falaram em remodelação, novo impulso, novas verdades. Além da busca de novos documentos ainda não coligidos, aqueles garimpados desde 1838 e os estudos decorrentes deles deveriam ser purificados das lendas e incorreções. Apesar de cinquenta anos de serviços no levantamento de fontes, o passado do país mostrava-se aos sócios do Instituto como um grande quebra-cabeças com muitas peças faltantes.

Enquanto um novo ímpeto heurístico estava ocorrendo, o passado sofria ressignificações. Os espaços de experiência foram readequados através de futuros passados descartados por uma historiografia que até então afirmava a incontestabilidade do regime monárquico. Novas lições viriam do passado. Novas tradições foram inventadas, outras

reelaboradas, para legitimar o novo regime. E nessa luta, uma arma muito utilizada foi o uso dos testemunhos. Para o passado mais distante, usavam-se os registros testemunhais daqueles que viram os episódios narrados; ao passo que, sobre o governo de D. Pedro II e os governos republicanos, os sócios-historiadores, através de escritas auto-referenciais, davam seu próprio testemunho. Porém, mais do que usar o privilégio do olhar para ver os outros, estes relatos testemunhais foram usados para que os sócios explicassem seus motivos por aquilo que fizeram ou deixaram de fazer. Em razão disto, é gritante a dificuldade para se registrar acontecimentos recentes sem que seus autores aparecessem nas linhas redigidas.

Antes de confeccionarem estudos sobre o governo do protetor perpétuo e dos presidentes republicanos (coligindo novos documentos e confrontando os já levantados), os sócios trataram de “fazer” tais documentos, colocando no papel suas experiências nos acontecimentos e com os sujeitos abordados. Além da peculiaridade de ter em seu quadro social expressivos dirigentes de ambos os regimes, o Instituto Histórico possuía o aspecto *sui generis* de poder contar com grande número de documentos oficiais (dos quais muitos de caráter sigiloso) dos arquivos particulares dos seus sócios. Compunham-se em mais um exemplo de argumentos de autoridade.

Do amplo quadro de sócios do Instituto, somente alguns ousaram ter suas falas e trabalhos publicados na Revista. Dessas ausências nos discursos e nos artigos por mim analisados cito: Capistrano de Abreu e João Manuel Pereira da Silva. A presença de Manuel de Oliveira Lima, Sílvio Romero e Rui Barbosa na Revista foram mínimas. Tais literatos foram nomes expressivos da intelectualidade na cidade do Rio de Janeiro na virada do século. Outros, como Joaquim Nabuco, Ouro Preto e Afonso Celso, a despeito do tom polêmico dos seus discursos, não tiveram suas contribuições registradas em artigos publicados na Revista até 1912. Soma-se a esses o Visconde de Taunay cujas ásperos relatos fizeram-se fora da Revista. Contudo, tal falta possibilitou-me enxergar, através da Revista do Instituto, outros historiadores considerados como “marginais” pela historiografia e suas contribuições ao desenvolvimento dos estudos históricos no Brasil.

Se a polêmica adentrava na Casa da História, mesmo com a postura “moderadora-conciliadora” da sua diretoria, tal nível de debates não me permite restringir a produção do conhecimento histórico, naquele período, de forma dicotômica: monarquistas versus republicanos, antigos versus modernos, saudosistas e modernistas, etc. As opções políticas e historiográficas foram superiores a essa polarização. O exemplo mais palmar que foge ao maniqueísmo historiográfico é a abordagem da imagem de D. Pedro II pelos sócios do Instituto. Ao longo dos discursos e dos escritos transparece o intuito de separá-lo do regime

deposto. As virtudes do monarca extrapolariam o trono que representava. O respeito ao falecido Imperador também era compartilhado pelos novos integrantes da República. No entanto, a força dos discursos de gratidão ao monarca não correspondeu à timidez dos estudos sobre o seu governo. O Instituto eximiu-se de fazer frente à historiografia que denegria as contribuições do monarca e de seu governo, principalmente dos positivistas e florianistas, preferindo contrapô-la com outros instrumentos de perpetuação de sua memória. Almejava-se deixá-lo longe das contendas historiográficas. De protetor do Instituto, D. Pedro II passou a ser seu protegido. Contudo, tão certo como alguns mosqueteiros do rei esforçaram-se por deter o “braço iconoclasta” da revolução sobre o passado registrado, alguns sócios fizeram da “pena”, martelo e picareta.

Apesar das remodelações no leiaute da Revista do IHGB, há uma epígrafe em latim que permaneceu desde os tempos pretéritos, sobrevivendo aos bons e maus momentos: *Hoc facit ut longos durente bene gesta per annos; Et possint será posteritate frui*. Esta frase mostra claramente a posição do Instituto Histórico como articulador temporal entre passado, presente e futuro, pois “aqui se faz que os bons gestos permaneçam por anos; e que possam ser usufruídos pela posteridade”. Reiterava-se o lugar da tradição. Abarcando um período tão extenso de publicação da Revista, até então, pouco pesquisado pela historiografia ou feito de forma apressada ou preconcebida, pretendi mostrar que um considerável número de homens de letras estavam envolvidos no pensar e fazer história naquele período. As abordagens de temas e reflexões comuns na Casa da História exemplificam as palavras de Henri-Irenée Marrou quando diz que

o historiador não avança sozinho ao encontro do passado, aborda-o como representante do seu grupo; a questão que ele vai formular, aquela que orienta todo o desenvolvimento da pesquisa, se ao menos levantar um ‘verdadeiro problema’, carregado de existencial, exprimirá necessariamente não só a preocupação exclusiva do historiador, mas também uma exigência comum a todos os homens do seu meio coletivo. [...]

A mais pessoal das obras será amiúde aquela em que, sem querer, o historiador responderá de fato, ao procurar a solução para o seu problema, à questão que mais importava aos homens do seu tempo.<sup>792</sup>

O esforço coletivo dos sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, através da pesquisa, reunião e organização de documentos, bem como dos artigos publicados, intentava fornecer aos futuros historiadores o que os obreiros diligentes e zelosos acreditavam ser as questões mais importante para os homens do seu tempo, a fim de auxiliar a escrita da História do Brasil.

---

<sup>792</sup> MARROU, 1978, p. 222.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Fontes primárias (pré-1889)

ALMEIDA, C. M. de. Primeiros tempos da descoberta do Brasil, vários assuntos, retificações. **RIHGB**, t. 39, n. 53, p. 5-24, 1876.

ATAS DAS SESSÕES. 4ª Sessão Ordinária em 4 de fevereiro de 1839. **RIHGB**, t. 1, p. 47-48, 1908 [1839].

\_\_\_\_\_. 212ª Sessão em 15 de dezembro de 1849. **RIHGB**, t. 12, 4º trimestre, p. 552, 1874.

BARBOSA, J. da C. Discurso. **RIHGB**, t. 1, p. 9-17, 1908a [1839].

\_\_\_\_\_. Do que devem procurar nas províncias os sócios do Instituto Histórico Brasileiro, para remeterem à sociedade central do Rio de Janeiro. **RIHGB**, t. 1, p. 109-110, 1908b [1839].

MARTIUS, K. F. P. von. Como se deve escrever a História do Brasil. **RIHGB**, t. 6, p. 389-411, 1844.

MATOS, R. J. da C. Dissertação acerca do sistema de escrever a história antiga e moderna do império do Brasil. **RIHGB**, t. 26, p. 121-143, 1863.

PONTES, R. de S. da S. Quais os meios de que se deve lançar mão para obter o maior número possível de documentos relativos à História e Geografia do Brasil? **RIHGB**, v. 3, n. 10, p. 149-157, jul./set. 1841.

RELATÓRIO do 1º Secretário. Sessão Aniversária em 27 de novembro de 1842. **RIHGB**, suplemento ao t. 4, p. 19-20, 1842.

WALLESTEIN, J. de. Memória sobre o melhor plano de se escrever a historia antiga e moderna do Brasil. **RIHGB**, parte 1, t. 45, p. 159-160, 1882.

### Fontes primárias (pós-1889)

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomos 52 (1889) a 75 (1912).

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, suplementos especiais:

1889 – Chile e Brasil - Sessão solene do IHGB em homenagem à nação chilena e consagrada à oficialidade do encouraçado Almirante Cochrane;

1892 – Homenagem do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sessão extraordinária em comemoração do falecimento de D. Pedro II em 4 de março de 1892;

1894 – Homenagem do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em comemoração do falecimento de S. M. o Sr. D. Pedro II;

1900 – Comemoração solene do Quarto Centenário do Descobrimento do Brasil.

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, outras publicações:

**Estatutos do IHGB**, aprovados em 16 de abril de 1906. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1906.

Índice Geral dos números 1 a 339. **RIHGB**, n. 400, jul./set. 1998.

### Dicionários e enciclopédias

ALMEIDA, J. M. de. **Dicionário da língua portuguesa**. Lisboa: Francisco Artur da Silva, 1862. 2 v.

BARATA, C. E. de A. **Dicionário das famílias brasileiras**. São Paulo: Ed. do Autor, 1999.

BARROS, J. D. A. **O projeto de pesquisa em História**: da escolha do tema ao quadro teórico. Petrópolis: Vozes, 2005.

BURGUIERE, A. (Org.). **Dicionário de Ciências Históricas**. Rio de Janeiro: Imago, 1993.

BELCHIOR, E. de O. (Org.). **Dicionário Biobibliográfico de sócios estrangeiros (século XIX)**. Rio de Janeiro: IHGB, 2001. v. 1.

BLAKE, A. V. A. S. **Dicionário Bibliográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970. 7 v.

FARIA, E. de. **Novo Dicionário da língua portuguesa**: para uso dos portugueses e brasileiros. 2. ed. Lisboa: Tipografia Lisbonense de José Carlos D'Aguiar Vianna, 1850. 4 v.

GUIMARÃES, A. **Dicionário Biobibliográfico brasileiro, de diplomacia, política externa e direito internacional**. Rio de Janeiro: Ed. do autor, 1938.

HOUAISS, A. (Dir.). **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. CD-ROM.

\_\_\_\_\_. (Dir.). **Pequeno Dicionário Enciclopédico Koogan Larousse**. Rio de Janeiro: Editora Larousse do Brasil, 1982.

LALANDE, A. **Vocabulário Técnico e Crítico de Filosofia**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MORAIS, R. B. de; BERRIEN, W. (Dir.). **Manual bibliográfico de estudos brasileiros**. Brasília: Senado Federal, 1998. CD-ROM.

MORENO, A. **Dicionário complementar da língua portuguesa**: ortoépico, ortográfico e etimológico, com um glossário de arcaísmos. Porto: Educação Nacional, 1936.

SILVA, A. de M. **Dicionário da língua portuguesa**. 6. ed. aum. por Agostinho de Mendonça Falcão. Lisboa: A. José da Rocha, 1858.

TAPAJÓS, V. (Org.). **Dicionário Biobibliográfico de historiadores, geógrafos e antropólogos brasileiros**. Rio de Janeiro: IHGB, 1993-1996. v. 3-5.

VAINFAS, R. (Org.). **Dicionário do Brasil Imperial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

VALENTE, A. L. da S. (Dir.). **Dicionário contemporâneo da Língua Portuguesa**, feito sobre um plano inteiramente novo. Lisboa: Tipografia da Parceria Antonio Maria Pereira, 1911. 2 v.

### Sítios na internet

Academia Brasileira de Letras: <http://www.academia.org.br>

Arquivo Nacional: <http://www.arquivonacional.gov.br>

Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas: <http://documenta.incubadora.fapesp.br/portal/Acervo/revistaihgb>

Câmara dos Deputados: <http://www.camara.gov.br>

Center for reserch libraries – Brazilian Government Document Digitization Project: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/hartness/minopen.html>

IHGB: <http://www.ihgb.org.br>

IHGSP: <http://www.ihgsp.org.br>

Machado de Assis: <http://www.machadodeassis.org.br>

Senado Federal: <http://www.senado.gov.br>

Supremo Tribunal Federal: <http://www.stf.gov.br/institucional/ministros/republica.asp>



## Referências teóricas

BLOCH, M. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

\_\_\_\_\_. **História e historiadores**. Lisboa: Editorial Teorema, 1998.

BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, M. de M.; AMADO, J. (Org.). **Usos & abusos da História oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 183-191.

BOUTIER, J.; JULIA, D. (Org.). **Passados recompostos: campos e canteiros da história**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (Org.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CHARTIER, R. Estratégias e táticas, De Certeau e 'as artes de fazer'. In: \_\_\_\_\_. **À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietudes**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2002. p. 151-161.

DE CERTEAU, M. **A escrita da história**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2000.

\_\_\_\_\_. A operação histórica. In: LE GOFF, J.; NORA, P. (Org.). **História: novos problemas**. 4. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995. p. 17-48.

DOSSE, F. Michel De Certeau e a História: entre o dizer e o fazer. In: \_\_\_\_\_. **História e Ciências Sociais**. Bauru: EDUSC, 2004. p. 193-229.

FALCON, F. J. C. A identidade do historiador. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 17, p. 7-30, 1996.

FEBVRE, L. **Combates pela História**. 3. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

FERRO, M. **A história vigiada**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

FOUCAULT, M. **O que é um autor?** Lisboa: Vega, 1992.

FREITAS, M. C. de. Para uma história da historiografia brasileira. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2001. p. 7-13.

GADAMER, H. G. **O problema da consciência histórica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

GOMES, A. de C. **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

GUAZZELLI, C. A. B. et al. **Questões de teoria e metodologia da história**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2000.

GUIMARÃES, M. L. S. Apresentação. In: HARTOG, F. **O século XIX e a História**, o caso Fustel de Coulanges. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003. p. 9-16.

HARTOG, F. A testemunha e o historiador. In: PESAVENTO, S. J. (Org.). **Fronteiras do milênio**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2001. p. 11-41.

\_\_\_\_\_. O tempo desorientado, tempo e história: como escrever a história da França. **Anos 90**, Porto Alegre, n. 7, p. 7-28, jul. 1997.

HOBSBAWM, E.; RANGER, T. (Org.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

KOSELLECK, R. **Futuro passado**, contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

\_\_\_\_\_. **historia/Historia**. Madrid: Editorial Trotta, 2004.

\_\_\_\_\_. **Los estratos del tiempo**: estudios sobre la historia. Barcelona: Ediciones Paidós, 2001.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

\_\_\_\_\_; NORA, P. Apresentação. In: \_\_\_\_\_. (Dir.). **História**: novos problemas. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995. p. 11-15.

MALERBA, J. (Org.). **A história escrita**: teoria e história da historiografia. São Paulo: Contexto, 2006.

MARROU, H. I. **Do conhecimento histórico**. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1978.

MORAES, J. G. V. de; REGO, J. M. (Org.). **Conversas com historiadores brasileiros**. São Paulo: Editora 34, 2002.

RICOEUR, P. **La memoria, la historia, el olvido**. Madrid: Editorial Trotta, 2003.

\_\_\_\_\_. Rumo a uma hermenêutica da consciência histórica. In: \_\_\_\_\_. **Tempo e narrativa**. Campinas: Papirus, 1997. tomo III, p. 360-373.

SCHAFF, A. **História e verdade**. 2. ed. Lisboa: Estampa, 1994.

YILMAZ, L. Como a História deveria ser escrita; ou deve mesmo ser escrita? **Ágora**, Santa Cruz do Sul, v. 11, n. 1, p. 21-29, jan./jun. 2005.

**IHGB**

ALBUQUERQUE, C. C. de (Coord.). **Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, 150 anos. Rio de Janeiro: Studio HMF, 1990.

CALLARI, C. R. Os Institutos Históricos: do patronato de D. Pedro II à construção do Tiradentes. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 21, n. 40, p. 59-83, 2001.

CAMPOS, P. M. Esboço da historiografia brasileira nos séculos XIX e XX. In: GLENISSON, J. **Iniciação aos estudos históricos**. Rio de Janeiro: DIFEL, 1977. p. 250-293.

CEZAR, T. A geografia servia, antes de tudo, para unificar o Império. Escrita da história e saber geográfico no Brasil oitocentista. **Ágora**, Santa Cruz do Sul, v. 11, n. 1, p. 79-99, jan./jun. 2005.

\_\_\_\_\_. Lição sobre a escrita da história, historiografia e nação no Brasil do século XIX. **Diálogos**, Maringá, v. 8, n. 1, p. 11-29, 2004a.

\_\_\_\_\_. Presentismo, memória e poesia. Noções da escrita da História no Brasil oitocentista. In: PESAVENTO, S. J. (Org.). **Escrita, linguagem, objetos: leituras de história cultural**. Bauru: EDUSC, 2004b. p. 43-80.

\_\_\_\_\_. Como deveria ser escrita a história do Brasil no século XIX. Ensaio de história intelectual. In: PESAVENTO, S. J. et al. (Org.). **História cultural: experiências de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2003. p. 173-208.

CORREA FILHO, V. Histórico e Geográfico Brasileiro. **RIHGB**, v. 257, p. 3-5, 1962.

\_\_\_\_\_. Como se fundou o Instituto Histórico. **RIHGB**, v. 255, p. 3-56, 1962.

\_\_\_\_\_. Arquivo do Instituto Histórico. **RIHGB**, v. 215, p. 238-244, 1952.

\_\_\_\_\_. O Instituto Histórico e a princesa regente. **RIHGB**, v. 192, p. 235-240, 1946.

DOMINGUES, H. M. B. **A noção de civilização na visão dos construtores do Império: a revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1860)**. 205 f. 1989. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, UFF, Niterói, 1989.

FAZENDA, J. V. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, subsídios para a sua história (1838-1911). **RIHGB**, t. 74, parte 2, p. 277-439, 1911.

FERNANDES, P. P. S. **Elites dirigentes e projeto nacional: a formação de um corpo de funcionários do Estado no Brasil**. 2000. 260 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2000.

FLEIUSS, M. Instituto histórico e geográfico brasileiro. In: \_\_\_\_\_. **Anais do Terceiro Congresso de História Nacional**, outubro de 1938. Rio de Janeiro: IHGB, 1942. v. 7, p. 205-222.

\_\_\_\_\_. **O Instituto Histórico através de sua revista**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.

GUIMARÃES, L. M. P. Primeiro Congresso de História Nacional: breve balanço da atividade historiográfica no alvorecer do século XX. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 18, p. 147-170, jan./jun. 2005.

\_\_\_\_\_. A presença do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no campo da educação superior: o projeto da Academia de Altos Estudos-Faculdade de Filosofia e Letras (1916-1921). **Revista de História**, São Paulo, n. 141, p. 91-100, 1999.

\_\_\_\_\_. A percepção dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. In: LIMA, I. M. de; IOKOI, Z. M. G.; SÁ, R. P. de (Org.). **História e Cidadania**. São Paulo: 1998. v. 1, p. 471-485.

\_\_\_\_\_. Um olhar sobre o continente: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Congresso Internacional da América. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 20, p. 217-229, 1997.

\_\_\_\_\_. Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). **RIHGB**, n. 388, p. 459-613, jul./set. 1995.

GUIMARÃES, M. L. S. Entre amadorismo e profissionalismo, as tensões da prática histórica no século XIX. **Topoi**, Rio de Janeiro, n. 5, p. 184-200, dez. 2002.

\_\_\_\_\_. Para escrever o passado como história: o IHGB e a Sociedade dos Antiquários do Norte. In: HEIZER, A.; VIDEIRA, A. A. P. (Org.). **Ciência, civilização e império nos trópicos**. Rio de Janeiro: Editora Access, 2001. p. 1-28.

\_\_\_\_\_. História e natureza em von Martius: esquadrinhando o Brasil para construir a nação. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 389-410, jul./out. 2000.

\_\_\_\_\_. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988.

KODAMA, K. **Os filhos das brenhas e o Império do Brasil**: a etnografia no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (1840-1860). 2005. 295 f. Tese (Doutorado em História Social da Cultura) – Centro de Ciências Sociais, PUCRJ, Rio de Janeiro, 2005.

\_\_\_\_\_. **Martius e o IHGB**: um naturalista e os letrados na construção de uma história. 1999. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Sociais, PUCRJ, Rio de Janeiro, 1999.

LEONZO, N. Um reduto intelectual na sua intimidade: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. **Relações Humanas**, São Bernardo do Campo, n. 8, p. 41-51, 1987.

PILLAR, T. C. de. A Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: uma descrição. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 37, n. 2, p. 339-344, jun. 2001.

\_\_\_\_\_. A literatura na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro de 1839 a 1869. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 31, n. 4, p. 37-40, dez. 1996.

POPPINO, R. E. Um século da revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. **RIHGB**, v. 314, p. 285-305, 1977.

RODRIGUES, J. H. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. In: \_\_\_\_\_. **A pesquisa histórica no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978a. p. 37-41.

\_\_\_\_\_. **Teoria da História do Brasil**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1978b.

RODRIGUES, N. B. **O amor da pátria, o amor das letras**: as origens da nação na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1839-1889). 2001. 149 f. Dissertação (Mestrado em História Social e das Idéias) – Instituto de Ciências Humanas, UNB, Brasília, 2001.

SANCHEZ, E. C. T. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**: um periódico na cidade letrada brasileira do século XIX. 2003. 221 f. Dissertação (Mestrado em Linguagem) – Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP, Campinas, 2003.

SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças**, cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

TRINDADE, V. E. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no Estado Novo: templo guardião das tradições nacionais. **RIHGB**, v. 410, p. 83-100, jan./mar. 2001.

VALE, R. W. S. do. **Lições da história**: as concepções de História dos fundadores do IHGB. 2003. 147 f. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura) – Centro de Ciências Sociais, PUCRJ, Rio de Janeiro, 2003.

WEHLING, A. Historicismo e concepção de história nas origens do IHGB. In: \_\_\_\_\_. (Coord.). **Origens do IHGB**: idéias filosóficas e sociais e estrutura de poder no segundo reinado. Rio de Janeiro: IHGB, 1989.

\_\_\_\_\_. As origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. **RIHGB**, v. 338, p. 7-16, 1983.

## Referências sobre a produção intelectual

ABREU, J. C. de. Apenso, necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro. In: VARNHAGEN, F. A. de. **História Geral do Brasil**. São Paulo: Melhoramentos, 1906a. t. 1.

\_\_\_\_\_. Apenso sobre o Visconde de Porto Seguro. In: VARNHAGEN, F. A. de. **História Geral do Brasil**. São Paulo: Melhoramentos, 1906b. t. 3.

ALONSO, A. **Idéias em movimento**, a geração 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ARAÚJO, R. B. de. Ronda Noturna, narrativa, crítica e verdade em Capistrano de Abreu. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 28-54, 1988.

ARENDT, H. O conceito de História, antigo e moderno. In: \_\_\_\_\_. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 1972. p. 69-126.

ARRUDA, J. J.; TENGARRINHA, J. M. **Historiografia luso-brasileira contemporânea**. Bauru: EDUSC, 1999.

ATAHYDE, T. de. A. Política e Letras. In: CARDOSO V. L. (Org.). **À margem da História da República**. Recife: Massangana, 1990. p. 209-255.

AZEVEDO, F. de. A vida literária. In: \_\_\_\_\_. **A cultura brasileira**. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Brasília: Editora UNB, 1996. p. 309-359.

BARROS, R. S. M. **A ilustração brasileira e a idéia de universidade**. São Paulo: EDUSP, 1986.

BEZERRA, A. **Os historiadores do Brasil no século XIX**. Separata do Relatório anual da Diretoria do Arquivo Nacional referente a 1926, apresentado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Rio de Janeiro: Oficinas gráficas do Arquivo Nacional, 1927.

BITTENCOURT, C. M. F. Autores e editores de compêndios e livros de leitura (1810-1910). **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 475-491, set./dez. 2004.

BOURDE, G.; MARTIN, H. **As escolas históricas**. Mem Martins: Publicações Europa-América, [c1983].

BROCA, B. **A vida literária no Brasil - 1900**. 2. ed. rev. aum. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1960.

CANABRAVA, A. P. Apontamentos sobre Varnhagen e Capistrano de Abreu. **Revista de História**, São Paulo, v. 43, n. 88, p. 417-424, out./dez. 1971.

CANDIDO, A. O significado de Raízes do Brasil. In: HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 9-21.

CARVALHO, J. M. de. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. **Topoi**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 123-152, 2000.

\_\_\_\_\_. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1998a.

\_\_\_\_\_. O positivismo brasileiro e a importação de idéias. In: GRAEBIN, C. M. G.; LEAL, E. (Org.). **Revisitando o positivismo**. Canoas: La Salle, 1998b.

\_\_\_\_\_. **Pontos e bordados**: escritos de história e política. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998c.

CATROGA, F. **Caminhos do fim da História**. Coimbra: Quarteto, 2003.

CEZAR, T. Livros de Plutarco: biografia e escrita da história no Brasil do século XIX. **Métis**: história e cultura, Caxias do Sul, v. 2, n. 3, p. 73-94, jan./jun. 2003.

COSTA, E. V. da. **Da monarquia à república**: momentos decisivos. 7. ed. São Paulo: Editora da UNESP, 1999.

CUNHA, E. da. **Os sertões**, campanha de Canudos. São Paulo: Martin Claret, 2006.

DIEHL, A. A. **A cultura historiográfica brasileira**, do IHGB aos anos 1930. Passo Fundo: EDIUPF, 1998.

DOMINGUES, H. M. B. As ciências naturais e a construção da Nação Brasileira. **Revista de História**, São Paulo, n. 135, p. 41-60, 1996.

DOSSE, F. **A História em migalhas**, dos Annales à Nova História. Bauru: EDUSC, 2003.

DUTRA, E. de F. **Rebeldes literários da República**: história e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

ENDERS, A. “O Plutarco Brasileiro”, a produção dos vultos nacionais no Segundo Reinado. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 20, p. 41-61, 2000.

FALCON, F. J. C. As idéias e noções de moderno e nação nos textos de Capistrano de Abreu. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1-2, p. 5-26, jan./dez. 1999.

FERREIRA NETO, E. L. A elaboração positivista da memória republicana. **Revista Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 87, p. 79-103, out./dez. 1986.

FIALHO, A. **História da Fundação da República no Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983.

FREYRE, G. **Ordem e Progresso**. Processo de desintegração das sociedades patriarcal e semipatriarcal no Brasil sob regime de trabalho livre: aspectos de um quase meio século de transição do trabalho escravo para o trabalho livre; e da Monarquia para a República. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1962. 2 v.

- FUNDAÇÃO Alexandre Gusmão. **Revista Americana**, uma iniciativa pioneira de cooperação intelectual. Brasília: Senado Federal, 2001.
- GARDINER, P. **Teorias da História**. 5. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.
- GRAFTON, A. **As origens trágicas da erudição**, pequeno tratado sobre a nota de rodapé. Campinas: Papyrus, 1998.
- GOMES, A. de C. **História e historiadores**, a política cultural do Estado Novo. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- GUIMARÃES, L. M. P. A primeira República e as representações de D. Pedro II. In: CARDOSO, H. H. P.; MACHADO, M. C. T. (Org.). **História: narrativas plurais, múltiplas linguagens**. Uberlândia: EDUFU, 2005. p. 143-159.
- HADDOCK, B. A. **Uma introdução ao pensamento histórico**. Lisboa: Gradiva, 1980.
- IGLÉSIAS, F. **Os historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- \_\_\_\_\_. José Honório Rodrigues e a historiografia brasileira. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 55-78, 1988.
- JANOTTI, M. de L. M. O diálogo convergente: políticos e historiadores no início da República. In: FREITAS, M. C. (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2001. p. 119-143.
- \_\_\_\_\_. **João Francisco Lisboa: jornalista e historiador**. São Paulo: Ática, 1977.
- KOYRÉ, A. **Estudos de história do pensamento científico**. Rio de Janeiro: Forense, 1982.
- LAPA, J. R. do A. **A história em questão**, historiografia brasileira contemporânea. Petrópolis: Vozes, 1976.
- MACHADO NETO, A. L. **Estrutura social da república das letras**, sociologia da vida intelectual brasileira, 1870-1930. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1973.
- MALATIAN, T. M. **Oliveira Lima e a construção da nacionalidade**. Bauru: EDUSC, 2001.
- MARTINS, A. L. **Revista em revista**, imprensa e práticas culturais em tempos de República, São Paulo (1890-1922). São Paulo: Imprensa Oficial, 2001.
- MARTINS, W. **História da inteligência brasileira (1877-1896)**. São Paulo: Cultrix, 1977-1978. v. 4 e 5.



MONTENEGRO, J. A. de S. **A historiografia liberal de Tristão de Alencar Araripe**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1998.

MORADIELLOS, E. **El oficio de historiador**. Madrid: Siglo XXI, 1994.

MOTA, C. G. **Ideologia da cultura brasileira**, pontos de partida para uma revisão histórica. 9. ed. São Paulo: Ática, 2000.

MOURA, C. **As injustiças de clio**, o negro na historiografia brasileira. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

NEDELL, J. **Belle époque tropical**, sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

OLIVEIRA, L. L. **A questão nacional na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

\_\_\_\_\_. As festas que a república manda guardar. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 172-189, 1989.

ORTIZ, R. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PETERSEN, S. R. F. Historiografia positivista e positivismo comtiano: origem e desvirtuamento de uma relação teórica. In: GRAEBIN, C. M. G.; LEAL, E. (Org.). **Revisitando o positivismo**. Canoas: La Salle, 1998. p. 31-46.

PETIT, A. História de um sistema: o positivismo comtiano. In: TRINDADE, H. (Org.) **O positivismo: teoria e prática**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1999. p. 13-47.

FICO, C.; POLITO, R. **A história no Brasil (1980-1989)**, elementos para uma avaliação historiográfica. Ouro Preto: Editora UFOP, 1992. v. 1.

PRADO JUNIOR, C. **Formação do Brasil contemporâneo**. 23. ed. São Paulo: Brasiliense, 2001.

PROST, A. **Doce lecciones sobre la historia**. Madrid: Ediciones Cátedra, 2001.

REIS, J. C. **A História entre a Filosofia e a Ciência**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

\_\_\_\_\_. **As identidades do Brasil**, de Varnhagen a FHC. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RODRIGUES, J. H. História e Ideologia, a década de 1870 a 1880. In: \_\_\_\_\_. **História, corpo do tempo**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1976. p. 133-162.

\_\_\_\_\_. **Histórias e historiadores do Brasil**. São Paulo: Fulgor, 1965.

- ROSAS, R. **Pedro Lessa**: o Marshall brasileiro. Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1985.
- SANDES, N. F. **A invenção da nação**, entre a monarquia e a república. Goiânia: Ed. da UFG, 2000.
- SCHAPOCHNIK, N. Como se escreve a história? **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 13, n. 25/26, p. 67-80, set.1992/ ago.1993.
- SEVCENKO, N. **Literatura como missão**, tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 2. ed. rev. ampl. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- SILVA, A. C. F. da. Entre a pena e a espada, literatura e política no governo de Floriano Peixoto: uma análise do Jornal O Combate (1892). **Cadernos AEL**, Campinas, v. 9, n. 16/17, p. 139-176, 2002.
- SILVA, E. A República comemora o Império. **Revista do Rio de Janeiro**, Niterói, v. 1, n. 2, p. 59-70, jan./abr. 1986.
- SILVA, R. F. da. **História da historiografia**, capítulos para uma história das histórias da historiografia. Bauru: EDUSC, 2001.
- SIQUEIRA, C. V. **A imprensa comemora a República**: o 15 de novembro nos jornais cariocas (1890-1922). 1995. 172 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Sociais, PUCRJ, Rio de Janeiro, 1995.
- \_\_\_\_\_. A imprensa comemora a República: memórias em luta no 15 de novembro de 1890. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 14, p. 161-181, 1994.
- SKIDMORE, T. E. **Preto no branco**, nação e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- SOARES, M. P. **O positivismo no Brasil**, 200 anos de Augusto Comte. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1998.
- SOUSA NETO, M. F. de. Geografia nos trópicos: história dos naufragos de uma jagada de pedras? **Terra Livre**, São Paulo, n. 17, p. 119-138, 2º semestre 2001.
- SOUZA RODRIGUES, J. P. C. de. **A dança das cadeiras**, literatura e política na Academia Brasileira de Letras (1896-1913). Campinas: Editora da Unicamp, 2001.
- STEIN, S. A historiografia do Brasil, 1808-1889. **Revista de História**, São Paulo, v. 29, n. 59, p. 81-133, jul./set. 1964.
- TAUNAY, A. de E. **Memórias**. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1960.
- TÉTART, P. **Pequena história dos historiadores**. Bauru: EDUSC, 2000.
- VELLOSO, M. P. **Modernismo no Rio de Janeiro**: turunas e quixotes. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

VENTURA, R. Um Brasil Mestiço: raça e cultura na passagem da Monarquia à República. In: MOTA, C. G. (Org.). **Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)**. Formação: histórias. São Paulo: Editora SENAC, 2000. p. 329-359

\_\_\_\_\_. **Estilo Tropical**, história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

VERGARA, M. de R. **A Revista Brasileira: vulgarização científica e construção da identidade nacional na passagem da Monarquia para a República**. 2003. 234 f. Tese (Doutorado em História Social da Cultura) – Centro de Ciências Sociais, PUCRJ, Rio de Janeiro, 2003.

VEYNE, P. **Acreditavam os gregos em seus mitos?** Ensaio sobre a imaginação constituinte. São Paulo: Brasiliense, 1984.

VOLTAIRE. **Filosofia de la Historia**. Madrid: Editorial Tecnos, 1990.

WEHLING, A. **A invenção da história: estudos sobre historicismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: EUGF/EUFF, 2001.

\_\_\_\_\_. **Estado, história e memória**. Varnhagen e a construção da identidade nacional. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

### Contextualização política

ASSIS, M. de. **Esau e Jacó**. São Paulo: Ática, 2003.

BATALHA, C. **O movimento operário na Primeira República**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

BONAVIDES, P.; AMARAL, R. **Textos Políticos da História do Brasil**. Volume III, República, Primeira República (1889-1930). Brasília: Senado Federal, 2002.

CARONE, E. **A República Velha**, evolução política (1889-1930). 4. ed. São Paulo: DIFEL, 1983. v. 2.

\_\_\_\_\_. **A República Velha: instituições e classes sociais**. São Paulo: DIFEL, 1970.

CARVALHO, J. M. de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998d.

CASTRO, C. (Org.). **Nova História Militar brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

\_\_\_\_\_. **A proclamação da República**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

JANOTTI, M. de L. M. **Os subversivos da República**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

LYRA, H. **História de D. Pedro II: 1825-1891**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1977. v. 3.

MARTINS, A. L. **O despertar da República**. São Paulo: Contexto, 2001.

MATTOS, I. R. de. Do Império à República. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 163-171, 1989.

QUEIROZ, S. R. R. de. **Os radicais da República: jacobinismo, ideologia e ação, 1893-1897**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SCHWARCZ, L. M. **As barbas do Imperador, D. Pedro II um monarca nos trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

### **Contextualização dos debates religiosos**

AZZI, R. **O altar unido ao trono: um projeto conservador**. São Paulo: Paulinas, 1992.

BARROS, R. S. M. de. A questão religiosa. In: HOLANDA, S. B. de (Dir.). **História Geral da Civilização Brasileira: o Brasil monárquico, declínio e queda do Império**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 338-365.

BRUNEAU, T. C. Conflito e separação entre Igreja e Estado. In: \_\_\_\_\_. **Catolicismo brasileiro em época de transição**. São Paulo: Loyola, 1974. p. 57-75.

LUSTOSA, O. de F. (Org.). **A Igreja Católica no Brasil e o Regime Republicano**. São Paulo: Edições Loyola, 1990.

MALATIAN, T. M. Confronto de projetos. In: \_\_\_\_\_. **Os cruzados do Império**. São Paulo: Contexto, 1990. p. 16-20.

MICELI, S. A transição do regime de Padroado para o novo status político no regime republicano. In: \_\_\_\_\_. **A elite eclesiástica brasileira**. São Paulo: Difel, 1988. p. 11-29.

MOURA, S. L.; ALMEIDA, J. M. G. de. A Igreja na Primeira República. In: FAUSTO, B. (Dir.). **História Geral da Civilização Brasileira: o Brasil Republicano, sociedade e instituições, 1889-1930**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. v. 2, p. 321-342.

SERRANO, J. O clero e a República. In: CARDOSO, V. L. (Org.). **À margem da história da República**. Recife: Massangana, 1990.

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)